REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO

APM

Ano XLIII • Nº 2 • Julho - Dezembro de 2007

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLIII • Nº 2 • julho-dezembro de 2007

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Arquivo Público Mineiro.
ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Gerais,
1896 - . v. : il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos.
3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos.
5. Belo Horizonte - História. I. Secretaria de Estado de Cultura de
Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

J.T.251

SUMÁRIO

Belo Horizonte, matéria de memória

O presente volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*) consolida a nova série da mais antiga publicação cultural de Minas Gerais, renascida graças ao apoio do *Programa Cemig Cultural*.

A atual série reafirma o mérito da *RAPM* como documento indispensável à compreensão da memória histórica nacional, mais especificamente a de Minas Gerais. E, sempre preservando seus objetivos, inova a concepção do que deva ser a ação educativa na área cultural. A linguagem ágil, a forma contemporânea de apresentação, o apuro das ilustrações, tudo, enfim, conduz tanto o pesquisador quanto o leitor casual à satisfação de encontrar referências a outras fontes, a outros canais de informação que enriquecem o trabalho.

Inúmeros registros na imprensa especializada, ou voltada ao grande público, tratam a *RAPM* como um dos mais importantes lançamentos editoriais deste início de século. O elogio é mais que justo, não só pelo magnífico conteúdo dos artigos apresentados, como também pela pesquisa de imagens que revela tesouros iconográficos pouco conhecidos até mesmo entre especialistas.

O presente volume comemora os 110 anos de Belo Horizonte e divulga amplamente o importante projeto de Digitalização do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, fruto de uma parceria entre o Arquivo Público Mineiro, o Museu Histórico Abílio Barreto e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Por meio da *Revista do Arquivo Público Mineiro,* a Secretaria de Estado de Cultura reafirma um de seus mais valorizados princípios: o constante esforço em tornar acessível, a todos cidadãos, o inestimável patrimônio cultural de Minas Gerais.

Eleonora Santa Rosa
Secretária de Estado de Cultura

Celebração de uma cidade

Para uma cidade especial, uma revista especial. O presente volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro* é dedicado à história de Belo Horizonte, comemorando de forma entusiástica os 110 anos da capital mineira. Excepcionalmente, esta edição – devido ao elevado número de textos do *Dossiê* – não inclui a seção *Ensaios*, ao passo que as seções *Arquivística* e *Estante Antiga* também elegem temas belo-horizontinos.

Nas páginas iniciais, entrevista-se Jaime Antunes, diretor-geral do Arquivo Nacional e especialista de renome internacional no campo da arquivística. Como nos volumes anteriores, o atual registra um projeto desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro: o da Digitalização do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, iniciativa interinstitucional financiada pela Fapemig, no âmbito do *Programa Especial Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais,* edital de 2001.

Trata-se de um empreendimento de enorme importância. O principal de seus méritos relaciona-se à criação de uma forma a mais de preservação, para as futuras gerações, do valioso acervo relativo ao processo de formação da capital mineira.

Também de grande importância foram os procedimentos adotados neste projeto. O Arquivo Público Mineiro, o Museu Histórico Abílio Barreto e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte congregaram esforços,

unificando digitalmente o conjunto da documentação da Comissão Construtora da Nova Capital. Cada instituição passou a contar com uma versão digital da totalidade do acervo, permitindo o acesso e subordinando sua reprodução à autorização do arquivo detentor do documento original. Em vez de conflitos e disputas pela guarda da documentação, confluência e ampliação das formas de acesso. Eis o que ensina o projeto da Digitalização do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Para o Arquivo Público Mineiro, essa iniciativa também teve importância por seu pioneirismo, inspirador de novos projetos de digitalização, firmemente apoiados pela atual gestão da Secretaria de Estado de Cultura – modelo de democratização do acesso ao patrimônio cultural mineiro.

Por fim, mas não menos importante, cabe registrar que a revista que o leitor tem em mãos não existiria sem o aval da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM) e o patrocínio do *Programa Cemig Cultural*, motivo de orgulho para Minas Gerais.

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Jaime Antunes

A casa da memória brasileira

Há 12 anos à frente da mais veneranda instituição arquivística brasileira, o historiador Jaime Antunes relata a trajetória do Arquivo Nacional, com destaque para seu processo de modernização, e oferece indicações preciosas para os arquivos estaduais e municipais

> No começo eram dois modestos armários, hoje 55 quilômetros lineares de documentos, com cerca de 385 milhões de páginas, abrigados em sete andares de um grande edifício de depósitos e dois prédios anexos no Rio de Janeiro, onde está sua sede, além de oito depósitos de sua unidade regional em Brasília. A enorme massa de acervo que o Arquivo Nacional reuniu a partir de sua criação, em 1838, está sob a tutela de Jaime Antunes, historiador e arquivista que dirige a instituição desde 1992.

Diante de amplas janelas que descortinam o belo cenário do Campo de Santana, no Rio de Janeiro, Jaime recebeu a *Revista do Arquivo Público Mineiro* para esta entrevista. Mas ele não parecia se importar com a paisagem que tem ao seu dispor, tamanhas são as exigências de sua função e o entusiasmo com que se entrega ao ofício. Ao longo da conversa isso ficou visível.

Poucos podem tratar a história da instituição com tamanha intimidade como ele, que ali começou a trabalhar quando era ainda estudante do segundo grau. Desde as primeiras pesquisas instrumentais, percorreu os escalões técnicos das principais áreas de acervo até poder se sentar na ampla sala que hoje ocupa no prédio neoclássico, há pouco restaurado. Jaime Antunes não teme a longevidade do cargo, pois para ele instituições como a que dirige ganham com a continuidade administrativa.

Ao longo da conversa pôde rememorar a tradição da guarda dos documentos oficiais do Brasil e percorrer os grandes dilemas da gestão dos arquivos espalhados pelo País. Para ele os arquivos estaduais e municipais merecem hoje especial atenção, e a respeito aproveitou para fazer recomendações do alto de sua larga experiência à frente de um arquivo com compromissos nacionais. Tudo isso sem perder a visão sensível para os desafios que o futuro aguarda diante dos novos tipos de acervos documentais.

Mostra-se satisfeito com seu papel na consolidação de muitas linhas de trabalho e na criação de novas fronteiras de atuação. E não poderia ser de outra maneira, já que ele se destacou à frente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e consegue combinar em sua trajetória seriedade e dedicação. Às vezes seu entusiasmo ameaça a própria elegância. Diante de dúvidas a respeito de pilhas de documentos desorganizados em órgãos públicos, Jaime Antunes – como fez recentemente durante uma reunião técnica em Brasília – não vacilou em pedir um jaleco e a seguir se debruçou sobre os papéis para descobrir a filiação administrativa que permitiria organizá-los.

A entrevista, duramente acertada diante da agenda compacta do diretor, se passou às vésperas de uma reunião com dezenas de representantes de arquivos estaduais e ao mesmo tempo em que, logo abaixo da sala, no pátio da instituição, se montava o telão para a apresentação do Festival Internacional de Cinema de Arquivo (Recine), celebrada mostra que se oferece ao público. O momento não poderia ser mais sugestivo do padrão consolidado por Jaime Antunes. Ou, como ele resumiu a certa altura da nossa conversa,

"fizemos o besouro voar", referindo-se ao importante papel que vem prestando o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) que preside desde 1994, quando se instalou.

RAPM - Quando pisou pela primeira vez no Arquivo Nacional o senhor imaginou que um dia seria o seu diretor?

Jaime Antunes - Não, eu comecei ainda muito jovem, estava concluindo o segundo grau, quando fui chamado por um dos professores da área de história, em 1963, para um projeto capitaneado por José Gabriel Calmon da Costa Pinto que o Arquivo Nacional desenvolvia, na área de pesquisa, para o mapeamento de graças honoríficas concedidas no Brasil. Eu estudava na Ilha do Governador e, como havia passado para o turno da noite, ficava mais fácil participar. E assim trabalhei parte de 1963, depois todo o ano de 1964, efetivamente por altruísmo, não recebia bolsa nenhuma como estagiário. Até que em 1965 se viabilizou minha contratação por serviços de terceiros. Então, passei a receber, esporadicamente, algum tipo de remuneração. Tinha uma equipe, não era só eu, havia também outros estudantes. Íamos para a Biblioteca Nacional, ou para o Arquivo Nacional, a fim de levantar as fontes referentes à concessão de mercês – desde a *Gazeta de Lisboa* à *Gazeta do Rio de Janeiro* e outros periódicos que publicizavam os atos oficiais do governo imperial, no Brasil independente – e sistematizar esses dados. Durante muito tempo atuei na área da pesquisa do Arquivo. Formei-me primeiro em arquivologia. Depois, por necessidade, fiz o curso de história no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Terminado esse curso, eu me senti mais bem instrumentalizado.

> Dentre os mais de cinco mil municípios brasileiros, nem 5% dispõem de arquivos públicos estabelecidos.

RAPM - Quais são os grandes marcos da história do Arquivo Nacional?

JA - O Arquivo Nacional foi criado por um regulamento de 2 de janeiro de 1838. Ele adquiriu uma certa autonomia pelo regulamento de 1840. Durante o Império, o Arquivo teve um comportamento muito tímido. Tinha áreas muito pequenas, o acervo era guardado em dois armários, pouquíssimos servidores. Mas, nos anos 1870 e 1880, o Arquivo teve um diretor chamado Machado Portela, que eu reputo

como o primeiro diretor que pensa cientificamente a instituição. Ele é o grande sistematizador técnico do Arquivo.

RAPM - O que aconteceu com o Arquivo Nacional com o advento da República?

JA - O Arquivo e a Biblioteca Nacional foram ligados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores durante muitos anos. Depois, com o Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que desmembrou esse Ministério, o Arquivo ficou com o Ministério da Justiça. Posteriormente, em junho de 2000, a instituição passou à jurisdição da Casa Civil da Presidência da República.

RAPM - Como ocorreu a modernização recente da instituição?

JA - A administração de Celina Vargas do Amaral Peixoto é um grande marco. Por outro lado, a transferência para a nova sede, que propiciou a renovação dos quadros funcionais, deu oportunidade a que servidores da casa participassem de diversas missões internacionais, além da vinda de diversas missões estrangeiras, apoiadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Aí tem origem a Lei de Arquivos, que é uma lei importante para o País. Depois da minha assunção como dirigente, começou-se a trabalhar, ou revisitar questões de ordem técnica, de reestruturação, a intensificar o programa de informatização do Arquivo Nacional, para que a instituição pudesse reiniciar o seu programa de modernização (fase dois), um programa que está em curso e que tem levado o Arquivo a uma projeção tanto a nível nacional quanto internacional. Na curta gestão de Maria Alice Barroso, nós tivemos a sanção da Lei de Arquivos e a criação do *Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa*, que vem sendo conferido a cada dois anos. O Arquivo Nacional acaba de fechar o edital deste ano com 21 teses inscritas, o que é um reconhecimento da importância de um prêmio que vem valorizando a pesquisa e estimulando a publicação de teses e dissertações de mestrado.

> O Arquivo Nacional estabeleceu um protocolo de cooperação que deu origem à Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental.

RAPM - Qual é a relação do Arquivo Nacional com os outros arquivos brasileiros?

JA - O Arquivo Nacional promove a relação com os outros arquivos brasileiros através do

Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), um colegiado, com 16 membros, em que há representação dos arquivos estaduais, dos arquivos municipais e há um segmento voltado para a comunidade usuária, no qual é sempre possível envolver entidades que cuidam de arquivos privados ou arquivos privados de interesse público. O Conselho vem tentando empreender uma relação mais intensa com os arquivos estaduais para que estes possam reproduzir essa ação com os diversos municípios do seu Estado, ou seja, estimular as prefeituras e os presidentes das câmaras de vereadores a criarem instituições arquivísticas municipais. Com isso, se dá cumprimento a dispositivos da lei geral de arquivos e, ao mesmo tempo, estimula-se que esse equipamento do município seja um elemento de mediação, de informação entre o munícipe e as diversas entidades geradoras de arquivos no âmbito municipal. Dentre os mais de cinco mil municípios brasileiros, nem 5% dispõem de arquivos públicos estabelecidos. Isso representa um risco à destinação do patrimônio documental gerado nesse âmbito.

> Foi promulgada pelo Ministério da Cultura portaria criando Comitê Nacional do Brasil do programa *Memória do Mundo* da Unesco, do qual sou o primeiro presidente.

RAPM - Além de normatizar, o Arquivo Nacional tem conseguido estimular os municípios a aderirem a esse plano?

JA - Há três anos o Conarq produziu uma cartilha que se chamava *Por uma Política Municipal de Arquivo*s, em que havia uma carta aos prefeitos e presidentes das câmaras. O Senado Federal imprimiu esse material e produziu 13 mil livretos, dos quais uma parte foi distribuída por correio com uma carta das direções dos arquivos estaduais. Nesse momento, está se elaborando uma resolução no Conselho mostrando a importância do apoio dos governos dos Estados à modernização dos arquivos estaduais, dotando-os de autonomia, de um quadro de pessoal próprio, de infra-estrutura adequada, e, ao mesmo tempo, estimulando esses arquivos a serem cabeças de sistema, no âmbito do Estado, das instituições estaduais, envolvendo o Ministério Público Estadual e os Tribunais de Contas para que cobrem dos municípios o pleno cumprimento da Lei n. 8.159, de 1991 e da Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei é muito clara, determina que os municípios tenham arquivos públicos instituídos. Nenhum documento público estadual, municipal, federal ou

do Distrito Federal pode ser eliminado sem que a instituição arquivística pública, em seu âmbito, autorize.

RAPM - Que conselhos o senhor daria a quem estivesse envolvido na organização de um arquivo público municipal?

JA - A organização de um arquivo público municipal vai exigir sempre da prefeitura uma articulação com a câmara. É preciso elaborar um projeto de lei que seja compatível com a realidade financeira e orgânica do município. Ao mesmo tempo, o prefeito deve compreender que está criando uma instância do Estado para a publicização da informação pública gerada no âmbito do município e que preservará para o futuro a memória de sua própria gestão. Portanto, um prefeito, quando dá o passo de estimular a organização do arquivo municipal, está contribuindo para que seja reconhecido como um político que ordena, organiza a massa informacional pública a serviço da visibilidade da sua administração, da transparência na sua administração. Acervos bem organizados, bem controlados, respondem de forma mais adequada ou mais ágil à população e, ao mesmo tempo, uma política adequada de gestão da prefeitura dá pleno cumprimento ao parágrafo segundo do artigo 216 da Constituição Federal, que determina que cabe ao Poder Público a gestão da documentação pública, para franquear a sua consulta a quantos dela necessitem para a defesa de um interesse particular ou coletivo.

> Hoje o risco está na utilização de impressoras jato de tinta, cujo registro tende a esmaecer, desaparecer, dependendo da incidência de raios ultravioletas.

RAPM - O Arquivo Nacional tem estabelecido parcerias com arquivos estrangeiros, especialmente com os de Portugal?

JA - É com Raul Lima, nos anos 1970, que o Arquivo Nacional se filia ao International Council on Archives (ICA), uma Ong ligada à Unesco que surge depois da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de organizar as relações entre instituições arquivísticas e salvaguardar as fontes documentais. Um ano depois, se associa à Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) e, com isso, passa a participar das reuniões anuais dessas entidades, e começa a dar mais visibilidade ao Arquivo em termos internacionais. Raul Lima cria uma publicação, que era uma ousadia, chamada *Mensário do Arquivo Nacional*. Ela se manteve por anos com pequenos artigos, e era enviada para os arquivos estaduais, para as bibliotecas e para os parceiros internacionais – em língua

portuguesa, mas ia. Então, essa relação veio amadurecendo, o que possibilitou ao Arquivo, na gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, ter uma intensa relação com o Conselho Internacional de Arquivos para a assessoria do programa de modernização, além de outros contatos com organismos internacionais. O Arquivo, recentemente, se filiou à Federação Internacional de Arquivos de Filmes (Fiaf), já que é detentor de um conjunto de arquivos fílmicos bastante expressivo. No que tange ao campo de cooperação com os arquivos portugueses, de há muito se vem trabalhando nisso. O Arquivo Nacional estabeleceu um protocolo de cooperação com os arquivos portugueses que deu origem à Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso). Desde as comemorações do 5º centenário da descoberta do Brasil a Coluso vem empreendendo uma série de trabalhos de organização, tratamento, intercâmbio de dados e de informação entre os diversos arquivos portugueses e brasileiros. No bojo disso tudo, eu destaco o papel bastante significativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que há muitos anos é mantenedora de 60 bolsas de estudo para estudantes de história e ciências sociais e que tem funcionado como um grande programa de extensão para os estudantes.

> Os arquivos precisam de boa infra-estrutura física, depósitos bem resguardados, bem sinalizados e bem fiscalizados.

RAPM - E o programa Memória do Mundo?

JA - É uma experiência muito recente. Há muitos anos, Lígia Guimarães – uma técnica da área de conservação do Iphan que vinha representando o Brasil no Comitê Regional para a América Latina e Caribe do programa *Memória do Mundo* da Unesco – pugnava pela criação do comitê nacional. Finalmente, foi promulgada pelo Ministério da Cultura portaria criando o Comitê Nacional do Brasil do programa *Memória do Mundo*, do qual sou o primeiro presidente. Esse comitê divulgou edital via Internet e recebemos 17 candidaturas para a nominação como patrimônio da humanidade, em nível nacional. Esse programa tem gradações: possui um nível regional que atende, no nosso caso, a América Latina e Caribe, e tem os diversos comitês nacionais. Os países podem designar e aprovar a nominação de um fundo documental com documentos singulares de importância para a região ou para o país.

RAPM - O que muda nos arquivos com a era digital? Como os arquivos atuais vão enfrentar os problemas do documento eletrônico e assegurar a guarda permanente de documentos produzidos a partir desse suporte?

JA - É uma questão bastante importante que vem sendo objeto de discussão em algumas das sessões do Conselho Nacional de Arquivos, onde há uma câmara técnica de documentos eletrônicos. Essa câmara, como sinal de alerta aos governos, com base na carta de preservação do patrimônio digital da Unesco, produziu um documento objetivo que se chama *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro*, que tem como base as diretrizes da carta da Unesco. Esse documento é considerado pela Unesco como extremamente importante, porque o Brasil foi o primeiro país a projetar algo específico para a área dos arquivos digitais com base na carta daquela organização. Esta se encarregou de verter o texto para o espanhol, para o inglês e para o francês, e fez uma bela publicação difundindo-o para arquivos de todo o mundo e para outros organismos da Unesco, alertando-os para a necessidade de uma solução para a preservação de acervos digitais. Se há riscos de perda do patrimônio documental tradicional que está sob um suporte extremamente frágil, que é um papel de baixa qualidade, hoje o risco está na utilização de impressoras jato de tinta, cujo registro tende a esmaecer, desaparecer, dependendo da incidência de raios ultravioletas sobre esse registro. Essa câmara técnica, então, se debruçou para examinar o que existe de modelos na Comunidade Européia, na experiência australiana, que é a experiência moderna ou mais contemporânea, mais arrojada na área da arquivologia no mundo.

> Acho que foi uma marca emblemática na política arquivística brasileira a transferência [para o AN] do acervo de um órgão a serviço da repressão [SNI].

RAPM - É uma nova era, não?

JA - É uma nova era. Nos Estados Unidos existe o Eletronical Record Archives. Nós ainda estamos discutindo que nome essa instituição teria no Brasil, mas é de fundamental importância que ela possa dar conta da armazenagem dos documentos, não importa onde esteja a entidade geradora do arquivo. Então, nós já temos uma fase do projeto definida. Estamos desenvolvendo, agora, a partir de estudos dos requisitos funcionais, o que queremos com os

softwares gerenciadores dessas informações, qual será a relação do arquivo com os órgãos produtores e de que forma, em Brasília, poderá se estabelecer um arquivo contemporâneo, um arquivo do século XXI.

RAPM - Quais são os acervos documentais brasileiros que estão mais ameaçados? O que tem sido feito para combater o roubo de documentos?

JA - Primeiro, os arquivos precisam de boa infra-estrutura física, depósitos bem resguardados, bem sinalizados e bem fiscalizados. Nesses depósitos de guarda os documentos têm que estar muito bem topografados. Os arquivos têm que ter instrumentos descritivos que dêem conta da massa documental. Eu acho que isso é difícil porque, embora durante muitos anos os arquivos não recolhessem material algum, ainda assim detêm massas documentais acumulados necessitando de controle. E o Arquivo Nacional mesmo tem parte nisso. Mas nós estamos caminhando para buscar soluções, fizemos concurso público para ampliar o espectro de agentes públicos dentro do órgão, nossas equipes estão sendo treinadas e capacitadas. Portanto, tem que ter investimento em equipamento, segurança. Tem que ter investimento em equipes técnicas, tem que ter investimento em controles intelectuais, porque, se controlamos intelectualmente o acervo, logicamente poderemos detectar com mais rapidez se um documento foi, porventura, subtraído em determinado tempo.

> Eu tive alguns percalços de dentro da instituição, mas que a mim não serviram de obstáculos. Serviram para buscar saídas.

RAPM - O Arquivo Nacional tem colaborado com a repressão ao comércio ilegal de documentos históricos?

JA - Há um ano e meio, mais ou menos, uma pesquisadora entrou em contato comigo e disse que um leilão aconteceria no dia seguinte, aqui na rua Frei Caneca, em um estabelecimento comercial muito próximo de nossa sede. Liguei para o setor especializado em meio ambiente e patrimônio da Polícia Federal e falei com o delegado que respondia pela seção. Disse-lhe que mandara dois técnicos fazer uma inspeção prévia dizendo-se interessados na compra. Nós já tínhamos examinado, previamente, uma lista de mil itens, mil lotes, e concluímos que alguns eram muito indefinidos, que não havia clareza, mas outros nos pareciam públicos, provavelmente do Itamaraty. Eram correspondências do barão do Rio Branco com ministros plenipotenciários sobre a discussão de fronteiras. Isso, nitidamente, era um documento público, que não deveria estar em mãos de

particulares. Eu perguntei que providências ele iria tomar, e ele me respondeu: “Eu não vou mandar ninguém lá agora, só para fiscalizar, nós vamos estourar o leilão. Mas o pessoal não vai entender o que é documento público ou privado. Então, você, por favor, acione as instituições que tiveram documentos subtraídos mais recentemente”. Contactei o Itamaraty e a Biblioteca Nacional. O então diretor da Biblioteca Nacional disse que não enviaria ninguém, mas a equipe do Itamaraty foi para lá e foram também quatro técnicos do Arquivo. Eu disse: “Delegado, como é que essa equipe vai saber quem são vocês?”. Ele disse: “Muito simples, nós vamos chegar com o camburão, armados e com o jaleco da Polícia Federal. A gente entra e sua equipe entra atrás”. Pelo que me relataram depois, ele entrou no salão e disse: “Esse leilão está interrompido por uma denúncia de que estão sendo vendidos aqui documentos roubados de órgãos públicos”. Criou-se uma confusão porque estava cheio de gente, advogados que representavam parte dos compradores. Nem sempre o comprador põe a sua cara, não é? E aí, o delegado perguntou: “Desses lotes, qual tem documento público? E as obras e os livros antigos?” A decisão do delegado: “Vocês passam agora a ter um enorme trabalho, vão examinar os mil lotes de documentos e ninguém sai do espaço do leilão até que esse exame seja realizado”. E complementou: “Em caso de dúvida, pró-réu, separa”. Foi parar na Polícia Federal tudo que foi documento de arquivo, mapa, foto, livros raros. Só depois disso ele liberou o povo, registrou todo mundo que estava lá e disse que as entidades que tiveram seus acervos roubados foram instadas a dar uma declaração de que não tinha peça nenhuma ali. O Itamaraty levou as cartas do Rio Branco e, depois, a Polícia Federal designou fiel depositária a Biblioteca Nacional e transferiu os documentos para lá. Duas semanas depois, preventivamente, o leiloeiro entrou em contato com o Arquivo Nacional e disse: “Estou fazendo um leilão e gostaria muito que alguém do Arquivo Nacional examinasse, previamente, as peças que eu estou leiloando para que não se repita o incidente”. Assim, uma funcionária do Arquivo esteve lá antes. Mas esse leilão, efetivamente, não tinha peça que pudesse ser caracterizada como pública. Achei um sinal positivo ter uma ação educativa nesse sentido.

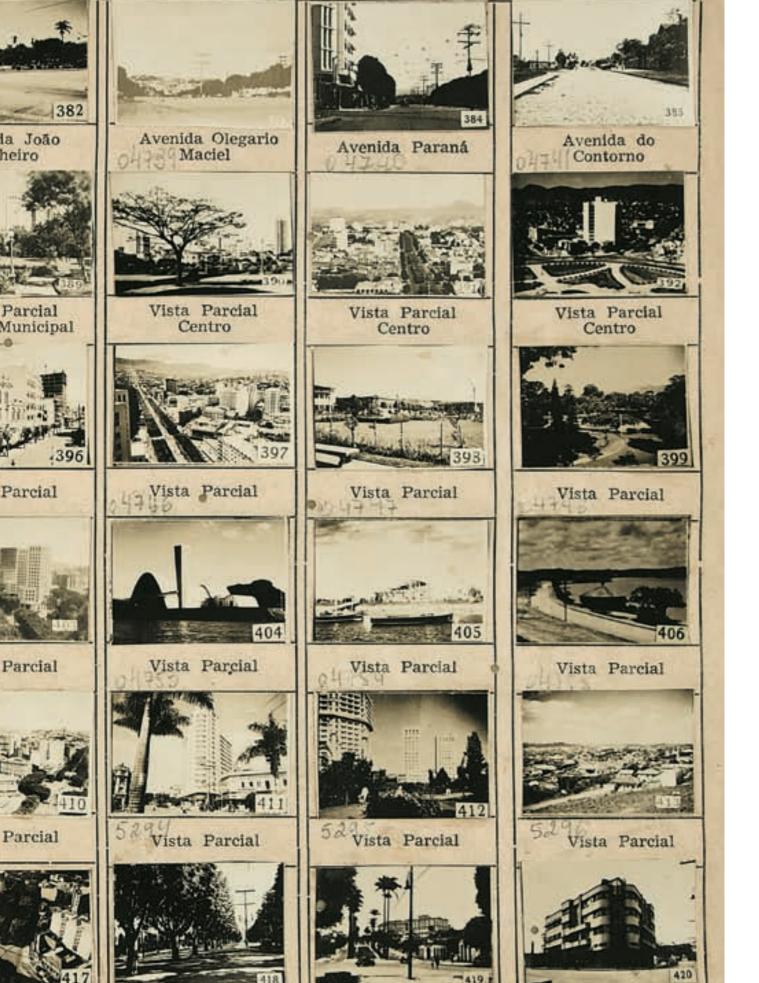
RAPM - Quais foram a sua melhor e a pior experiência em arquivos?

JA - Eu acho que a melhor, e aí eu vou trazer uma experiência mais recente, foi a possibilidade que se pleiteava há muitos anos, por força de um decreto do presidente da República, de entrada na nossa unidade regional dos acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 21 de dezembro de 2005. Eu acho que isso foi uma marca emblemática na política arquivística brasileira: a transferência do acervo de um órgão que era o coração da informação a serviço da repressão, durante tantos anos, de 1964 a 1985, e que ficava sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência. Não sei por que, mas não me parecia o lugar mais adequado. A entrada desse acervo possibilitou que dezenas de outros fundos documentais fossem transferidos para o Arquivo Nacional. Então, eu considero este um marco importante de uma posição do governo para iniciar um

trabalho de desvendar partes, ainda nebulosas, da história contemporânea brasileira. A pior experiência... Eu tive alguns percalços dentro da instituição, mas que a mim não serviram de obstáculos. Serviram para buscar saídas, buscar instrumentalização para melhor adequar a instituição. O Arquivo Nacional, nos anos 1990, sofreu um incêndio em sua subestação de distribuição de energia. Felizmente, o fogo não atingiu o prédio de guarda do acervo, mas isso gerou, durante muito tempo, um enorme desconforto para a administração, que durou até que o Arquivo pudesse recuperar o prédio, a partir da subestação de força. Mas isso proporcionou à instituição a oportunidade de, primeiro, modernizar toda a sua infra-estrutura, o que aumentou, enormemente, a segurança do acervo. Ao mesmo tempo, tive que administrar o Ministério Público no meu calcanhar, que me cobrava não só as questões voltadas para o prédio do depósito, mas também os caminhos para a recuperação deste prédio, que é a nova sede. Eu vi nessa situação delicada, que me causou certo desconforto, mas não esmoreceu os ânimos, a chance de buscar uma saída para melhorar a infra-estrutura do Arquivo. Ao mesmo tempo, depois da passagem do Arquivo Nacional para a Presidência da República, conseguimos a melhoria das condições salariais dos servidores. Mas uma coisa que me causa frustração, pela qual há muitos anos a gente pugna, é não ter conseguido, até hoje, a criação do plano de carreira dos servidores do Arquivo Nacional.

* Entrevista concedida ao historiador Luciano Figueiredo.

379
380
381
Avenida Afonso Pena
04735
Avenida Getulio Vargas
04736
Avenida Amazonas
04737
386
387
388
Viaduto de Sta. Teresa
Viaduto da Floresta
Vista Parcial Parque Municipal
393
394
395
Vista Parcial
04742
Vista Parcial
Vista Parcial
400
401
402
Vista Parcial
Vista Parcial
Vista Parcial
407
408
409
Vista Parcial
Vista Parcial
Vista Parcial
414
415
416

Em busca de uma polifonia urbana

Lucilia de Almeida Neves Delgado

> As cidades são polifônicas, plurais, heterogêneas. Todavia, são também peculiares na multiplicidade que as caracterizam. Belo Horizonte, cidade singular e múltipla, cravada entre montanhas de Minas Gerais, hospeda paisagens urbanas, complexas relações entre indivíduos e grupos sociais, arquitetura eclética, inúmeras redes de comunicações, intensa musicalidade, lugares da memória, espaços de sociabilidade, monumentos, tessitura de temporalidades, movimentos culturais diversificados, história e passado na história.

Ao completar 110 anos de sua fundação, podemos constatar que, de cidade planificada, construída em sintonia com os cânones da melhor expressão arquitetônica/urbanística do positivismo, ela transformou-se em cidade eclética, que ultrapassou geograficamente o espaço que lhe fora reservado. Em sua historicidade, superou também a cultura unitária e bem ordenada, que contribuiu para caracterizá-la, durante os primeiros anos de sua trajetória, como uma cidade provinciana.

A Belo Horizonte do tempo presente deixou, de fato, no passado seus ares de urbe bem comportada, habitada por uma população com características bastante homogêneas e que se dedicava, quase que exclusivamente, à administração pública, complementada por algumas atividades nos ramos dos serviços, comércio e educação, enquanto segregava os trabalhadores manuais, que deviam morar fora do eixo da avenida do Contorno.

A Belo Horizonte na qual vivemos é bastante diferente da cálida e tranqüila cidade estratificada do final do século XIX e início do século XX. Transformou-se em

uma urbe modificada pela ação do tempo histórico e dos sujeitos que nela habitaram e habitam. Cidade em movimento constante de atualização e transformação, avançou sobre si mesma ao criar novos espaços públicos, variados locais de convivência e inúmeros bairros, não previstos em seu projeto original. A capital mineira, em sua trajetória urbana, ampliou e diversificou sua economia e sua vida social. Cresceu enormemente e transformou-se em uma metrópole que, nos seus movimentos paradoxais, contém a antiga cidade, ao mesmo tempo em que a descaracteriza.

Sobre essa questão, recorreremos a Susana Gastal, que em seu livro *Alegorias do Urbano* afirma que o fluxo tende a superar e a transformar o fixo. É desse impulso ao movimento que surge um dos principais dilemas das cidades em suas inexoráveis trajetórias históricas. Ou seja, como e para que definir o que deve ser transformado e o que deve ser preservado. A cada movimento de reforma na planta da cidade e de implementação de intervenções denominadas reengenharias urbanas, brotam conflitos entre as demandas por transformação e os apelos simbólicos, afetivos e sociais em favor da preservação.

Por tudo isso, as histórias das cidades são constituídas de contradições que incorporam, em um único movimento, desejos de manter os signos dos lugares e as necessidades de atualizar os equipamentos urbanos, tornando-os mais adequados às exigências da modernidade, em um primeiro momento, e, em um segundo, da pós-modernidade. Ou seja, às atitudes que identificam as cidades – que se transformam em fluxo contínuo – como patrimônio e como memória, contra-põem-se, não poucas vezes, as dinâmicas e as exigências relacionadas a outras formas de vivenciá-las.

Nesse processo, os rituais de identificação das pessoas com os lugares deparam-se com os signos das mudanças e dos impulsos transformadores. A memória defronta-se com a tessitura de redes impulsionadoras das mudanças, que sobrelevam o valor da transformação como necessário à obtenção de um maior conforto ambiental urbano.

A trajetória histórica de Belo Horizonte, nesse sentido, não é diferente da de muitas outras cidades que nasceram e cresceram sob o signo da modernidade. Os ideais de progresso e os pressupostos iluministas ligados à ciência constituíram-se, em diferentes conjunturas, como ícones de adesão desta cidade/ capital aos valores civilizadores modernos. São valores de referência, que tendem mais a projetar o futuro do que a preservar os lastros do passado e das tradições, suportes da identidade citadina.

Belo Horizonte tem se defrontado simultaneamente com impulsos de mudança e projetos de conservação. A cidade tem também convivido com demandas contraditórias: as sociais e políticas, de objetivos imediatos, e as de preservação histórica, caracterizadas por apelos de retenção da memória urbana. Dessa forma, constatamos que o olhar da cidade, como historicidade, se contrapõe, não raramente, aos pressupostos que orientam as constantes descaracterizações das urbes.

Nessa dinâmica tem predominado, não poucas vezes, uma tendência de se preservarem alguns espaços, que são considerados lugares-âncora, ou lugares da memória. Essa tem sido uma fórmula que, muitas vezes, alcança algum êxito no esforço de conciliar os clamores do progresso com as heranças simbólicas, materiais e culturais, que são os principais lastros de uma história viva.

A homenagem que a *Revista do Arquivo Público Mineiro* ora presta à cidade de Belo Horizonte nos seus 110 anos de existência e de trajetória histórica

buscou contemplar análises e interpretações que consideram a cidade em sua memória, em sua historicidade e em seus movimentos transformadores. Entendemos que tarefa tão complexa necessitaria da colaboração de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, pois para analisar a pluralidade de uma cidade centenária nada melhor do que a conjugação dialógica de textos escritos a partir de diferentes olhares e de percepções diversificadas.

O sentido interdisciplinar que orientou a edição da seção *Dossiê* deste número histórico da *Revista do Arquivo Público Mineiro* coloca em interlocução múltiplas visões sobre uma cidade também múltipla. Assim, a publicação conta com a colaboração de arquitetos, nas pessoas de Heliana Angotti-Salgueiro, Cláudio Listher Marques Bahia e Celina Borges Lemos; de historiadores, que se fazem presentes nos artigos de Betânia Gonçalves Figueiredo, Claúdia Maria Ribeiro Viscardi, Lucilia de Almeida Neves Delgado e Sérgio da Mata. Além desses autores, o Dossiê desta edição comemorativa também traz a contribuição da socióloga Luciana Teixeira Andrade.

Esperamos que a construção teórica e histórica sobre a relação tempo, espaço e cidade, que constitui o conteúdo desta publicação, contemple, com sensibilidade e densidade, a polifonia constitutiva da rica realidade urbana e dos suportes da identidade pluralista de Belo Horizonte.

Lucilia de Almeida Neves Delgado foi professora da UFMG de 1978 a 1996. Atualmente é professora titular do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas. É autora, entre outros, do livro *História Oral: memória, tempo, identidades* (Autêntica) e organizadora da coleção *O Brasil Republicano* (Civilização Brasileira, 4 vol.), em conjunto com Jorge Ferreira.

Cláudia Maria
Ribeiro Viscardi

A capital controversa

O dissenso em torno do projeto de mudança da capital pôs em evidência o espectro das lutas internas na elite governante mineira, que se polarizou em duas posições, numa controvérsia só resolvida depois de superados os conflitos entre os grupos em disputa.

> Há variadas formas de se refletir sobre a construção da nova capital de Minas Gerais, e inúmeros pesquisadores preocuparam-se em prestar sua contribuição ao tema. A mudança de uma capital é sempre uma decisão política que, por assim ser, implica valores, crenças, novas expectativas, interesses e necessidades reais ou presumidas. Ao mesmo tempo, envolve diferentes atores, a exemplo de seus idealizadores, construtores, futuros residentes, defensores e opositores à sua construção.

Especificamente no caso da "Cidade de Minas", cujo projeto foi intensamente debatido e disputado voto a voto, destaca-se a existência de vencedores e vencidos. É impossível dar conta de tudo isso nos limites de um artigo. Assim sendo, propomo-nos a contribuir com as reflexões já produzidas, a partir de três perspectivas. A primeira, enfocando o árduo debate travado na imprensa de Juiz de Fora e de Ouro Preto sobre o tema. A segunda, propondo uma síntese de alguns trabalhos anteriormente realizados. A terceira por meio de uma leitura alternativa dos grupos em luta, a partir da análise da composição política e regional das comissões criadas para a deliberação da proposta.[1]

Palco de debates

As pressões para a mudança da capital se iniciaram no ano de 1890 por meio da imprensa. A campanha começou em Juiz de Fora, no seu principal jornal, *O Pharol*. Aos poucos, outros jornais foram se posicionando a respeito do tema. A maior oposição à idéia vinha do *Jornal de Minas,* de Ouro Preto.[2]

De várias cidades provinham artigos, transcritos n'*O Pharol*, que apoiavam a transferência da capital, chegando a propor que a decisão fosse tomada por meio de um plebiscito. O *Jornal de Minas* respondia defendendo a permanência da capital em Ouro Preto. O debate na imprensa tornou-se tão acirrado a ponto de serem proibidas transcrições de quaisquer notícias d'*O Pharol* nos jornais ouro-pretanos.

A imprensa de Juiz de Fora, em sua campanha por sediar a capital no município, alegava ser a região econômica e culturalmente a mais desenvolvida de Minas Gerais. Afirmava encontrar-se próxima ao Rio de Janeiro, para onde escoava a principal riqueza do Estado, o café, e de onde provinham as manifestações culturais. Afastar a capital do litoral seria condenar Minas à escuridão e ao atraso econômico. Só se justificaria uma capital construída no Centro – alegavam os juizforanos – em Estados em que a densidade populacional e o desenvolvimento fossem eqüitativos. Não era este o caso de Minas Gerais. Nesse projeto, seria reservado a Ouro Preto um papel de centralizador da cultura – uma *nova Coimbra* – e a Juiz de Fora, o papel de pólo político e econômico.

Aos poucos, o debate jornalístico ganhou as ruas. Alguns *meetings* foram realizados em Juiz de Fora e Ouro Preto, a favor e contra a mudança, respectivamente. O deputado Alexandre Stockler, representante da Zona da Mata, chamou a si a responsabilidade de centralizar as pressões pela mudança, chegando a reunir um abaixo-assinado com dez mil assinaturas, provindas de várias regiões do Estado.[3]

As disputas extravasaram as fronteiras mineiras. Representações de Juiz de Fora foram enviadas ao Congresso e Executivo federais, solicitando a mudança. Representantes de Ouro Preto pressionaram Deodoro – então presidente da República – para que a lei que autorizava mudanças de capitais fosse cancelada. Líderes de Juiz de Fora solicitaram intervenção federal no Estado. Reuniões ocorriam entre mineiros residentes no Rio de Janeiro e São Paulo para discutir a questão. A imprensa nacional destacou vários momentos dessas divergências.

A disputa se tornou cada vez mais ferrenha. Ouro Preto ameaçou partir para a luta armada contra os "sindicatos de Juiz de Fora".[4] Por sua vez, os líderes políticos de Juiz de Fora ameaçaram separar a cidade de Minas, juntando-a ao Rio de Janeiro ou ao Espírito Santo, garantindo seu acesso ao mar. Desafiou Ouro Preto a viver a suas próprias custas e não apenas do dinheiro do café produzido pela Zona da Mata. Ao mesmo tempo, propôs que a decisão fosse tomada no Congresso Constituinte. Para isso, mobilizou-se pela eleição de representantes comprometidos com o mudancismo, sem que tivesse obtido o êxito desejado. O *Jornal de Minas* apresentava a proposta de uma nova capital como um vírus peçonhento de corrupção de costumes a absorver a seiva nacional.

A luta entre interesses políticos assumia caráter claro. As críticas que partiam d'*O Pharol* eram dirigidas contra Cesário Alvim, João Pinheiro, Augusto de Lima e Bias Fortes, tidos como lídimos representantes dos interesses de Ouro Preto. Acusava-os, primeiro, de obstaculizarem a mudança; segundo, de transferirem a capital com base em critérios de interesse exclusivamente pessoal.

O Pharol, sucessivas vezes, acusou a classe política de estar adquirindo terrenos na região em que hoje está Belo Horizonte antes de a decisão ser tomada, visando a ganhos futuros com a especulação imobiliária. Afirmava-se que muitos bancos, inclusive de outros Estados, que tinham interesse em operar em Minas Gerais, bem como proprietários de fábricas e políticos, haviam adquirido terrenos na região, aguardando por sua posterior valorização. O deputado Bernardino de Lima foi acusado de ter obtido uma concessão de extensão de via férrea até o local indicado para a nova capital.

Do *Jornal de Minas* partiam críticas à mudança, alegando que Ouro Preto reunia muitas estradas de ferro e cumpria bem o seu papel de capital do Estado. Quanto ao "Pantanal às margens do Paraibuna" (Juiz de Fora), havia crescido em função das benesses do Estado, que investira muito em seu sistema viário. Em um *meeting* que reuniu 800 pessoas, um padre ouro-pretano propôs que não se consumisse mais cerveja na cidade, uma vez que toda ela provinha das fábricas de Juiz de Fora. Só esse boicote poderia fragilizar aquela "cidade de vícios". *O Pharol* dirigia diariamente críticas aos governadores de Estado por estarem investindo às pressas na industrialização de Ouro Preto, para que a mudança não ocorresse.

Como se pode perceber, o debate na imprensa opunha dois grupos de valores estereotipados. De um lado, Juiz de Fora, uma cidade que se via moderna, industrializada e economicamente avançada. Mas era vista pelos seus oponentes como rebelde e viciada. De outro, Ouro Preto, que se percebia como um lídimo representante do Estado de Minas, por ser uma cidade culta e tradicional. Mas o grupo oponente a via como suja, mal-cheirosa e empobrecida. O grupo ouro-pretano inventava-se na tradição. O juiz-forano, na modernidade.

Historiografia da mudança

A transferência da capital de Ouro Preto não era uma idéia nova. Há notícias da ocorrência de inúmeras propostas ao longo dos anos.[5] No entanto, as significativas transformações ocorridas após a proclamação da República provocaram o ressurgimento da questão mudancista.

Pode-se dividir a produção sobre o tema em dois grandes grupos. Um que destaca as bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas. Para este grupo, a opção pela construção da nova capital resultou em vencedores e vencidos. Outro que entende tal escolha como motivada por um esforço, bem ou mal-sucedido, de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, com o fim de conferir alguma unidade ao Estado.

O trabalho de Hélio Lobo[6] destaca-se como uma das primeiras referências à existência de dois grupos distintos no Estado, após a indicação de Cesário Alvim para a presidência de Minas Gerais,[7] feita por Deodoro: o dos alvinistas e o dos dissidentes. O grupo dissidente, ao fazer oposição a Cesário Alvim no Estado e a Deodoro em âmbito nacional, propunha a retirada da capital de Ouro Preto como uma estratégia para conseguir maior número de cadeiras no Congresso Estadual Constituinte. Ao mesmo tempo, tentava garantir hegemonia política e econômica para a região agroexportadora, na qual seus representantes mais destacados se concentravam. Por essa razão, segundo o autor, Juiz de Fora teria sido a primeira cidade a desfraldar a bandeira da mudança da capital após a proclamação da República, tendo como porta-voz seu principal jornal, *O Pharol*, na edição de 30 de setembro de 1890. Em seguida, o jornal atuaria fortemente em prol do projeto mudancista, fomentando a organização de *meetings* que, por sua vez, eram respondidos com outros, organizados pela imprensa ouro-pretana, conforme visto anteriormente.

Da mesma forma, Afonso Arinos de Mello Franco[8] explica o ressurgimento da proposta de mudança relacionando-a às disputas políticas e à diferenciação econômica no interior de Minas Gerais, ocorridas ao final do século XIX. A Zona da Mata, capitaneada por Juiz de Fora, pretendia sediar a nova capital e teria se unido ao sul de Minas para defender interesses comuns, uma vez que ambas as regiões eram cafeicultoras. A região central, após a decadência da mineração, não tinha mais fôlego para manter a capital. Na visão de Arinos, a divergência expressava diferentes interesses entre regiões economicamente dominantes e outras decadentes. Ao mesmo tempo, revelava um conflito político entre republicanos históricos (concentrados nas regiões cafeicultoras) e adesistas e monarquistas (concentrados em outras regiões do Estado).

O trabalho de Moema Siqueira[9] reforça a tese de que o grupo mudancista era representado pela ala republicana progressista do Estado e os anti-mudancistas eram reacionários e conservadores. Grupos que, segundo a autora, se faziam porta-vozes de uma cultura urbano-industrial em oposição a uma de caráter mais tradicional. Sua contribuição em relação ao clássico trabalho de Afonso Arinos se deu no sentido de contestar a base regional dos grupos (anti-mudancistas concentrados no Centro e mudancistas na Zona da Mata e no Sul). Ela aponta para a existência de conservadores e progressistas em bases regionais difusas.

Para Vera Cardoso Silva,[10] a escolha da capital também resultou de lutas inter-regionais. O elemento novo introduzido pela autora foi a ruptura da aliança entre a Zona da Mata e o Sul de Minas, que, unidos na luta mudancista, separaram-se na segunda fase da discussão, a da escolha do local. Na ocasião, o Sul teria se unido à região central, contra a Zona da Mata. A escolha da região do Curral del Rei teria se constituído em meia vitória para os interessados.

Conciliação de interesses

Entre os trabalhos que realçam o caráter conciliador da escolha desse local, destaca-se o artigo de Efigênia Resende.[11] Por meio de consulta aos Anais do Congresso Constituinte Mineiro e das mensagens presidenciais, a autora procurou enfocar com prioridade o papel de Afonso Pena no processo. Conclui que Pena, na condição de senador constituinte da região centro-norte de Minas, opunha-se ao projeto mudancista. Tão logo assumiu a presidência do Estado, envidou consideráveis esforços em prol da construção da nova capital. Por essa razão, a criação da futura Belo Horizonte teria resultado do interesse do Executivo estadual, ocupado na ocasião por Pena, que soube administrar e conciliar os inúmeros conflitos existentes.

Quadro do 1º Congresso do Estado de Minas Gerais, 1891. Photografia Americana. Cortesia da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

CONGRESSO DO ESTADO DE MINAS GERAES
30 de MARÇO de 189

Somando-se à mesma perspectiva, alguns autores reforçam o caráter conciliador da proposta, na medida em que ela resolveria os problemas derivados das diversidades econômicas e políticas do Estado. Este é o caso de Paul Singer,[12] que destacou o caráter centrífugo da economia mineira, dividida em pólos autônomos com interesses voltados para fora do Estado. A construção de uma capital no centro geográfico, que se diferenciasse de Ouro Preto, ou seja, que refletisse com mais fidedignidade os novos valores e crenças dominantes em uma época de mudanças intensas, poderia atenuar os arroubos separatistas com os quais o Estado permanentemente convivia, promovendo a sonhada integração entre as Minas e as Gerais.

Jonh Wirth, caminhando na direção apontada por Singer, afirma que a idéia da criação de uma nova capital expressava anseios de conferir a Minas uma certa unidade política que não existia em sua economia.

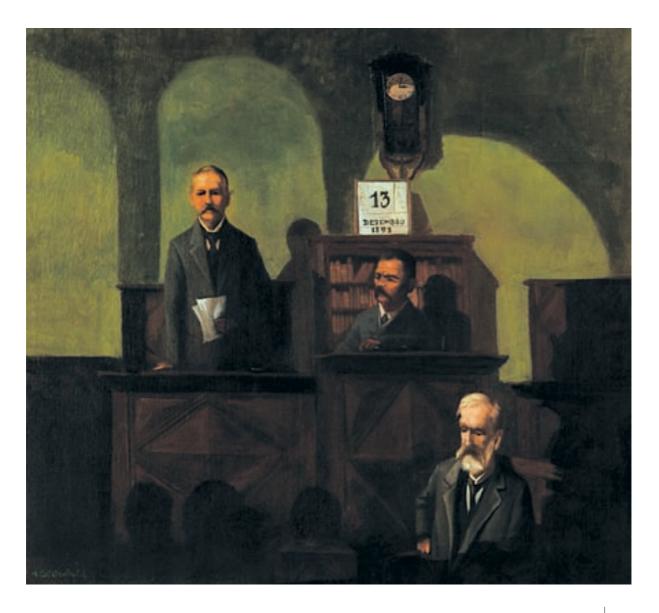
O fato de Minas não ser uma unidade econômica coerente derivava de suas origens no século XVIII, como conveniência administrativa à metrópole. Todavia, desde Tiradentes, o ideal de unificação e de tentar tornar a unidade política mais viável economicamente era um legado importante da cultura política do Estado. Esse ideal estimulou a fundação de Belo Horizonte em 1897.[13]

Peter Blasenheim,[14] tal como Resende, concluiu que a escolha de Belo Horizonte teve a marca da conciliação. As regiões da Mata e do Sul tiveram ganhos ao esvaziarem o poder do Centro, retirando a capital de Ouro Preto. Por sua vez, o Centro teve como recompensa a construção de uma nova capital em seu âmbito, esvaziando politicamente o Sul e a Mata.

Iglesias[15] destaca que a construção de uma capital em moldes arquitetônicos bastante modernos acabava por atender a ambos os interesses, quais sejam, o dos republicanos progressistas e o dos liberais conservadores. Afonso Pena expressaria bem esse consenso, por ser portador de uma fleuma moderna e de um passado monarquista e conservador. Para o autor, não obstante o caráter conciliatório da escolha de Belo Horizonte, houve um grupo derrotado, o dos republicanos históricos.

Para Helena Bomeny,[16] a criação da nova capital expressava uma idéia de síntese, concebida como uma resposta às antinomias e aos conflitos resultantes da diversidade de povoamento, interesses e influências do Estado. A capital surgia com o fim de conferir a Minas uma identidade própria. Em que pesem as intenções de seus formuladores, segundo a autora, o projeto de construção de Belo Horizonte não atendeu aos objetivos de se criar uma metrópole moderna para Minas, na medida em que foram para lá transplantados os laços pessoais, os vínculos familiares dos redutos rurais e as redes políticas de preservação do poder.

Pouco se fala, nesses trabalhos, acerca de um tema encoberto pelas discussões da proposta mudancista e a ela diretamente relacionado. Trata-se da questão dos limites da autonomia dos municípios e da distribuição das rendas municipais. Políticos oriundos de regiões economicamente mais dinâmicas tinham interesse na ampliação de sua autonomia, de modo a reter seus excedentes em sua região de origem. Na ausência de autonomia, restava a eles a luta por sediar a capital. Já políticos de regiões não tão dinâmicas, na ocasião, tendiam a impor obstáculos à proposta, com o fim de garantir a redistribuição de riquezas por todo o Estado. Por outro lado, insistiam na permanência da capital no Centro.

O quadro nacional também alimentava as divisões internas. A luta entre os projetos deodorista e florianista dividia a elite mineira. Para se contrapor a Deodoro, Floriano incentivava seus correligionários a fomentarem

Carlos Oswald (Rio de Janeiro, 1882 – Petrópolis, 1971). *13 de dezembro de 1893.*
Óleo sobre tela, s/d, 80 x 89,7 cm. Acervo Museu Mineiro, Coleção Credireal (ACR 0061).
A cena mostra a defesa do senador J. Pedro Drummond pela localidade de Belo Horizonte em seção do Congresso Mineiro em Barbacena, 1893.

ações separatistas no Estado. Qualquer oposição à mudança da capital era acompanhada por ameaças de separação.[17] Como se verá, só após a renúncia de Deodoro e de Cesário Alvim é que a proposta de mudança seria aprovada.

Uma decisão política

A primeira iniciativa concreta em relação à mudança partiu do próprio Cesário Alvim, que tomou a decisão de construir a nova capital no Morro do Cruzeiro,

bairro de Ouro Preto, o qual seria ligado à velha capital por um viaduto. A proposta chegou a ser entregue a um engenheiro para execução. As críticas e pressões contrárias foram intensas. Em Juiz de Fora um *meeting* foi organizado para que a nova capital não fosse construída na própria Ouro Preto. Esse *meeting* recebeu apoio dos clubes republicanos de Minas Gerais e da imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

Numa segunda tentativa de resolver a questão, o governo Augusto de Lima elaborou um decreto transferindo a capital para a região do Rio das Velhas, onde hoje se localiza Belo Horizonte. Tal ato gerou inúmeros protestos. Não pela mudança, pois a grande maioria lhe era favorável, mas pelo local, passível de discussão. Pressionado, em abril de 1891 Augusto de Lima voltou atrás e remeteu o tema para o Congresso Constituinte.

A eleição do Congresso Constituinte Mineiro foi a expressão das lutas internas dominantes no Estado. Apesar da presença de republicanos históricos no novo governo, as oposições não cessaram, e vários conflitos marcaram a história de Minas Gerais nesse período. Sucederam-se ameaças separatistas por parte da cidade de Campanha, ao sul de Minas, e de Juiz de Fora, na Zona da Mata.

Após inúmeras disputas, o Congresso Estadual Constituinte ficou constituído conforme mostrado na Tabela 1.[18]

Como se pode observar pela composição do Congresso, havia uma maioria expressiva das regiões Norte, Sul e Centro. A região das Vertentes esteve igualmente bem representada. Em função das dissidências anteriores, a Zona da Mata, que reunia o maior número de dissidentes, ficou sub-representada, principalmente quando se leva em conta a importância econômica daquela região. Dos 12,5% de deputados que a representavam, estavam excluídas as suas principais lideranças, que haviam se candidatado pelo Partido Católico e não se incluíam na chapa oficial do PRM.

Avaliando-se, com base nos grupos políticos em que o Congresso se dividia, temos, conforme a Tabela 2, a seguinte composição: um primeiro grupo liderado por Cesário Alvim e composto de monarquistas e republicanos de última hora. Concentrados nas regiões economicamente menos dinâmicas do Estado, eram contrários à mudança da capital. Já o segundo grupo era composto por propagandistas republicanos e concentravam-se nas regiões cafeicultoras. Eram favoráveis à proposta de mudança e disputavam entre si a sede da nova capital. O terceiro grupo, por fim, liderado por João Pinheiro, tinha vínculos com o alvinismo e também havia participado da propaganda republicana. Era favorável à construção de uma nova capital para o Estado.

A mudança da capital constituiu-se na pauta mais importante do Congresso Constituinte. A primeira comissão a discutir o tema foi composta conforme mostra a Tabela 3. Nela, Augusto Clementino da Silva, que tinha relações próximas a Augusto de Lima, propôs que a nova capital fosse localizada em ponto central do Estado, no Vale do Rio das Velhas. Tal proposta contemplava plenamente os interesses dos republicanos históricos ligados a João Pinheiro (Costa Reis, Idelfonso Alvim e o próprio autor da proposta). Ela foi aprovada por seis dos onze integrantes da comissão.[19]

Os seis nomes que aprovaram o projeto mudancista eram identificados com o republicanismo histórico. Os outros cinco, a exceção de um, com o adesismo ou com o monarquismo. A estratégia escolhida pelos dissidentes, em minoria, foi a de aderir à proposta do grupo de João Pinheiro para garantir a mudança, e com ela o enfraquecimento político do setor mais conservador do alvinismo. Ao mesmo tempo, o tema ainda iria a plenário, podendo eventualmente ser modificado.

Quando o tema foi pautado em plenário, os representantes de outras regiões apresentaram emendas propondo a construção da capital em suas bases eleitorais. Alguns chegaram com propostas concretas de oferecimento de terrenos, postos à disposição do Estado.[20]

Dando continuidade à estratégia de seu grupo, o deputado Gama Cerqueira (dissidente/republicano histórico) propôs dividir a votação em duas partes: a primeira relativa à mudança da capital; a segunda a sua alocação futura, através de votação secreta. A proposta foi aprovada. Em seguida foi designada nova comissão para realizar estudos e apontar propostas de locais. Era composta por sete membros, sendo três da comissão anterior, conforme informa a Tabela 4.

A ausência de representação do grupo que defendia a proposta do Executivo (liderado por João Pinheiro) permitiu que propostas de outras cidades-sede pudessem ser incluídas. Assim, o trabalho da segunda comissão resultou na indicação de quatro locais: Curral del Rei, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal (região próxima a São João del Rei). A estratégia do grupo contrário à mudança foi apoiar a proliferação de propostas para aprofundar as dissidências, atrasando o processo.

Ao ser levada a proposta em plenário, Carlos Alves (republicano histórico/dissidente) propôs emenda acrescentando Juiz de Fora, alegando a sua proximidade do mar e sua condição de maior cidade de Minas. A emenda foi aprovada, e Juiz de Fora passou a fazer parte dos estudos.[21]

Solução técnica

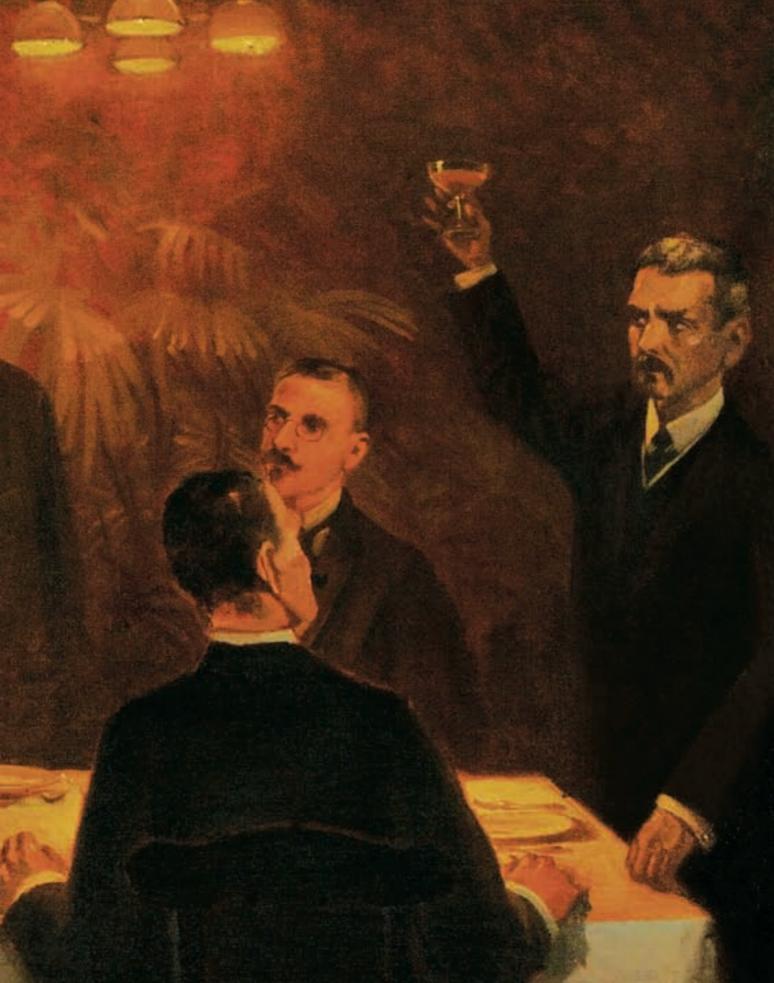
Já à frente do governo de Minas Gerais, Afonso Pena nomeou uma comissão técnica chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, com o qual mantinha relações pessoais, para a realização de estudos. Segundo Helena Bomeny[22] a escolha de Aarão Reis objetivava dar à discussão um caráter técnico e menos político. Reis era formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a mesma de Pereira Passos. Buscaria em sua proposta de trabalho a escolha de um local higienizado, ordenado e moderno, segundo padrões franceses, especialmente os de Paris.

A comissão técnica terminou seus trabalhos no ano seguinte (1893). Para a análise do relatório final da mesma, foi formada uma terceira comissão do Congresso composta de sete membros (veja Tabela 5).

O resultado obtido na terceira comissão apontou para dois locais, nesta ordem: Várzea do Marçal e Curral del Rei. Essa decisão impediu que outras propostas fossem examinadas pelo plenário.

Os anti-mudancistas, derrotados, passaram a apoiar a transferência para Curral del Rei em oposição a Juiz de Fora e Barbacena, cidades que congregavam os dissidentes. Várzea do Marçal foi posta em primeiro lugar da lista, embora o relatório de Aarão Reis fosse claramente favorável a Curral del Rei.[23] Percebe-se que tal prioridade resultou no grande controle que o Executivo tinha sobre a tramitação desse tema na comissão técnica.

Os debates foram muito intensos. A questão teve que ser adiada para uma reunião extraordinária, que só ocorreu em 1893, em Barbacena. Lá, os anti-mudancistas tentaram de todas as formas impedir que a decisão fosse tomada. Auxiliados por vários pareceres jurídicos de advogados de renome nacional, como Rui Barbosa e Saldanha Marinho, denunciavam a caducidade da proposta de mudança.

A decisão em transferir o Congresso para Barbacena justificava-se por torná-lo imune às pressões e por excluir a cidade-sede das opções de escolha.

Percebia-se, por parte da Presidência do Congresso, todo um direcionamento para a escolha recair sobre Curral del Rei.

Os anti-mudancistas foram derrotados em suas alegações. Colocou-se em votação o relatório de Aarão Reis. O plenário ainda tentou mais uma vez incluir Juiz de Fora e Barbacena como opções, mas o relatório da terceira comissão só incluíra as duas regiões anteriormente citadas. A decisão se deu a favor de Curral del Rei por uma diferença de apenas dois votos, sendo que vários congressistas se ausentaram, conforme atesta a Tabela 6.

Como se vê nessa tabela, as alianças regionais foram diferenciadas em relação às anteriores, não só em razão da mudança de conjuntura, como da própria fluidez de sua composição. A opção da Mata e do Sul por Várzea do Marçal se justifica por duas razões: proximidade geográfica e oposição ao alvinismo que se reunira majoritariamente em torno de Curral del Rei. O número de abstenções foi significativo. Não nos foi possível obter dados relativos aos votos em branco. Mas as ausências foram definidoras dos resultados (14 em um total de 72), uma vez que a decisão se deu por uma diferença de dois votos.[24]

Depois da análise das discussões no âmbito da imprensa e no interior do Congresso Constituinte, foi possível perceber a existência de dois projetos distintos que se opunham. Um ligado ao futuro e outro ao passado. Ambos foram derrotados por um terceiro projeto, que advogava a construção de uma capital moderna em um espaço da tradição, ou seja, inserindo o futuro no passado. Embora a opção vitoriosa possa refletir a conciliação entre os dois projetos em luta, tal não ocorreu, pois ambos foram derrotados. O primeiro por não sediar a capital. E o segundo por não ser mais a capital. Venceu o *tertius*, lugar-comum, em se tratando de decisões políticas que se polarizam.

Notas |

1. Para os fins deste artigo, além da bibliografia referenciada, foram consultados os Anais do Congresso Constituinte Mineiro e as coleções dos jornais *O Pharol* e *Jornal de Minas*.

2. De propriedade de Diogo Vasconcellos, era assumidamente monarquista. Ao seu lado encontrava-se Xavier da Veiga.

3. Entre elas havia 101 coletadas em Ouro Preto.

4. Em alusão ao dinâmico movimento operário existente na cidade.

5. Segundo Moema Siqueira (Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 33, 1972), o primeiro projeto de mudança ocorreu em 1720 por iniciativa do conde de Assumar como forma de se evitar as rebeliões de Vila Rica. No período da Inconfidência, seus articuladores teriam feito uma proposta de transferência da capital para São João del Rei. Em 1867, nova proposta de mudança foi feita pelo padre Agostinho Paraíso, a qual chegou a ser aprovada pelo Legislativo e vetada pelo presidente da Província. Segundo Afonso Arinos de Mello Franco (*Um estadista na república*, Rio de Janeiro, José Olimpio, 1956), citando informações de Abílio Barreto, até 1851, foram feitas cinco propostas de mudança.

6. LOBO, Hélio. *Um varão na república*: Fernando Lobo. São Paulo: Nacional, 1937.

7. Durante o período de discussão do tema, foram presidentes de Minas: Augusto de Lima (1891), Cesário Alvim (1891/1892), Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1891 e 1892) e Afonso Pena (1892/1894).

8. FRANCO. *Um estadista na República*.

9. SIQUEIRA. Mudança da capital de Minas.

10. SILVA, Vera A. C. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República In: V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, Belo Horizonte. *Anais*... Organizado por Norma de G. Monteiro. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

11. RESENDE, Maria E. L. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 39, 1974.

12. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

13. WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 69.

14. BLASENHEIM, Peter L. *A regional history of Zona da Mata in Minas Gerais-Brazil: 1870/1906.* 372 f. Thesis (PhD), Stanford University, Stanford, 1982.

15. IGLESIAS, Francisco *et al*. (Org.). A constituinte mineira de 1891. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 71, julho de 1990.

16. BOMENY, Helena. *Guardiões da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

17. Acerca das disputas internas de Minas neste período, ver VISCARDI, Cláudia. M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999.

18. As tabelas foram construídas com base em pesquisas prosopográficas anteriormente realizadas, nas quais não obtivemos dados da totalidade dos políticos mineiros. Em um total de 72 constituintes, não dispomos de informações de 9 deles. Acerca de tais pesquisas, ver VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira. *História*, São Leopoldo - RS, v. 5, n. 4, p. 243-260, 2001.

19. Eram eles: Eduardo Cerqueira, Olinto Magalhães, Camilo Prates, Costa Reis, Idelfonso Alvim e Augusto Clementino.

20. É o caso de Eloy Reis, que oferece terras na região do Rio Grande.

21. Esta emenda foi assinada por Carlos Alves, David Campista, Idelfonso Alvim, Henrique Diniz, Octavio Ottoni e Manoel da Silva. Nota-se aí uma composição entre dissidentes e alvinistas ligados pelo republicanismo histórico.

22. BOMENY, Helena. *Guardiões da razão...*

23. RESENDE. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte.

24. A capital foi criada pelo Decreto-lei de 17 de dezembro de 1893 e recebeu inicialmente o nome de Cidade de Minas. Desmembrou-se de Sabará em 1894, e sua construção foi concluída em 1897. Recebeu o nome atual em 1901.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é doutora em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É autora do livro *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite*. (Belo Horizonte, C/Arte, 2001), entre outras publicações.

TABELA 1 - Composição por Região

Região	Número de representantes	Percentagem
Mata	9	12,50
Sul	15	20,83
Norte	16	22,22
Triângulo	3	4,16
Noroeste/Oeste	4	5,54
Centro	15	20,83
Vertentes	10	13,88
Total	**72**	**100,00**

TABELA 2 - Composição por Grupos Políticos

Grupo Político	Número	Percentagem
Alvinista/Adesista	40	63,49
Dissidente/Rep.Histórico	5	7,93
Alvinista/Rep.Histórico	18	28,57
Total	**63**	**100,00**

TABELA 3 - Composição da Primeira Comissão

Congressistas	Grupo Político	Região
Eduardo Ernesto G. Cerqueira	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Olyntho M. de Magalhães	Dissidente/Rep. Histórico	Região das Vertentes
Bernardo C. da Costa Reis	Alvinista /Rep. Histórico	Mata
Idelfonso M. de Faria Alvim	Alvinista/Rep. Histórico	Mata
Adalberto Dias Ferraz da Luz	Alvinista/Rep. Histórico	Sul
Augusto Clementino da Silva	Alvinista/Rep. Histórico	Norte
Camillo Filinto Prates	Alvinista/Adesista	Norte
Virgílio M. de Mello Franco	Alvinista/Adesista	Noroeste
Afonso A. Moreira Pena	Alvinista/Adesista	Centro
José Pedro Xavier da Veiga	Alvinista/Adesista	Centro
Levindo Ferreira Lopes	Alvinista/Adesista	Centro

TABELA 4 - Segunda Comissão de Avaliação da Mudança da Capital

Congressistas	Grupo Político	Zonas
João Nepomuceno Kubitschek	Adesista/Alvinista	Norte
Cônego Manoel Alves Pereira	Adesista/Alvinista	Norte
José Pedro Xavier da Veiga	Adesista/Alvinista	Centro
Severiano N. C. de Resende	Adesista/Alvinista	Região das Vertentes
Olyntho Máximo de Magalhães	Dissidente/Rep. Histórico	Região das Vertentes
Octávio Esteves Ottoni	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Eduardo E. da Gama Cerqueira	Dissidente/Rep. Histórico	Mata

TABELA 5 - Terceira Comissão para Análise do Relatório de Aarão Reis

Congressistas	Grupo Político	Zonas
Carlos Ferreira Alves	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Otávio Esteves Ottoni	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Manoel E. Martins de Andrade	Alvinista/Rep. Histórico	Sul
Francisco Antônio de Sales	Adesista/Alvinista	Sul
João Nepomuceno Kubitschek	Adesista/Alvinista	Norte
Camillo Filinto Prates	Adesista/Alvinista	Norte
Nelson D. Pimentel Barbosa	Sem informações	Noroeste

TABELA 6 - Resultados Finais por Região

Região	BH	%	V.M.*	%	Ausentes	%
Mata	1	11,11	7	77,77	1	11,11
Sul	1	6,66	11	73,33	3	20,00
Norte	8	50,00	0	0,00	8	50,00
Triângulo	0	0,00	2	66,66	1	33,33
Oeste/Noroeste	2	50,00	1	25,00	1	25,00
Centro	14	93,33	1	6,66	0	0,00
Vertentes	4	40,00	6	60,00	0	0,00
Total	**30**	**41,66**	**28**	**38,88**	**14**	**19,44**

* Várzea do Marçal

Heliana Angotti-Salgueiro

Da natureza ao construído

A produção imagética da nova capital de Minas, levada a efeito de forma sistemática pelos construtores, revela uma estratégia de propaganda do empreendimento, com o propósito de enfatizar suas características de modernidade e racionalidade.

> ***A nova capital de Minas Gerais atrairá irresistivelmente a atenção do mundo europeu...***
> F. Martins Dias, 1892

Para que a nova capital atraia os olhares, o engenheiro Aarão Reis – engenheiro-chefe da Construtora – adotará procedimentos inéditos: de um lado, explorará o poder da imagem ao reproduzir fotos de Belo Horizonte em projeto num álbum ilustrado impresso;[1] de outro, à medida que as obras avançarem, pretende escrever a história da construção da cidade numa revista especializada de ampla circulação.

Concebida como um relatório periódico sobre os trabalhos da Comissão Construtora, dessa revista, entretanto, só serão publicados dois números, em 1895,[2] contendo textos históricos e descritivos, atos legislativos, estudos sobre a higiene, a preparação do solo, o abastecimento de água e a rede de esgoto, os serviços de drenagem, de eletricidade e de transportes. Os dois volumes trazem também imagens de projetos aprovados – as estações ferroviárias, uma ponte –, plantas e quadros das operações financeiras e estatísticas. Pode-se dizer que figuram aí "os três códigos do discurso urbanístico [...] de caráter científico: texto, desenho e número".[3]

O fato de se querer registrar e documentar a transformação do arraial do Curral del Rei em cidade moderna, *leitmotiv* das seqüências de fotos e dos discursos fundadores, constitui a nosso ver um dos aspectos mais significativos – embora até o momento inexplorado – da construção de Belo Horizonte. O fato é, porém, comum na história urbana, reforçando o interesse comparativo (desde sua invenção, a fotografia está intimamente ligada à arquitetura e às transformações – lembre-se das séries de fotos de Paris sob a gestão de Haussmann, por Charles Marville) com o triplo objetivo: registrar metodicamente as ruas antigas e os edifícios a serem demolidos, as obras em curso, e depois a cidade renovada que emerge.

Fotografar era, na época, o gesto possível de registro da memória do que seria destruído, do que não tinha suficiente "força histórica" para ficar de pé, bem como de figurar antinomias positivas em relação ao que se ia construir. Uma convicção similar move Eugène Adget, a partir do final do século XIX, com suas séries sistemáticas sobre setores da velha Paris que iam desaparecendo.[4]

O estudo da história cultural do século XIX, particularmente da invenção da memória nacional e da construção de mitos figurativos e textuais, é ilustrado no *Álbum* e na *Revista dos Trabalhos da Comissão Construtora* de maneira exemplar. A ênfase colocada sobre a reprodutibilidade das plantas, das fotografias e dos textos históricos demonstra que Aarão Reis quis constituir, segundo ele mesmo, "os arquivos futuros da cidade". Fazer o histórico da edificação da nova capital mineira consistia para ele em registrar por todos os meios os "métodos" e os "processos de execução das obras".

Assim, o Gabinete Fotográfico da Comissão, explicitamente destinado à propaganda, é considerado como "indispensável no mundo civilizado de hoje (...), importante para todas as empresas, das menores às turísticas". Esse gabinete devia "capturar as imagens dos trabalhos realizados e as impressões dos lugares".[5] O relatório do encarregado dessa seção justifica as despesas e o volume de trabalho efetuado, afirmando: "Nós, que não somos selvagens, mas construtores de uma cidade destinada a ser capital de um Estado como o de Minas, não podemos economizar esses meios de divulgação fácil e atraente para promover o povoamento da nova cidade."[6]

A apresentação fotográfica e descritiva de um espaço concebido como uma "opção civilizada" tem algo de utópico, e a propaganda torna-se, portanto, um importante meio de garantir o sucesso do empreendimento. A função documentária da fotografia, a partir da segunda metade do século XIX, na Europa, faz dela um instrumento para o inventário de edifícios

e monumentos históricos, como demonstram os arquivos da Missão Heliográfica francesa de 1851; e ainda, a de *medium* ideal de registro das etapas de canteiros de obras importantes, como foi o caso da construção da Ópera de Paris, fotografada por Louis-Émile Durandelle.

Considerando as dificuldades técnicas que os engenheiros e arquitetos do Rio de Janeiro encontravam para publicar e, sobretudo, para incluir iconografia nas publicações,[7] a realização do álbum em Juiz de Fora e a da revista no Rio constituem fatos suficientemente excepcionais para serem assinalados. Parece que cerca de mil exemplares foram distribuídos às autoridades municipais mineiras, aos outros Estados, às bibliotecas, às escolas ou vendidos a particulares.

O esforço de divulgação pretendia mesmo estender-se, num segundo momento, para além das fronteiras nacionais. Aarão Reis menciona primeiramente uma "reprodução leve" ou "mesmo grosseira" da planta da cidade para facilitar a venda de lotes, mas sua intenção explícita é a de "preparar um projeto que seria desenhado e reproduzido no estrangeiro, cercado de imagens do lugarejo, de algumas edificações em construção ou projetadas, espécies da arborização futura e das ruas, a fim de dar uma idéia da nova cidade".[8]

Esse retrato-propaganda da nova capital nunca chegou a se concretizar. A edição simplificada do projeto, com o objetivo de vender os primeiros lotes, não teve eco naquele momento, apesar de sua ampla divulgação na imprensa brasileira. No exterior, encontramos duas menções a Belo Horizonte em revistas da época. A primeira, de 1896, consistia num pequeno anúncio no periódico parisiense *La Construction Moderne*: "O Estado brasileiro de Minas Geraes tem a intenção de construir uma nova capital que deverá ser terminada num prazo de quatro anos e levará o nome de Minas". Os redatores manifestam a esperança de que os profissionais franceses se mostrem receptivos: "Idéias ou projetos para a edificação dos monumentos públicos seriam recebidos com prazer. Três vagas de arquitetos seriam dadas de bom grado a franceses. Dirigir-se sem demora ao Ministério do Comércio, 3º Birô, Rua de Varenne, nº 80".[9]

A segunda é um artigo de duas páginas na *Revista Técnica*, de Buenos Aires, assinado por E. Le Monier, arquiteto, e datado de 15 de março de 1898, ao qual voltaremos. A mencionar também o folheto de propaganda *Lo Stato de Minas Geraes. Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti*, publicado em Gênova pelo engenheiro David Campista e ilustrado com vistas de "cidades, fazendas e dos principais edifícios da nova capital".[10]

A cidade ilustrada

O álbum da Comissão Construtora requer uma análise especial. Ele é composto de múltiplas reproduções – vistas panorâmicas, igrejas, edifícios públicos e privados – reunidas numa "totalização ideal", que se presta a diversas "relações possíveis dos percursos".[11] Estamos diante de ilustrações sem texto. As legendas não são necessárias. Na imagem se condensam a palavra e o significante: tudo deve ser compreendido pelas imagens, nada é enunciado.[12] Sublinhemos a novidade e a "ousadia" gráfica para a época. A pretensão de se dirigir aos mais diferentes públicos, especialmente aos estrangeiros, numa conjuntura política favorável à emigração, pode explicar a ausência de texto.

O título da capa, afora sua simplicidade enunciativa – *Album de vistas locaes e das obras projectadas para a edificação da nova cidade* –, ressalta o valor de exportação das imagens da capital, tendo, acima, a palavra "Brazil" acompanhada de uma vinheta com o nome do Estado. Sobressai também o nome de Aarão Reis, cuja assinatura aparece nos carimbos, bem como em todas as páginas dos projetos, definindo a "cidade ideal" como sua obra: enquanto narrador da utopia, ele se faz presente no texto e nas figuras.[13]

A idéia que preside a organização das imagens do álbum é a da metamorfose:[14] o natural e o antigo são transformados pelo construído e o novo. As imagens da "contra-cidade" superam em proporção maciça as do arraial: três visões bucólicas introdutórias – dois panoramas e a velha igreja – contra 21 imagens representativas e anunciadoras da modernidade da nova capital. A seleção das imagens, jamais neutra ou inocente, é objeto central de análise para o historiador.

Na simplicidade aparente desse álbum, podem-se acompanhar vários níveis de representação relativos à fundação de Belo Horizonte. A montagem reúne séries de fotografias e de desenhos de projetos, cuja sucessão não parece arbitrária nem desprovida de significação. Em 24 imagens, atravessamos a história do lugar: da cena de uma paisagem natural aos edifícios projetados. A maioria das edificações mencionadas na revista da Comissão Construtora está aí representada, por meio de imagens que constituem uma das raras fontes conservadas da época. À medida que avançavam os trabalhos, utilizou-se o acervo de fotos e de desenhos em produção para criar uma seqüência nem sempre rígida de articulação contínua e narrativa de um conjunto. A noção da parte prevalece sobre a do todo, num procedimento característico da composição eclética mal resolvida, presente na montagem do álbum.

Toda descrição utópica começa pelo sítio, a fim de ressaltar a idéia de "organização" de um "espaço-modelo", de transformação do "mundo natural, que instaura espaços inexistentes";[15] os edifícios isolados serão considerados como as figuras da cidade nova, em contraste com a realidade precedente. A maioria deles é representada em um não-lugar; somente as estações ferroviárias terão um fundo de paisagem local com o horizonte de montanhas esboçado.[16]

Percurso figurativo

Vejamos agora cada imagem do álbum. A primeira mostra a cidade na profundidade de campo da paisagem. O espaço rural do lugar predomina, e encontramos os códigos de leitura e de apreciação dos viajantes estrangeiros, que evocam o pitoresco e o sublime das vistas naturais dos campos (uma história das representações da natureza em Minas está para ser feita – esta deve levar em conta especialmente a evolução do olhar paisagista dos viajantes e quando possível da sociedade local). Em suas crônicas sobre Belo Horizonte, Camarate, por exemplo, descreve com hipérboles seu confronto com a natureza circundante. Nessa primeira foto, é a paisagem que ocupa a dianteira da cena; entre o verde e o horizonte, só se vêem os contornos do povoado.

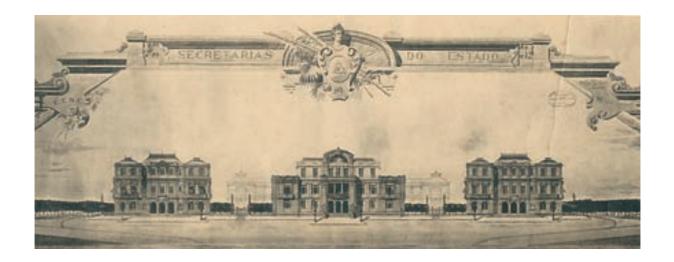
A narrativa do percurso figurativo do espaço prossegue com a segunda imagem,[17] quando o fotógrafo se aproxima e pára diante da vista panorâmica, como um pintor o faria "em busca de ângulos".[18] Estamos agora mais perto da cidade, que parece mais alta, embora as imagens de primeiro plano ainda sejam as da paisagem natural em que a cidade se insere. Essa foto-panorama aproxima-se de temas pintados por Émile Rouède.[19] Seus três quadros, *Rua do Sabará*, *Panorama do Arraial* e *Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem,* que visavam a "salvaguardar a imagem do arraial destinado a desaparecer", foram executados em três dias. Os três temas serão também os do fotógrafo, quando da realização do álbum.

No que tange à paisagem, o fotógrafo tem um olho panorâmico, uma visão global. Fazendo na terceira imagem um primeiro plano sobre a igreja, ele satisfaz o espírito impessoal da reportagem, enquanto o pintor, por sua vez, inscreve-a no cenário local, integrando os arredores com a precisão dos naturalistas. A objetividade da foto servirá à vulgarização de massa, que oferece a um vasto público as imagens dos edifícios isolados, enquanto os três quadros serão "contemplados por um pequeno número" de sonhadores bucólicos.[20]

Se o uso das fotografias parece responder, sobretudo, a fins de propaganda, na época, hoje elas constituem os

O arraial de Curral del Rei visto na profundidade de campo da paisagem. Prancha 1 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade*. Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(2).

melhores documentos de que dispomos sobre o nascimento da capital, junto das plantas desenhadas (embora muitos exemplares das duas coleções tenham se perdido), enquanto os quadros passam despercebidos em museus ou em coleções particulares. Sobretudo no registro da paisagem, a aura de autenticidade de que se reveste a fotografia perpetua uma imagem desaparecida e triunfa sobre a impressão que emana dos três quadros de Rouède, a de retratarem temas provincianos não localizáveis. Na época, entretanto, as fotos eram consideradas como imprecisas, incapazes de "dar a idéia exata da natureza do lugar, da profusão de cores e da intensidade progressiva dos planos, aos quais a pintura [dado o emprego das cores] responde de maneira mais apropriada".[21]

Se as duas primeiras imagens mostram claramente uma sucessão, a terceira interrompe a lógica da seqüência panorâmica. O registro frontal, próprio da fotografia documentária, sobre a igreja do povoado, não expressa uma nostalgia do passado, ao contrário, mostra algo já conhecido, que está ali para ser substituído, representante arcaico de um estilo a evitar – os textos da Comissão Construtora são explícitos quanto a isso. Destacando-se na paisagem e no coração da cidade antiga, a igreja devia desaparecer com a abertura do novo traçado sobre o terreno do arraial.[22] Num momento em que o Brasil ainda não se preocupava com a preservação do patrimônio, seria um anacronismo considerar a imagem de uma igreja colonial como uma representação regional. Tal imagem,

Desenho de elevação de fachadas de três secretarias de Estado para uma praça triangular. Projeto de José de Magalhães, 1894.
Prancha 8 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(8).

enquanto fisionomia dominante para Minas Gerais, só viria a se consolidar bem mais tarde.

Idealidade racional

A imagem seguinte, a planta geométrica da cidade nova, constitui o ponto de partida de um itinerário de figuras associadas a uma idealidade racional, mas cuja organização é outra. Novamente, uma imagem de totalidade abre a série. A cidade é dada em esboço, "de uma vez só" e "é apenas uma superfície [...] sem possibilidade de percurso", "cidade inabitável e inabitada", sem edificações, "triunfo do traço divisor" puramente geométrico, com seus lotes à venda.[23] Títulos, brasões, carimbos assinados confirmam o lado real do empreendimento.

A planta da cidade é acompanhada do mapa topográfico da zona ao qual se aplica. Nota-se aí a mesma precisão da imagem anterior, o cuidado com o levantamento exato, próprio aos engenheiros-geógrafos. Numa legenda à margem, a profusão de nomes pretende fornecer um itinerário, mas dadas as dimensões é impossível lê-lo, pois o álbum compõe-se de reproduções reduzidas dos projetos que os idealizadores tinham ao alcance da mão.

Mesmo que não levemos em conta o lugar-comum segundo o qual a arquitetura é uma arte da representação política, ela constitui "um discurso produtor de códigos ideológicos que resultam na figura".[24] É o que indica a seqüência de imagens que apresentam os edifícios públicos da nova capital.

O Palácio da Justiça, elevação e planta, abre a seqüência de maneira inesperada e frustrante para o historiador estudioso do século XIX: esperava-se encontrar como introdução a esse novo mundo as estações ferroviárias – únicos edifícios a terem o privilégio de ser reproduzidos e comentados nos textos da revista da Comissão. Que o Palácio da Justiça seja o primeiro de uma série de novas construções, pode ser interpretado como símbolo da eqüidade, programa que, na França, remonta ao fim do século XVIII. Seria necessário referir-se à orientação

autoritária e conservadora da jovem república brasileira para explicar essa ascendência do controle social? O Palácio da Justiça apresentado por Aarão Reis apareceu igualmente na capa do relatório da Comissão de Estudo das Localidades, em 1893.

A imagem seguinte também evoca a função política da capital numa república federativa: título e brasão desenhados na parte superior da ilustração compõem uma vinheta de caráter arquitetônico que serve de enquadramento ao projeto das três Secretarias de Estado inseridas num cenário urbano ordenado – ruas retas, iluminação e árvores alinhadas. Um carimbo ou monograma seguido das assinaturas lembra uma vez mais que a cidade-capital é obra da Comissão.

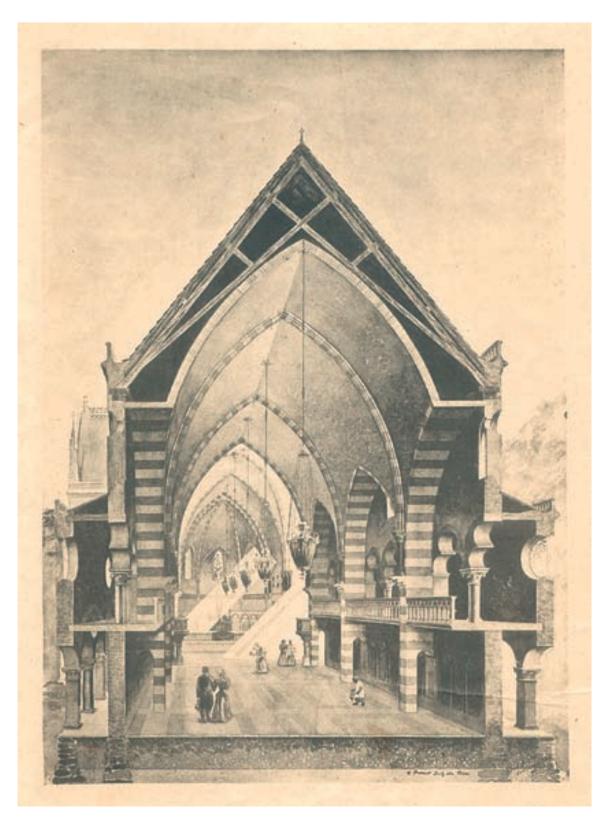
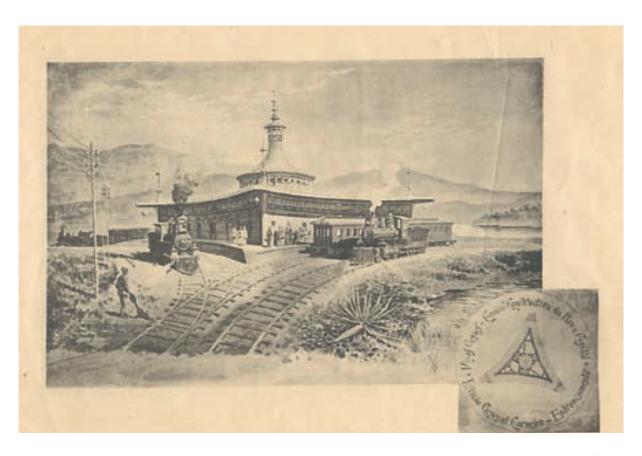
Do antigo ao novo

Metamorfosear a cidade significa torná-la irreconhecível: o novo deve substituir o antigo. A imagem que se segue é a de uma igreja com traços neogóticos, para ocupar o lugar da velha matriz do Curral del Rei. Num país de tradição católica, os engenheiros positivistas heterodoxos não poderiam esquecer-se da igreja, sob pena de comprometerem a legitimidade e a recepção de seus projetos. A demolição prevista da igreja antiga faz-se acompanhar de um compromisso: uma outra será construída em seu lugar, para não criar problemas com o clero.

Como espectadores acostumados aos ricos cenários barrocos que revestem as paredes das igrejas mineiras, como as de Ouro Preto, os que olharam a décima imagem do álbum – um desenho do interior monumental da igreja em projeto – tiveram motivo para se surpreender. A cena tratada em perspectiva é uma novidade: o país do barroco deve "converter-se" a outros estilos que os idealizadores da cidade tratam de pôr em voga.[25] O desenhista preocupou-se até mesmo em povoar seu desenho. Pela primeira vez aparecem alguns personagens: em primeiro plano, de costas, um casal bem vestido; damas ao fundo, em contraponto, e uma velha negra – nota dissonante – atravessando a nave, de cabeça baixa.[26]

Segue-se a série de imagens das estações ferroviárias. As primeiras evocam novamente a paisagem montanhosa, mas para aí inscrever uma cena imaginária e carregada de signos da modernidade: as locomotivas em movimento, os postes telegráficos, os viajantes que chegam e, sobretudo, a arquitetura inusitada da estação (cuja representação gráfica reduzida é superposta no canto inferior direito da imagem) assinalam a importância das transformações futuras daquele lugar.

Segundo o texto de Aarão Reis na revista da Comissão, essa estação de entroncamento deve antes de tudo exibir formas inusitadas: "Queremos distância dos estilos comuns [...] queremos um edifício que possa representar a porta de entrada na grande capital do Estado de Minas". Essa primeira estação deve ser de um "tipo original e novo, diferente da simplicidade de formas e de detalhes das outras estações ferroviárias brasileiras, cujo estilo não é encontrado na Europa".[27] A preocupação em não ficar atrás e em "preparar o espírito dos visitantes" explicita-se tanto no texto como na imagem. Discurso e figura têm então o mesmo sentido – as ênfases do texto tornam-se imagem, assim como a imagem responde à sua descrição. A paisagem próxima à estação remete ao campo, a página seguinte nos faz penetrar na cidade.

Sempre a locomotiva em movimento, uma carruagem que atravessa a ponte no primeiro plano, a iluminação elétrica realçando os caminhos, alguns personagens... A arquitetura representada inscreve-se no ecletismo,[28] o estilo reservado à nova capital: a estação, cuidadosamente desenhada, impõe-se no centro de uma praça, e o grupo de construções à direita abrange um chalé mourisco com empena e varanda lateral, ao lado de um depósito ou armazém cuja fachada traz elementos que viriam a ser dominantes na arquitetura privada: ático encobrindo o telhado e portas ornadas com relevos.

Desenho de corte mostrando interior de uma igreja neogótica. Prancha 10 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(10).

Desenho em perspectiva com detalhe da planta baixa do inovador projeto da Estação Ferroviária de General Carneiro. Prancha 11 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(11).

O ecletismo arquitetônico representado no desenho em perspectiva do conjunto da Estação Central de Minas. Prancha 12 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(12).

A série encerra-se com um recorte e uma elevação lateral da Estação Central, em que se intercalam o edifício dos viajantes e a estrutura de ferro elevada das plataformas com os trens e instalações técnicas. A articulação entre essas partes não é orgânica como nas grandes estações fim-de-século do repertório europeu, seguindo antes o padrão das estações de sua escala.

“O itinerário de enunciação”[29] da cidade oficial, nas três séries finais, expõe primeiramente dois edifícios que afirmam o poder republicano: o Palácio Presidencial (fachadas principal e lateral, saguão da escadaria) e o Palácio do Congresso (planta, fachadas principal e lateral, e interior da sala de reuniões, inteiramente no espírito dos desenhos da Escola de Belas Artes de Paris, onde esteve o arquiteto). Eles se caracterizam tanto pela novidade do estilo quanto pela importância institucional.

A última série é a do Parque Municipal, sua entrada e edificações: cassino, restaurante e observatório meteorológico. A revista da Comissão fará, por diversas vezes, a apologia do parque, um dos “equipamentos-modelo”[30] de uma cidade moderna. Poder-se-ia considerar essa série como a antítese da primeira: às imagens naturais do panorama que abrem o álbum opõe-se, como conclusão, a imagem da entrada de um parque em que a natureza é disciplinada atrás de grades da altura de pilares monumentais, à maneira francesa.

Seguem-se a essa imagem as dos edifícios projetados para esse mesmo parque, representados num paisagismo reduzido ao mínimo, como que a lembrar, afinal, que o grande interesse da cidade-capital reside em sua nova arquitetura. O lugar privilegiado atribuído nesse álbum às representações do construído confirma essa idéia. A imagem final – dois escudos de armas, um ao lado do outro na quarta capa – representa os brasões recém-criados da cidade e do Estado, e ratifica os fundamentos oficiais do empreendimento.

A cidade textual

Em um tempo em que a informação sobre a cidade e a região ainda era muito reduzida, os textos fundadores sobre a capital constituem uma das raras séries de discursos de que se dispõe. Elaborados pelos “promotores” da cidade, são da ordem da narrativa, idealizando num primeiro momento a natureza, para em seguida louvar o progresso e a civilização a serem implantados.

É primeiramente o sítio – elemento importante nos debates para a escolha do local destinado a ser o berço da capital – que se deve legitimar por meio de uma descrição romântica: fala-se da paisagem, das águas abundantes, da terra fértil e rica em minerais, da luz, do clima e da fisionomia pitoresca do arraial, com suas casinhas derramadas na planície ondulada, do “anfiteatro” (expressão de textos de época) formado por montanhas panorâmicas.[31] Mas as vantagens “do ponto de vista do clima, da salubridade, da fertilidade das terras adjacentes e da facilidade de comunicação com todo o centro de Estado” só são enfatizadas porque suscetíveis de impulsionar de maneira decisiva “o futuro econômico de Minas Gerais”.[32]

A utopia heróica também entra na propaganda escrita: “Como se vê, a nova capital de Minas será brevemente uma cidade digna desse Estado próspero, e que abriga, sobretudo em minerais, riquezas por assim dizer inesgotáveis. Sua exploração não poderá deixar de favorecer esta obra, empreendida com ousadia e executada com perseverança.”[33]

À apologia da paisagem e de sua eficácia econômica acrescenta-se sempre o discurso do advento de uma cidade moderna e racional: “O local escolhido é admiravelmente apropriado à instalação de uma grande cidade, e a nova capital, construída numa só empreitada, promete ser uma notável amostra de cidade moderna, para cuja edificação serão mobilizados todos os recursos e todos os recentes progressos dos diversos ramos da ciência, da indústria e da arte da engenharia.”[34]

Desenho de corte do interior do Palácio do Congresso: afirmação do poder republicano na importância dada ao projeto que acabou não sendo realizado. Prancha 20 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(20).

Entrada principal do Parque Municipal: a natureza é disciplinada atrás de grades e pilares monumentais, à maneira francesa.
Prancha 21 do *Álbum de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da nova cidade.* Acervo Arquivo Público Mineiro – SA – 2 – 002(21).

MINAS GERAES

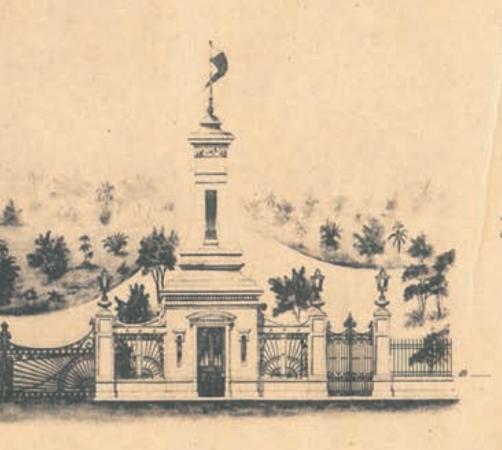
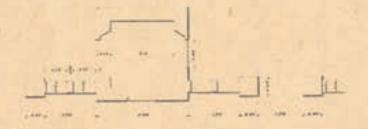
COMMISSÃO CONSTRUC

ENTRADA

APPROVADO

TORA DA NOVA CAPITAL

PARQUE

PRINCIPAL

O aspecto cultural também é levado em conta: três membros da Comissão, entre os quais o arquiteto José de Magalhães, associam-se para criar uma biblioteca e um museu, "a exemplo dos norte-americanos quando fundavam cidades".[35] Enquanto a biblioteca foi antes de tudo um ponto de encontro para as conversas dos engenheiros e dos arquitetos a respeito de seu trabalho, o museu, formado simplesmente de uma "coleção de minerais" da região, respondia a uma concepção museográfica voltada então à história natural.[36]

Uma última modalidade de representação publicitária merece comentário. O nome dado à cidade constitui um índice importante na produção de sua imagem. Entretanto, ele não figura na capa do álbum analisado; a nova capital tem importância maior do que a denominação de *Bello Horizonte*, que aparece embaixo das duas fotografias de abertura, tal como geralmente se faz na apresentação de vistas panorâmicas. Na página do plano da cidade, lê-se *Cidade de Minas* em letras maiúsculas e, embaixo, *Bello Horizonte*, enquanto a maioria das outras reproduções de projetos traz a inscrição *Minas Geraes* e, sempre, *Comissão Construtora da Nova Capital* – maneira de atestar a aliança entre o poder que institucionaliza o espaço e o grupo encarregado de ordená-lo.

Se o nome original do lugarejo, Curral del Rei, remetia a sua função fundadora – lugar de ajuntamento e de partilha do gado pertencente à Coroa e que descia da Bahia em direção ao Rio de Janeiro –, esse topônimo, quando da passagem da Monarquia à República, foi mudado para Belo Horizonte, pois o desejo era "apagar para sempre tudo o que 'cheirasse' a trono ou se referisse ao rei".[37] A denominação de Belo Horizonte combinava com a topografia do lugar, com a beleza do panorama, remetendo a sua imagem emblemática e a seu sítio.[38] Mas, como toda nomeação é um "ato de apropriação",[39] esse nome foi oficialmente substituído por *Cidade de Minas* quando de sua escolha para capital, em 1893. A mudança se faz contra a natureza; as particularidades do lugar são anuladas pela adoção do nome da região: a capital torna-se a totalidade, o Estado, as Minas.

O jogo de significantes dessas mudanças de nome lembra as idas e vindas da história. Se o nome alegórico e tão positivo da cidade é mudado, isso significa que se passa de um referente local e concreto da paisagem natural a uma denominação abstrata, ausente e impositiva, de ordem política. Em vez de uma metáfora da realidade, Belo Horizonte, nome-imagem, torna-se Cidade de Minas, nome simbólico, autoritário – que não durará muito, pois é mal acolhido. A negação da natureza supera, porém, a do nome, o plano geométrico sendo aplicado ao sítio montanhoso contradiz o "belo horizonte", que, entretanto, está sempre ali, pelo menos enquanto denominação, oficializada em 1901.

Notas |

* Este artigo é originalmente um capítulo de minha tese de doutorado, inédita em português, publicada sob o título *La Casaque d´Arlequin. Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19e siècle*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1997. A versão foi revista e ampliada por mim com algumas observações. Advirto o leitor que as citações que haviam sido traduzidas para o francês, voltam ao português, sem que tenhamos tido tempo para rever os documentos originais, cujas páginas estão citadas em notas.

1. Cf. *Album de vistas locaes e das obras projectadas para a edificação da nova cidade, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis.* No título, lê-se ainda: BRAZIL, Estado de Minas Geraes, Commissão Constructora da Nova Capital, Juiz de Fora, E. Brand, 1895.

2. *Revista Geral dos Trabalhos*. *I e II. Comissão Construtora da Nova Capital. Publicação periodica, descriptiva e estatística*, feita sob a autorização do Governo do Estado, sob a direção do engenheiro-chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, H. Lombaerts & C., abril e agosto de 1895. Doravante citada RGT.

3. Cf. ABERASTURI, Antonio Lopez de. Pour une lecture de Cerdà: In: _____. *La théorie générale de l´urbanisation.* Apresentação de Idelfonso Cerda. Paris: Seuil, 1979. p. 61-62.

4. MONDENARD, Anne de. Hymne à la mémoire. In: _____. *Vues d´Architecture. Photographies des XIXe et XXe siècles.* Catálogo de exposição. RMN/Musée de Grenoble, 2002.

5. Cf. RGT, v. I, p. 37.

6. *Ibidem*, p. 9. A revista menciona mais de 1.800 cópias (sobre papel, fotogravuras e negativos) executadas de janeiro a abril de 1895. Eram imagens do arraial e de suas principais habitações, a serem arquivadas ou colocadas à venda "como suvenires quando o povoado for transformado em cidade moderna". Os remanescentes de tão importante produção que encontrei nos arquivos de Belo Horizonte, nos anos 1990, estavam reduzidos a poucas fotografias amarelecidas aguardando classificação e restauro adequados.

7. O trabalho imagético na *Revista dos Constructores* (1886-1889) demonstra ao mesmo tempo a mediocridade artística dos desenhistas e as dificuldades técnicas da reprodução.

8. Cf. RGT, v. I, p. 59. Segundo o Decreto n. 803 (citado), cap. I, art. 5, a planta dividida em loteamentos devia ser reproduzida em pequena escala e

em vários exemplares, e exposta ao público; esse tipo de imagem é bastante comum no século XIX.

9. Cf. Concours, État du Brésil. *La Construction Modèrne*, Paris, 15 de fevereiro de 1896, p. 240. Doravante LCM.

10. Cf. *Revista Industrial de Minas Gerais*, ano II, n. 14, 15 de fevereiro de 1895, p. 245. Doravante RIMG.

11. Segundo os termos empregados por MARIN, Louis. *Utopiques*, *jeux d'espaces*. Paris: Éditions de Minuit, 1973. p. 273.

12. *Idem*. Esse texto apóia-se em MARIN, Louis. Le portrait de la ville dans ces utopiques. In: _____. *Utopiques*, *jeux d'espaces*. Paris: Éditions de Minuit, 1973; e em BENJAMIN, Walter. L'oeuvre d'art à l'ère de sa reproductibilité technique. *Essais 2, 1935-1940*, Paris, Denöel/Gonthier, 1983.

13. A cidade ideal é apresentada na utopia "como a feliz invenção de tal personagem...". BACZKO, B. Lumières et utopies. Problèmes de recherche. *Annales ESC*, n. 2, p. 358, mar.-abr. 1971.

14. O termo "metamorfose" é tomado aqui no sentido metafórico que lhe confere Hippolyte Taine referindo-se às transformações da França. Cf. TAINE, Hippolyte. *Les origines de la France contemporaine*. Introd. e bibliogr. de F. Léger. Paris: Robert Laffont, 1986. t. I: L'Ancien Régime, la Révolution, la conquête jacobine, p. V. O termo era empregado também pelos cronistas de Belo Horizonte, como Alfredo Camarate.

15. Expressões tomadas de empréstimo a CHOAY, Françoise. *La règle et le modèle*. Paris: Seuil, 1980. p. 164.

16. "O utopista pede que o leitor procure correspondências e contrastes entre a 'cidade nova' e a sociedade atual, encarando-as como duas realidades". BACZKO, B. Lumières et utopies..., p. 356. Françoise Choay afirma, em *La règle et le modèle* (p. 167): "A imagem-modelo que se superpõe à imagem-retrato apresenta, ao contrário, os elementos do quadro construído que, próprios somente à Utopia nesse momento são, entretanto, universalmente reprodutíveis e desligados de qualquer dependência em relação à sua geografia física e à sua história".

17. Não foi possível reproduzir aqui a seqüência completa das imagens.

18. A expressão provém do diálogo entre o pintor francês Émile Rouède e Camarate, relatado por este em crônica do jornal *Minas Geraes* (14 de julho de 1894, p. 6), citado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVI, 1985, p. 112. Doravante RAPM.

19. O pintor francês Émile Rouède (Avignon, 1848 – Rio, 1908) estabeleceu-se no Rio de Janeiro por volta de 1880; morou algum tempo em Ouro Preto, onde dirigiu um ateliê de pintura (cf. CAMARATE in RAPM, nº citado, p. 124-127). Sobre Rouède, ver ainda *Emílio Rouède* (catálogo), Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1988.

20. Expressões tomadas de empréstimo de Walter Benjamin, L'oeuvre d'art à l'ère de sa reproductibilité technique, p. 114.

21. Cf. a opinião de Camarate (RAPM, nº citado, p. 51), que, juntamente com outros, aponta os "limites" da fotografia. O fato de existir uma cátedra de fotografia na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro não impede que a crítica menospreze "essas imitações feitas por meio de processos mecânicos próprios da arte industrial". Cf. FERREIRA, Félix. *Bellas Artes, estudos e apreciações*. Rio de Janeiro: Badamejo Cerqueja Fuentes Ed., 1885. p. 193. As fotografias eram consideradas ainda como "alterações" ou "deformações" da realidade. A querela sobre a fotografia como arte, reprodução da realidade, e entre ela e a pintura, foge dos limites deste texto.

22. Algumas vozes se elevam, entretanto, contra essa destruição: Arthur Azevedo, em suas crônicas datadas de 1901, afirma que a demolição da antiga igreja seria "um ato de vandalismo que imitava os europeus, tidos como mais civilizados" (RAPM, ano XXXIII, 1982, p. 190). Pouco antes, em 1894, Émile Rouède escrevera artigos pioneiros sobre a importância do patrimônio regional do século XVIII: "É tempo de se cuidar dele, pois documentos valiosos desaparecem, monumentos históricos ameaçam ruir, esculturas admiráveis se perdem, quadros de valor se deterioram". Ele destaca ainda a relevância da história oral, lembrando que "a morte atinge diariamente velhos centenários [...] cujos antepassados trabalharam na construção das primeiras igrejas e na introdução da arte nessas montanhas". Cf. ROUÈDE. Correspondance de Ouro Preto. *Le Brésil républicain* [publicado em francês], Rio de Janeiro, 23 de maio de 1894.

23. As expressões entre aspas foram extraídas de MARIN. *Utopiques*, *jeux d'espaces*, p. 278 e 266.

24. *Ibidem*, p. 257.

25. Cf. *infra*, cap. 18.

26. Louis Marin lembra que os personagens são "detalhes, incidentes que, em sua insignificância, não têm outro sentido senão o de instalar a representação como a própria realidade e de contar ao espectador a história da cidade..." (MARIN. *Utopiques*, *jeux d'espaces*, p. 269). Veremos que na representação etnográfica nada de positivo será mostrado quanto aos costumes locais, que devem desaparecer. Nem mesmo os habitantes do arraial terão lugar na nova cidade, segundo frases conhecidas, já citadas em vários trabalhos sobre o nascimento da capital.

27. "Estação General Carneiro", RGT, v. I, abril de 1895.

28. Remeto o leitor ao capítulo do meu livro (citado na primeira nota), "L'éclectisme: 'anarchie', liberté et industrie – le style actuel", para dissipar interpretações insatisfatórias sobre o assunto.

29. Expressão empregada por MARIN. *Utopiques*, *jeux d'espaces*, p. 281.

30. Segundo CHOAY. *La règle et le modèle*, p. 164.

31. LEAL, F. Nunes. O arraial..., *art. cit*., p. 13.

32. Cf. RIMG, ano I, n. 9, p. 218, 15 de junho de 1894.

33. Cf. RIMG, ano V, n. 29, p. 26, 20 de julho de 1897.

34. Cf. RIMG, ano I, n. 9, p. 218, 15 de junho de 1894.

35. Cf. BARRETO, A. *Bello Horizonte*: memoria historica e descriptiva. Belo Horizonte: Ed. Livraria Rex, 1936. v. II: Historia média, p. 175.

36. Ver, a esse respeito, o artigo Museu em Minas, RIMG, ano I, n. 2, 1893, p. 54 e 207.

37. Cf. DIAS, Pe. F. Martins. *Traços historicos e descriptivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Typ. do Bello Horizonte, 1897. p. 18. A mudança ocorre em 1890.

38. Observação tomada de empréstimo a MARIN. Des noms propres en Utopie. In: _____. *Utopiques*, *jeux d'espaces*.

39. Cf. MARIN, L. De l''Utopia' de More à la Scandza de Cassiodore-Jordanès. *Annales ESC*, n. 2, p. 318, março-abril 1971.

Heliana Angotti-Salgueiro é doutora em História da Arte pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris e atualmente titular da Cátedra Brasileira em Ciências Sociais Sérgio Buarque de Hollanda, associada à Maison des Sciences de l'Homme. Autora, entre outros livros, de *La casaque d´Arlequin. Belo Horizonte, une capitale éclectique au XIX^{e} siècle*. É também curadora e no momento prepara uma exposição internacional e catálogo sobre a história da fotografia do período entre-guerras e a obra de Marcel Gautherot.

Metamorfoses da metrópole

Cláudio Listher Marques Bahia

Projetada e construída como cidade-capital, Belo Horizonte experimentou ao longo de mais de um século de existência um conturbado processo de metropolização, no qual se revelaram os limites e as contradições das políticas de Estado para a equação dessa nova problemática urbana.

> ***Para Belo Horizonte o conceito esboçado foi o mesmo trabalhado por Platão na sua utopia: o argumento da razão para definir a interação entre ordem espacial e ordem social.***
> Beatriz Magalhães e Rodrigo Andrade[1]

Numa fase inicial da república brasileira, a mudança de regime associada à intenção de edificar um novo país impregnou o imaginário da época, criando a necessidade de construção de novos símbolos. Belo Horizonte legitimaria o desejo e a expressão desse novo tempo, pautado pela ideologia positivista republicana, concebida pela utopia de uma cidade ideal, saneada, ordenada e iluminada, conforme analisou a historiadora Heliana Angotti-Salgueiro.[2] Assim, a nova capital do Estado foi pensada, planejada e oficializada, como determinaram, em 1895, os artigos do decreto governamental sobre seu projeto urbanístico:

> Art. 2º - A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene [...].
>
> Art. 3º - As praças e ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União, e bem assim, os cidadãos que, por serviços relevantes houverem merecido da Pátria Brasileira.
>
> Art.4º - Na mesma planta serão designados os lugares destinados para os edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados, etc.; quarteirões que convenha deixar reservados; e, bem assim os lotes destinados a concessões aos funcionários públicos estaduais e aos proprietários de casas em Ouro Preto [...].[3]

Um projeto moderno

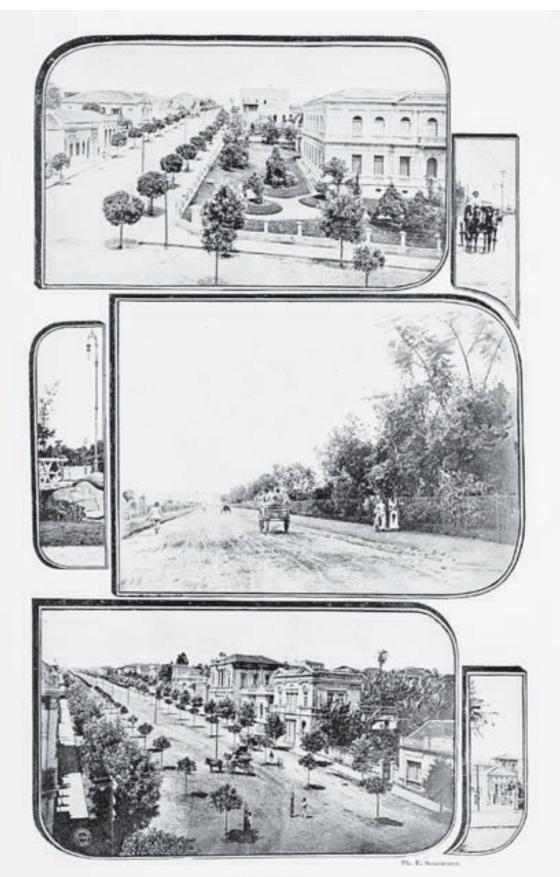
Criada no limite das transformações culturais do século XIX, Belo Horizonte nasceria como um cenário de modernidade, expressando a ruptura com o passado colonial brasileiro, com uma função de transcendência da cidade-capital a símbolo republicano. Caberia também à nova capital equilibrar as diversas regiões mineiras descompassadas economicamente, bem como solucionar as questões técnicas e administrativas próprias de um grande Estado. Ouro Preto não se mostrava preparada, inclusive em seus aspectos físicos, para tal projeto modernizante.

O plano urbanístico desenvolvido para Belo Horizonte orientou-se, primordialmente, em sua concepção, por três diretrizes:

1. Ordenação do espaço – geométrico, no traçado, na hierarquização e na nomeação das vias;
2. Controle do espaço – setorização funcional e circulação, funções essenciais da cidade;
3. Higiene ambiental – saneamento científico do espaço urbano.

O conceito urbanístico adotado para a nova capital do Estado incorporou atitudes, formas e uma defesa funcionalista do protagonismo humano através do método, da razão, dos meios tecnológicos e do valor social do espaço citadino. Belo Horizonte traduziu e introduziu toda a vocação modernista do final do século XIX, anunciando o que se concretizaria e particularizaria na modernidade do século XX – a arte, a arquitetura e, fundamentalmente, o urbanismo.

Entretanto, não foi apenas o urbanismo, em seu espírito utópico e postura científica no tratamento modernista

Vistas da rua Guajajaras, avenida Afonso Pena e avenida da Liberdade, atual João Pinheiro. Fotografias de Francisco Soucasaux e montagem de Alberto Delpino. In SOUCASAUX, Augusto (Org.). *Álbum de Minas*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Léon de Rennes & C., 1905-1906.

da cidade – com intuito de planejar todas as questões futuras de natureza social, econômica e cultural –, que fundamentou o espaço belo-horizontino. A racionalização do projeto da nova cidade atendeu também aos interesses políticos das forças dominantes – a ideologia republicana tomou forma concreta, configurando-se como uma nova ordem também de natureza espacial. Belo Horizonte definiu-se na especificidade de uma cidade-administrativa pela sua função de capital, tendo a responsabilidade de abrigar o poder público, que desempenharia um papel controlador em relação a toda região a ela legalmente submetida. Inventou-se uma cidade-capital, onde a ordem política apresentar-se-ia como uma ordem separada de suas bases sociais e econômicas.

A criação da cidade de Belo Horizonte não foi simplesmente uma decisão linear e mecanicista do emergente espírito modernista da sociedade, pautada na mobilidade e na descontinuidade do seu tempo e espaço. Na formulação da nova capital, há que se considerar o processo histórico e a conjuntura política específica que não se fixaram em fatos ocasionais. Sua construção representou uma profunda mudança no plano material e no plano imaginário, acarretando vários desdobramentos, pois não significou um aparamento do passado, na vida individual, familiar ou de grupo, mas, pelo contrário, integrou-se ao momento presente da época, com muita força, principalmente na vida de seus primeiros habitantes, todos imigrantes.

Belo Horizonte, sob a condição de cidade criada para a modernidade mineira, pressupunha prioritário o planejamento urbanístico e, conseqüentemente, uma legislação que ordenasse e controlasse a apropriação do solo urbano. Os próprios edifícios estavam subordinados aos aspectos legais urbanísticos. A imagem da cidade particularizou-se e diferenciou-se de outros centros, por exemplo, pelo tratamento cuidadoso dado às esquinas da cidade, regulamentadas nos códigos de postura, estabelecendo uma relação orgânica entre o tecido urbano e o uso e a estética dos edifícios. A legislação de uso e ocupação do solo urbano de Belo Horizonte já era um fato desde 11 de janeiro de 1895, quando se assinou o Decreto n. 53, o qual criou o Plano da Nova Capital e estabeleceu as diretrizes básicas de seu projeto de urbanismo.

Planificação

A Planta Geral da Nova Capital, apresentada pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis, em 23 de março de 1895, estava toda parametrizada pelos artigos do Decreto n. 53, no qual se enfatizaram, como características do Plano, os aspectos da boa circulação, da higiene, da beleza e do conforto. Esse Plano propôs, também, a divisão da cidade em três zonas – Urbana, Suburbana e Rural.

Na evolução histórica da legislação urbanística de Belo Horizonte, destacaram-se algumas passagens significativas, até 1940:

- O primeiro Código de Postura da Cidade de Minas, de 31 de outubro de 1898, propunha a criação de um mecanismo de controle sobre o espaço público capaz de garantir a implantação na íntegra do Plano da Nova Capital, garantindo qualidade ao espaço e à imagem urbana. Esse primeiro Código, já sob a guarda da recém-inaugurada prefeitura (1897), propunha, primordialmente, a manutenção da qualificação da vida urbana, por meio das diretrizes relacionadas à implantação das edificações nos lotes, aos parâmetros estéticos, de salubridade, de segurança e de estabilidade das construções.

- Em 31 de outubro de 1901, o Decreto n. 1211 homologou o Regulamento das Construções, Reconstruções e Demolições de Obras na Cidade de Minas. Esse decreto estabelecia parâmetros e índices

mínimos de iluminação, ventilação e taxa máxima de ocupação dos terrenos. Contudo, regulamentava apenas as edificações da zona urbana, apontando para uma discreta segregação espacial.

- Numa antecipação de verticalização, que ocorreria de fato nos anos 1940, alguns parâmetros da legislação urbanística foram estabelecidos pelo Regulamento de Obras de 1922 caracterizando o início do processo de metropolização da cidade que aumentava a densidade da área central, denominada zona comercial, e o incentivo às edificações verticalizadas. Pela primeira vez estabeleceu-se um gabarito de altura dos edifícios em função da largura das ruas e avenidas.

- O Decreto n. 165 de 1º de setembro de 1933 mostrou-se mais restritivo quanto às alturas das edificações, regulamentou o uso do concreto armado e reconfigurou o zoneamento da cidade:

  Capítulo XXXI – Da Divisão da Cidade em Zonas Art. 449 – A cidade será dividida nas seguintes zonas:

  I) Zona Central ou Comercial: é limitada a partir da Av. do Contorno pelas Avenidas Bias Fortes, Paraopeba, Praça da República, Álvares Cabral, Afonso Pena , Rua da Bahia, Av. Tocantins (viaduto), Rua Aarão Reis até a Av. do Contorno e por esta até a Av. Bias Fortes.
  II) Zona Urbana ou Residencial: é limitada pela Av. 17 de Dezembro (Av. do Contorno).
  III) Zona Suburbana.
  IV) Zona Rural.

- O Regulamento de 1940 formulou parâmetros decisivos para a configuração e imagem da cidade: altura dos edifícios condicionada à largura das vias; a obrigatoriedade da construção sobre o alinhamento na área central; e a exigência de proporcionalidade entre as áreas de iluminação e ventilação dos vãos de janelas e os cômodos, interferindo diretamente na relação estética dos cheios e vazios da volumetria arquitetônica.

Percebeu-se, desde a elaboração do Plano da Nova Capital, a exclusividade da ação do poder público sobre o solo urbano. Todo o controle – a administração do desenvolvimento, a apropriação do espaço e a imagem da cidade de Belo Horizonte – foi primordialmente regido por decretos e portarias assinadas pelos prefeitos. Essa situação foi ampliada, em 21 de dezembro de 1940, quando o então prefeito Juscelino Kubitschek assinou o Decreto-lei n. 84, aprovando o Regulamento de Construções da Prefeitura de Belo Horizonte, ainda em vigência. Somente em 1976, com a criação da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, é que se voltaria a sentir o vigor de uma legislação de apropriação do espaço físico que modificaria de maneira evidente a imagem urbana, como havia ocorrido com a legislação de 1940.

A partir de 1976, com o Código de Obras e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, assumiu-se um controle mais sistematizado e rígido na complexidade da apropriação e administração urbanístico-arquitetônica de Belo Horizonte.

Da cidade-produto à cidade-obra [4]

Iniciava-se, a partir de 1894, a primeira fase da futura Belo Horizonte – a cidade-produto – com a desapropriação, demolição e inutilização do velho arraial do Curral del Rei. Abriu-se o espaço para uma cidade modelar, uma cidade capitalista-industrial, cuja nova ordenação urbana estabeleceu-se através da ordem econômica, sem a devida preocupação com a ordem social, uma vez que as terras desapropriadas tornaram-se mercadorias cujo valor monetário não tinha correspondência imobiliária na nova cidade. Essa questão imprevista, de valores imobiliários incongruentes, acarretou a expulsão dos habitantes do arraial, levando-os a ocuparem a periferia da nova cidade,

anunciando os subúrbios miseráveis que caracterizariam as cidades brasileiras do século XX.

A renovação era o valor relevante da época, cabendo ressaltar que as demolições simbolizaram o predomínio desse espírito modernizador. A idéia de patrimônio urbano foi introduzida posteriormente com o *urbanismo progressista*, surgido no século XX. A modernização era entendida como um bem, e não uma descaracterização.

Uma segunda fase foi observada a partir de 1898 até fins dos anos 1910, quando a nova capital caracterizou-se como *cidade-obra.* A situação foi descrita por Olavo Bilac, em 1903, em visita a Belo Horizonte:

> [...] Como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre prédios elegantes e higiênicos, motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujos ronron contínuo entoam os hinos de trabalho e da paz [...].[5]

A Comissão Construtora definiu o estilo eclético para os edifícios oficiais – as Secretarias e o Palácio do Governo – implantados na Praça da Liberdade, cujo projeto paisagístico também foi concebido ao gosto do ecletismo. A Praça, o Palácio e as secretarias formaram um imponente conjunto cívico, revelando uma arquitetura de característica neoclássica afrancesada. As demais construções obedeceram também à ordem eclética em suas arquiteturas, como, por exemplo, o prédio dos Correios e Telégrafos, o Arquivo Público Mineiro, as residências e os templos religiosos. De acordo com a professora Celina Borges Lemos:

> [...] o repertório da cultura eclética presente na arquitetura só veio reforçar o traçado planejado. Os edifícios, como verdadeiros santuários, buscam beleza e diversidade, onde valores, estabilidade, forma são assim apresentados como objetos irreais, mas transformados em matérias [...].[6]

Inauguração do Museu Histórico Abílio Barreto, 1943.
O organizador do Museu, Abílio Barreto, presta esclarecimentos sobre a maquete do antigo Curral del Rei ao governador Benedito Valadares e ao prefeito Juscelino Kubitschek.
Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.COT.1943-007.

Mesmo assim, no plano urbanístico, Belo Horizonte já enfrentaria, desde 1902, a especulação urbana como entrave à política de ocupação do solo pretendida pelo plano original da cidade, fato que se caracterizaria como uma questão geral e não resolvida do urbanismo modernista do século XX.

Na capital mineira predominou, até os anos 1930, uma arquitetura muito identificada com a liberdade e o direito às experimentações estéticas e soluções tecnológicas do século XIX – o ecletismo –, condição que se tornaria fundamental para o desenvolvimento da

Juscelino Kubitscheck, Aníbal Mattos, Pedro Paulo Penido e outros não identificados na Escola de Arquitetura, década de 1940. Arquivo Maria Esther Mattos de Carvalho. In: ANÍBAL MATTOS E SEU TEMPO. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Museu de Arte da Pampulha, 1991. Catálogo da exposição.

O engenheiro Pery Rocha França apresenta a maquete do Palácio das Artes ao governador Israel Pinheiro. Aparecem ainda, da esquerda para direita: José Mendes Júnior; o prefeito de Belo Horizonte, Luiz de Souza Lima; Manuel Costa e Álvaro Salles. In: VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel*: uma vida para a história. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1996.

crítica e da pesquisa arquitetônica modernista do século XX. Para Patetta, "o ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso [...] amava as novidades, mas rebaixava a produção artística ao nível da moda e do gosto".[7] Assim, no limiar dos séculos XIX e XX, Belo Horizonte foi cenário vivo da construção de uma nova época, que trouxe para aquele momento significativa memória dos conflitos e contradições cotidianas entre ruptura e tradição, entre permanência e porvir.

O modernismo segmentado

Na década de 1920, período pós Primeira Guerra Mundial, um segundo momento do modernismo foi assinalado em Belo Horizonte pelo movimento literário, tendo então se registrado a ocorrência de fatos de abrangência nacional. Uma caravana de jovens modernistas paulistas – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e o poeta francês Blaise Cendrars – marcou definitivamente os novos rumos do modernismo brasileiro, em 1924, quando, em viagem a Minas, percorreu as cidades históricas e desembarcou em Belo Horizonte, logo após a Semana Santa. A paisagem urbana colonial das cidades mineiras tornou-se fato essencial para a concretização do conceito de moderno e de nacional para a intelectualidade da época. O movimento modernista estava relacionado às vanguardas européias dos anos 1920, as quais, conforme analisa a professora Ivone Luzia Vieira, estavam baseadas da seguinte forma:

> [...] nas idéias de Nietzsche e Freud, estabelecem uma cisão com as ideologias racionalistas do progresso e buscam nas culturas primitivas e/ou arcaicas a natureza profunda, reprimida ou pervertida pelo reforço do controle social. Em conjunção com os princípios vanguardistas dadaístas e surrealistas procuraram, na negatividade da estética da barbárie, o confronto dialético com a civilização moderna. Esse ideário revolucionário das vanguardas após a Primeira Guerra Mundial foi a ponta de lança que

> abriu caminhos para a libertação das culturas oprimidas dos países colonizados e das culturas arcaicas das antigas civilizações [...].[8]

No caso brasileiro, a tradição do modernismo de uma dialética entre o antigo e o novo desdobrou-se na discussão da confluência da arte barroca com o expressionismo. Essa discussão constituiu um passo decisivo para a afirmação da cultura modernista brasileira no século XX, pois a descontinuidade, como pauta constante da modernidade, se deu pelo rompimento da ordem cronológica e da causalidade espacial.

Integrados ao pensamento revolucionário contemporâneo das vanguardas históricas, os protagonistas da Semana de Arte Moderna de 1922 – incluindo os intelectuais que visitaram as cidades históricas mineiras em 1924 – estabeleceram um projeto cultural coletivo de afirmação nacional, ao qual se pode imputar a manifestação de uma modernidade tardia no Brasil. Nesses termos, configuraram-se a literatura e as demais manifestações artísticas durante os anos 1920 e 1930. Belo Horizonte, em sua incipiente vida cultural, viu-se, a partir de 1924, relacionada com os principais intelectuais modernistas brasileiros, reafirmando sua origem e condição de cidade de proposição modernista.

A partir de meados dos anos 1920, observou-se que as idéias disseminadas pelos jovens modernistas em Belo Horizonte acabaram por remeter às últimas manifestações ecléticas da arquitetura, representada principalmente pela proposição estética neocolonial, que de certa maneira falseava estilisticamente a discussão modernista sobre o nacionalismo e o barroco mineiro. Essas manifestações ocorreram em plena República Velha, na qual as elites regionais dominavam e cada Estado mantinha seu próprio partido republicano. Configurava-se no ambiente nacional a política do café-com-leite: Minas, o poder político, uniu-se a São Paulo, o poder econômico, e os dois passaram a se revezar no governo da União.

Como marco da década de 1920, a arquitetura do viaduto de Santa Tereza (1929) chamou a atenção pelos belos arcos de 14 metros de altura e sua extensão de 400 metros, maior vão de concreto armado da América Latina. No urbanismo, foram decisivos para a retomada do crescimento da cidade os investimentos públicos que, inclusive, realizaram melhorias, recuperação e pavimentação de ruas e implantaram o sistema de numeração das edificações.

Percebeu-se que a situação cultural em Belo Horizonte nos anos 1920 enfrentou, de certo modo, um paradoxo: enquanto a literatura se renovava com o modernismo, as artes plásticas e a arquitetura viram-se ainda presas aos cânones acadêmicos, com temáticas conservadoras e esparsas experiências impressionistas, *art nouveau* ou *art déco.* Porém, alguns episódios isolados já revelavam um ambiente propício ao modernismo, como a exposição da pintora Zína Aita, em janeiro de 1922, recebida por alguns com desconfiança, por apresentar uma expressão plástica pós-impressionista.

Industrialização, cultura e política

Nos anos 1930, verificou-se uma crise urbana resultante do acelerado e desordenado crescimento de Belo Horizonte, decorrência de um mercado imobiliário especulativo. De acordo com a análise de Castriota e Passos,[9] o processo de ocupação urbana caracterizou-se prioritariamente pelo espaço suburbano, já identificado desde os primórdios da Capital. O fenômeno foi, inclusive, estimulado pela própria administração pública, a qual impunha uma rígida legislação para a apropriação da área central, restrições não encontradas com tanto rigor na área suburbana. O Centro urbano viu-se circundado por uma ocupação descontrolada, caracterizada por um emaranhado de vilas, conformado por um tecido urbano extenso, pouco denso, cujos serviços de infra-estrutura não supriam as demandas da população.

Com o incremento do transporte coletivo, o bonde começou a ser substituído pelo ônibus, e a legislação – mais restritiva na área central – ocasionou uma grande dispersão de loteamentos, dos quais muitos eram clandestinos, ao longo das recém-inauguradas avenidas Amazonas e Antônio Carlos. Observou-se, nos anos 1930, que a ocupação da cidade deu-se pelos vetores norte e oeste, já anunciando a forma que resultaria desse aglomerado metropolitano, bem mais tarde. Com apenas 34 anos, Belo Horizonte ocupava mais de 30 milhões de metros quadrados além do previsto em seu plano original. Diante desse quadro, o poder público viu-se induzido a estabelecer as primeiras medidas de planejamento posteriores ao plano original. Foi criada a Comissão Técnica Consultiva da Cidade, em 1934, com a responsabilidade de estudar um plano regulador para a cidade. Essa Comissão foi composta por Luiz Signorelli, Ângelo Murgel, Fábio Vieira e Lincoln Continentino.

Com a verticalização do Centro, inicialmente ocupado para uso comercial e, posteriormente, para habitação coletiva vertical, as demolições foram necessárias. Embora jovem, a cidade renovava-se, tomando ares de metrópole. Em nome do progresso e da modernidade, a arquitetura modernista, de aparência cubista ou futurista, modificou a imagem construída da cidade, por meio de uma nova estética amparada no emprego de recente sistema construtivo – o concreto armado.

Foi em 1935 que se construiu o primeiro arranha-céu da cidade, o edifício Ibaté, situado na esquina da rua São Paulo com avenida Afonso Pena. O edifício foi projetado pelo arquiteto Ângelo Murgel e construído por Carneiro Rezende & Cia. Com seus dez pavimentos revelou uma arquitetura volumétrica marcada por um geometrismo de linhas retas bem definidas e anunciou a emergência do espírito modernista de busca da evolução e do novo.

Arrancada para o progresso

A arrancada para o progresso se deu a partir dos anos 1930. A industrialização de Belo Horizonte estava relacionada diretamente com as diretrizes e expectativas econômicas de âmbito federal. As políticas implementadas tiveram, a partir de 1935, conotações modernizantes, como a destinação de área para a implantação da zona industrial, a urbanização das áreas lindeiras da represa da Pampulha e, até mesmo, no âmbito estadual, a criação da Cidade Industrial em 1941, nas proximidades da capital. Nesse período, mais notadamente em 1935, foi grande a movimentação social e política da classe trabalhadora.

Observou-se que, sobretudo no período entre 1930 e 1937, foi expressiva a participação da sociedade na vida política de Belo Horizonte. A vida cultural também se apresentou intensa, como convinha a uma cidade civilizada. Multiplicavam-se as notícias sobre concertos, óperas, peças teatrais, além da programação de outras casas de espetáculo. Porém, esses requintes culturais restringiam-se às camadas economicamente superiores, embora o nível de alfabetização da capital fosse alto.

Com a nascente cultura de massa no Brasil, em Belo Horizonte a década de 1930 foi, sem dúvida, a era do cinema e igualmente a era do rádio, mídias que influenciaram costumes e ditaram moda. Surgiram em 1931 a Rádio Mineira e em 1932 o Cine Teatro Brasil, famoso não só por sua linguagem arquitetônica incomum, mas também pelo seu arrojo técnico.

A cultura belo-horizontina distinguiu-se, dentre as de outros centros urbanos, por perceber as conquistas materiais verificadas em todo o mundo e ao mesmo tempo conviver com a ausência de arquitetos que as aperfeiçoassem na arte e na técnica de conceber, projetar e erigir edifícios e cidades com utilidade e beleza. Belo Horizonte viu-se

Obras de instalação da linha de bondes da Pampulha na avenida Antônio Carlos, vendo-se automóveis movidos a gás e a terraplanagem do futuro conjunto residencial IAPI, 1945. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.URB.1945-018.

diante da necessidade de formá-los, uma vez que o número de profissionais arquitetos no Brasil, nos anos 1930, era muito pequeno. Foi dessa necessidade que nasceu a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, a primeira no Brasil.

Nesse ambiente sociopolítico, muito bem definido até 1936 e rigorosamente redefinido pelo Estado Novo pós-1937, a arte moderna de Belo Horizonte destacou-se como expressão genuína de uma cultura de época. O Salão do Bar Brasil, primeira coletiva de arte moderna belo-horizontina, realizada em 1936, primou por revelar uma deliberada subversão dos cânones acadêmicos, até mesmo por ter sido organizada em um bar, ambiente estranho até então a essas manifestações culturais.

Na década de 1930, os emergentes modernistas de Belo Horizonte determinaram os parâmetros que anunciavam a modernidade dos anos 1940, por meio da superação do academicismo alienado da vida cotidiana da cidade, integrando-se ao processo consciente da dimensão histórica, como concluiu Vieira.[10]

Aspectos da abertura da avenida Antônio Carlos, 1942. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – BH.ALB.02-044.

Uma sociedade urbano-industrial

As tensões políticas que caracterizaram a Europa na década de 1930, entre elas a crise mundial originada pelo abalo econômico de 1929 e o nacionalismo de Hitler, culminaram, nos anos 1940, em uma guerra mundial sem precedentes. Essa situação mundial acabou por dividir a década em tempos distintos: uma primeira fase – a destruição e o horror provocados pelo conflito; e um segundo momento pós-1945 – a reconstrução das democracias nacionais.

Em Belo Horizonte, a nomeação de Juscelino Kubitschek para prefeito, em 16 de abril de 1940, foi decisiva para a definitiva instalação do modernismo na capital mineira. JK, como era chamado, médico de 38 anos, mesmo tendo seus ideais democráticos postos à prova frente à questionável legitimidade do Estado Novo, aceitou a nomeação para o cargo, situação que seria assim exposta por ele:

> [...] Se o Brasil estava sob regime de exceção, que repugnava a minha formação democrática, eu me consolava, contudo com a natureza do cargo

> que iria ocupar. [...] Até então trabalhara sobre o organismo humano. Dali em diante, o material com que iria lidar, seria uma cidade [...].[11]

Embora com os cofres públicos vazios, a administração de Kubitschek, com financiamentos bancários, mostrou-se profícua e capaz da execução de obras em quantidade e com rapidez. A área central foi dotada de novas redes de água, luz e telefone; foi feita a reforma do Parque Municipal; prolongada a avenida Amazonas até a Gameleira, promovendo ainda a urbanização da favela Prado Lopes; além de várias outras ações. As obras desse período materializaram a modernização veloz da cidade. Dentre todas, a que mais se destacou, adquirindo relevância nacional e internacional, foi a construção da Pampulha, inaugurada em 17 de maio de 1943.

Por influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, JK uniu-se a Oscar Niemeyer para idealizar e edificar um ícone da modernidade brasileira, um espaço urbano ao redor de um lago artificial, composto de um loteamento para residências de luxo e dotado de edificações de uso coletivo, desenhadas com grande expressão e inventividade modernista pelo arquiteto, como definiu o engenheiro Joaquim Cardozo, a quem Oscar confiou as soluções estruturais de suas obras:

> [...] Apesar de não obedecer a um plano estabelecido a priori, o conjunto da Pampulha é no Brasil o primeiro e, em certo sentido, talvez o único de um grupo de edifícios visando a uma finalidade coletiva e social: o cassino, a casa do baile, o Iate Clube, a Igreja de São Francisco de Assis, e até mesmo a residência do Sr. Juscelino Kubitschek [...].
>
> No conjunto da Pampulha manifestação de ilimitada força de expressão, dirigida para o problema da estrutura, no seu aspecto formal e princípios de equilíbrio. Purificação da forma a partir das estranhas posições de equilíbrio um conteúdo emocional: principal atributo da "beleza nova" [...].[12]

Arte, cultura e lazer

Nos anos 1950, a maior realização para o desenvolvimento artístico e cultural de Belo Horizonte foi a criação do Museu de Arte Moderna, que se instalou no edifício do Cassino da Pampulha, após a proibição do jogo no Brasil. A inauguração do Museu, no dia 20 de novembro de 1954, abrigou a realização conjunta do XII Salão de Belas Artes e da Exposição Retrospectiva de Pintura. Ainda na década de 1950, o ambiente cultural de Belo Horizonte foi agitado por dois meios poderosos de comunicação de massa. Um deles relacionado às artes do cinema, Cine Grátis, com as apresentações de filmes ao ar livre. O outro foi o anúncio da instalação da TV Itacolomi, dotada de tecnologia arrojada e moderna, em 9 de novembro de 1955.

No final dos anos 1950 e início de 1960, a dança em Belo Horizonte alterou, de maneira definitiva, a sua trajetória, a partir do trabalho do bailarino Klauss Viana, que, com seu espírito moderno e inovador, aliou-se aos profissionais de teatro, música, artes e literatura, rompendo com os limites da expressão clássica para colocar a cidade no caminho da contemporaneidade. Ainda nessa época, consagrado como o esporte do belo-horizontino, o futebol recebeu significativa contribuição com a construção do Estádio do Independência, dotado de instalações apropriadas para receber jogos da Copa do Mundo de 1950.

Cartão-postal do Viaduto Santa Tereza. Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque.
Cartão-postal com vista parcial da cidade a partir da mureta da rua Sapucaí.
Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

A consagração do futebol em Belo Horizonte deu-se de forma definitiva com a inauguração do Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão, em 5 de setembro de 1965. Considerado na época o segundo maior estádio coberto do mundo, teve sua capacidade estimada para 130 mil espectadores.

A vez da indústria

A partir dos anos 1940, e enfaticamente nos anos 1950, Belo Horizonte firmou-se como um centro urbano-industrial, como convinha a uma cidade de vocação modernista. O programa do governo estadual, JK à frente, apoiado no binômio energia e transporte, foi o suporte imprescindível à continuidade do desenvolvimento da indústria. O crescimento do parque industrial e o conseqüente processo de metropolização da cidade ocorreram fundamentalmente pela ação deliberada do Estado, e não pelas forças livres do mercado.

Consolidou-se, principalmente no período de 1947-1955, uma política econômica na qual o agente público aliou-se à iniciativa privada, objetivando o desenvolvimento e promovendo os seguintes empreendimentos:

- Aceleração da ocupação da área industrial;
- Implantação de estrutura adequada ao crescimento industrial com a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig);
- Pavimentação de rodovias ligando Belo Horizonte a Rio de Janeiro e São Paulo;
- Ampliação do serviço de abastecimento de água;
- Criação, além da Cemig, de empresas de capital misto, entre elas Frimisa, Casemg e Usiminas.

Vícios da metrópole

A metropolização de Belo Horizonte concretizou-se por uma política econômica de caráter desenvolvimentista e inflacionária, com o incremento à industrialização. Porém, a ausência de uma política social coerente teve como conseqüência um processo veloz de crescimento demográfico desordenado, estabelecendo uma perversa e acelerada situação de favelização.

No período de 1947-1964, a especulação imobiliária alcançou proporções significativas, os serviços básicos eram ineficientes, o abastecimento de água insuficiente e o trânsito inoperante. Assim, configurou-se o quadro de desordem urbana em Belo Horizonte – cidade modernista de destaque nacional, mas paradoxalmente palco de uma feroz inapropriação social, principalmente advinda de um desordenado êxodo rural.

A modernização de Belo Horizonte mostrava, no fim da década de 1950, um processo de desenvolvimento econômico ainda baseado na industrialização, porém, com um nível de urbanização cada vez mais baixo, decorrente da incapacidade financeira do governo municipal em responder à emergente e acelerada metropolização da cidade. A desordem e a ingerência urbana já eram perceptíveis.

Após 1964, o processo político em âmbito nacional não só manteve alijadas as classes mais baixas, como também, paulatinamente, afastou a burguesia da participação nas decisões sobre a economia e a política, pondo termo ao projeto modernista, autônomo, nacionalista e desenvolvimentista.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, foi implementada em Belo Horizonte uma política de industrialização como instrumento de progresso e modernização. Em seus primórdios a cidade teve nas artes, em particular na arquitetura, seu mais importante veículo

de divulgação de uma nova era. Porém, ao passar do tempo, a cultura e a própria indústria cultural foram se desconectando paulatinamente de uma prática eficaz para desenvolvimento da cidade. Apesar da confiança da sociedade nos novos rumos políticos do país, nos anos 1960 a cultura viu-se desassistida pelo descaso governamental, fato originado da sincronia entre modernização política e modernização econômica, sem um plano de modernização social voltado para os municípios, subjugados ao poder centralizador do governo federal. Essa condição, apoiada em bases socialmente fragilizadas, restringiu o papel da arquitetura, colocada quase que exclusivamente a serviço do Estado e das classes economicamente superiores.

A partir da década de 1970, a estagnação do desenvolvimento caracterizou o modelo socioeconômico-cultural implantado no país. O projeto modernista iniciado nos anos 1940, que almejava o progresso, naufragou. O fenômeno teve como principais causas o abandono da infra-estrutura social e o desmesurado endividamento público, julgado necessário para manter o ritmo desenvovilmentista pretendido.

A sociedade belo-horizontina, como toda a nação brasileira, chegou aos anos 1970 com outra conformação, outros anseios e outras necessidades, esperando um outro "milagre brasileiro". A arquitetura passou a expressar-se por um contingenciamento formal resultante não mais da totalidade de sua natureza sociocultural, mas condicionado pelo viés financeiro. Iniciou-se um outro momento arquitetônico na cidade de Belo Horizonte, diferente daquele observado nos anos 1940, 1950 e 1960. Pode-se dizer que ocorreu, então, uma mudança paradigmática no plano ideológico, marcado pela conformação do ideário modernista a um projeto político de pressupostos estritamente econômicos. Esse projeto foi levado a efeito na expectativa de conduzir o país a um modelo de progresso do qual estavam ausentes os pressupostos de uma ação sociocultural delineada.

Notas |

1. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte*: um espaço para a república. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

2. ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Belo Horizonte: o nascimento de uma capital. In: FABRIS, Annaterra. *Ecletismo na arquitetura brasileira.* São Paulo: Nobel; Edusp, 1987. p. 106.

3. MINAS GERAIS. *Decreto n. 803*. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1895.

4. Termos apresentados por PENNA, Alicia Duarte. *O espaço infiel*: quando o giro capitalista impõe-se à cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

5. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Parque Municipal*: crônica de um século. Belo Horizonte: CVRD, 1992. p. 32.

6. LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897-1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 90.

7. PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annaterra. *Ecletismo na arquitetura brasileira.* São Paulo: Nobel; Edusp, 1987. p. 15. *Apud* LEMOS. A cidade republicana...

8. VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo. In: RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro. *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte.* Belo Horizonte: C/Arte; Fundação João Pinheiro, 1997. p. 121.

9. CASTRIOTA. *Arquitetura da modernidade*, p. 134.

10. VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo...

11. KUBISTCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974. p. 355.

12. CARDOZO, Joaquim. O episódio da Pampulha. In: XAVIER Alberto. *Arquitetura moderna brasileira:* depoimentos de uma geração. São Paulo: Pini, 1987. p. 134.

Cláudio Listher Marques Bahia, arquiteto-urbanista, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo e diretor de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), é mestre em arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando no Programa Tratamento Espacial da Informação pela Geografia da PUC Minas. É também membro do Conselho Deliberativo de Cultura e Patrimônio do Município de Belo Horizonte.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Maria Eliza
Linhares Borges

Uma visão da capital cinqüentenária

Este texto faz uma análise crítica da conferência proferida pelo memorialista Nelson de Senna durante as festividades de celebração do cinqüentenário de Belo Horizonte, em 1947, ocasião em que o conferencista exaltou a vocação modernista da capital mineira.

> ***... a cidade somente será repensada e reconstituída sobre suas ruínas atuais depois de termos compreendido adequadamente que ela é o desdobramento do tempo daqueles que são seus moradores.***
> Henri Lefebvre

Doze de dezembro de 1947. Ainda não caíra a noite e diversas autoridades, civis e religiosas, representantes das esferas municipal, estadual e federal, já se reuniam no salão nobre do Instituto de Educação, na cidade de Belo Horizonte. Ao lado de um público seleto, constituído por membros das elites mineiras, elas ali estavam para participar do encerramento das festividades que, desde o início do dia, vinham mobilizando parte dos 310.473 moradores da capital de Minas Gerais. No centro da mesa, o conferencista indicado pelo prefeito João Franzen de Lima aguardava a abertura da solenidade para então iniciar sua palestra: *O Cinqüentenário de Belo Horizonte*.[1]

A certeza de um grande evento não eliminava a curiosidade dos que ali se encontravam. Como aquele meio século de história de Belo Horizonte seria narrado pelo advogado e membro da Academia Mineira de Letras, Nelson de Senna? – indagava-se o público presente no salão do Instituto de Educação. Radicado em Belo Horizonte desde o tempo em que a capital se chamava Cidade de Minas, ele não apenas se destacava entre seus memorialistas, como também era conhecido como um grande colecionador de documentos sobre a história do Estado de Minas Gerais. Depois de anos organizando o *Anuário de Minas Gerais*, uma coleção de sete volumes contendo documentos sobre o passado de Minas e de sua capital, Nelson de Senna lançara, em 1923, a edição ilustrada de sua obra *Terra Mineira*.

Um dos primeiros indícios da credibilidade lograda por suas palavras foi o endosso do então governador de Minas Gerais. Em março de 1948, portanto apenas três meses após a palestra de 12 de dezembro de 1947, a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais concluía sua edição. Na folha de rosto, um pequeno encarte anunciava:

> Esta Conferência foi mandada publicar em folheto, pelo Sr. Governador do Estado, Dr. Milton Soares Campos, em reconhecimento a seu mérito e em comemoração ao Cinqüentenário de Belo Horizonte.[2]

Entre 1948 e 1951, Nelson de Senna recebeu e arquivou cartas e telegramas que demonstram como ele acionou sua rede de relações pessoais para divulgar sua visão da história da jovem capital mineira. Respostas elogiosas de pessoas interessadas em receber outros exemplares da conferência chegaram-lhe da *Sociedad Colombista Panamericana*, de Havana, das chefias das bibliotecas do Colégio Caraça, da cidade de Salvador e do Museu Paulista, de órgãos da imprensa de Recife, Rio de Janeiro e Petrópolis. De amigos de Lisboa, de hotéis de Belo Horizonte e de diversas cidades do país e de Minas ele também recebeu cumprimentos e aplausos.[3] Sabe-se que uma edição de *O Cinqüentenário de Belo Horizonte* foi publicada no Rio de Janeiro, ainda em 1948.

Que razões calçam o apoio dado essa conferência? Que motivos explicam sua notável aceitação por parte dos leitores? Como Nelson de Senna estruturou sua narrativa e sustentou seus argumentos? Popularizada como *O Folheto da conferência do cinqüentenário*, a edição da palestra de Nelson de Senna contém 70 páginas de texto e duas de ilustrações. Juntos, o título do folheto, uma apresentação do governador de Minas Gerais e as duas gravuras antecipam o sentido ali atribuído ao meio século de história da capital de Minas.

As evidências de sua ampla circulação e aceitação sinalizam concordância com as idéias de Nelson de Senna. Para o analista de hoje, esse é um dado que não

Julius Kaukal (Viena, 1897 – Belo Horizonte, 1995), ilustração do arraial de Curral del Rei. In: SENNA, Nelson C. *Cinqüentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

pode ser desprezado; indica que a versão da história ali contida foi partilhada por muitos, exprimindo, portanto, um sentimento comum de como narrar o viver urbano naquele meado do século XX.

Imagens contrastantes

Comecemos nossa análise pelas imagens.
O enquadramento da primeira gravura remete o leitor à memória de outras figurações de cidades coloniais mineiras. As plantas-baixas das casas ligeiramente desalinhadas e postadas nas laterais da rua, o calçamento pé-de-moleque, a torre de uma igreja colonial e um único edifício de dois andares parecem encontrar abrigo sob a silhueta de uma serra protegida por um céu revolto, quase barroco. A identidade dos atores, mais que individual, é coletiva. Põe o observador diante de tipos sociais próprios de um tempo em que as relações sociais eram tecidas *face a face*. A mulher com a trouxa de roupas na cabeça indica um mundo feito à mão; o cavaleiro e seu conhecido, o tempo pré-industrial; o cachorro vira-lata, a intimidade entre natureza e sociedade; a vestimenta do homem postado no meio da rua, a urbanidade.

A entrada da imagem, no nível do observador, sugere intimidade; parece convidá-lo a partilhar de seu cotidiano. Seria essa uma representação do Curral d'el Rei? Do passado tradicional negado pela Comissão Construtora da Nova Capital?

Julius Kaukal (Viena, 1897 – Belo Horizonte, 1995), ilustração de Belo Horizonte em 1947. In: SENNA, Nelson C. *Cinqüentenário de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Com outro tipo de perspectiva, a segunda gravura transporta o observador para um ambiente urbano diverso, para outro tempo social.

Aí, a cidade verticalizada, dividida ao meio por uma rua aparentemente de mão única, desloca-se em direção a uma serra parcialmente encoberta pelas silhuetas dos arranha-céus. Quase livre de nuvens, o céu parece ceder espaço para as obras da engenharia humana. Em um vôo rasante e ascendente, os olhos vêem torres; natureza domada pela mão do homem; intuem segredos que perpassam um mundo pautado por relações sociais impessoais, anônimas e cosmopolitas. A pouca variação arquitetônica indica a dificuldade que a cidade tem para abrigar suas idades; denota sua escolha pela constante e voraz renovação.

Essa foi a cidade reverenciada por Nelson de Senna. Para melhor celebrar a "cidade-conceito",[4] vista de cima para baixo, o memorialista abandonou a perspectiva *d'oiseau*. Pôs os pés no chão e caminhou. Não como um transeunte qualquer que, em vez de desvendar os textos inscritos em seu trajeto, desloca-se entre suas ruas com o objetivo de resolver questões cotidianas. Tampouco como um *flâneur* que observa as transformações urbanas e se abstém do ponto de vista moral. O deslocamento de Nelson de Senna esteve o tempo todo orientado por um objetivo predefinido: seu trajeto haveria de demonstrar a tese, partilhada por muitos, de que Belo

Horizonte cumpria a promessa de seus idealizadores, isto é, mantinha sua vocação para o novo, para o moderno.

Sintonizado com a pauta das teorias que nutriram as práticas urbanísticas da modernidade industrial e encontraram correspondência entre os defensores do desenvolvimentismo do pós-guerra, Nelson de Senna mergulhou nos dados oficiais cuidadosamente ordenados em seu arquivo pessoal e dele selecionou os "índices indicativos do progresso atual de Belo Horizonte".[5] A classificação e a organização atribuídas às fontes utilizadas sinalizam a consciência da finalidade de sua narrativa.

Celebração do progresso

Destinadas a celebrar a data mais importante do calendário da cidade – o cinqüentenário de Belo Horizonte – suas palavras deveriam celebrar também o progresso da capital, as realizações das distintas administrações de uma cidade tutelada pelo poder estadual. Fundindo duas chaves analíticas próximas, porém distintas, ele identificava modernização com modernidade, obscurecendo assim as rachaduras históricas que sempre permeiam as práticas socioculturais das aglomerações urbanas.

Entrando e saindo do perímetro coberto pela avenida do Contorno (antiga avenida Doze de Dezembro), Nelson de Senna balizou seu deslocamento numa cadência marcada por pausas lentas e ligeiras. Como um urbanista que precisa propor soluções imediatas aos problemas da cidade, ele enxergou políticas de saúde e higiene onde havia doenças; transformou as carências urbanas em obras de saneamento; mostrou o burburinho de bondes, ônibus e automóveis onde predominavam as dificuldades de locomoção dos moradores.

Para combater a tese do isolamento da capital em relação ao restante do Estado e do país, deu destaque à rede de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo. Para medir o crescimento da malha urbana, deteve-se no surgimento dos novos bairros que, pouco a pouco, fragilizavam as antigas fronteiras espaciais da cidade, responsáveis, por sua vez, pela separação dos modos de vida dos habitantes das zonas urbana, suburbana e rural. Recordou também a eliminação das cafuas,[6] que facilitara "as ligações entre os bairros da Barroca e do Calafate" – dando lugar ao "casario moderno do elegante e populoso Bairro de Lourdes" – e possibilitara a urbanização da região que ficava entre a estação férrea Pedro II e o bairro da Floresta, antes ocupada pela "primitiva favela dos cafuás de operários".

Nelson de Senna chamou a atenção para a instalação da Cidade Industrial, em Contagem, nas vizinhanças da capital e, no intuito de destacar a vida intelectual e cultural da cidade, teceu a memória dos nomes e da localização de cada estabelecimento primário, secundário, normal, profissional e superior, bem como os de cada espaço de cultura da cidade. Lamentando, por vezes, a demolição "que não deixava qualquer vestígio dos velhos casarões" e de algumas edificações públicas, Nelson de Senna homenageou a renovação arquitetônica dos anos 1930, assinalada na verticalização da avenida Afonso Pena e de seus arredores.

Em seu afã de estabelecer ligações diretas entre passado e presente, Senna enfatizou o constante compromisso dos construtores de Belo Horizonte com a estética do novo. Para demonstrar sua tese, pousou longamente seu olhar sobre o edifício da Feira Permanente de Amostras, cuja construção viera ocupar o vazio deixado pela demolição do antigo Mercado Central.[7] Se as estruturas de ferro do mercado, importadas da Bélgica, tinham simbolizado o diálogo da cidade planejada com a modernidade haussmaniana, o prédio da Feira de Amostras, inaugurado em 1º de setembro de 1935, representava a síntese imagética do *art déco* presente na Belo Horizonte dos anos 30.[8] Edificação de utilidade

Belo
1897

e valor estético controverso,[9] o prédio da Feira de Amostras, como era chamado pelos belo-horizontinos, tinha quatro andares e uma torre de 30 metros, que abrigavam as instalações da Rádio Inconfidência, os salões de exposição para os produtos mineiros, além de bar, cinema e restaurante.

Essa "synthese do espírito progressista dos actuais dirigentes de Minas",[10] no dizer de autoridades da época, dialogava com a arquitetura dos prédios da Prefeitura, da antiga Alfândega (atual Secretaria do Estado da Agricultura), da sede do Automóvel Clube e, na região da praça da Liberdade, com a dos edifícios do Minas Tênis Clube e do Palácio Arquidiocesano. Juntos, eles renovavam dois dos espaços da Belo Horizonte concebida pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais.

Em seu *tour* urbano destinado a comprovar a tese da constante modernidade de Belo Horizonte, Nelson de Senna incluiu um trajeto novo. Enveredou pela avenida Presidente Antônio Carlos. Conduziu seus ouvintes, e depois seus leitores, até o mais novo cartão-postal da cidade, inaugurado em 2 de maio de 1942: o complexo arquitetônico da Pampulha. Em meio a muitos elogios aos prédios do Cassino, da Casa do Baile, ao Yatch-Club, ele não se conteve e manifestou sua opinião sobre a

> bizarria e originalidade um tanto extravagante do estilo futurista de uma construção que era destinada a uma Igreja consagrada a São Francisco [...] obra mais de aspecto profano que de caráter liturgicamente religioso.[11]

Atento às metodologias que iluminam a ação das elites, ele reverenciou a contribuição das nações estrangeiras para a edificação da capital e nomeou seus representantes consulares. Jogando o tempo todo com o lembrar e o esquecer, elogiou a seqüência linear do crescimento e desenvolvimento da cidade. Homenagens rendidas, Nelson de Senna avaliou: inegavelmente, os ganhos superavam as perdas. A "formosa Metrópole Mineira" há muito superara o tempo das "ruas empoeiradas e por calçar, quase sem iluminação e transeuntes".

Figuras como "o Patriota Fonseca, o Apaga-Vela, o Manezinho das Moças, o Zé-Bocô e o Chico Bispo, criaturas inofensivas e andejas", pertenciam, definitivamente, ao tempo da memória. "Guardados na retina", esses e outros traços da comunidade *face a face* teriam dado lugar ao vigor e à racionalidade da modernidade desenvolvimentista da cidade-capital que, nas palavras do palestrante, "estava fadada a ser, dentro, talvez, de mais meio século, uma das maiores metrópoles do Continente Sul-Americano".

Modernização e modernidade

O cruzamento dos dados usados por Nelson de Senna com outros[12] mostra-nos que, ao identificar o conceito de modernização com o de modernidade, o conferencista do cinqüentenário acabou por fabricar uma seqüência histórica por demais linear e equilibrada para a capital de Minas. Para sustentá-la, ele precisou jogar no esquecimento uma Belo Horizonte que também comportava hábitos de vida, carências materiais, modos de produzir e consumir que não integram nem a racionalidade técnica, nem o cosmopolitismo presentes nas metrópoles modernas.

Isso significa que seu ponto de partida não lhe possibilitou enxergar e avaliar as rachaduras que hoje sabemos fazer parte de toda e qualquer expressão da modernidade. Chave analítica multifacetada, a categoria *modernidade* abre-nos múltiplas e distintas portas; insere-nos em tempos não retilíneos; permite-nos estabelecer conexões que ligam o dentro e o fora, os centros e as margens, o público e o privado, a tradição e a própria modernidade.

A análise feita a partir das propagandas presentes nas revistas e nos jornais de uma cidade é um ponto de partida, dentre outros, para se perceber os entrelaçamentos entre o tempo da cidade *face a face* ao tempo da metrópole moderna. No caso específico da capital mineira, percebe-se que grande parte dos anúncios de mercadorias e serviços das décadas de 1920, 1930 e 1940 usava termos como "moderno", "novo", "elegante", o que é um forte indício da assimilação e da sintonia com a dimensão moderna da cidade.

Contudo, é importante observar que os objetos e serviços anunciados remetem o leitor a um mundo feito a mão, isto é, marcado mais pela presença de artífices do que pela produção industrial. O que essas propagandas nos mostram é que, por ocasião do cinqüentenário da "formosa Metrópole Mineira", como a chamou Nelson de Senna, o cotidiano de cidade não podia prescindir do saber e do engenho de alfaiates, costureiras, bordadeiras, sapateiros, carpinteiros, funileiros, soldadores, ferreiros, marmoristas, seleiros, estofadores, engraxates, tintureiros, ourives e chapeleiros.[13]

Concentrados na área central da cidade (avenida Afonso Pena e suas imediações), esses ofícios também estavam presentes nas áreas então identificadas como suburbanas e rurais. Na década de 1920, a expressão maior do comércio ficava entre a praça Rio Branco, na altura onde hoje se localiza a estação rodoviária, até a praça Afonso Arinos, próximo do atual edifício da Faculdade de Direito da UFMG, sendo que a área mais concentrada girava em torno do quadrilátero que engloba as ruas Curitiba e Caetés, as avenidas dos Andradas e Amazonas até a atual praça Sete.

Nas duas décadas posteriores, as áreas de comércio foram se alargando. Além da região predominante nos anos 1920, surgem outros focos importantes dentro do

Anúncio da Alfaiataria Moyses. Revista *Argus*, ano 2, n. 11, agosto de 1936. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Anúncio da Alfaiataria Josias. Revista *Minas Tênis*, ano V, abril de 1945. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

perímetro da avenida do Contorno, a saber: nas ruas Goitacases (área central), Bahia e Espírito Santo, na altura do Bairro de Lourdes; na rua Santa Catarina e na avenida Olegário Maciel, no bairro Santo Agostinho; e nas ruas dos Tupis, Goitacases e avenida Augusto de Lima, no bairro do Barro Preto. Com menor expressão, há um comércio também nas imediações do bairro São Lucas, entre a alameda Álvaro Celso e a atual avenida Professor Hugo Werneck.

Fora do perímetro da avenida do Contorno, a maior concentração do comércio se dava nos bairros Floresta, Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Nos anos 1940, percebe-se a expansão do comércio, ainda que pouco expressiva, para os atuais bairros de Santa Efigênia, em direção ao Horto e, na outra extremidade, entre os bairros do Cruzeiro e São Pedro. A região do bairro do Prado, sobretudo ao longo da rua Platina, também era uma zona de atividade comercial.

Uso e costumes

Para nossos objetivos, vale a pena ressaltar: a legislação que regulava o funcionamento dessa síntese da geografia dos ofícios e das casas comerciais de Belo Horizonte sofreu pouquíssimas alterações desde a instituição do Imposto de Indústria e Profissão em 1899.[14] Leis e decretos municipais foram sendo criados e reeditados ao longo das décadas seguintes. Na maior parte das vezes, eles definiam normas sobre horário de funcionamento do comércio, adequação de suas instalações sanitárias, afixação de placas de propaganda nas fachadas dos edifícios etc.

Além das oficinas de artífices e dos estabelecimentos comerciais, a legislação municipal sobre o funcionamento do comércio ambulante é outro bom termômetro para percebermos como os "índices indicativos do progresso atual de Belo Horizonte", usados por Nelson de Senna, não eliminaram os hábitos de vida do que aqui chamamos de *cidade face a face*. Entre 1898 e 1923, uma série de leis e decretos reedita a proibição da venda de "aves em pé" pelas ruas da cidade. Tal repetição é indício de que, à revelia da legislação, esse comércio atendia a uma demanda dos moradores que, das janelas de suas casas, acorria aos gritos dos ambulantes que lhes vendiam não apenas as "aves em pé", mas também os hortigranjeiros produzidos, em geral, nas áreas suburbanas.

Não podemos deixar aqui de lembrar uma litografia do fotógrafo francês Victor Frond feita nos arredores do Rio de Janeiro nos anos 60 do século XIX que denota o hábito de vender galinhas dependuradas pelos pés em uma haste. É bastante significativo que oito décadas

depois deparamo-nos com uma legislação que atesta a persistência de tal hábito numa cidade que contava com 70.646 habitantes.

Nos anos 1930, quando a cidade iniciava seu processo de verticalização e quando mais se passou a investir em calçamento de ruas e canalização dos rios, a documentação referente à cobrança do Imposto de Indústria e Profissões indica, em janeiro de 1931, o primeiro registro de uma *Oficina de Conserto Pneumático*. Índice do aumento de automóveis na cidade, vê-se, no entanto, que a modernidade inscrita nesse serviço não eliminou a existência da *Oficina de Ferraduras*, que atendia ao movimento de carroceiros responsáveis pela venda e distribuição de pães, leite e principalmente de lenha para os domicílios.

Regulamentado em abril de 1923, esse serviço garantia a distribuição do combustível mais usado na cidade, seja para alimentar as cozinhas dos moradores, seja para garantir o aquecimento da água para seus banhos e do aquecimento das casas entre os meses de maio e julho, quando as temperaturas variavam de 2,5º C a 3,4º C.[15] Lembremos: a introdução do fogão a gás em Belo Horizonte data de 1949.[16] A fumaça que saía das chaminés das casas devia ser tal que, em 1930, a Prefeitura promulgou legislação específica sobre o assunto. Destinada a regulamentar as construções do perímetro central, a Lei n. 363 também definia a altura mínima das chaminés das cozinhas, no intuito de minimizar os efeitos da fumaça nos edifícios que se verticalizavam.

Essa mesma lei também versa sobre o uso de aquecedores elétricos e à base de lâmpadas de querosene ou carbureto.[17] Outros estudos têm indicado o quanto a cidade padeceu para solucionar o problema do uso e distribuição de energia elétrica. Sabe-se que até 1961 apenas 10% dos domicílios inseridos no perímetro urbano coberto pela Companhia Força e Luz de Minas Gerais usavam fogões elétricos.[18]

Anúncio da Alfaiataria Columbia. Revista Minas Tênis, ano V, abril de 1945. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Além disso, a área atendida pela referida companhia não cobria toda a extensão da metrópole.

Os dados da expansão da cidade física são evidências inequívocas do crescimento de sua população, da alteração do perfil de sua arquitetura e mesmo da expansão de suas áreas de comércio, ensino e lazer. O uso restrito das benesses da modernidade industrial evidencia a permanência de hábitos de vida mais condizentes com a gravura que Nelson de Senna escolheu para representar o Curral del Rei, ou a Cidade de Minas, do que aquela que ele definiu como expressão da “formosa Metrópole Mineira”.

Isso nos autoriza dizer que a Belo Horizonte do cinqüentenário era, como tantas outras capitais do

país, e mesmo do exterior, um espaço que articulava, assimetricamente, diferentes tempos sociais; modos de vida que a colocavam entre as duas gravuras que o olhar de Nelson de Senna separou de forma tão drástica.

Retomando a temática das propagandas do comércio local, chama-nos a atenção a simplicidade da composição da maioria dos anúncios.

A imagem da página 85, extraída da *Revista Argus*, de 1936, é um dos poucos exemplos de uso de recurso visual nas propagandas das revistas e jornais locais. A maioria dos anunciantes se limitava a indicar o nome do estabelecimento, o endereço e uma ou outra frase com o objetivo de distinguir seu produto ou serviço dos de seus concorrentes.

Nessa representação, o uso de um clichê é, por si só, um diferencial no interior da categoria alfaiates. Sem embargo, a escolha da imagem e sua composição nos remetem a um padrão de visualidade característico dos catálogos de clichês que animaram a cultura propagandística de fins do século XIX e dos primeiros anos do século XX.[19]

Recordando sua vida entre os anos 1930 e 1940, o alfaiate Waldemar Boggione, nascido em 1920, criado no Bairro do Prado, que iniciou seu aprendizado de alfaiate aos 13 anos de idade, depõe:

> O acesso aqui era pela rua Platina. E depois estendeu até a Gameleira. E havia nessa época bonde. Mais tarde apareceu o ônibus aqui [...].

Etiquetas de alfaiatarias e casas de modas de Belo Horizonte, 1930-1970. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Mais tarde foi que começou a funcionar também lotações. E os bondes trabalhavam de madrugada. Muitas vezes três e meia da madrugada começava a trabalhar. Aqui tinha uma padaria muito boa. Naquela época era bem diferente de hoje. Porque essa padaria, ela fazia entrega nas casas. Tinha bastante carroças de entregas. E carrocinhas bem fechadas, arrumadinhas. E eles levavam, era carne, era pão, tudo era... O leite vinha no leiteiro e media na hora. Agora a carne você já tinha a encomenda de carne. Sabia quantos quilos que a pessoa desejava. Vinha de manhã cedo entregar, punha na janela da pessoa. Naquela ocasião a gente podia ter as portas abertas que ninguém roubava. Não é? Era uma ocasião muito boa, muito saudável da gente poder conviver. A gente vê que a sociedade naquela ocasião é... era muito pública. Hoje não. Hoje a sociedade é muito resumida, é muito trancada. Não tem mais aquela convivência, não é? Hoje a gente não sabe o nome do vizinho. Antigamente não. O pessoal sentava assim... assim à tarde, quando vinha do trabalho, já tivesse tomado banho. Sentava ali e ia conversar com o vizinho. Então é... uma comunidade muito comunicativa, não é? É... a gente conhecia todo mundo, todo mundo conhecia a gente. É, havia... uma vida muito diferente. Aqui no bairro tinha boiada, tinha carros de bois que faziam entrega das coisas. Também passava por aí para trazer lenha. Naquela ocasião se usava muito era lenha, porque não tinha fogão elétrico, não tinha nada disso. É tanto que quando a pessoa levantava de

> manhã via que: — Ah lá, fulano de tal já levantou. Porque via fumaça na chaminé. Né? E hoje é tudo diferente. Hoje você não conhece ninguém. É diferente, né? [...].[20]

As lembranças de nosso entrevistado se assemelham às memórias de outros artífices (alfaiates, como ele, sapateiros, barbeiros), assim como daquelas que permearam o cotidiano de outros entrevistados que viviam nas áreas centrais da cidade e pertenciam a grupos sociais mais abastados. Em todos eles, as reminiscências das cadeiras nas portas da rua ao entardecer, do leite colocado nas janelas das casas, dos gritos dos mascates que vendiam todo tipo de mercadoria, do *footing* na praça da Liberdade mesclam-se a hábitos mais cosmopolitas como, por exemplo, freqüentar os tantos cinemas da cidade, os bares e cafés, as partidas de futebol e os colégios, fossem eles públicos ou privados.

Por fim, cabe observar, o cruzamento de evidências nos coloca diante de uma Belo Horizonte marcada pela conjugação, por certo assimétrica, entre tradição e modernidade. Vista sob essa perspectiva, sua história se desmistifica, isto é, se aproxima mais da cidade real que da cidade ideal.

Cartão do Atelier Monsã, de Domingos Xavier Andrade, o *Monsã*, e Érico de Paula. Fundado em 1927, foi o primeiro escritório de *design* gráfico de Belo Horizonte. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Notas |

* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada *Pequenos Ofícios em Belo Horizonte: na história e na memória, 1920-1960,* que conta com a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira (PIBIC/CNPq) e Carla Corradi Rodrigues (Probic/Fapemig).

1. SENNA, Nelson C. de. *O Cinqüentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1948. p. 52 – 55.

2. *Idem*.

3. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Arquivo Pessoal Nelson de Senna, Inventário analítico, Série Correspondência, documentos n^{os}: 1110;1111;1117;1127; 1128;1130; 1137; 1140; 1153; 1165; 1167; 1174; 1253. Esta correspondência cobre os anos de 1948 a 1951.

4. Michel de Certeau chamou de cidade-conceito à cidade-quadro, isto é, aquela que nos chega através do olhar totalizante do *voyeur* que, de cima para baixo, constrói textos que apontam as preocupações dos urbanistas. Sobre essas questões, ver: DE CERTEAU, Michel. Andando na Cidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 23, p. 21-31, 1994.

5. SENNA. *O Cinqüentenário de Belo Horizonte*, p. 25. Todas as aspas que adjetivam Belo Horizonte, extraídas do discurso de Nelson de Senna, não serão mais referenciadas em nota.

6. Segundo Berenice Guimarães, cafua é uma terminologia usada na época para designar as casas de barro cobertas com capim. Outros tipos de moradias eram feitas e utilizadas para abrigar a população pobre da cidade. Os barracos eram feitos de tábuas e cobertos por capins ou zinco, e os barracões eram de alvenaria e recebiam autorização para serem construídos. GUIMARÃES, Berenice. *Cafuás, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

7. FREIRE, Ana Lucy Oliveira. 100 anos de BH: o lugar do mercado central na metrópole centenária. In: PAIVA, Eduardo F. (Org.). *Belo Horizonte*: histórias de uma cidade centenária. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 83-109.

8. Com outras palavras Nelson de Senna caracterizou este edifício da mesma forma que alguns arquitetos dos anos de 1990. Sobre isso, ver: CASTRIOTA; PASSOS, *apud* AGUIAR, Tito F. Rodrigues de. *Panorama Fotográfico de Belo Horizonte*: a imagem de um espaço em transformação. Belo Horizonte, 2001. p. 14 (mimeo).

9. Segundo Sylvio de Vasconcelos, então professor da Escola de Arquitetura e chefe do SPHAN em Minas Gerais desde 1940, o prédio da Feira Permanente de Amostras era um "tremendo arremate da nossa bela Avenida Afonso Pena". Da mesma forma, ele dissera que o do Minas Tênis Clube, "um grandíssimo túmulo já levantado na decadência do estilo". Sobre essas avaliações, ver: PERRI, Márcio Guimarães. Prefácio. In: LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Minas: cidades barrocas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968. p. XIV; VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura eclética marca Belo Horizonte. In: ARAÚJO, Laís Corrêa. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: FJP, 1996. p. 112-115. (Coleção Centenário). Sobre as análises dos anos 1990, ver: CASTRIOTA; PASSOS, *apud* AGUIAR, Tito F. Rodrigues de. *Panorama Fotográfico de Belo Horizonte*: a imagem de um espaço em transformação. Belo Horizonte, 2001 (mimeo); NORONHA, Carlos Roberto. *Área central de Belo Horizonte*: arqueologia do edifício vertical e espaço urbano construído. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, p. 139; LEMOS *apud* NORONHA, Carlos Roberto. *Área central de Belo Horizonte*, p. 140.

10. A Feira Permanente de Amostras e sua importância. Impressões dos Srs. Getúlio Vargas, Antonio Carlos, Medeiros Netto, Gustavo Capanema, Euvaldo Lodi e Lahyr Tostes. *Estado de Minas.* Belo Horizonte, 4 de setembro de 1935. p. 1 e 4.

11. SENNA. *O Cinqüentenário de Belo Horizonte*, p. 30.

12. A coleta documental que dá suporte à pesquisa: *Pequenos Ofícios em Belo Horizonte: na história e na memória, 1920-1960* vem sendo feita a partir dos relatórios dos diferentes prefeitos da cidade, dos códigos de Postura Municipal, dos recenseamentos realizados pelo poder municipal, de almanaques, da obra de outros memorialistas da cidade, de dados da autarquia estadual, de dados do Plambel, então responsável pelo planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da memória oral de artífices que viveram na cidade entre os anos 1930 e 1960.

13. LANÇAMENTO de Impostos de Indústria e Profissões. Seção da Fazenda. APCBH, fundo CC.03.02.01, anos de 1920-1921; 1930-1931 e 1940-1941.

14. *COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Decreto n.1240 de 2 de Janeiro de 1899. Approva o regulamento para lançamento e cobrança de impostos pela Prefeitura.* APCBH.

15. REIS, Mateus Favaro. *A cidade moderna movida à lenha*: um estudo sobre a tradição e a modernidade de Belo Horizonte por meio das formas de energia utilizadas por sua população, 1897-1923. Monografia –Programa de Aprimoramento Discente – PAD, Curso de História, Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 48-49.

16. *Ibidem*, p. 50.

17. *Idem*.

18. DINIZ, Joubert. *Estudo do mercado energético da Companhia Força e Luz de Minas Gerais*. Evolução Histórica – Perspectivas Futuras. Belo Horizonte: CEMIG, 1964. p. 117.

19. Sobre as imagens de um desses catálogos, ver: MARTINS FILHO, Plínio (Org.). *Catálogo de Clichês D. Salles Monteiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

20. Waldemar Boggione. Alfaiate. Entrevista realizada por Maria Eliza Linhares Borges, Lucas Carvalho S. de A. Pereira (PIBIC-CNPq) e Anelise Suzane Coelho (bolsista voluntária). Pequenos Ofícios na Memória e na História – Belo Horizonte 1920-1960. *Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte. 08/06/2006.

Maria Eliza Linhares Borges é graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em sociologia pela mesma universidade e doutora em sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/Iuperj). Atualmente é professora do Departamento de História da UFMG. Coordena o Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich/UFMG).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Uma centralidade belo-horizontina

Celina Borges Lemos

Este trabalho elabora, a partir da observação das práticas sociais, uma leitura dos espaços da região da Savassi, hoje um centro de consumo consolidado em Belo Horizonte, tendo como referência as espacialidades onde a sociabilidade se materializa.

> A memória, que os habitantes de uma cidade constroem cotidianamente ao longo de um determinado espaço-tempo, está relacionada às práticas sociais e às interações por eles vivenciadas. As passagens, os lugares, os pontos de encontro os locais de moradia configuram-se enquanto pontos de referência significativos, tanto em nível individual como em nível coletivo. Os citadinos, no seu dia-a-dia, muitas vezes se deparam com lugares por eles já experienciados, os quais lhes propiciam a reconstrução de um quadro impregnado de lembranças já esquecidas. Para Halbwach,[1] essas lembranças anteriores sofrem uma transformação e vão se adaptando a um novo conjunto de lembranças atuais. Esses momentos peculiares são provenientes de um processo de identificação, que vai se incorporando nos indivíduos ao longo dos seus espaços vivenciais.

Para Lévi-Strauss,[2] a identidade pode ser definida como uma *identidade abstrata* – isto é, não apresenta uma existência real –, mas, ao mesmo tempo, deve ser considerada indispensável como ponto de referência. Na medida em que essas identidades vão sendo elucidadas, a cidade edificada como representações espaciais passa a propiciar novos campos de representação, podendo ser considerada ela própria um espaço vivencial. Nesse momento, a cidade é viva e torna-se somente vida para aqueles habitantes que lhe imprimem seu caráter, emoções e sentimentos. Encontrar esses espaços de representação significa captar elementos simbólicos que circundam as interações do espaço social, relacionados ao subterrâneo da vida cotidiana urbana.[3]

1. De volta ao passado: do Centro tradicional ao bairro Funcionários

Belo Horizonte, como algumas outras cidades brasileiras planejadas, apresenta um paradigma original no estudo de uma possível identidade existente entre a urbe e seus habitantes. Tais cidades apareceram no mapa do Brasil da noite para o dia, como se fossem a *entrega* em domicílio de uma encomenda feita pelos dirigentes políticos da época. Essas encomendas foram elaboradas por "especialistas do espaço", cuja missão foi construir um "repertório de símbolos monumentais", que possibilitasse a implantação de um novo *status quo.*[4]

A concepção urbanística tinha como intenção construir cidades saneadas e higienizadas. Desse modo, os construtores se preocupavam em garantir uma salubridade e uma aeração perfeita, procurando evitar que nelas se instalasse qualquer tipo de endemia física ou moral, o que garantiria uma produtividade da força de trabalho segura e de alta rentabilidade e, ao mesmo tempo, manteria a ordem e o progresso socioeconômicos. A distribuição dos espaços e as suas formas de uso no ambiente urbano, ao lado das questões acima levantadas, foram definidas *a priori*, visando a facilitar a ação do poder no controle desses espaços: as classes privilegiadas foram alocadas em espaços onde não haveria a menor ameaça a sua saúde, as mais populares, por sua vez, em ambientes patogênicos, onde tudo poderia acontecer; dentro de um raio de ação delimitado e controlado.[5]

Dentro desse complexo contexto, a capital foi fundada em 1897 com a missão de simbolizar um *belo e próspero futuro* para o Estado. De acordo com Lévi-Strauss, a cidade, enquanto *locus* onde identidades são edificadas pelos seus habitantes, deve ser considerada como "objeto de natureza e sujeito da cultura; indivíduo e grupo, vivida e sonhada, coisa humana por excelência".[6]

Belo Horizonte constitui-se, do ponto de vista urbanístico, como uma verdadeira *revolução* – revolução esta politécnica: "feita em papel quadriculado por homens de compasso e lápis na mão – moramos numa cidade cartesiana, mas somos barrocos".[7] Porém,

enquanto cidade planejada, não apresentou nos seus primeiros anos uma consciência de cidade, visto que só a partir de um processo de uso o *viver* no lugar seria erigido. Desse modo, uma vez que seus primeiros habitantes, em sua maioria, não cresceram com a cidade e não fundaram suas raízes, eles permaneceram nela de um certo modo enleados, embaraçados naquela floresta de ângulos retos e obtusos. Suas dificuldades eram tão significativas que os dirigentes do poder público chegaram a construir, na Praça da Liberdade, uma miniatura em concreto do pico Itacolomi de Ouro Preto, que, segundo historiadores da época, serviu para consolar os ouro-pretanos saudosos: "A praça dos namorados é a praça do poder, saudades de Ouro Preto lacrimejam, entre os penhascos de cimento [...]".[8]

Com o decorrer do tempo, a cidade passou a apresentar vários lugares significativos, localizados principalmente na área central, os quais passaram a constituir pontos de referência que definiram todo um modo de vida ao belo-horizontino, bem como a identificação dos moradores com tais lugares. A Praça Sete de Setembro, por exemplo, no início do século, era o lugar dos encontros, das festas e dos carnavais. Naquela época, foi inaugurada a estação de bondes, localizada entre a avenida Afonso Pena e a rua da Bahia, onde passavam, controlados por relógio, todos os bondes da cidade.

Em frente a essa estação funcionava o Bar do Ponto, lembrado por Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade e Cyro dos Anjos, entre outros intelectuais modernistas, como o lugar onde todos passavam nem que fosse só para *bater o ponto*, tornando-se *parada obrigatória* para os membros da elite administrativa e intelectual da cidade. A centralidade do Bar do Ponto se estendia ao longo da avenida Afonso Pena, entre rua da Bahia e praça Sete, onde o *footing* acontecia nos finais de tarde. Aqui também se nota a continuidade da segregação, uma vez que os grupos de médio e alto *status* social circulavam do lado do Cine Glória; e os mais populares, do outro lado da avenida, onde se localizava o cinema do mesmo nome, ou seja o Cine Avenida.[9]

Já nas décadas de 1930 e 1940, o quarteirão da rua da Bahia, situado entre as avenidas Afonso Pena e Augusto de Lima, passou a exercer outro papel de destaque. Por lá circulavam artistas, intelectuais, estudantes e políticos que, na época, expressavam um estilo de vida que marcou a história da cidade e ficou na memória de seus contemporâneos. Nos anos 1960, a região da avenida Augusto de Lima, próxima ao Edifício Malleta, tornou-se um ponto de encontro de grande expressão cultural. Um novo estilo de vida ia, então, sendo instituído pelos jovens da época, baseado em concepções culturais e políticas inovadoras. Esses são apenas alguns dos vários locais que se tornaram lugares de sociabilidade e de identidades na história do Centro de Belo Horizonte.

Metropolização

Nos anos 1970, a cidade e seu entorno foram elevados à categoria de Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), devido ao seu expressivo crescimento econômico e populacional.[10] A estrutura urbana, naquela época, comportava vários centros secundários, os quais se interagiam e se completavam. Esses centros surgiam quase que espontaneamente, aliados aos interesses do capital, e apresentavam forma desconexa e dispersa. Os pequenos pólos estavam submetidos a uma hierarquia de uso, onde o Centro exercia o papel de primazia, como demonstram dados coletados para o período e confirmados nas décadas de 1980 e 1990.

O Centro reunia uma grande variedade de atividades e serviços, que vieram se avolumando ao longo da evolução urbana da cidade. Grande parte dos serviços localizados naquela área eram considerados exclusivos, e isso submetia as demais áreas da Região Metropolitana a sua total dependência. Aqui, confirma-se a idéia inicial do

plano de Aarão Reis e da Comissão Construtora de erigir uma cidade radiocêntrica, dotada de um pólo referencial, dos pontos de vista socioeconômico e simbólico.

Nas últimas três décadas do século XX, no entanto, o Centro já dava sinais de saturação, observando-se uma heterogeneidade na rede de serviços, assim como no uso do lugar. Uma pesquisa sobre o mercado de terra em Belo Horizonte, realizada em 1977 pela Superintendência do Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel) – autarquia estadual então encarregada do planejamento da RMBH –, mostra que o preço do solo no Centro, no final da década de 1960 e início da década de 1970, experimentou uma taxa de crescimento negativa. Esse fenômeno foi justificado pelo fato de o Centro já constituir uma área praticamente comprometida (saturada), ostentando, desde o início do século, uma taxa muito alta de valor do solo, em comparação com as demais áreas do núcleo metropolitano.[11] Desse modo, as áreas centrais já haviam sofrido um processo de valorização anterior, que veio se delineando desde a fundação da cidade.

Aliado à questão da saturação, "o fenômeno da metropolização de Belo Horizonte, naquela época, estaria provocando o surgimento de novos centros terciários mais sofisticados, os quais se apresentariam como alternativa ao Centro tradicional".[12] Os serviços de comércio, entre outros, pouco a pouco foram deixando o local, já que o preço do solo, apesar de não ter sofrido uma elevação expressiva em relação às outras áreas, atingira valores proibitivos, o que repercutia nas suas áreas contíguas.

O próprio poder público contribuiu, direta ou indiretamente, para que esse quadro de transformações observadas no Centro fosse agravado, pois pouco investiu nessa época para a melhoria dos serviços públicos, sendo a sua atuação considerada "irrisória": da totalidade dos investimentos em obras implantadas em Belo Horizonte, apenas 0,05% foram destinados à região central.[13]

Do ponto de vista do uso do lugar, alguns monumentos e marcos adquiriram novas significações, outros desapareceram, sendo que seus espaços foram reapropriados e reinterpretados, o que os levou a sofrer um acréscimo de sentido. O Centro, definido como o lugar do intercâmbio, dos encontros e dos lazeres, passou a apresentar um caráter difuso e ambíguo. Seus espaços estavam destituídos, em sua maioria, de identidade, pois muitos dos lugares expressivos, como os *pontos de encontro*, foram demolidos ou desativados, configurando-se, como já disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, um "triste horizonte".

Essa questão está integrada às artimanhas do capital, caracterizado como "um poder fanático" que destrói o espaço fugidio da cidade, convertendo-a em metrópole impessoal e sem memória.[14] Complementando essa interpretação, Ernest Bloch considerava ser o capitalismo o "inimigo mortal da arte e de tudo que é grande" e via a cidade como "o *locus* onde a existência humana acontece sem que lhe seja permitido envelhecer, mas apenas deteriorar-se ao longo dos anos".[15]

Um novo *point*

Foi ao longo da década de 1960 que a região da Savassi, inserida no vetor sul da área central de Belo Horizonte, sofreu um rápido processo de transformação, que interferiu de forma definitiva no bairro dos Funcionários. Este era, até então, um pacato e tradicional bairro localizado nas proximidades da Praça da Liberdade, que, nos primórdios da existência da cidade, abrigou os funcionários do governo da nova capital. O bairro, na primeira metade do século XX, poderia ser considerado predominantemente residencial. Por ele circulavam os bondes que integravam o bairro ao Centro. O veículo subia a rua Pernambuco, contornava a praça Diogo de Vasconcellos e descia a avenida Cristóvão Colombo; uma outra linha de bondes fazia o mesmo trajeto, só que

Notícia da inauguração da Padaria e Confeitaria Savassi. Revista *Metrópole*, ano II, n. 15, março de 1940. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

em sentido contrário. Essas duas linhas, implantadas no começo do século XX, foram as primeiras de Belo Horizonte. Além delas, existia uma terceira, a linha *Acaba Mundo,*[16] que chegava até a avenida do Contorno, seguindo em direção à rua Grão Mogol.

Os abrigos de bondes se configuravam como verdadeiros pontos de encontro nos locais onde foram implantados. O próprio trajeto dos bondes criava também representações socioespaciais específicas, sendo estas o resultado da origem e destino dos mesmos. Como exemplo, tem-se o abrigo Pernambuco, que foi transformado no ponto de encontro dos moradores do Funcionários e se estendia pelo território da praça Diogo de Vasconcellos. O local se constituiu no lugar do piquenique, do passeio, do cinema livre, dos blocos caricatos do Carnaval, da feira livre e das barraquinhas nas festas da Paróquia de Santo Antônio.[17]

Desde a década de 1950, foram implantados no bairro os primeiros serviços de comércio, como a Padaria Savassi, situada na Praça Diogo de Vasconcellos e, a seu lado, na rua Pernambuco, a Drogaria São Félix. Havia, também, um armarinho, próximo à praça Diogo de Vasconcellos, ao lado da padaria; e os armazéns Colombo e Triângulo, localizados na avenida Cristóvão Colombo. Dois outros serviços de consumo passaram a atrair a atenção do belo-horizontino: a construção do Cine Pathé e a do primeiro supermercado de Belo Horizonte, o Serve Bem, ambos localizados na avenida Cristóvão Colombo.[18]

> Ia gente de Belo Horizonte inteira para ver o supermercado [...]. O bairro Funcionários só começou a perder a sua característica de bairro essencialmente residencial no final da década de 1950, com a abertura da BR e com a construção acelerada daqueles bairros

> melhores [...], como o bairro Sion; e mais, posteriormente, com a abertura de outros bairros mais adiante, como o Belvedere e coisas do tipo [...], são os bairros da Zona Sul.[19]

Além disso, vários centros educacionais de primeiro e segundo graus surgiram no local, além da construção da sede definitiva da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que serviam à demanda dos grupos sociais dotados de expressivo capital cultural.

Do final desses anos até a década de 1970, várias territorialidades sugiram na região e o seu mais relevante espaço de representação – que sobreviveu até o penúltimo decênio do século XX –, o Cine Pathé. A rua Pernambuco era o ponto onde proliferavam os chamados vícios da grande cidade: lá acontecia o encontro de diversos grupos estigmatizados, por serem considerados muito avançados e modernos para os padrões vigentes à época. Na mesma rua, do lado de cima da praça, formou-se um outro tipo de representação no espaço: eram os grupos que tentavam descobrir novas alternativas de ação cultural e política aliada a estilos inovadores de viver. Também na rua Pernambuco localizava-se a Boite Caverna, lugar onde os modismos, em termos de música/moda/atitude, eram lançados já com a possibilidade de consumo bem ali, nas lojas sofisticadas da avenida Getúlio Vargas e adjacências.[20]

É nesse mesmo período que se pode detectar a transformação definitiva do até então pacato bairro dos Funcionários. A formação dessa nova territorialidade imprimiu um sentido exótico ao lugar e, somando-se a ela, houve a legitimação dos *points* pelos estudantes e grupos de freqüentadores da classe mais favorecida. A Savassi passou a ser definitivamente um *locus in* a partir da Copa do Mundo de Futebol de 1970: de uma forma espontânea as vitórias do Brasil nos jogos foram comemoradas pelos membros da elite intelectual e social na praça, e não mais no Centro.[21]

Legitimação social

O crescimento e a legitimação da Savassi, onde freqüentadores e comércio mais sofisticados procuravam alternativas para investimento e consumo, coincidiu com a semi-saturação do Centro. Além dos empreendedores, que se interessavam por novas opções para investimento em áreas menos saturadas, outros fatores sociais expressivos também ocorriam na época, dentre esses o exclusivismo de classe: os *consumidores nobres* consideravam depreciativo circular por locais do Centro onde inexistiam barreiras que os isolassem e protegessem dos grupos sociais subalternos. Tanto o comércio sofisticado como os seus consumidores não queriam mais se localizar no Centro, por uma série de razões.

> O Centro já estava em deterioração e isso é uma coisa normal, a casa fica velha, a loja fica velha etc. [...]. Depois, com o aumento do tráfego, diminui a comodidade e a pessoa começa a ficar chateada de se meter naquele bolo, então vai buscar um lugar mais cômodo para fazer suas compras.[22]

A área da Savassi tornou-se o *locus* ideal para o investimento de capital e para a atração do consumidor de alto poder aquisitivo. Os dois fatos ocorreram em plena sincronia. "O que aconteceu com a Savassi foi o seguinte: o espaço acumulou pessoas com facilidade de parar e, principalmente, com poder aquisitivo".[23] Essa reterritorialização faz emergir uma nova opção para os investimentos do capital privado, destacando a região como um dos principais centros comerciais de Belo Horizonte. Ali se constituiu um espaço especializado de serviços, com um nítido corte de classe, tornando-se *locus* de consumo e lazer de grupos privilegiados.

Dentro da lógica capitalista, a Savassi não só reforçou o papel do Centro, como se tornou mais uma fonte de investimentos privados. Além de oferecer serviços mais sofisticados para o uso e o consumo de uma pequena parcela da população, tornou-se um *locus* privilegiado carregado de grande simbolismo, por onde transitavam modismos culturais. Lá se concentravam cargas valorativas que lhe conferiam novo sentido, o que levou a região a exercer um papel de grande eficácia cultural e simbólica relativamente ao consumo de serviços de comércio e lazer.

Não houve, com relação ao bairro dos Funcionários, uma expansão urbana; o que aconteceu foi "uma mudança de uso, numa região já plenamente expandida. Aquilo foi onde Belo Horizonte começou".[24] As casas, que no início eram exclusivamente residenciais, passaram por uma adaptação para o novo uso (comércio e bares). Em seguida, foram gradativamente demolidas, e nesses terrenos foram surgindo novos edifícios. "Agora a quase totalidade deixou de ser residência e passou a ser comércio, mas sempre tem alguns durões que de lá não querem sair [...]."[25]

Modernidade e memória

O bairro dos Funcionários, mesmo após tantas mudanças, permaneceu, de certa forma, vivo: quer pela memória daqueles que lá viveram, quer pelos registros encontrados na literatura, quer pelo que resta da sua arquitetura neoclássica, eclética e *art déco*. O período marcado pelas mencionadas transformações deixou essa memória totalmente ameaçada: até a denominação original do bairro desapareceu, e a região, quase como um todo, passou a ser denominada Savassi – designação tomada de empréstimo à padaria instalada durante vários anos na praça Diogo de Vasconcellos, desativada no final de 1970. Uma nova territorialidade se constituiu, predominando atividades de serviços de comércio e lazer.

As primeiras lojas instalaram-se nas imediações das avenidas Getúlio Vargas, Cristóvão Colombo, das ruas Pernambuco, Antônio de Albuquerque, Tomé de Souza e, principalmente, da praça Diogo de Vasconcellos. Em pouco tempo, a paisagem transformou-se e, com ela, todo um sentido de freqüentá-la e de utilizar seu espaço. Este passou a expressar o *locus* de consumo mais sofisticado da cidade: circular pela Savassi, freqüentar seus bares significa ter bom gosto, estar por dentro do que acontece, ter amigos sofisticado, ter *status*, enfim, significa pertencer, ou sonhar pertencer, ou ter acesso aos grupos dominantes.

Assim, num período de cerca de 15 anos, o novo centro adquiriu características de uma requintada urbanidade, assemelhada ao perfil anterior do Centro. Essa constatação confirma-se a partir da própria legislação urbanística elaborada em 1976, que possibilitou o uso *misto* (comércio/residência e comércio/escritórios) em algumas áreas e, de certa forma, induziu o processo de implantação dos serviços, bem como o incremento da verticalização. No entanto, à constatação de que a estrutura da Savassi tendia a se assemelhar à do Centro, é preciso acrescentar que essa característica está inserida num processo dinâmico de evolução urbana, onde não é possível prever seus limites e sua duração.[26]

Diferenças e identidades

Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que a região da Savassi *imitava* o Centro em termos de estrutura urbana, constatam-se diferenças significativas entre os dois pontos. Caracterizados pela mesma condição urbanística moderna, como também pelas suas representações simbólicas, muitas diferenças distinguiam os dois centros, que até os anos 1980 se interagiam e se completavam, compondo a dinâmica do urbano como um todo.

A Savassi, nesse período, caracterizava-se principalmente como um espaço de consumo, enquanto no Centro acentuava-se a característica de referencial de negócios. O comércio varejista, por exemplo, que, em termos relativos, era muito mais numeroso, apresentava na Savassi uma qualidade superior, sendo as suas lojas dotadas de grande sofisticação. Ainda em termos de consumo, os serviços de alimentação acompanhavam a mesma tendência dos anteriores.

Os bares, as lanchonetes e os restaurantes apresentavam também uma diferença qualitativa entre a Savassi e o Centro. Neste, essas atividades supriam uma *necessidade*, o que equivale dizer que o ato de consumir estava restrito à satisfação de uma demanda imediata e momentânea da população. Já no novo centro comercial – cuja acessibilidade e sofisticação conferiam ao ato um sentido peculiar – as pessoas iam consumir, mas também passear e flanar pelos lugares.

Havia uma nítida diferença entre as duas áreas: o Centro estava se tornando um mero lugar de passagem, e a Savassi podia ser caracterizada predominantemente como o lugar do encontro, formando verdadeiros territórios existenciais. Apesar das diferenças qualitativas e quantitativas, a Savassi apresentava analogias estruturais com a região central. Na condição de novo centro, além de se consolidar como o lugar do consumo, já podia então ostentar uma centralidade de negócios auto-suficiente.

2. Pelos caminhos da Savassi

Fazer uma leitura dos espaços significa, inicialmente, buscar a sua gênese, isto é, a forma como esses foram planejados, programados e vivenciados. A Savassi está inserida no espaço planejado da área central de Belo Horizonte, caracterizado por uma racionalidade projetual moderna que enfatiza a ordem, a harmonia e a simetria.

Essas características mostram como o planejador “se prendeu demasiado à corrente do urbanismo francês do início do século passado [...]” que se preocupava com a “beleza e a simetria absolutas da planta em si e a monumentalidade de certos detalhes, principalmente das avenidas, com uma concepção que poderíamos chamar de versalhiana”.[27]

Alguns autores[28] afirmam que o plano de Belo Horizonte foi influenciado também pelo plano de Washington, que, na época, era bem conhecido, sendo seu traço marcante a preocupação, também, com a monumentalidade das avenidas que ligam os pontos de interesse, apesar de não apresentar explícita referência ao sistema viário e a sua forma de funcionamento.

A sub-região da Savassi é regida por esses princípios, que interferiram tanto no seu traçado como no traçado da cidade como um todo. A maneira como esses espaços estavam sendo ocupados e apropriados norteia as análises que tematizam a consolidação do novo centro. Portanto, toma-se o caminho oposto ao princípio restritivo que, geralmente, orienta as leituras da estruturação urbana através das funções que lhe são impostas. As práticas sociais, bem como as representações simbólicas, se instituem como base da observação e da interlocução, tendo como referência as espacialidades, *loci* onde se materializa a sociabilidade.

O novo centro, enquanto palco onde a trama da cidade acontece, viabiliza práticas cujos atores pertencem a uma determinada formação social, e pode vir a ser classificado a partir de determinadas práticas e categorias sociais e simbólicas. A base da análise é o conhecimento da forma de espacialização dessas práticas e de como estas se relacionam, conformando uma nova territorialidade. As relações espaciais, categorizadas de acordo com Holanda,[29] viabilizam a percepção dos espaços, e estão divididas em relações de contigüidade, continuidade, seqüencial e de separação.

Vitrine da Savassi na década de 1980. Fotografia de Mônica Horta. Coleção Celina Borges Lemos.

Além de estabelecer as formas pelas quais os espaços se relacionam, o autor aponta um outro nível de categorização dos espaços: sua forma de apropriação e seu uso. Aqui, é possível detectar como se integram as configurações físicas, a sua categorização espacial e as formas de apropriação das mesmas, para que possa ser edificada, assim, uma imagem do lugar.

Integrados nas configurações físicas e categorizações espaciais, alguns elementos merecem relevância, pelo fato de comporem a estrutura espacial, como ruas, avenidas, passeios, lojas, casas, bares e galerias. A paisagem savassiana transformava-se no dia-a-dia, sendo o lugar onde o imprevisível, a diferença e a raridade do novo permeavam o ir e vir das pessoas e davam um sentido que extrapolava a simples necessidade de *passar por ali*. A territorialidade da Savassi era, de certa forma, diferenciada segundo regiões, têm um valor afetivo próprio, regido por uma magia.[30]

Filmes, lojas e pipocas

O cinema Pathé, localizado próximo à praça Diogo de Vasconcellos, representou uma das principais espacialidades da Savassi e estabeleceu uma relação de contigüidade com uma série de lojas que foram evoluindo a partir da existência desse ponto estratégico. O local era significativamente marcado pelo carrinho de pipocas, que permanecia na porta do cinema durante o dia todo. A área do passeio recebeu uma confluência de usos, pois era ponto de parada de coletivos, o lugar de espera para entrar no cinema, em um quadrante da avenida Cristóvão Colombo congestionado de pessoas e carros.

Mas o Pathé lá continuou, cumprindo a função de capital cultural dos savassianos, desde os tempos da bossa-nova e dos Beatles; um *cinema de arte*, por onde passaram Bergman, Godard, Fellini etc. O Pathé foi o ponto de encontro dos intelectuais e das gerações *cult*, lugar onde se inscreveu uma memória e foram criadas e recriadas identidades, como um centro da vida cultural da cidade.[31]

Do lado de lá do Pathé, localizava-se o principal ponto de coletivos da Savassi. O espaço estava integrado numa morfologia de contigüidade, com freqüentes transições de uso. As pessoas esperavam, subiam e desciam dos coletivos, rompiam os limites do passeio e da rua e incorporavam o espaço interno da Status, a mais notória agência de revistas da região. Dessa forma, o ponto de coletivos se instituía como um espaço contíguo, formado pela loja (espaço interno), pelo passeio, pela rua (espaço aberto) e pelo ônibus (espaço fechado). Entre a agência Status e o Cine Pathé havia uma relação de continuidade, pontos de encontro que nem mesmo o intenso trânsito da avenida Cristóvão Colombo era capaz de separar, processo que viria se completar na década de 1980.

A praça Diogo de Vasconcellos, mais conhecida como praça da Savassi, não possibilitava nenhuma prática social relevante, sendo um ponto de cruzamento, o que corresponde à idéia prevista pelo próprio Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da nova capital. Contudo, era detentora de uma representação simbólica efetiva: o nome *praça da Savassi*, apesar de não denominar uma praça realmente, indicava que aquele entroncamento de ruas existia como um forte referencial para as pessoas.

Foi a partir da praça que se centralizou a distribuição das atividades pelas vias, sendo também relevante, nessa representação simbólica, o fato de o nome ter se originado de uma padaria outrora localizada no lugar. A praça recebeu um adicional simbólico expressivo quando, na década de 1960, se tornou palco da *visita* do obelisco originário da praça Sete de Setembro, que lá permaneceu por quase duas décadas.

Loja da estilista Cândida Andrade na rua Tomé de Souza, 1985. Fotografia de Odilon Araújo. Coleção Cândida Andrade Carneiro de Mendonça, Rio de Janeiro, RJ.

Usos heterogêneos

Com relação às áreas livres que compunham o entorno da praça, houve um certo uso heterogêneo dos pequenos espaços de lazer, sendo estabelecida entre eles uma ligação de continuidade, uma vez que as avenidas dividiam as áreas, mas não as isolavam. Quanto à apropriação das áreas, observa-se que algumas não foram legitimadas pela população, tornando-se mero espaço de passagem. Assim foi o caso da esquina da rua Pernambuco com avenida Getúlio Vargas. Nota-se que a área não foi adotada como um referencial de identidade, pois um simples estacionamento ali existente não foi capaz de atrair pessoas para o lugar.

Nessa esquina, o poder público criou uma pequena área de lazer, que, no entanto, não estabeleceu uma relação de continuidade com a loja aí existente, a qual apresentava portas de entrada somente nas laterais. Por outro lado, uma cabine telefônica atraía pessoas para o lugar e, de modo geral, várias formas de uso ocorreram no espaço, desde a exposição de arte, namoro, até a apropriação para atividades circunstanciais.

Já o quarteirão da praça compreendido entre a rua Antônio de Albuquerque e a avenida Getúlio Vargas foi o mais intensamente ocupado pelos freqüentadores da Savassi. Havia uma relação de contigüidade no lugar, pelo fato de nele se abrigarem atividades diversas: a venda de artesanato, o estacionamento de carrinhos de pipoca e de sorvete etc. O lugar também era ponto de encontro das pessoas que trabalhavam em serviços diversos e, em geral, era apropriado por vendedores ambulantes, constituindo-se ainda como um lugar de passagem de grande incidência, devido a sua centralidade.

Esse quarteirão notabilizou-se como o mais freqüentado pelas pessoas a qualquer hora do dia, devido à relação de continuidade estabelecida entre o circuito dos espaços e as lojas mais sofisticadas da Savassi. Pelo fato de ali se verificar um grande fluxo de pessoas, era essa também a quadra da praça mais controlada pelos policiais, no intuito de propiciar maior segurança à população para transitar ou ali permanecer. Apesar de o espaço ter sido legitimado pela população, o sentido do uso proposto pelo poder público não fora invertido ao longo desses anos.

O lado de lá

O *lado de lá* da praça, formado pelos quarteirões menos freqüentados, apresentava homogeneidade de uso. Duas bancas de revistas instaladas nas quadras criaram nessa área novos pontos de concentração, não sendo significativas, contudo, as formas de uso do lugar, que se definia apenas como um lugar de passagem. Apesar de esses quarteirões estabelecerem uma relação de continuidade com os demais, em termos de uso observava-se uma nítida separação entre os dois lados da praça, divididos pelo eixo da avenida Getúlio Vargas: na área de cima da avenida, notava-se uma concentração de serviços em geral um pouco inferior à do outro lado, e a sofisticação das lojas apresentava algum desnível, comparativamente às do lado de baixo.

Esse fato se justifica ao observar-se que a Savassi teve sua polarização inaugural nas imediações do cinema Pathé e da Padaria Savassi. É relevante também o fato de a ocupação do *lado de cima* ser menos significativa, devido à restrição imposta à área pela avenida do Contorno, que dificultou a expansão dos serviços. Essa via pública estabelecia uma relação de separação com o espaço da Savassi, pois o denso fluxo de trânsito dificultava a circulação dos pedestres. Mesmo assim, constata-se que inúmeros serviços começaram a ser implantados na avenida e tendiam a penetrar pelo bairro contíguo, o de São Pedro.

No entanto, havia duas instâncias de separação: a primeira, representada pela avenida do Contorno, cujo fluxo de automóveis pode ser considerado o principal fator de isolamento dessa área; a segunda, relacionada ao estoque de terrenos da área próxima dessa avenida, o que levou a rua Pernambuco, naquele trecho, a sofrer uma mudança qualitativa na sua utilização, dando lugar a estacionamento de carros. Além do abandono da área, nota-se que houve uma ruptura em termos de continuidade de uso.

Em algumas ruas fechadas nas imediações da praça Diogo de Vasconcellos constata-se que, ao contrário do que se previa no plano da Comissão Construtora da capital, elas se encontravam repletas de automóveis estacionados. Certos atributos do espaço, como as ruas fechadas da Savassi, em vez de propiciarem a sua incorporação por parte dos freqüentadores do lugar, atuavam como “inibidores da apropriação livre”.[32] As ruas induziam apenas a reunião de automóveis, lixo, pedintes, que inibiam ainda mais a tentativa de permanência dos *nobres consumidores* nesses locais.

A região, de um modo geral, caracterizava-se por uma diversidade de uso, com assentamentos mais ou menos densos onde foram estabelecidas relações de continuidade e contigüidade. A avenida Cristóvão Colombo apresentava uma relação de contigüidade significativa, pelo fato de nela se aglomerarem serviços diversos: de moradia, de comércio, de representações, mistos etc. A avenida também era considerada uma via de escoamanto de coletivos e automóveis, servindo de ligação entre o Centro tradicional e os bairros da Zona Sul. A relação de contigüidade entre seus espaços podia ser lida através de suas várias categorizações, sendo que se superpunham não só atividades de serviço, como também diversas tipologias arquitetônicas: a casa, os primeiros edifícios residenciais e os edifícios sofisticados, onde funcionavam as atividades comerciais e financeiras que deram um novo sentido à região.

Continuidades e fragmentações

Os processos de ocupação da Savassi eram registrados nas suas vias, em maiores ou menores proporções. Na avenida Getúlio Vargas, as espacializações ocorreram em menores proporções e conviviam numa relação de contigüidade em seu espaço os serviços de moradia unifamiliar ainda resistentes à especulação imobiliária, os serviços de representação, os serviços de comércio sofisticado e os de hotelaria. A variedade de serviços integrados num espaço contíguo fundamentou, mais uma vez, a caracterização da Savassi como um “centro alternativo, diversificado e auto-suficiente”. A idéia de diversificação dos centros de consumo remete a Henry Thoreau, que escrevera em 1854 sobre a composição dos aglomerados americanos:

> ... eram o armazém, o botequim, a agência de correio e o banco [...] e de todos os cantos pendiam cartazes aliciando o transeunte, uns a seduzi-lo pelo apetite, como os da taverna e do depósito de víveres; uns pela fantasia, como os de loja de tecidos e os da joalheria; outros pelos cabelos, ou pelos pés, uns pelas abas, como os do barbeiro, do sapateiro e do alfaiate.[33]

Relativizando, na Savassi acontecia algo semelhante com o que se passava no povoado descrito pelo autor: a circulação pelo seu espaço significava colocar à prova a capacidade de resistência à sedução que o consumo exercia nos seus freqüentadores. A eficácia dessa sedução era regida por vários elementos que se interpenetravam e interagiam, como a moda, a arquitetura e o estilo de viver que se instituíam como elementos da paisagem local.

A concepção arquitetônica dos edifícios da área apresentava, como característica básica, a estrutura de sua organização espacial e as formas de uso que esta propiciou, ou seja, era determinada pelo alto grau de especialização do espaço, tornando-se por isso essencialmente fragmentada. Dessa forma, a arquitetura refletia a fragmentação do espaço, rompendo com uma possível unidade da paisagem urbana. Por outro lado, essa fragmentação, e a conseqüente individualização de estilos e projetos, tinha como essência ignorar e excluir dos seus objetivos, num sentido mais complexo e amplo, o que seria a busca de se prolongar o "ser e a ordem humana, estendendo-os para um domínio ético".[34]

Na análise desses autores, o domínio do ético pode ser concebido como um lugar "dotado de um princípio organizativo próprio que atuaria como centro de um mundo virtual". Portanto, este não compunha o *cosmos* Savassi. A espacialização das práticas sociais que aconteciam no lugar refletia uma cultura representativa de uma fragmentação e uma individualização exacerbadas, próprias da cultura do consumo. Os espaços foram concebidos simplesmente sobre a base de uma adaptação a um objetivo específico, sem levar em conta a possibilidade de que tais edifícios pudessem render culto à história ou à condição humana.[35] Nesse sentido, as construções da Savassi estavam submetidas aos modismos de imagem, em termos de materiais de acabamento e concepção plástica dos edifícios sofisticados, onde o concreto, o vidro e os grafismos publicitários configuravam as fachadas.

As lojas acompanhavam a sofisticação, caracterizada por uma criatividade peculiar ao arcabouço tecnológico. Estavam sendo planejadas dentro da estética contemporânea e já mundializada para a época, onde se destacavam o brilho, o neón e os simbolismos distribuídos pelas ruas, compondo a paisagem do lugar. O surgimento de novos edifícios e modismos não cessava aí. Como mostram Bloomer e Moore, "os escritórios, apartamentos e comércio se amontoam sem diferenciação alguma e respondem a critérios mais relacionados com os sistemas de armazenamento ou com o preço do solo, do que com os problemas da existência e da experiência humana".[36] E o local se tornou foco de interesse primordial de vários setores voltados para a construção civil, os serviços modernos e os negócios.

3. Na pista dos encontros

Nas ruas da Savassi nasciam lugares propícios a encontros fortuitos. Passava-se assim por locais totalmente impermeáveis à integração com a rua, nos quais não se achava o sentido de permanência, como nos bares e restaurantes, que se encontravam fechados para o passeio, rompendo a integração espaço aberto/espaço fechado, ou espaço público/espaço privado.

Muitas vezes o passeio era utilizado para a prestação de serviços: nessas condições, o espaço aberto se tornou, ao mesmo tempo, público e privado. Sem muita pretensão, encontravam-se pequenas vias de circulação que ligavam ruas dando uma idéia de labirinto, que poderiam se tornar ponto de encontro, mas não passaram de meras passagens. Essa situação foi decidida pelos próprios lojistas, que colocavam grades e obstáculos nos canteiros e apenas tinham interesse que suas lojas fossem destacadas, procurando evitar a confluência das pessoas.

Mas nem sempre o fato se repetia, e os passeios podiam propiciar o descanso e a conversa. Além disso, as galerias criaram uma nova forma de circulação pelas lojas, constituindo-se como verdadeiras ruas de pedestres. Algumas delas, além de possibilitarem o trânsito de pessoas, trouxeram a vida das ruas para as passagens e ofereciam proteção contra o sol e a chuva. Outras não apresentavam esse caráter; propiciavam

apenas a passagem por elas, não caracterizando, portanto, nenhuma outra forma de apropriação.

O público e o privado

O *shopping* Quinta Avenida – primeiro equipamento do gênero na região – tornou-se uma das exceções e não deve ser considerado um shopping no sentido tradicional do termo, muito menos uma galeria típica da sub-região. Além de estar integrado em termos da relação de contigüidade com o espaço em seu entorno, propiciava aos freqüentadores oportunidade de encontro e lazer. As suas passagens foram caracterizadas como *ruas* e estas, em contraste com os *shoppings* tradicionais, podem ser caracterizadas em dois sentidos: um local para se vir e usar conscientemente e, ao mesmo tempo, lugar onde se verificava a combinação entre uso consciente e uso casual, numa trama complexa de interações e possibilidades. A entrada do Quinta Avenida constituía um espaço aberto que ultrapassava a rua, tornando-se uma praça, guardando consigo a imprevisibilidade da rua e a espontaneidade da praça e o seu caráter essencialmente público.

Quanto aos espaços onde existia *a priori* a intenção do lazer, tais como as casas de jogos eletrônicos, estes apresentavam total integração do espaço aberto com o espaço fechado, configurando a vida cotidiana da Savassi e viabilizando o encontro de crianças e adolescentes. Os bares e restaurantes representavam, de forma significativa, o lugar *definido* do encontro. De um modo geral, eram constituídos por espaços abertos e fechados, o que possibilitava uma relação de contigüidade com a rua. Na medida em que as mesas estavam colocadas nas calçadas, ocorria um rompimento dos papéis funcionais de cada atividade, formando uma superposição de práticas vivenciadas num mesmo ponto no espaço, onde o lúdico e a festa permeavam as representações.

Constata-se que a rede de interações sociais estabelecidas nesses bares possuía um caráter informal. De um modo geral, essas interações tendiam a ser muito estáveis, podendo atingir um “grau de rotinização”.[37] A prática de freqüentar os bares da Savassi já estava integrada na rotina dos que trabalhavam no local, como também das pessoas pertencentes aos extratos médio e alto que habitavam a Zona Sul. Torna-se possível, dessa forma, “identificar padrões de freqüência” nos bares e lanchonetes que se encontravam em moda na Savassi, onde se esboçava, em termos de uso, uma territorialidade que tinha como base os grupos e subgrupos que freqüentavam o lugar, como analisa Perlongher.[38]

Essa territorialidade é justificável por ser inevitável que “indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão devam, de tempo em tempo, se encontrar nos mesmos lugares”. Portanto, os bares, lanchonetes e restaurantes territorializavam-se de acordo com a geração, os interesses, os gostos e os temperamentos dos seus freqüentadores, formando verdadeiros *points* ao longo do espaço savassiano.

Guattarri mostra ser possível encontrar pelos seus espaços a formação de territórios ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, sendo o espaço, neste caso, apenas uma referência extrínseca, onde práticas se circunscrevem.[39] A Savassi caracterizava-se por uma heterogeneidade de regiões próprias dos centros urbanos consolidados. Conviviam, lado a lado, territórios já codificados e legitimados pela demanda cotidiana de grupos, desde aqueles que já *venceram na vida*, aos que procuravam *levar uma vida moderninha* etc., além de outros grupos que se identificavam com o local, consumindo a transação e a representação do momento. Nesse caso, o processo territorialização/desterritorialização dos *points* estava submetido à vulnerabilidade do momento capitalista, onde o provisório e o descartável

criavam e recriavam demandas. O nomadismo também expressava essa forma de se consumirem os espaços, em que a procura foi sempre eliminar/recompor itinerários, tendo como meta o sentido e a intensidade dos percursos.

Capital e magia

A conjugação de fatores importantes, relativos às práticas de consumo no espaço urbano, transformou a Savassi em região valorizada. Na medida em que as atividades iam se diversificando e se apresentava, a cada dia, um maior número de novidades relativas ao consumo, mais *in* se tornava o espaço e, ao mesmo tempo, mais valorizado tornava-se o seu solo. Nesses espaços conformou-se uma conjugação de *coisas* que os tornaram centro onde tudo acontecia simultaneamente. No entanto, para se tornar *centro das coisas*, para ser considerado um *locus in*, convergiam para lá todos os modismos criados pela sociedade de consumo. Tais modismos renovam-se no dia-a-dia, a partir do consumo e da necessidade de se consumir, criada pela própria instituição da moda. Esta, por sinal é regida por uma magia que se consolida no próprio cotidiano do lugar. Quanto mais se circulava pela Savassi, quanto mais se percorriam seus espaços e se criavam novas especializações, mais essa magia era confirmada e realimentada.

Esse fenômeno se explica pelo fato de a magia apresentar uma densidade própria e ser dotada de um significado flutuante que, para Lévi-Strauss, está próxima da estrutura.[40] Esta é considerada como uma coisa que acaba sendo coisa nenhuma, mas a partir da qual as coisas tornam-se coisas. A magia, que permeava o sentido de permanência e consumo na Savassi, foi dotada de *mana*, sendo esta uma energia que atravessou as práticas, interações e representações simbólicas do lugar que o consumo sintetiza.

Essa lógica mística é passível de ser apropriada pelo capital, no sentido de investimento e recriação de espaços mágicos. Esse fato ocorreu no novo centro, tendo em vista o próprio *status* que o lugar já apresentava desde a década de 1960. A Savassi se consolidou, portanto, a partir dos ritos mágicos do consumo instituído pelo capital. Sabe-se que atualmente essa força mágica perdeu grande parte da intensidade legitimadora que fez a região instituir-se como um *locus in*. Seus espaços evidenciam sinais da perda daquela magia original, o que indica mais uma aproximação com as características do Centro tradicional. Esse fato pode interferir na sua condição privilegiada de centro comercial cristalizado e consolidado. São questões a serem analisadas numa próxima oportunidade.

Notas |

1. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

2. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

3. *Idem*.

4. SANTOS, Carlos. Nelson. F. Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e altaneira?. *Projeto* n. 51, São Paulo, p. 35-38, mar. 1984.

5. *Idem*.

6. LÉVI-STRAUSS. *Tristes trópicos*, p. 117.

7. LE VEN, Michael. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de B.H. (1883-1914).* 136f. Mestrado (Dissertação) – Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1977, p. 136.

8. ANDRADE, Carlos Drummond de. Praça da Liberdade sem amor. *In:* ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião – II.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 857-859.

9. NAVA, Pedro. *Beira-mar.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

10. A criação oficial da RMBH deu-se pela lei complementar n. 14, de 8 de julho de 1973. Ver PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, 1897/1970*. Belo Horizonte: [s.n.], 1977. (Mimeografado)

11. SUPERINTENDÊNCIA de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais. *Mercado da Terra na região metropolitana – DT. EB.* Belo Horizonte: SEPLAN/PLAMBEL, 1978.

12. *Ibidem*, p. 142

13. SUPERINTENDÊNCIA de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais. *Mercado da Terra na região metropolitana – DT. EB.* Belo Horizonte: SEPLAN/PLAMBEL, 1978, p. 142.

14. MATOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 7, p. 50, set./out. 1984, p. 50.

15. BLOCH *apud* MATOS. A cidade e o tempo..., p. 50.

16. Acaba Mundo era a denominação da região próxima ao Carmo-Sion, Zona Sul de Belo Horizonte, tornando-se também o nome do bonde.

17. Entrevista realizada com o Prof. Martim Francisco Coelho de Andrada, em 25 ago. 1985.

18. *Idem*.

19. *Idem*.

20. Entrevista realizada com Maria Celina Pinto Albano, Álvaro Hardy e Roberto Drumond, em 15 set. 1988.

21. Entrevista realizada em 10 de outubro de 2006 com vários personagens da geração que descobriu o lugar: José Eduardo Ferolla, Hebe Borges Morais, Lázara Ribeiro, Mariluce Gerep, entre outros.

22. Entrevista realizada com o Prof. Martim Francisco Coelho de Andrada, em 25 ago. 1985.

23. *Idem*.

24. *Idem*.

25. *Idem*.

26. LEMOS, Celina Borges. *Savassi*: a consolidação de um centro urbano. 1985. 130f. Especialização (Monografia final do curso de Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

27. ANDRADA, Martim Francisco Coelho. *Avenidas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Escola de Arquitetura da UFMG, 1962, p. 14.

28. Ver: ANDRADA. *Avenidas de Belo Horizonte*; e BOLTSHAUSER. João. *Noções da evolução urbana das Américas*. Belo Horizonte: Editora Escola de Arquitetura da UFMG, 1968.

29. HOLANDA, Frederico. Arquitetura como estruturação social. *In:* FARRET, R. L. (Org.). *O espaço da cidade*. São Paulo: Projeto, 1985.

30. Ver DURKHEIM, Errite. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). *Durkheim:* Sociologia. São Paulo: Global, 1985, p. 161.

31. Entrevista realizada com Paulo Borges de Moraes, em 30 set. 1985.

32. HOLANDA, Frederico. Arquitetura como estruturação social. In: FARRET, *O espaço da cidade*, p. 125.

33. THOREAU, Henry. *Walden ou a vida nos bosques*. São Paulo: Global, 1985, p. 161.

34. BLOOMER, K.; MOORE, C. *Cuerpo, memória y arquitetura*. Madrid: H. Blume, 1982, p. 16.

35. *Ibidem*, p. 27.

36. *Idem*.

37. SILVA, Luís Antônio Machado da. O significado do botequim. In: _____. *Cidade*: usos e abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 84.

38. PERLONGHER, Néstor. *O gueto e a boca*: a territorialidade homossexual. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 1985, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1985, p. 1-15.

39. GUATTARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e debates*, São Paulo, n. 16, mar./abr. 1985, p. 43.

40. LÉVI-STRAUSS. *Tristes trópicos.*

Celina Borges Lemos é arquiteta, urbanista e doutora em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Exerce o cargo de professora-adjunta do Departamento de Análise Crítica de História e do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Singularidade e igualdade nos espaços públicos

Luciana Teixeira de Andrade

Como em todas as grandes cidades, os espaços públicos de Belo Horizonte sofreram ao longo do tempo mudanças significativas em seu perfil urbanístico e nos usos que lhes são atribuídos, mas mantêm sua importância como lugares insubstituíveis de exercício da cidadania.

> Produto da ação dos homens, as cidades possuem um caráter dinâmico, com suas formas físicas e sociais em constante transformação. Mas as cidades de uma mesma época também se diferenciam entre si. Há as turísticas, portuárias, globais, metropolitanas, provinciais, históricas, modernas, entre vários outros tipos.
Apesar de toda essa diversidade, um elemento está presente em todas elas, aquilo que muitos traduzem como a sua alma ou o que mais lhes confere identidade e singularidade: os espaços públicos, as ruas, praças e parques. É por meio deles que uma cidade se faz conhecer melhor, seja por um forasteiro que a visita pela primeira vez, seja por aqueles que nela vivem.

O espaço público, lugar das ações públicas, das festas e dos encontros, enfim, da vida coletiva, é também o local dos sem-lugar nas cidades, dos sem-casa. Espaço aberto a todos, é, nesse sentido, um espaço da igualdade. Em um comício ou uma festa, as desigualdades sociais ou de outra natureza são temporariamente suspensas.

Mas o espaço público não é uma esfera imune às desigualdades, por isso mesmo é também o lugar do conflito, das disputas cotidianas, do exercício do poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns e exclusão de outros. É, por excelência, o espaço da vida social das cidades, por isso não lhe basta a existência meramente física, é necessário que os habitantes o ocupem e lhe confiram o *status* de público. Tampouco lhe basta a definição jurídica de aberto a todos, ele precisa ser efetivamente apropriado por todos, pois são os cidadãos que o tornam público.

Há diferentes naturezas de espaço público. Alguns podem ser mais abertos e diversos socialmente, como as áreas centrais das cidades. Outros são mais restritos e de ocupação mais homogênea, como os bairros. Não há um espaço ideal, mas o espaço vivo da cidade, como expressão de suas generosidades e de suas avarezas. Ainda que aberto a todos, ele só se efetiva no seu uso cotidiano pela população. Um lugar não ocupado inexiste como espaço público. Assim também um espaço legalmente definido como público pode ter seu uso privatizado, perdendo assim a sua dimensão de aberto a todos e a sua potencialidade para a diversidade.

O objetivo principal deste artigo é propor uma reflexão sobre a natureza e os usos dos espaços públicos em Belo Horizonte. Antes, porém, são discutidos dois atributos das grandes cidades intimamente interligados: a diferenciação dos seus habitantes e as possibilidades de encontro nesses espaços comuns.

Locus **da diferença**

A cidade constitui uma unidade fundada na diferença. Isso é o que a distingue dos pequenos grupos, cujos membros são unidos pela semelhança. A diferenciação tem como causa a divisão do trabalho e a conseqüente especialização dos indivíduos. Nas palavras de Wirth, "a cidade [...] não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade".[1]

Essa diferenciação quantitativa tem conseqüências qualitativas: os indivíduos também se diferenciam por seus desejos, sentimentos e projetos. Daí a cidade ser o lugar do desenvolvimento das individualidades e da liberdade de escolha. O conhecido adágio alemão, segundo o qual "o ar das cidades liberta", traduz uma concepção de liberdade intimamente relacionada à maior possibilidade de escolha que as grandes cidades oferecem.

A aglomeração e a diferenciação social de seus habitantes fazem da cidade um lugar de estranhos e desconhecidos, que conforma uma unidade não apenas administrativa, mas também de espírito, de sentimento e de pertencimento. A diferença em relação aos pequenos

Cartão-postal da Praça Sete de Setembro, 1946. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

grupos é que nas grandes cidades a unidade não se baseia no conhecimento pessoal de seus membros. A cidade é um grupo grande de desconhecidos. No espaço público realiza-se potencialmente a diversidade, diferentemente dos espaços privados, lugar de encontros íntimos entre conhecidos.

Na cidade predomina o sentido do olhar.[2] É por ele que mapeamos o estranho, como num encontro marcado por sutis gentilezas ou pela confiança que se estabelece entre duas pessoas que se cruzam num passeio público: quando ainda distantes, lançam um olhar de reconhecimento; quando se aproximam, o olhar se desvia. Essa *desatenção civil* que marca o discreto reconhecimento do outro é um exemplo de ritual urbano que torna possível a vida entre estranhos. Durante muito tempo, entretanto, o estranho representou uma ameaça, até porque a ordem social era baseada no conhecimento pessoal de seus membros. Portanto, viver pacificamente entre estranhos é uma experiência relativamente recente, que exigiu um aprendizado de regras de civilidade tipicamente urbanas.

A aproximação e a interação entre estranhos nos espaços públicos são facilitadas por um expediente que Goffman denominou de "recursos seguros",[3] como as conversas amenas sobre o tempo ou as crianças, ou atitudes corteses como a oferta de ajuda. São seguros porque inesgotáveis. Os interlocutores sempre poderão lançar mão deles. Diferentes de uma comunicação séria, que

pode levar à discordância e até mesmo à hostilidade, os "recursos seguros" são instrumentos de interação pacífica. Apesar das diferenças e idiossincrasias individuais, o que se compartilha nos encontros públicos são informações, percepções, conversas públicas.

Ao abordar temas banais sobre os quais todos podem falar sem necessariamente precisar dizer quem são, de onde vêm e o que fazem ali, os "recursos seguros" garantem a interação sem comprometer a individualidade, pois o que se requer nesses encontros não é a personalidade completa de cada indivíduo, mas apenas a parte que ele se dispõe a compartilhar. Por contraste, aquele que passa pelas ruas de uma pequena cidade é logo mapeado por seus observadores, que em geral o cumprimentarão por sua personalidade mais íntima, pois sabem de quem é filho, onde mora e muito provavelmente para onde está indo.

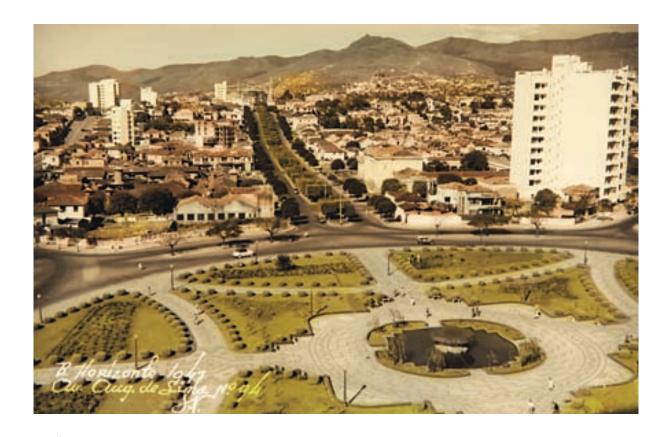
O encontro com o estranho, que o cidadão metropolitano experimenta diariamente, e o correspondente anonimato podem ser para ele extremamente prazerosos, suscitando sensações de liberdade, singularidade, novidade, entre tantas outras possíveis. O estranho pode ser percebido também como ameaçador, portador de riscos. Para lidar com esses perigos, o morador de uma cidade precisa mapear os lugares, os horários e as situações em que estará mais exposto a uma ou a outra experiência, pois ambas fazem parte do ri(s)co aprendizado de interagir nos espaços públicos das grandes cidades.

No interior do grande grupo heterogêneo que são as cidades, formam-se pequenos grupos que, em suas rotinas, elegem freqüentar certos espaços da cidade. Disso decorre a apropriação de determinados lugares mais por uns do que por outros. Essa apropriação seletiva não significa que o espaço perdeu a sua condição de público, ao contrário, aponta para uma outra qualidade: a de espaços identitários cujos usuários se reconhecem e são reconhecidos pelos outros.

Por permitir diferentes apropriações, os espaços públicos diferem consideravelmente entre si. Numa área central de grande circulação de pessoas, são mais impessoais.[4] Mas a cidade abriga também espaços públicos de circulação mais restrita, como as praças e as ruas de bairros. Em geral, esses espaços são utilizados por aqueles que residem em suas proximidades, ensejando um tipo de sociabilidade entre conhecidos.

Espaços públicos na contemporaneidade

Até aqui procuramos apontar algo da natureza sociológica dos espaços públicos. Mas, como as cidades, eles passam por mudanças nos seus usos, sentidos e até mesmo em sua forma. Na impossibilidade de abordar todo o debate contemporâneo sobre as transformações desses espaços, registremos apenas que a literatura não é muito otimista, pois alerta recorrentemente para o seu declínio (Richard Sennett),[5] a disseminação de práticas segregacionistas (Mike Davis),[6] a privatização e o medo dos lugares públicos (Teresa Caldeira),[7] para citar somente três influentes autores. Considerando a pertinência de todas essas críticas e as conseqüências reais sobre a vida pública de fenômenos como o crescimento da criminalidade, o individualismo exacerbado e o maior desejo de privacidade, é correto concluir que os usos dos espaços públicos se alteraram em muitas cidades, mas não que o espaço público morreu.

O aparecimento dos *shopping centers*, dos condomínios fechados verticais e horizontais, o esvaziamento das áreas centrais e históricas das grandes cidades, assim como os processos de revitalização dessas áreas são exemplos de mudanças significativas na vida das grandes cidades. No caso do Brasil, não há como desconsiderar que o crescimento da criminalidade nas últimas décadas afetou significativamente a liberdade de estar em público. Essas mudanças incidem sobre a vida de todos os moradores, mas em especial sobre as novas

Cartão-postal da Praça Raul Soares com a avenida Augusto de Lima, 1947. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

gerações, incentivando uma sociabilidade entre iguais e em lugares vigiados (uma forma de comportamento menos exposta aos riscos do estranho ameaçador). Essa sociabilidade restrita e restritiva não faz jus à riqueza de possibilidades presentes numa grande cidade.

Atualmente assiste-se à disseminação de espaços exclusivistas que selecionam o público pela capacidade de consumo, como os *shopping centers*, ou pela propriedade, como os condomínios fechados. Em ambos os casos, nega-se a possibilidade do encontro com o diferente. Da mesma forma, áreas da cidade dominadas pelo tráfico de drogas e por grupos que compartilham uma sociabilidade violenta[8] impedem pela força a presença de outros grupos sociais.

As grandes distâncias sociais inibem as interações entre os habitantes de uma mesma cidade. Quanto mais distantes socialmente, mais difíceis são as possibilidades de troca. Essa dimensão estrutural das desigualdades sempre afetou as interações nos espaços públicos das cidades brasileiras. E se hoje os diferentes grupos sociais tendem a se apartarem em espaços próprios, a presença de pessoas desiguais num mesmo espaço não é garantia de interação nem de troca. A passagem a seguir de Cyro dos Anjos sobre o *footing* na praça da Liberdade na década de 1920 evoca um passado em que as diferentes classes sociais interagiam publicamente sem constrangimentos: “Na alameda à direita [...] caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda [...], criadas e soldados de polícia. Uma rua central [...] separava sociedade e plebe”.[9]

Fotografias de transeuntes nas ruas de Belo Horizonte, década de 1930. Fotógrafos ambulantes. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Significativas mudanças nos espaços públicos das grandes cidades constituem, portanto, uma das tendências contemporâneas, mas não suficientes para se advogar a morte desses espaços, até porque não se pode perder de vista que, como as próprias cidades que os abrigam, eles também se transformam. Nem toda mudança do que existia anteriormente deve ser interpretada como morte, e negar às novas gerações, as mais afetadas por essas mudanças, a possibilidade de uma vida pública é como negar-lhes a própria condição humana.

Praças da cidade planejada

Para tratar dos espaços públicos em Belo Horizonte, optamos por focar as praças, dada a sua importância no planejamento da cidade no final do século XIX, mas também na vida cotidiana de seus habitantes. Afinal, raros são os bairros sem praças. Intimamente ligadas ao cotidiano da cidade e aos seus momentos públicos, como as festas, os comícios e os *shows* artísticos, constituem também importantes pontos de referência, pois são espaços de encontro e de identidades, seja da própria cidade, seja de seus habitantes.

As fontes aqui utilizadas foram algumas dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e a pesquisa *Espaços públicos e formas de sociabilidade em Belo Horizonte* (2005).

Na planta da Belo Horizonte planejada, o seu centro principal, situado no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, foi marcado por uma praça, inicialmente denominada 12 de Outubro e depois praça Sete de Setembro, popularmente conhecida como praça Sete. Na interseção da avenida Afonso Pena com outras avenidas, foram implantadas outras praças, como a Tiradentes, junto à avenida Brasil, e a Benjamin Guimarães ou Praça ABC. Como no caso da praça Sete, o que se percebe é que Aarão Reis, no planejamento da cidade, concebeu tais praças mais como espaços estruturantes e simbólicos do que de estar, como mostra Arroyo:

> É utilizado no plano original um recurso simbólico que expande e abre as principais avenidas em seus cruzamentos estratégicos. Esses locais de convergência e dispersão foram denominados como praças. É o que se verifica ao longo da Avenida Afonso Pena: Praça Sete de Setembro, Praça Tiradentes, Praça ABC.[10]

Ou seja, se entendidas como espaços livres de estar e de lazer, a rigor não são praças, mas foram assim oficialmente denominadas, e essa denominação foi assimilada pela população. Além disso, ocorreu um fenômeno curioso, especialmente no caso da praça Sete: a dimensão pública se impôs sobre esse espaço, que, por sua conformação física, não se configura como praça. A praça Sete tornou-se um espaço público de referência simbólica, política e cultural. Foi nessa praça que os principais acontecimentos políticos e culturais da cidade tiveram lugar. Por sua centralidade, mas também pelo uso que lhe conferiu a população, transformou-se na própria arena pública da urbe.[11]

Talvez não haja em Belo Horizonte lugar tão popular e conhecido como a praça Sete. Diz-se comumente, na linguagem coloquial dos moradores: “Perto da praça Sete, a dois quarteirões da praça Sete”. Subvertendo a própria estrutura espacial, a apropriação pelos moradores transformou uma não-praça em uma praça, e mais, em legítimo espaço público. Posteriormente, o fechamento para veículos de quatro quarteirões que nela terminavam veio conferir-lhe esse sentido de lugar de estar, de lazer e de encontro.[12]

Há um aspecto histórico da praça Sete que não deve ser desconsiderado. Mas comecemos pela situação atual. No seu centro há um obelisco de granito conhecido como pirulito. Trata-se de um monumento, um marco

da centralidade da cidade. Não há bancos, árvores, nem acesso a ele. Ao seu redor, um intenso tráfego de veículos. Mas as fotos das primeiras décadas do século passado mostram uma configuração bastante diferente. O espaço hoje dominado pelos carros já foi ocupado pelos pedestres. O bonde que circulava a praça formava um anel em torno do obelisco, e as pessoas andavam por esse largo.

A mudança no uso das praças provocada pelos carros pode ser observada também na praça Raul Soares, situada na interseção das avenidas Amazonas, Bias Fortes e Olegário Maciel. Conhecida e freqüentada durante muitos anos por suas fontes luminosas, seu paisagismo e seu belo desenho – este mais bem percebido das janelas dos prédios que a circundam –, atualmente é uma praça ilhada pelo tráfego de veículos. Os caminhos no seu entorno não facilitam a passagem ou o acesso dos pedestres, antes a isolam. Isso fez da praça Raul Soares um lugar perigoso, onde poucos se aventuram a ficar ou mesmo a passar.

Ainda no núcleo central da cidade, delimitado pela avenida do Contorno, duas praças se destacam: a praça Rui Barbosa (praça da Estação) e a praça da Rodoviária. Esta última, cujo nome oficial é praça Rio Branco, fica no início da avenida Afonso Pena. Em suas proximidades foi instalado na década de 1970 um terminal rodoviário, daí o seu nome atual. A avenida Santos Dumont, antiga avenida do Comércio, liga essas duas praças, cuja importância reside sobretudo em receberem aqueles que chegam à cidade, seja por trem, transporte mais freqüente no passado, seja por ônibus.

A praça da Liberdade, sede do poder, é também o ponto final de três importantes avenidas: a avenida João Pinheiro, a avenida Brasil e a avenida Cristóvão Colombo. Abrigou desde o início o poder estadual e suas secretarias. Reforçando o simbolismo do poder do Estado, Aarão Reis escolheu um dos pontos mais altos da área central para situar essa praça.

Na parte do Centro, que hoje concentra vários hospitais, há duas outras praças importantes e de grandes dimensões. A praça Floriano Peixoto, conhecida como praça do Quartel, e a Praça Hugo Werneck, a dos hospitais.

O Centro tradicional conta ainda com o Parque Municipal, um dos espaços públicos da cidade mais importantes, devido às suas qualidades naturais, aos seus equipamentos de lazer e, principalmente, à diversidade social que abriga. Pessoas de diferentes origens sociais e de diversos bairros e cidades da Região Metropolitana costumam visitá-lo. Nos finais de semana predominam as que o procuram para o lazer. Esses dias concentram um maior número de crianças e suas famílias, adolescentes e casais de namorados. Nos dias de semana o público varia consideravelmente: há aqueles que buscam no parque uma travessia mais amena no congestionado Centro da cidade, a pausa do almoço, o tempo de espera para a visita a um parente nos hospitais vizinhos e ainda para as caminhadas.

A olhares mais atentos o parque se mostra também como território de diferentes grupos, que se definem por sua orientação sexual, pela condição de morador de rua ou albergado, entre outros,[13] numa diversidade social típica dos espaços públicos, em especial daqueles situados nas áreas centrais. No caso do Parque Municipal, sua extensão colabora para a constituição de territórios identitários.

O Centro se transforma

Com as transformações que tiveram lugar no Centro de Belo Horizonte, seus espaços públicos passaram por mudanças significativas. Nas primeiras décadas do século XX, o Centro era um lugar mais elitizado, pois ali se concentrava o principal comércio da cidade, assim como as principais livrarias, os cinemas, cafés,

Fotografias de transeuntes nas ruas de Belo Horizonte, década de 1950. Fotógrafos ambulantes. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

restaurantes e lanchonetes. O lazer, o *footing* e os encontros ocorriam prioritariamente no Centro. Ele era o grande espaço público da cidade. Essa elitização não excluía os mais pobres, que também dependiam do Centro e aí se divertiam, mas os lugares eram diferenciados, como ocorre até hoje em toda a cidade.[14]

A grande mudança observada a partir da década de 1960 foi um paulatino esvaziamento habitacional e sobretudo comercial do Centro. O comércio começou a se deslocar, primeiro em direção à região da Savassi, posteriormente para alguns bairros residenciais e, por fim, surgiram os *shopping centers*. Toda a vida que se concentrava e pulsava no Centro foi aos poucos se espraiando para outros territórios. Esse processo não resultou apenas em uma desconcentração, mas em uma nova divisão socioespacial da cidade. O Centro ficou com o comércio mais popular, e regiões como a Savassi e *shopping centers* com o comércio mais elitizado.[15]

O Centro não perdeu a sua vitalidade, mas o seu público mudou, até porque perdeu seus principais pontos de encontro, como os cinemas, bares, livrarias, lanchonetes e cafés famosos. O mesmo ocorreu com as suas praças, cujos usos e freqüentadores mudaram. Essas transformações coincidiram com o forte crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, curiosamente, se o Centro deixou de ser o coração da cidade para a elite belo-horizontina, tornou-se o Centro não só de uma cidade, mas de toda uma região metropolitana. A dissertação de Michele Arroyo sobre a praça da Estação[16], a de Aurino José Góis sobre o parque Municipal[17] e a de Eduardo Costa[18] sobre o mercado Central atestam que parte significativa de seus freqüentadores são da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além de metropolitano, o Centro se populariza, o que pode ser percebido pela música *rap* que se faz na cidade e cujas representações, investigadas por Ana Cristina de Faria,[19] mostram que, junto com a periferia (o lugar de onde fala o *rap*), ele mantém grande força simbólica, advinda de sua centralidade, do seu patrimônio cultural e de suas práticas e lugares de encontro.

Extrapolando os limites da zona urbana, delimitada pela avenida do Contorno, surgiram outras praças. Três delas nas interseções da avenida Afonso Pena: a praça Milton Campos na esquina com a avenida do Contorno, a praça da Bandeira, na interseção com a avenida Bandeirantes. Já nos limites da cidade, aos pés da Serra do Curral, e no final da avenida Afonso Pena, está a praça Israel Pinheiro, conhecida como praça do Papa, depois da missa proferida no local pelo papa João Paulo II. Trata-se de um grande espaço livre propício a muitos usos, entre eles brincadeiras de crianças. No mês de agosto, com os ventos vindos da Serra do Curral, a praça enche-se de pipas. Por suas dimensões, abriga freqüentemente grandes *shows*.

Surge a Savassi

Na década de 1970, o deslocamento de parte das atividades do Centro tradicional para o bairro dos Funcionários (construído para abrigar os funcionários públicos da nova capital) provocou um fenômeno curioso em outra praça, a Diogo de Vasconcellos. Situada na interseção das avenidas Getúlio Vargas e Cristóvão Colombo, uma padaria ali localizada acabou por transferir ao lugar o seu nome: Savassi, que substituiu no conceito popular o do político e historiador que oficialmente a nomeia. Como a praça Sete, a praça da Savassi é muito mais um lugar simbólico e de referência do que de estar. Situa-se na interseção de vias importantes, sem conformar exatamente um espaço livre.

Ali, as pessoas não se sentam na praça, mas sabem onde é a praça. Posteriormente, repetiu-se aí o que já

se fizera na praça Sete: alguns quarteirões que lhe dão acesso foram fechados, constituindo assim um espaço mais convidativo ao ficar. A importância dessas praças é tamanha que elas denominam hoje não apenas a si próprias, mas a uma região, "a região da praça Sete", "a região da Savassi". No caso da praça da Savassi, a sua expansão foi ainda maior. Savassi hoje designa todo o entorno da praça, parte do tradicional bairro dos Funcionários.

Ainda no interior da avenida do Contorno está a praça da Assembléia, com uma igreja, pista para caminhadas e vários brinquedos. Fora do perímetro da avenida do Contorno estão as Praças JK e da Barragem Santa Lúcia, ambas na fronteira entre bairros de classe média alta e favelas. Seus equipamentos de lazer buscam servir aos dois grupos sociais que vivem em suas imediações. Como já foi dito, a proximidade física não é condição suficiente para a interação, que mais difícil se torna quanto maior for a distância social.

Cartão-postal da Praça Sete de Setembro com edifício do Banco da Lavoura. Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque.
Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Ainda que nessas praças a presença dos dois grupos seja um fato, os conflitos e as separações são evidentes. Os usos são distintos, e a interação é rarefeita. Os estratos médios e altos usam a praça para caminhadas, passeios com cachorros e lazer das crianças, sempre acompanhadas dos pais ou de empregadas domésticas. Já os moradores das favelas usam os brinquedos ou os campos de futebol. Além desse público, as praças JK e da Barragem Santa Lúcia também atraem habitantes dos bairros vizinhos que não possuem espaços públicos com as mesmas dimensões e equipamentos.

Diferentes dessas praças centrais ou com equipamentos de lazer que atraem públicos de várias regiões da cidade, há as praças de bairros, de freqüência restrita aos moradores do entorno. Aí se verifica uma sociabilidade de conhecidos e, em muitas delas, a prática de atividades tradicionais, como soltar pipas e outras brincadeiras infantis.

Uma tipologia

A pesquisa *Espaços públicos e formas de sociabilidade em Belo Horizonte* (2005), depois de mapear as praças de três regionais de Belo Horizonte: Centro-Sul, Noroeste e Norte, chegou a quatro tipos de praça: centrais, de bairros, de fronteira e residuais. As três primeiras já foram contempladas aqui. A quarta refere-se a áreas denominadas oficialmente como praças pela prefeitura, mas que não são identificadas nem usufruídas dessa forma pela população. Trata-se de espaços residuais de loteamentos, de rotatórias que apenas organizam o trânsito, entre outros usos.

As praças centrais são, em geral, as mais bem conservadas. Algumas contam inclusive com adoção por grupos privados participantes do programa *Adote o Verde*.[20] São também as que contam com melhor infraestrutura e maior número de bancos, lixeiras, brinquedos, equipamentos para exercícios físicos, entre vários outros. Mais acessíveis à maioria da população, são, como o Centro, lugares simbólicos. Muitas abrigam monumentos históricos e situam-se dentro de conjuntos urbanos tombados pelo Patrimônio Municipal. A visibilidade e a proximidade aos órgãos da administração municipal e estadual fazem de algumas delas locais de manifestações políticas, culturais e esportivas. Pontos de passagem de milhares de pessoas, atraem vendedores ambulantes e pregadores de todos os tipos.

Um uso muito comum que a pesquisa identificou foi o de *passar a hora do almoço na praça*. Para muitos que trabalham no Centro, as praças são propícias a esse momento de descanso, à sesta. São também lugares de pernoite para a população de rua. Reúnem mais adultos e idosos do que crianças, dado o perfil etário dos que moram, trabalham e circulam pelo Centro atualmente. A diversidade de usos e de freqüentadores é grande, ainda que tenha sido maior em outros tempos.

As praças de bairros abrigam uma sociabilidade menos diversa, mas não menos importante. São lugares de encontro entre vizinhos, de lazer das crianças e dos adolescentes, de descanso e de contato com o tempo e com a natureza. Essa última função foi mencionada com mais freqüência pelos moradores de bairros populares, onde há pouco espaço no interior das casas. A praça para eles é o lugar para respirar, tomar sol e *ver o tempo*. Contudo, com o aumento da criminalidade a partir da segunda metade da década de 1990, algumas dessas praças de bairro, menos policiadas e freqüentadas, tornaram-se lugares temidos pelos freqüentadores, em especial à noite. Moradores de alguns bairros populares relataram a ocupação de algumas praças à noite por traficantes de drogas.

Nesta breve descrição de alguns espaços públicos de Belo Horizonte, um pouco da vida da cidade, ainda que sempre transformada, veio à tona, mostrando o caráter fundamental desses espaços para a história, a identidade e a coesão da sociedade. As vocações distintas das praças evidenciam a multiplicidade da vida nas grandes cidades. Valorizar os espaços públicos, incentivando diferentes usos sociais, é uma forma de cultivar os ideais da diversidade, da igualdade e do aprendizado.

Notas |

1. WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 98.

2. SIMMEL, Georg. Digresión sobre la sociología de los sentidos. In: SIMMEL, G. *Sociología*: estudios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

3. GOFFMAN, Erving. Recursos seguros. In: _____. *Os momentos e seus homens*. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

4. Quando investigados de perto, esses espaços revelam usos bastante particulares, principalmente por aqueles que fazem deles não apenas lugares de passagem ou de consumo e lazer eventuais, mas de encontro, de trabalho cotidiano, de sobrevivência e até mesmo de moradia.

5. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

6. DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta, 1999.

7. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

8. SILVA, Luiz A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. César Q. *Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004.

9. *Apud* ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas*: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. p. 137.

10. ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004. 236f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 60. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CienSociais_ArroyoMA_1r.pdf>.

11. CARVALHO, Marco Eliel S. *A construção das identidades no espaço urbano*: a praça Sete como representação da sociabilidade em Belo Horizonte. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

12. Devido à sua importância histórica e cultural, em 2003, o Museu Abílio Barreto designou-a como acervo operacional, o que significa, segundo sua diretora, "a escolha da Praça Sete como fato urbano inquestionável, entendido como bem cultural e, portanto, patrimônio de todos os belo-horizontinos". Cf. PIMENTEL, Thais, V. C. Primeiras palavras. In: SANTOS, Ângelo O. de A. *Praça Sete*: o coração da cidade. Belo Horizonte: Conceito, 2006.

13. GÓIS, Aurino José. *Parque Municipal de Belo Horizonte*: público, apropriações e significados. 2003. 123f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_GoisA_1.pdf>.

14. Algumas formas de lazer hoje mais populares, como o cinema, eram antes muito seletivas. Segundo Maurílio José Amaral Assis, ir ao cinema no início do século passado em Belo Horizonte era um lazer da elite, que se vestia elegantemente para as sessões em salas decoradas com luxo e requinte, como no famoso cine Odeon. Mas o Centro oferecia outras opções de lazer para diferentes padrões de consumo e também espaços públicos cujos usos não demandavam consumo. Cf. ASSIS, Maurílio José Amaral. *A trajetória das salas de cinema de Belo Horizonte*: sociabilidade no espaço Unibanco Belas Artes e nas salas de cinema do Shopping Cidade. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_AssisMJ_1.pdf>.

15. O primeiro *shopping* de Belo Horizonte, o BH Shopping, inaugurado em 1979 em região na época pouco ocupada e de difícil acesso por transporte público, era, como ainda é, voltado para os estratos médios e altos. Posteriormente, seguindo uma tendência mundial, surgiram outros *shoppings centers* na cidade, alguns mais populares, e um deles, muito freqüentado, no Centro da cidade. Com este *shopping,* o Centro, que já não tinha mais cinemas, voltou a tê-los. Cf. ASSIS. *A trajetória das salas de cinema de Belo Horizonte...*

16. ARROYO. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*...

17. GÓIS. *Parque Municipal de Belo Horizonte*...

18. COSTA, José Eduardo da. *Mercado Central de Belo Horizonte*: a convivência entre iguais e diferentes. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_CostaJE_1.pdf>.

19. FARIA, Ana Cristina Reis. *Mapeando a cidade*: uma percepção urbana a partir das representações da periferia. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_FariaAC_1.pdf>.

20. Programa da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com empresas privadas, que cuidam das praças ou jardins e, em contrapartida, anunciam aí suas marcas.

Luciana Teixeira de Andrade é doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Jornalismo da PUC Minas. É pesquisadora do Observatório das Metrópoles, autora do livro *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna* (PUC Minas e C/Arte) e co-autora de *A cidade e seus agentes: práticas e representações* (Edusp e PUC Minas).

Betânia Gonçalves Figueiredo

A cidade refletida em seus museus

Contando cerca de duas dezenas de museus, Belo Horizonte assistiu nos últimos anos à instalação de novos espaços museológicos que abrigam atividades múltiplas, ainda que convivendo com graves problemas, entre eles a carência de pessoal especializado.

> *Diz-me quantos museus tem a cidade e te direi como é essa cidade.*

A epígrafe acima foi inventada para este artigo, parafraseando outra epígrafe, "Diga-me o que comes e dir-ti-ei quem és". Mas lembra-nos o início de outro texto que apresenta o número dos museus de Paris.[1] Ao discutir a necessidade de acumular coleções, organizá-las e expô-las em museus, o autor analisa os mistérios que levam a sociedade, ao longo da história, a colecionar.

O número de museus de uma cidade pode nos contar muito sobre ela. Em primeiro lugar irá nos revelar sua idade. As cidades recém-inauguradas, na maior parte das vezes, não têm museus. As que estão na casa da centena de anos, como Belo Horizonte, têm alguns, talvez algumas poucas dezenas deles. A quantidade de museus e a freqüência de seus visitantes podem nos revelar muito sobre aquele meio urbano – o número de habitantes, se recebe muitos ou poucos turistas – e nos informar a respeito da intensidade da vida cultural.

Podemos nos perguntar também sobre o movimento dos museus e, a partir da resposta, compreender um pouco das concepções teórico-metodológicas de seus idealizadores e organizadores. Ao indagarmos sobre a articulação existente entre os museus, podemos compreender um pouco mais sobre a política cultural da cidade. Os temas representados nas exposições dos museus também podem nos auxiliar na identificação da idade da cidade. Vejamos o caso de Outro Preto, com seus museus da Inconfidência, do Oratório e de Arte Sacra. Todos nos remetem às coleções produzidas no século XVIII. Já os museus de ciência e tecnologia apontam-nos para a tradição dos cursos de engenharias e formação afins ou para o futuro promissor das ciências na região.

Mas Belo Horizonte é uma cidade relativamente jovem, planejada e construída no final do século XIX. Uma cidade que, ao longo de seus 110 anos, passou por intervenções drásticas de toda ordem. O traçado inicial, circundado pela avenida do Contorno, foi extrapolado para muito além dos planos traçados para a nova capital mineira. A cidade teve todos os seus marcos urbanísticos iniciais alterados ao longo dos anos e, em alguns casos, houve um trabalho de reconstituição da forma original.

Uma das exposições do Museu Histórico Abílio Barreto – o mais antigo de Belo Horizonte – revelou, de forma instigante, o movimento frenético de destruição e reconstrução da cidade, apresentando em fotografias o mesmo espaço urbano com as drásticas intervenções sofridas ao longo do tempo: as praças Rui Barbosa (praça da Estação), Raul Soares e Sete de Setembro e a avenida Afonso Pena, entre outros locais.

Cidade, espaço e memória

O espaço urbano faz parte da nossa memória. Cada um de nós cresceu em uma cidade ou próximo de uma cidade. Atravessou ruas, passou por avenidas, realizou trajetos até a escola, a venda, o supermercado. Passeou e brincou em praças públicas, ouviu a banda no coreto, soltou pipa no descampado. Acompanhou o movimento das estradas, o barulho do trem, o movimento dos ônibus. Ao nos depararmos com mudanças drásticas nos marcos que constituíram suportes materiais da nossa memória urbana, perdemos um pouco das nossas referências espaciais. É a sensação de retornar ao local da infância, da adolescência e não se reconhecer mais; ou buscar as referências assinaladas nas nossas lembranças e ir aos encontros/desencontros dos locais dessas lembranças: o bairro reconstruído, as ruas alteradas, as avenidas alargadas, as casas demolidas.

Nesta argumentação, não há o desejo de estagnar o tempo, muito menos de impedir a ação inexorável do desenvolvimento urbano, mas a necessidade de impor

regras a esse movimento. São duas as ações de extrema importância. A primeira, relativa à regulamentação dos padrões de desenvolvimento da cidade, à responsabilidade dos órgãos públicos municipais e à legislação do patrimônio histórico e urbanístico – o plano diretor, as definições de ocupação do solo etc.

A segunda remete à necessidade de desenvolver mecanismos de recolhimento sistemático da documentação referente à cidade. Esta segunda ação é de responsabilidade especial dos museus das cidades, quando esses existem e exercem bem o seu papel. Cabe aos museus refletirem sobre os modos de documentar o movimento urbano. Não apenas suas origens, seu passado, mas o seu presente e as necessidades de seu futuro.

Tocamos em um ponto instigante da atividade dos museus. Contra aqueles que continuam defendendo os museus como templos das musas, vinculados a um passado romântico, quase mítico, interpomos um presente radiante apontando em direção ao futuro. Os museus modernos não guardam e expõem apenas o passado, mas refletem insistentemente sobre o presente e preocupam-se com o que arquivar e preservar para a posteridade.

Guardiões da memória

As coleções documentais não se restringem aos museus. Há coleções nos centros de documentação e memória e nos arquivos públicos. Belo Horizonte conta com um pequeno número dessas instituições. As principais, sem dúvida, são o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Essas instituições são regidas por legislação própria, estadual e municipal, e a sua principal função é recolher, organizar e disponibilizar a documentação relativa aos poderes executivo estadual e municipal, para uso dos consulentes.

Muitas vezes, no afã de realizar um trabalho de divulgação das suas atividades, os arquivos públicos extrapolam sua competência específica e realizam uma série de outras atividades de aproximação com o público. É necessário apresentar o arquivo ao cidadão, discutir sua função, seu funcionamento, sua estrutura, apresentar suas dependências, mostrar como funciona e assim por diante. Para tanto, são desenvolvidas atividades como organização de banco de dissertações e teses versando sobre temas diversos da cidade, visitas agendadas para grupos de estudantes e exposições temporárias.

Para atingir sua atividade-fim, os arquivos acabam por ampliar suas ações e desempenhar um papel de pólos culturais. Afinal, há a preocupação de contribuir para que as novas gerações compreendam a importância e necessidade dos arquivos.

Belo Horizonte dispõe ainda de alguns centros de memória, como o Centro de Memória da Medicina e o Centro de Memória da Justiça do Trabalho. Todos esses espaços lutam para manter uma política de recolhimento e implementar um programa de ação educativa ou plano de comunicação. De um modo geral, vivem uma situação precária em termos técnicos, e sua existência no futuro não está garantida.

Pioneiros

O primeiro museu de Belo Horizonte foi o Museu Histórico da cidade, que deve sua existência ao esforço inicial do colecionador Abílio Barreto. Simbolicamente, foi instalado em um dos poucos espaços que restaram do antigo arraial do Curral del Rei, a Fazenda Velha do Leitão.[2]

Há que se ressaltar que a Comissão Construtora da Nova Capital empreendeu alguns esforços no sentido de resguardar a memória do arraial. Planejou “uma

Museu Histórico Abílio Barreto. Exposição *Como se fosse sólido...* Pensando o *Patrimônio Cultural de Belo Horizonte*. Fotografia de Gilvan Rodrigues. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto, Arquivo Administrativo.
Museu Histórico Abílio Barreto. Exposição *Ver e lembrar: monumentos em Belo Horizonte*. Fotografia de Gilvan Rodrigues. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto, Arquivo Administrativo

biblioteca, um museu, a publicação da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora* e um acervo fotográfico referente aos casebres, cafuas, igrejas e outras construções que deveriam ser demolidas no arraial para a edificação da cidade".[3]

Mas esses esforços não foram muito eficazes, e a tarefa de guardar, sistematicamente, informações e objetos da cidade recém-criada deveu-se a Abílio Barreto. O Museu Histórico da cidade foi criado em 1943, e sua criação coincide com os estudos de sistematização das coleções no Brasil e com a criação, no plano federal, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (Sphan),[4] que mais tarde passará a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Abílio Barreto coletou objetos da vida cotidiana da cidade, montou coleções de arte sacra, coletou mobiliário, pintura, escultura, além de importante documentação arquivística, bibliografia e fontes primárias da sociedade que se formou a partir do Curral del Rei. Muitas das anotações de Barreto foram utilizadas nos textos e livros que escreveu sobre a cidade, destacando-se *Belo Horizonte: Historia Antiga e História Média* (1995).

Os arquivos de Abílio Barreto estão disponíveis no setor de consultas do museu que hoje leva seu nome, numa demonstração de sua habilidade em catalogar as informações em uma época sem recursos da informática. Conhecer essas anotações é uma experiência ímpar para todos os pesquisadores das áreas de história, história da cidade, museus e arquivos. Há que se ressaltar que o início do Museu Histórico de Belo Horizonte partiu de pesquisas sistemáticas do seu idealizador. Não foi uma coleção que se iniciou naturalmente ou ao acaso, mas um trabalho de pesquisa e esforços deliberados para montar uma coleção/acervo representativo sobre a cidade.

Em meados do século XX foram criados dois museus na cidade. Em 1957, o Museu de Arte da Pampulha, provavelmente o primeiro museu destinado às artes contemporâneas na cidade. Em seguida, o Museu de História Natural, localizado na região do Horto. Este foi construído para dar apoio aos trabalhos acadêmicos da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG, que lhe deu a denominação atual de Museu de História Natural e Jardim Botânico.

Ainda na década de 1930 os idealizadores da Universidade de Minas Gerais defendiam a existência de espaços museológicos para fins de pesquisa e aprendizado, além da acumulação de conhecimento.[5] Mas a viabilização do Museu de História Natural ocorreu bem mais tarde, em 1967, com o apoio dos pesquisadores da antiga Sociedade Mineira de Naturalistas, na qual estavam representados quatro departamentos da UFMG: Botânica, Zoologia, Biologia Geral e Geologia Geral.[6]

Há que se destacar, nas décadas de 1960 e 1970, a revolução que ocorreu nos museus brasileiros. O marco mundial é o pós II Guerra Mundial, quando os museus, especialmente os da Europa, passam por uma grande reformulação. O campo de conhecimento da museologia forma-se de modo mais sistemático.[7] Nesse movimento, o público passa a ser uma preocupação fundamental. A noção de público amplia-se. Se anteriormente trabalhava-se para atingir segmentos especializados, notadamente investigadores acadêmicos para fins de pesquisa, passou-se a trabalhar com a idéia de ampliar o número de visitantes.

Novos museus

A cidade de Belo Horizonte tem sido presenteada, nos últimos anos, com novos e importantes museus. O Museu de Artes e Ofícios, na praça Rui Barbosa (praça

Museu de Arte da Pampulha. Exposição *Oscar Niemeyer: arquiteto, brasileiro, cidadão.* Fotografia de Emmanuela Tolentino, agosto 2007. Acervo Museu de Arte da Pampulha.

da Estação), é um deles. Ao longo dos dois lados da plataforma de embarque do trem metropolitano está uma das coleções mais significativas da cidade, compreendendo os ofícios que construíram o Brasil e, em especial, Minas Gerais. Provavelmente é o único museu do gênero no Brasil e um dos que apresentam maior potencial a ser explorado em termos de pesquisa. Afinal, toda coleção museológica deve estar respaldada em trabalhos de pesquisa, e um dos serviços que o museu deve prestar é atender ao público interessado em aprofundar seus conhecimentos sobre a sua temática.

Há que se destacar que a região no entorno do Museu de Artes e Ofícios foi beneficiada por uma notável valorização urbana. Isso demonstra que um empreendimento cultural bem planejado pode contribuir, e muito, para a valorização do espaço urbano. No caso específico do Museu de Artes e Ofícios, destacam-se a restauração do belo prédio da estação ferroviária e a recuperação da praça fronteira, com projeto arquitetônico moderno, que não conflita com o prédio que o abriga. A inauguração da exposição do Museu de Artes e Ofícios ocorreu em fins de dezembro de 2005, na passagem para o ano de 2006.

Em 2006, entrou no cenário da cidade o Museu do Brinquedo, ocupando um casarão da avenida Afonso Pena, quase esquina com avenida Getúlio Vargas. Sua inauguração coincidiu com a chegada do Natal e foi saudada por Papai Noel, distribuindo sorrisos e presentes para a garotada. Os museus de brinquedos espalham-se pela Europa e Estados Unidos, mas ainda não são freqüentes no Brasil. O tema dos brinquedos infantis é classificado na categoria de museus especiais, os chamados museus-escola.

O Museu Giramundo – iniciativa de um dos mais importantes grupos de teatro de bonecos do país – não

Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.
Exposição permanente de Paleontologia.
Fotografia de Pedro Peixoto. Acervo Museu de História Natural/UFMG.

Museu de Artes e Ofícios.
Exposição permanente. Fotografia de Miguel Aun.
Acervo Museu de Artes e Ofícios.

é tão novo quanto o Museu do Brinquedo, tendo sido reinaugurado em 2005. Situa-se na região do bairro Floresta, vizinhanças da Praça da Estação. A partir dos bonecos e figurinos construídos para espetáculos do grupo, formou-se uma coleção que agora está exposta ao público, para encanto de crianças e adultos.

Em breve a capital de Minas Gerais poderá contar com mais um espaço museal. O Museu Inimá de Paula será implantado no prédio da antiga sede do Clube Belo Horizonte, na Rua da Bahia, centro da cidade. O espaço terá, além da exposição do artista, livros, documentos e fotografias.

Para completar o quadro, é necessário mencionar o Centro de Arte Contemporânea Inhotim, instalado no município de Brumadinho, arredores de Belo Horizonte, que expõe permanentemente obras de alguns dos mais significativos artistas contemporâneos. Mesmo sendo um museu afastado da cidade, desde que se abriu para visitas públicas, em 2006, tem recebido um número crescente de visitantes belo-horizontinos. No caso específico desse espaço, é desenvolvida uma política voltada para o envolvimento da população local em projetos de melhoria de renda e acesso à informação. Como se trata de um local de paisagem exuberante, está sendo desenvolvido um trabalho de preservação do patrimônio ambiental, numa demonstração das múltiplas facetas de um espaço museal que pretende interagir de forma criativa e rica com o seu público.

Os cinco novos museus recém-instalados em Belo Horizonte e arredores têm, apesar de seus acervos e dimensões diferentes, uma característica comum. Não são museus vinculados a órgãos públicos, mas resultado da organização de institutos culturais privados que militam em prol da cultura. O Museu de Artes e Ofícios é vinculado ao Instituto Cultural Flávio Gutierrez, criador

Museu do Brinquedo. A colecionadora Luiza de Azevedo Meyer (São João del Rei, 1912 – Belo Horizonte, 2000), que deu origem ao museu, fotografada por Marcelo Prates. Um velocípede do acervo do Museu do Brinquedo. Fotografia de Paulo Laborne.

do Museu do Oratório, em Ouro Preto, e que em breve promete brindar o Estado com o Museu de Sant´Anas, em Tiradentes. O Museu do Brinquedo é resultado da coleção da Luiza de Azevedo Meyer, e a instituição cultural responsável pelo museu recebe o seu nome. Ao colecionar brinquedos para os filhos e para sua atividade de professora, ela alcançou a impressionante cifra de cinco mil peças diversas. E, finalmente, na fase de montagem, o já mencionado Museu Inimá de Paula, organizado pela fundação que leva o nome do artista.

Museus e a pesquisa

Os museus cumprem a função de apresentar ao público suas coleções, organizadas em exposições. Mas, cada vez mais, o papel e o significado cultural dos museus é discutido e problematizado. Os museus lidam, em primeiro lugar, com informações: das coleções, do acervo, das pesquisas, das políticas de atração do público e das políticas de constituição de acervos, e assim por diante. No presente, as funções dos museus não se limitam exclusivamente às exposições em si. Há também uma preocupação em repensar o papel do museu e, em especial, sua relação com o público e sua fidelização, seja o público habitualmente visitante, o público potencial e os segmentos especiais, como o público escolar e o público de fins de semana.

Nesse sentido, os museus podem e devem prestar um importante papel de divulgação das informações contidas em suas bibliotecas de referência e nos acervos abertos ao público em geral. Esses locais de referência bibliográfica e documental, muitas vezes restritos às consultas internas, abrem-se ao público, geralmente o especializado, prestando-lhe mais um serviço. Os grandes museus já fazem isso, com sucesso, tornando-se referência nas pesquisas sobre as quais versam seus acervos. Em

um país carente de bibliotecas especializadas, essa possibilidade de serviço é sempre bem recebida.

Ao reformatar sua estrutura nos últimos dez anos, o Museu Histórico Abílio Barreto abriu sua biblioteca especializada à consulta pública, prestando mais um serviço à comunidade. Além disso, é possível consultar seu acervo fotográfico e a documentação referente à Comissão Construtora da Nova Capital.

Outro espaço que promete em breve viabilizar o acesso à biblioteca é o Centro de Arte Contemporânea Inhotim, que, mesmo não se localizando em Belo Horizonte, está sob a influência do fluxo de habitantes e turistas da cidade (localiza-se próximo ao município de Brumadinho). Há um projeto de montagem de uma biblioteca, com acesso público, a ser construída nas dependências do espaço do Centro. Mas já é possível a utilização da biblioteca de consulta da instituição, localizada ao lado de um dos muitos prédios que abrigam as instalações artísticas. Uma grande porta de vidro indica que a pesquisa é necessária em museus e centros de arte, e convidam o visitando a aguardar, em breve, a nova biblioteca.

Mas infelizmente essa não é a regra. Muitos museus são criados sem um estudo sistemático de seu acervo. Algumas vezes quando esses estudos ocorrem não estão acessíveis aos visitantes. As consultas às informações históricas dos acervos, à bibliografia de referência, aos dados relativos às coleções nem sempre estão disponíveis. Isso dificulta a vida não apenas do consulente/visitante, mas do próprio museu no momento de realizar seu balanço, traçar suas políticas, elaborar seus projetos, abastecer com informações suas equipes de trabalho etc. Somente o conhecimento do acervo e das temáticas da museologia e da museografia, integrado a um plano diretor, permite ao museu direcionar suas ações. Nos dias atuais é difícil imaginar um museu sem um setor de pesquisa atuante, subsidiando seus diversos outros setores.

Novo campo de trabalho

Ao tratar dos museus na cidade, faz-se necessário perguntar sobre a formação dos profissionais que atuam nesses espaços de memória e espaços culturais em geral. No Brasil há alguns cursos de graduação em museologia, ao contrário do que ocorre na Europa, Estados Unidos e Canadá, onde toda a formação na área ocorre no nível de pós-graduação, os assim chamados *museuns studies* (estudos em museus). Os dois únicos cursos de graduação no Brasil estão no Rio de Janeiro e em Salvador. Apenas recentemente foi criado um curso de mestrado *stricto sensu* em museologia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em 2006. Mesmo assim a profissão foi regulamentada nos anos 1980 (Lei n. 7287, 18/12/1984),

Diante dessa situação, vive-se um impasse. Boa parte dos membros das equipes que trabalham e atuam nos museus, mesmo desenvolvendo seus estudos na área, aperfeiçoando-se nos locais de trabalho, não são reconhecidos como profissionais especializados. Trata-se de uma situação extremamente delicada, pois são essas pessoas que mantêm os museus, não apenas na cidade de Belo Horizonte, como também no Estado e no País, e em sua grande maioria não têm a formação específica de graduação em museologia. A solução mais pertinente, a curto prazo, seriam os cursos de especialização na área de patrimônio histórico e cultural. Esses cursos, aproveitando a formação de profissionais de diversas áreas, buscam qualificar pessoal para atuar (ou continuar atuando) em museus, arquivos, centros de memória e cultura.

Outra contradição é que os cargos de direção dos museus raramente são exercidos por profissionais graduados em museologia.[8] Trata-se de um campo de atuação interdisciplinar por natureza, exigindo dos profissionais que atuam na área formação específica que venha completar os conhecimentos básicos adquiridos

Centro de Arte Contemporânea Inhotim. Vista do parque natural e das galerias da Mata e True Rouge. Fotografia de Jomar Bragança.

na graduação, especialmente nas áreas da história, comunicação, administração, arquitetura, educação, belas-artes, os diversos campos das ciências físico-químicas e ciência da informação, entre tantas outras áreas. Em diversos textos a temática ressurge, reforçando que a atuação no campo da museologia é, por natureza, interdisciplinar. A diversidade dos museus exige profissionais de natureza multidisciplinar para atender à demanda dos museus de arte, museus históricos, museus de ciência, museus de técnica e tecnologia – para citarmos algumas possibilidades em meio a uma infinidade de temas possíveis de serem musealizados.

Admitida a natureza multidisciplinar dos museus, é possível argumentar que a atividade desses profissionais não se restringe apenas à organização das exposições. A atuação do museu não se limita a essa atividade ou ao gerenciamento do acervo. É necessário também estabelecer um diálogo com o público, desenvolver linhas de pesquisa, trabalhar a política de acervo, viabilizar os projetos de financiamento, desenvolver uma ação de comunicação com especial atenção para o público estudantil, implementar políticas de conservação e preservação do acervo, entre outras muitas funções.

Na realidade, o museu contemporâneo, dentro de um novo conceito de museologia e do campo da cultura, deve ser tratado como um espaço de ação cultural. Cada vez mais é comum a utilização dos equipamentos urbanos do museu para atividades culturais múltiplas, tais como cursos de natureza diversa, palestras, shows, oficinas, informações culturais, exposições de curta, média e longa duração, sem esquecer os espaços para cafés e lojas, os setores de pesquisa e de consulta. O museu torna-se um espaço de fruição cultural, de possibilidades de encontros e discussão, de circulação de informações culturalmente relevantes.

Museus de arte

É sempre difícil organizar uma tipologia para os museus. Por mais que os autores insistam em classificá-los, é sempre problemático estabelecer os

limites entre um museu de arte e um museu histórico. Há mesmo diversas manifestações artísticas que não ocorrem necessariamente em museus de arte. Em Belo Horizonte podemos destacar dois museus de arte. O primeiro, mais antigo, é do Museu de Arte da Pampulha (MAP), localizado no redor da lagoa, com arquitetura de Oscar Niemeyer e belíssimos jardins de Burle Marx. As edificações do MAP não foram projetadas para este fim, e as adaptações são sempre necessárias, nesses casos. O prédio foi criado para funcionar como cassino, mas com a proibição do jogo, em 1946, o cassino foi fechado, e o prédio só foi reaberto, já como museu, em 1957. O Museu de Arte da Pampulha comemora 50 anos em 2007 anunciando o projeto de construção de um prédio anexo, para viabilizar os diversos projetos de sua administração.

Outro espaço museal, dotado de grandes instalações, é o já mencionado Centro de Arte Contemporânea Inhotim, aberto ao público em 2006. Esses dois museus de arte têm em comum a beleza dos seus jardins e o meio ambiente privilegiado onde estão edificados. O Museu de Arte da Pampulha é acolhedor, apesar de suas pequenas proporções, e permite ao visitante encantar-se com a paisagem da lagoa da Pampulha. Já o Centro de Arte Contemporânea Inhotim impressiona pela magnitude dos jardins, com belas árvores, e pela riqueza das exposições, em um espaço amplo e agradável, no meio da mata.

Contam-se em aproximadamente duas dezenas os museus da recém-centenária cidade de Belo Horizonte. Há, portanto, um espaço significativo para novos investimentos a serem feitos e, especialmente, a necessidade de espaços para a reflexão sobre os caminhos a seguir.

Para os que ficaram curiosos com o número de museus em Paris, informamos que, de acordo com o artigo de Pomian,[9] havia aproximadamente cento e cinqüenta museus na cidade, contando apenas as coleções abertas ao público. Sem dúvida o número dos museus de uma cidade apresenta-nos informações sobre ela e sua vida cultural, como é o caso de Paris. Mas há que se destacar que a importância dos museus e seus significados para a cidade não se conta apenas em números. Hoje os museus oferecem uma série de atividades que extrapolam a exposição em si, o papel de preservação e conservação da memória de determinado tema. Os museus transformam-se em pontos culturais de um centro urbano, desenvolvendo um plano de comunicação que não se limita ao projeto museográfico. Há toda uma intenção em se estabelecer uma comunicação diversificada com o(s) público(s) do museu.

Pode-se afirmar, sem dúvida, que nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI os museus ganham novos sentidos e significados na medida em que estabelecem uma comunicação múltipla com o público: público estudantil, público de fim de semana, público de oficina, público de estudiosos e assim por diante. Para além da apresentação das exposições, os museus esforçam-se para atrair, cativar, emocionar o público que freqüenta ou pode vir a freqüentar esses espaços. A razão de ser dos museus é sua inserção na sociedade. Os vínculos capazes de estabelecer essa inserção são construídos, desenvolvidos e mantidos nas dinâmicas políticas de comunicação dos espaços museais, com destaque para os programas de ação educativa. Como todo programa de comunicação, a efetividade da ação é assegurada no diálogo e avaliação constante das equipes do museu com o seu público.

Para Belo Horizonte, para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil desejamos museus de temas os mais diversificados possíveis, mas, especialmente, uma construção sistemática de práticas de comunicação e divulgação desses espaços junto à sociedade. Assim, todos sairão ganhando: os museus, a sociedade e a cidade.

Notas |

1. POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: LE GOFF (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

2 MACHADO, Ana Maria. *Abílio Barreto e o museu*: o homem e a memória da cidade. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

3. *Ibidem*, p. 29.

4. *Ibidem*, p. 35.

5. PÔSSAS, Helga Cristina Gonçalves. *Saber fazer e fazer saber*: os museus de ciência da UFMG. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 46.

6. *Ibidem*, p. 48.

7. FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografia*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

8. PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. Entrevista. Musas. *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, IPHAN, n. 1, 2004.

9 POMIAN. Colecção...

Principais museus de Belo Horizonte

- **Museu Histórico Abílio Barreto**
  Localizado no antigo casarão da Fazenda do Leitão. Oferece acervos textuais, iconográficos e fotográficos acerca da origem e desenvolvimento de Belo Horizonte. Uma sede moderna, anexa à antiga construção, foi inaugurada em 1998. Possui salas de exposições, auditório, biblioteca e um café. Os jardins do Museu são utilizados para eventos nos finais de semana.

- **Museu de Arte da Pampulha**
  Ocupa o prédio que corresponde ao primeiro projeto de Oscar Niemeyer na Pampulha. Funcionou como cassino, o primeiro da cidade, até ser fechado em 1946, devido à proibição do jogo no País. Passou a funcionar como museu em 1957, quando era conhecido como Palácio de Cristal. Burle Marx assina os jardins externos, que são decorados por três esculturas (de Ceschiatti, Zamoiski e José Pedrosa). Conta com biblioteca, loja de *souvenirs*, café e salas multimídia. Há projeto de construção de anexo, em discussão.

- **Museu de Historia Natural da PUC Minas**
  Criado em 1983, o Museu de Ciências Naturais PUC Minas desenvolve atividades científicas, educativas e culturais. Situado em prédio construído para este fim no *campus* da PUC Coração Eucarístico, tem como ponto forte das suas visitas o público estudantil.

- **Museu de História Natural e Jardim Botânico**
  http://www.ufmg.br/rededemuseus/
  Criado em 1968, ocupa área de 600 mil metros quadrados, possuindo vários exemplares da flora e fauna nacionais. Abriga exposições de arqueologia, mineralogia, física e uma exposição interativa de ciências. Abriga também o Presépio do Pipiripau e o Palacinho, prédio este que servia de residência aos governadores de Minas nas férias e finais de semana e hoje sedia o Centro de Referência em Cartografia Histórica.

- **Museu de Ciências Morfológicas**
  http://www.ufmg.br/rededemuseus/
  Situado no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, *campus* Pampulha, o Museu de Ciências Morfológicas tem como tema central o corpo humano. Trata-se de uma exposição especial, com o corpo humano apresentado em seus diversos sistemas: esquelético, circulatório, respiratório, reprodutor, digestivo. Uma exposição ímpar voltada para o ensino de ciências.

- **Museu das Telecomunicações**
  Inaugurado em 1978, nas comemorações dos 25 anos da antiga Telemig, como Museu do Telefone. Resgata a memória da telefonia no país e no mundo. Em 2007 a exposição ampliou-se e passou a ser denominada Museu das Telecomunicações, com diversos pontos de interação para os visitantes.

- **Museu de Artes e Ofícios**
  http://www.mao.org.br/
  Espaço inédito no Brasil, cuja finalidade é contar a história do trabalho no país. Tornos, teares e outras

ferramentas retratam a riqueza dos fazeres, ofícios e artes que desapareceram ou que deram origem às profissões modernas. Para narrar o passado, o museu utiliza recursos tecnológicos do presente, além de atuar como agente de produção e disseminação de conhecimento. Funciona no imponente prédio da estação ferroviária, restaurado para este fim.

- **Museu de Mineralogia**
  Há amostras dos principais minerais encontrados no mundo, acompanhadas de informações e suas aplicações na vida moderna. O prédio é de estilo pós-moderno, destoando das construções de arquitetura sólida e sisuda instaladas na Praça da Liberdade. É conhecido popularmente como "Rainha da Sucata".

- **Museu Mineiro**
  O Museu Mineiro tem sua origem no Arquivo Público Mineiro, criado em 1895. A instituição se consolidou juridicamente 15 anos mais tarde, em 1910, quando se tornou responsável pelas seções de História Natural, Etnografia e Antiguidades Históricas. Em 1977, sob a responsabilidade de implantação do Iepha-MG, o projeto do Museu Mineiro iniciou sua efetivação. Em 1982 a instituição efetivada passou a ocupar o prédio do antigo Senado Mineiro – restaurado e adaptado para a nova função. O acervo do museu começa pelo próprio prédio, um exemplar de estilo eclético, contendo elementos neoclássicos. A construção já foi sede do antigo Senado Mineiro (extinto), erguida no final do século XIX. Possui diversas coleções sobre a cultura mineira, com destaque para a de arte sacra (época colonial).

- **Museu Escola**
  Inicialmente abrigado na Praça da Liberdade, no prédio conhecido como Casa Rosada. Atualmente está nas dependências do Instituto de Educação, no Centro de Belo Horizonte, em caráter provisório.

- **Museu do Brinquedo**
  http://www.museudosbrinquedos.org.br/
  Sua exposição apresenta peças que abragem o final do século XIX até os dias atuais. Foi inaugurado em 2006.

- **Museu Giramundo**
  http://www.giramundo.org/
  Abriga um acervo de 800 peças, entre personagens, figurinos e outros equipamentos do Giramundo Grupo Teatro de Bonecos. As peças são utilizadas nas apresentações do grupo e expostas periodicamente no espaço.

- **Centro de Arte Comtemporânea Inhotim (Caci)**
  http://www.inhotim.org.br/
  Está localizado em Brumadinho, a 60 quilômetros de Belo Horizonte. O visitante encontra um cenário de natureza deslumbrante e também a oportunidade de admirar obras de artistas renomados. O Caci reúne cerca de 450 trabalhos de 60 artistas contemporâneos brasileiros e estrangeiros, expostos em meio a uma natureza exuberante, com jardins espalhados por 300 mil metros quadrados, alguns deles projetados por Burle Marx.

Betânia Gonçalves Figueiredo é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora do CNPq e da Fapemig. Foi criadora e coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência da UFMG, entre 2000 a 2004. Autora do livro *A Arte de Curar em Minas Gerais* (2001, Vício de Leitura) e organizadora, com Diana Vidal, de *Dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Publicou uma série de artigos na imprensa sobre museus e centros de documentação.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

A dialética do *aggiornamento*

Sérgio da Mata

Belo Horizonte antecipou muitas das mudanças introduzidas no catolicismo pelo Concílio Vaticano II, mas a abertura para o mundo moderno levou a um aprofundamento das divisões no próprio campo religioso, marcado por intensa radicalização político-ideológica.

O *historiador católico* é um espécime em extinção. Nada indica, porém, que o catolicismo esteja para desaparecer. Como então entender que sejam tão raros os historiadores *do catolicismo*?

Pertence à natureza mesma do homem o fato de que tudo aquilo que lhe é familiar não desperta sua atenção. O que aciona o olhar é a *diferença*. Uma paisagem sempre será observada com mais cuidado e interesse da primeira vez que me defrontar com ela. Todavia – demonstra-o a experiência – este efeito dura pouco. O impacto e a intensidade do primeiro encontro diminuem na razão inversa da minha familiaridade com aquela paisagem. No limite, o que antes me seduzia virtualmente desaparece – não lhe dou mais atenção. Dito de uma forma um tanto polêmica: tudo o que é cotidiano torna-se *invisível*.

Na ciência histórica as coisas não se dão de outro modo. O fato de haver tão poucos estudos sobre a história do catolicismo em Belo Horizonte demonstra o quanto ele continua uma realidade cotidiana para a maioria de nós, e isso indiferente da (ir)religião do historiador. Nessa cidade, o catolicismo é ainda demasiado familiar para tornar-se academicamente *visível*.

Sem um esforço consciente no sentido de rompermos momentaneamente com nossa atitude *natural* em face do mundo e da vida, não é possível tomar o catolicismo como objeto de análise científica. Devemos, pois, observá-lo “com outros olhos”.[1] Somente esse estranhamento permitirá a transformação do cotidiano em *problema*.

Ver, julgar, agir

A rigor, a história da Igreja católica belo-horizontina se inicia em 1922 com a posse de seu primeiro bispo, Dom Antônio dos Santos Cabral. A modernidade urbanística da capital, curiosamente, não passava de um simulacro sob o qual as tradicionais visões de mundo e de socialização ainda ditavam suas regras. Um observador perspicaz, Oliveira Vianna, escreveu que Belo Horizonte era então uma “cidade deserta”, que “reclamava transeuntes”. Para Vianna, “os que construíram essa esplêndida cidade quiseram talvez urbanizar a alma mineira”, sem sucesso.[2] Já no que diz respeito à atuação da Igreja na esfera pública, Belo Horizonte cedo se afasta do modelo predominante na velha Mariana. A reaproximação entre elite política e hierarquia eclesiástica, que teve em Dom Sebastião Leme e Vargas suas figuras de proa no plano nacional, fora antecipada em Minas por Dom Cabral e Antônio Carlos.

Paralelamente ao restabelecimento da aliança entre Igreja e Estado, a década de 1930 assiste ao surgimento de uma divisão entre dois grupos católicos da capital, caracterizados por Edgar Godói da Mata Machado como “maritainianos” e “integralistas”.[3] O primeiro era composto de intelectuais católicos influenciados pelo pensamento neotomista de Jacques Maritain e seu conceito de “ideal histórico”.

Tais premissas levaram este grupo a se opor ao autoritarismo político e a posicionar-se contra Franco à época da Guerra Civil Espanhola. No âmbito propriamente eclesial, os “maritainianos” estavam entre os entusiastas do *movimento litúrgico* que teve tão boa acolhida por parte de Dom Cabral. Tal movimento tinha como objetivo combater a *ignorância* religiosa por meio de uma maior participação dos fiéis na liturgia, o que lhe custou duras críticas dos setores tradicionalistas.[4]

Sobre os “integralistas”, divergem as avaliações quanto a sua penetração entre os católicos da capital. Fato é que um homem como o padre Álvaro Negromonte, que exerceria forte influência sobre Dom Cabral, escreveu um artigo n’*O Horizonte*, pouco após a ascensão de Vargas ao poder, em que afirmava estar a democracia “falida,

Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro Arsebispo de Belo Horizonte, recebendo a imposição do pálio do Núncio Apostólico Dom Henrique Gasparri, 1923. Fotografia de Gines Gea Ribera. Acervo Arquivo Público Mineiro - OM-2-011 (01).

por toda a parte" e que preferia pensar "que nunca mais precisaremos eleger um presidente da República".[5] Ao que tudo indica, tais divisões mantiveram-se ao longo da década seguinte, à medida em que ganhava força a Ação Católica. Contra o incremento da participação leiga se insurgiam os jesuítas, tidos então como mentores dos tradicionalistas.[6]

Havia em Belo Horizonte uma extensa rede de movimentos de apostolado leigo, todos eles de perfil tradicionalista: Congregados Marianos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Movimento Familiar Cristão e Círculos Operários,[7] além das conferências da Sociedade São Vicente de Paula (cerca de 200 ao fim da década de 1930). Todavia, a grande aposta de Dom Cabral a fim de buscar uma "recristianização da sociedade" seria a Ação Católica. Iniciada no Brasil em 1935, a AC deveria manter-se "fora e acima da política".[8] Em que pesem tais advertências, estas novas formas de movimento leigo, ao invés de afastar o indivíduo do *mundo* da política, reintroduziam-no nele.

Os avanços iniciais da AC foram tímidos. O anti-comunismo, o reformismo social pautado pelos princípios da encíclica *Rerum novarum* e a ênfase evangelizadora marcam a sua atuação até a década de 1950. Ao fim da mesma, entretanto, três fatos influenciariam de forma decisiva a trajetória dos movimentos católicos na capital: a posse de Dom João Resende Costa como arcebispo coadjuntor (1957), a eleição do papa João XXIII (1958) e a Revolução Cubana (1959). O sinal mais evidente de que a AC gerara frutos com os quais sequer sonhara Dom Cabral foi o documento produzido pelo grupo da Juventude Universitária Católica (JUC) de Belo Horizonte e apresentado em julho de 1960 no Rio de Janeiro: *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*. O capitalismo é ali duramente criticado. Defendia-se uma ampla transformação social: primazia do trabalho sobre o capital, substituição do regime de propriedade privada e da obsessão pelo lucro por uma maior prioridade às necessidades da *pessoa* e do povo brasileiro, e fim da *condição proletária*.

A crescente politização dos católicos da capital pode ser constatada também entre os tradicionalistas. Em 1956, nascia o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), fundado pelo padre João Botelho. Num contexto marcado pelo anseio crescente por *reformas* – sobretudo a agrária –, pelas idas e vindas da política externa de Jânio Quadros e pela crise político-militar que cerca a posse de João Goulart, o MMC pretendia empunhar a bandeira da "moral e os bons costumes" e alertar a população quanto ao "perigo comunista". Nem de longe encontramos nele a mesma sofisticação teórica da JUC. Seu objetivo é a demolição da imagem de lideranças políticas esquerdistas e a demonização do comunismo. Para tanto, Botelho lança mão de uma curiosa mistura de arquétipos bíblicos e informações de autenticidade no mínimo duvidosa.[9]

Excludentes e inclusivos

Para uma figura importante do clero belo-horizontino na década de 1960, a Igreja da capital era "particularmente conflitiva e dividida".[10] Os fatos parecem corroborar essa avaliação. À oposição "maritainianos" *versus* "integralistas" se segue a oposição Juventude Universitária Católica *versus* Movimento por um Mundo Cristão. Entre essas diferentes modalidades de ser católico as rupturas não são menos evidentes que as continuidades. E se não foram as únicas existentes, certamente elas servem de referencial a partir dos quais podemos identificar duas identidades católicas básicas na Belo Horizonte da segunda metade do século XX.

De um lado, temos uma identidade católica tradicionalista, *excludente*. Ela é *pouco permeável*, ou seja, inclinada a não se integrar, conviver ou assimilar elementos simbólicos provenientes de outras confissões

e visões de mundo. É pouco dada a hibridizações. Em questões de ordem pastoral e litúrgica, seus representantes permanecem fiéis ao breviário tridentino. Outro traço marcante é o seu apego às formas consagradas de relação da instituição e dos fiéis com o *mundo*: assistencialismo no que diz respeito aos problemas sociais; *santa harmonia* no que concerne às relações entre poder civil e eclesiástico. Sua postura em relação à ordem social pode variar entre indiferença, apoio crítico e defesa entusiástica.

A esta se opõe uma identidade católica *inclusiva*. Minoritária em termos quantitativos, ela é mais *permeável*, de forma que sua tônica é quase que exatamente inversa: não-tradicionalista e razoavelmente *híbrida*. É composta de um grupo numeroso nos quadros da Ação Católica, em especial nos seus ramos estudantis e operários. Entre os sacerdotes, *grosso modo* é representada pelos assistentes eclesiásticos da AC e os responsáveis por paróquias situadas em bairros operários. Impregnada pelo espírito das *encíclicas sociais*, tende a assumir posições pouco ortodoxas no plano intra-eclesiástico (favorável à colegialidade) e extra-eclesiástico (reconhece a importância do ecumenismo e a historicidade do invólucro político-social). Sua atitude em relação aos ideais socialista ou reformista é antes de simpatia que de histeria. A assimilação do *aggiornamento* suscitado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) foi-lhe quase que imediata.[11]

A abertura para o mundo moderno, para o diálogo inter-religioso e para a assim chamada *questão social* – tendências que não foram introduzidos pelo Concílio, mas que dele receberam extraordinário impulso[12] – têm sua contraparte política na América Latina com a Revolução Cubana e a posse de João Goulart. Este ambiente fortalecia e legitimava os setores inclusivos do catolicismo belo-horizontino, muito embora constituíssem uma minoria. Tomemos dois exemplos. Em fevereiro de 1962, a Juventude Estudantil Católica (JEC) é repreendida por Dom João Resende Costa por sua simpatia pelo "regime castrista".[13]

As lideranças da JUC, por sua vez, insatisfeitas com o cerco da hierarquia à sua livre atuação política, decidem criar a Ação Popular (AP) a fim de escapar ao controle dos bispos. Redigido por um jovem e brilhante filósofo jesuíta mineiro, padre Henrique de Lima Vaz, o documento-base da AP, embora criticasse o marxismo, apontava a *ação revolucionária* como solução para os problemas brasileiros e concluía: "o grande pecado do cristão hoje será o pecado da omissão histórica".[14]

"Capital da intolerância"

"Encolhimento do presente", "aceleração da história": eis como alguns analistas de peso caracterizam a experiência do tempo nas sociedades contemporâneas.[15] Para o pesquisador interessado pela história brasileira nos anos 1960, tais conceitos são plenamente operatórios. Dir-se-ia quase, diante do turbilhão de acontecimentos com que nos defrontamos, que esta aceleração é empiricamente *verificável*. Deste turbilhão só nos resta oferecer, sob a perspectiva das relações entre catolicismo e política, uma síntese muito ligeira.

A polarização atinge seu primeiro pico em 1964. Em fins de fevereiro, um grupo de mulheres ligadas ao complexo golpista Ipes-Novos Inconfidentes tumultua um comício de Leonel Brizola em defesa das *reformas* na Secretaria de Saúde.[16] Capitaneando o grupo, o padre Caio de Castro, secretário de Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina. O episódio gerou uma acalorada polêmica entre membros da Ação Católica e católicos excludentes da capital: ambos os lados acusavam-se mutuamente de servirem a *interesses políticos*.

As críticas dos tradicionalistas, reforçadas pela adesão do arcebispo de Mariana, Dom Oscar Oliveira, se estendem

Clérigos e um grupo de pessoas durante o II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, 1936.
Fotografia Casa das Lentes. Coleção Barão Tiesenhausen. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - BT.FOT.2.2.001.

a Dom João Resende Costa, o qual se solidarizara com a AC. Rapidamente, Congregados Marianos e membros da reacionária Tradição, Família e Propriedade (TFP) decidem recolher assinaturas de repúdio à AC na Praça Sete. No dia 12 de março, no mesmo local, as duas facções se envolvem numa briga de tais proporções que foi preciso a intervenção policial a fim de serenar os ânimos. O clima de radicalização levou um jornalista da época a caracterizar Belo Horizonte como "a capital brasileira da intolerância e do ódio".[17]

Dias depois, consumado o golpe militar, a repressão se abate sobre os católicos inclusivos. O edifício Pio XII, sede da AC, e o convento dos dominicanos são invadidos. Líderes sindicais católicos, como José Gomes Pimenta, o *Dazinho*, são presos. Padre William Silva, assistente da AC, é indiciado. Em Brasília, prende-se o padre Francisco Lage, extremamente atuante nos programas de sindicalização rural. A hierarquia fez rezar uma missa em louvor ao movimento político-militar ainda no dia 4 de abril, porém os golpistas não pareciam dispostos a se reconciliar com Dom João. Nenhuma das manifestações públicas em louvor à *revolução* contou com sua presença – ao contrário de Dom Sigaud, que àquela altura gozava de imenso prestígio junto aos golpistas e à grande imprensa da capital. Para o arcebispo de Diamantina, o momento não poderia ser de *sentimentalismo*, visto que seria a hora "de cortar, em nossa pátria, para sempre, o câncer moscovita".[18]

Dom Cabral e prelados da Igreja no altar do II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, instalado na Praça Raul Soares em 1936.
Fotografia Casa das Lentes. Coleção Barão Tiesenhausen. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - BT.FOT.2.2.004.

Os movimentos leigos de perfil inclusivo foram deixados à própria sorte pela hierarquia local. Segundo um religioso, "isso foi sentido, e amargamente sentido, pelos leigos católicos de Belo Horizonte. Muitos se afastaram e alguns deixaram suas convicções religiosas".[19] Enquanto nas sessões do Concilio Vaticano II se debatia a colegialidade, a necessidade do diálogo inter-religioso e a abertura para o *mundo*, a conjuntura política interna tomava uma direção diametralmente oposta.

Liturgia e política

Por volta de 1966, era grande a empolgação com o Concílio entre os presbíteros inclusivos, sobretudo os que tinham estado atuantes no movimento bíblico e litúrgico. É claro que dos católicos excludentes não se poderia esperar o mesmo. Assim reagia um articulista da capital às inovações na liturgia: "Pensa-se numa porção de coisas que podem acontecer. A morte. E o caixão ir pra cova ao ritmo do iê-iê-iê. A família e os amigos a nos acompanharem a passo de ganso. A missa de sétimo dia. E, em vez de cantochão e crepe, o violão a repinicar 'que tudo mais vá pro inferno'".[20] As divisões entre as duas identidades católicas mantinham-se, portanto, bastante nítidas.

E quanto à relação entre Igreja e realidade sociopolítica? É certo que àquele momento Dom João e Dom Serafim Fernandes de Araújo, seu bispo auxiliar, haviam

abandonado suas anteriores críticas às estruturas econômico-sociais. A despeito desse recuo, outros setores da Igreja da capital demonstravam uma sensibilidade aguçada para os problemas do *mundo*. Em julho de 1966, franciscanos e dominicanos abriram suas portas aos estudantes que participariam do XXVIII Congresso da UNE. Impossibilitados de se reunirem nos locais previstos – cercados pela polícia –, tudo indica que os estudantes realizaram o Congresso no interior de um dos dois conventos. Isso seguramente contribuiu, como lembra o ex-bispo de Itabira, Marcos Noronha, para que os dominicanos fossem vistos como "um incômodo para a arquidiocese [de Belo Horizonte]".[21] Também entre os carmelitas da paróquia do Carmo-Sion havia grande receptividade à crescente movimentação no meio estudantil.

As tensões entre as identidades católicas não diminuíam. Agora elas se deslocavam gradativamente para o *interior* do clero. A despeito da desarticulação a que submeteram os movimentos da AC no pós-64, Dom João e Dom Serafim estavam firmemente decididos a adequar a Igreja de Belo Horizonte ao assim chamado *espírito do concílio*. Em fevereiro de 1967, nascia o Instituto Central de Filosofia e Teologia (ICFT) da Universidade Católica, radicalmente distinto do modelo de seminário tradicional. O Conselho Presbiteral da arquidiocese, importante passo rumo a uma relativa descentralização decisória, inicia suas atividades no mesmo ano.

A reação ao *aggiornamento* não se fez esperar. Em abril de 1967, um manifesto de católicos excludentes é enviado ao Núncio Apostólico e ao alto clero nacional denunciando o que seus signatários chamavam de "confusão" reinante na Igreja belo-horizontina. Reclama-se de sacerdotes "cujas palavras destoam daquelas verdades que estamos acostumados a ler nos documentos autênticos de nossa fé", da celebração da missa em vernáculo, da ausência de "disciplina" e até mesmo dos "trajes civis" utilizados por alguns padres.[22]

Em julho, no encontro do clero, produz-se um documento intitulado *O presbítero no mundo de hoje*, em que os participantes reafirmam a necessidade de "ouvir a voz de Deus nos acontecimentos históricos". "Não tem sentido", afirmavam, "colocarem-se os padres a serviço de grupos e organismos de dominação".[23] No mês seguinte, mais de uma centena de padres de diversos Estados (18 deles atuantes na capital) fazem publicar a *Carta de Belo Horizonte*, com proposições ainda mais arrojadas.

Para este grupo, "a linha de ação da Igreja na prática é a conivência com a brutal exploração da população". Propõe-se o abandono do "padrão burguês", maior aproximação com operários e estudantes, aceleração da renovação litúrgica, fim da cobrança de taxas pelos sacramentos, maior apoio ao laicato e ordenação de homens casados.[24] É a voz do baixo clero (ou antes: de parte dele), e que Émile Poulat considerou o grande esquecido do Vaticano II.[25]

O fim da *santa harmonia*

À agitação nos meios estudantis e às greves operárias no biênio 1968-1969 soma-se o clima de exasperação dos ânimos em setores da Igreja Católica face ao crescente autoritarismo governamental. Após a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, o jornal oficial da arquidiocese de Belo Horizonte publicava a *Declaração dos Padres*. Nascido no convento dos dominicanos, o texto denunciava o *assassinato* de Luís, criticava duramente o governo e protestava contra a "violência de nossas estruturas".

Os estudantes do ICFT, por sua vez, declaram-se em estado de assembléia e suspendem as aulas. Uma verdadeira revolução, dizem eles, exigiria "nossa participação e a do povo nas decisões do governo".[26]

Se é verdade que Dom João e Dom Serafim não se arriscavam, como inúmeros de seus colegas, a criticar abertamente o governo, não é menos verdade que facultaram ao clero inclusivo ampla liberdade de ação; assim como lhe garantiram a generosa e sempre decisiva cobertura d'*O Diário*.

Em julho de 1968, o encontro da Juventude Operária Católica (JOC) em Recife configura um momento decisivo. Entre os representantes de Belo Horizonte estavam o redentorista padre Michel Le Ven, da paróquia do Horto, e Frei Eliseu Lopes, prior dos dominicanos. A conjuntura política, a ampla circulação de literatura marxista no encontro e o estreitamento das ligações entre jocistas e militantes do PCB produziram um efeito que Le Ven resumiu nesses termos: "As coisas começaram a costurar na minha cabeça: o problema não era só o regime militar, a autoridade de um bispo ou outro. Era o sistema social".[27]

Em outubro, a tentativa de realizar uma segunda grande greve na Cidade Industrial de Contagem é imediatamente abortada pela repressão policial. Com outros envolvidos, é preso o vigário da igreja dos Inconfidentes, padre Peter Lochs. Pela primeira vez desde o golpe militar, Dom João e Dom Serafim fazem uma manifestação política clara: ambos declaram-se contra as "prisões arbitrárias", as "violências" e o "impedimento do pleno exercício dos sindicatos". Encerrada um mês antes, a conferência do episcopado latino-americano (em Medellín, Colômbia), com sua "opção preferencial pelos pobres", seguramente ajuda a explicar esse gesto mais firme. Mas as divisões no clero se acirravam. Enquanto uns defendiam uma tomada de posição ainda mais enérgica de Dom João em face da veemência da repressão, outros preferiam ver a Igreja longe de qualquer envolvimento político. Para um dos membros do Conselho Presbiteral, "Dom João se viu na iminência de perder o seu clero, ou melhor, [de] ter o seu clero rachado definitivamente".[28]

O engajamento dos jocistas na segunda greve de Contagem custou-lhes caro. No dia 28 de novembro, a paróquia dos assuncionistas do Horto era invadida pela polícia. Professor do ICFT e ativo na JOC, padre Michel Le Ven é levado preso. Com ele, os padres Xavier Benthou, Hervé Croguennec e o diácono José Geraldo da Cruz. Conduzidos à 4ª Companhia de Comunicações, são mantidos incomunicáveis. Como Dom João estava em viagem, coube a Dom Serafim redigir uma homilia para ser lida em todas as paróquias denunciando a "perseguição à Igreja". Os militares, por sua vez, falam em fantásticos planos de guerrilha na região de Vespasiano, em que tomariam parte os padres franceses. As *provas*: literatura marxista apreendida na paróquia do Horto.[29]

Nas comemorações do 71º aniversário da capital, no dia 12 de dezembro, é oferecido um jantar ao presidente Costa e Silva. Dom João não comparece. Não sabemos ao certo se o arcebispo teve indícios de que seria *persona non grata* ou ausentou-se como forma de protesto pela prisão dos padres franceses e pelo que ocorrera dois dias antes em São Paulo. Na ocasião, Dom Agnello Rossi, presidente da CNBB, fora desconvidado a celebrar a missa de primeira comunhão dos filhos dos militares paulistas.[30] No dia 13, Costa e Silva baixa o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Às 23h daquele dia, os padres do Horto eram embarcados numa kombi pelo tenente-coronel Newton Dias da Motta. Michel Le Ven recorda: "Rodamos até as seis da manhã. E o coronel Motta falando: 'Essa noite não tem Deus, não tem bispo, não tem papa, não tem lei. Agora vamos matar vocês'".[31] Felizmente, tudo não passara de um exercício de intimidação. Mas Le Ven admite que ele e os demais foram vítimas de violência física. Ciente do fato, Dom João prepara uma homilia para o dia 15 de dezembro, em que afirma que "os depoimentos dos sacerdotes presos não podem ser aceitos como expressão da verdade, porque foram usados com eles espancamentos e torturas".[32]

Para setores inclusivos mais exaltados do clero, era chegada a hora de assumir uma atitude ainda mais *profética* – como se costumava dizer. Um abaixo-assinado de clérigos e leigos é enviado no dia 20 a Dom João. O documento pede que a Igreja se desvincule da "minoria dominante" e repudie qualquer atitude que implique "fuga e omissão".[33]

No dia 30 de dezembro, finalmente, o jornal *O Globo* publica carta anônima denunciando o ICFT de Belo Horizonte. Endereçada a "Dom J.", o autor atribui a orientação do Instituto a Le Ven e ao frei André Resende. A carta caracteriza a linha de estudos como desprovida de "referência a valores transcendentais", a eclesiologia como "de caráter horizontal", e aponta mesmo a existência de "alunos que não acreditam em Deus". E prossegue, a respeito dos alunos de Le Ven: "Me disse o próprio Dom Serafim há dois meses: estão irrecuperavelmente perdidos". O clero estaria *dividido*: "os jovens estão exaltadíssimos, querem luta aberta contra o governo e o Exército (...). Os menos jovens não sabem o que dizer, estão indecisos, perplexos".[34]

Apurou-se, mais tarde, que a carta tinha sido escrita pelo professor de teologia dogmática do IFCT, padre Orlando Machado, o qual havia sido um dos mais próximos colaboradores de Dom Cabral. Enviada em caráter privado ao vice-presidente da CNBB, Dom José Gonçalves, a carta teria sido vazada intencionalmente por este último.[35] Enquanto padre Orlando se auto-exilava em Portugal, quase todos os professores do ICFT eram indiciados em inquérito policial-militar.

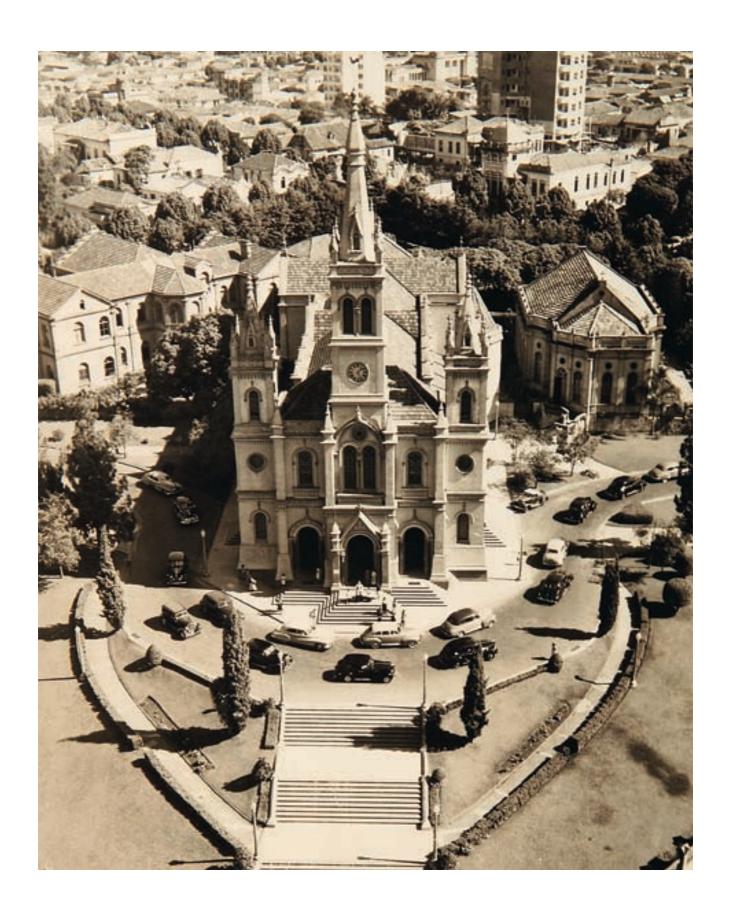
A tragédia do catolicismo inclusivo

A crise da Igreja belo-horizontina fica ainda mais patente em fins de fevereiro de 1969, quando se realiza o encontro do clero no Colégio Sacre Coeur de Jesus. Os grupos de trabalho identificam problemas advindos do *aggiornamento*: desde a difícil relação dos fiéis com os sacerdotes que abandonavam o uso da batina, até a "crise de autoridade" que alguns atribuem à "visão 'institucionalista' da Igreja". Para outros, mais grave é a crise de fé: "percebem-se sintomas de falta de fé no clero. Muitos colocam em dúvida certos aspectos dos dogmas". Há consenso de que setores católicos excludentes (Dom Sigaud, alguns padres e jornalistas da capital) contribuem para o agravamento da situação.[36]

No dia 15 de março as forças de segurança invadem o convento dos dominicanos na Serra. Avisado por um dominicano do convento de Juiz de Fora, Dom João teria se negado a comparecer ao local.[37] Palavras do padre Carlos Fragoso: "Eles fizeram violências terríveis. E as pessoas que foram vítimas nunca mais se recuperaram. Era gente nossa, que convivia com a gente, isso doía demais. A hierarquia afinava, porque tinha medo das conseqüências".[38] O Conselho Presbiteral se reúne, e em meio ao relato do ocorrido, chega a notícia de que 18 padres da Floresta, Horto e Santa Inês pediam a realização de novo encontro do clero e a redação de um protesto "bastante forte".[39]

No encontro do clero realizado dia 12 de junho, no Palácio Cristo Rei, Dom João apresenta um texto a ser emendado pelos cerca de 200 padres presentes. A versão definitiva oferece um simples relato dos últimos eventos, embora reconheça o "momento doloroso" e a "campanha de desmoralização" movida contra a arquidiocese.

A vitória da *Igreja do Silêncio* começa a se efetivar uma semana depois, na reunião do Conselho Presbiteral.[40] Analisado pelos presentes, um levantamento realizado pelo padre William Silva demonstrava que apenas 7,8% dos sacerdotes eram favoráveis a que se revidasse publicamente os ataques dos católicos excludentes. Sobre a pertinência de denúncias sobre a tortura e a repressão governamentais, o relatório de Silva (deliberadamente?) não fornece dados. Limita-se a reconhecer a "angústia

Cartão-postal da Igreja de São José, 1948. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

generalizada", a "dificuldade de se conseguirem provas cabais", a "rejeição das polêmicas" e, por fim, o "clima de medo" reinante.[41] Decide-se que não haveria novo encontro do clero ao fim do mês.

Eis o que se lê na ata do CP:

> Na análise do momento presente, os próprios conselheiros, habituados a trabalhar em comum, não estavam se entendendo. E o clero, nesta discussão, como se comportaria? Há clima para uma tal reunião? Viu-se que não.[42]

É bastante provável que Dom João e Dom Serafim vissem com bons olhos esse recuo. Mesmo eles pareciam desconfiar da existência de *marxistas* e *subversivos* no clero. Tinham incentivado decisivamente o *aggiornamento*, mas não estavam dispostos a arcar com todas as suas conseqüências – sobretudo as políticas. Entre o Vaticano II e Medellín, administraram e até mesmo incorporaram o ímpeto dos leigos e clérigos inclusivos. Enquanto as pressões em contrário se deram apenas *intra-muros*, não viram problema em sustentar essa posição. Uma vez colocados diante de uma conjuntura política cada vez mais complexa e radicalizada, sob a ameaça crescente do regime militar, deles não se ouviria mais qualquer *palavra profética*.

É preciso não simplificar demais as coisas. Em que pese o forte caráter jurídico do catolicismo,[43] há que reconhecer que o recuo da hierarquia local contou com o devido lastro: não era outra a inclinação da maioria dos padres da capital. A partir de então, a história da *Igreja da Libertação* em Belo Horizonte não passa de um *poderia ter sido*.

Durante praticamente uma década (1969-1978) o clima de arbítrio político minou o antigo dinamismo dos católicos inclusivos. A situação parecia se reverter com a Conferência de Puebla, em 1979, a influência crescente da teologia da libertação e a gradual abertura política interna.[44] Todavia, a eleição de João Paulo II (1978), demarca uma clara reviravolta da alta hierarquia católica em face do que se dizia serem os *excessos* de setores da Igreja latino-americana. A posse de Dom Serafim Fernandes de Araújo como arcebispo de Belo Horizonte, em 1986, deve ser entendida nesse contexto.[45]

Eis aí a dimensão trágica da história recente do assim chamado *progressismo católico*: quando catapultado pelo Concílio Vaticano II, o país afundava no autoritarismo militar. Superado este, era a vez de a própria igreja de Roma se decidir pelo caminho do neofundamentalismo de João Paulo II e de seu futuro sucessor.[46]

Notas |

1. PLESSNER, Helmuth. *Mit anderen Augen. Aspekte einer philosophischen Anthropologie.* Stuttgart: Reclam, 2000. Sobre os conceitos de "atitude natural" (*natürliche Einstellung*) e "mundo da vida" (Lebenswelt), cf. SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.

2. VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psycologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923. p. 42-43.

3. Cf. NEVES, Lucília de Almeida; DULCI, Otavio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos (Org.). *Edgar de Godói da Mata Machado*: Fé, cultura e liberdade. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Loyola, 1993.

4. Cf. TOSTA, Sandra. *Os rituais da missa e do culto vistos de fora do altar*: religião e vivências cotidianas em duas comunidades eclesiais de base do bairro Petrolândia, Contagem, MG. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 1997. p. 79-84.

5. *Apud* MATOS, Henrique C. J. *Um estudo sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 55.

6. Padre Tarcísio Machado, entrevista em 21/02/1995.

7. Cf. AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-MG, Belo Horizonte, 2007; e PASSOS, Mauro. *A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 1991.

8. Numa carta pastoral de abril de 1943, insistia Dom Cabral: "os setores da AC não se podem tornar em círculos de ação política, mesmo que sejam ótimos os partidos" (Arquivo da Cúria Metropolitana – ACM, caixa 263).

9. Analisamos este movimento com mais detalhes em MATA, Sérgio da. JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional* (Ponta Grossa), v. 3, n. 1, p. 65-86, 1998.

10 Padre Alberto Antoniazzi, entrevista em 26/05/1995.

11. *Aggiornamento* foi um termo bastante utilizado nos meios católicos na década de 1960, e que denotava o processo de atualização da Igreja Católica.

12. POULAT, Émile. L'avenir d'un concile imprévu et imprévoyant. *La Pensée,* n. 304, p. 23-30, 1995.

13. ACM, Uma breve palavra de orientação para a JEC, fevereiro de 1962.

14. *Apud* KADT, Emmanuel de. *Catholic Radicals in Brazil*. London: Oxford. 1970, p. 88.

15. Cf. LÜBBE, Hermann. *Zeit-Erfahrungen*. Stuttgart: Franz Steiner, 1996. p. 14-16; e KOSELLECK, Reinhart. *Zeitschichten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003. p. 150-176.

16. O envolvimento da Liga da Mulher Democrata (Limde) no episódio é atestado por STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 181-184.

17. José Maria Rabelo, em *O Binômio*, 15/03/1964.

18. *Estado de Minas*, 18-19/04/1964.

19. Frei Sérgio Lobo, entrevista em 10/03/1995.

20. Alberto Deodato, em *Estado de Minas*, 18/06/1966.

21. Marcos Noronha, entrevista em 17/01/1995.

22. ACM, Avulso datado de 6/04/1967. Posteriormente, levantou-se a suspeita de que a iniciativa do documento teria partido de Dom Sigaud (*O Diário*, 17/08/1967).

23. *O Diário* – órgão de imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte –, 23/07/1967.

24. Cópia do texto original no Arquivo da Paróquia do Carmo-Sion – APCS, Arquivo da Ordem, pasta 45.

25. Cf. POULAT, Émile. L'ébranlement des églises dans un monde ébranlé. In: CROUZET, Maurice (Org.). *Le Monde depuis 1945*. Paris: PUF, 1973.

26. *O Diário*, 30/03/1968; e APCS, Carta aberta dos estudantes do ICFT da UCMG, arq. 01, gav. 02, pasta 67.

27. Michel Le Ven, entrevista em 23/11/1990.

28. Padre Carlos Fragoso, entrevista em 21/03/1995.

29. *Diário da Tarde*, 6/12/1968.

30. Para *O Diário* (12/12/1968), a iniciativa coubera ao próprio Dom João. Já Luís Viegas de Carvalho (entrevista em 15/05/1995) assegurou-nos que o prelado fora desconvidado a comparecer.

31. Michel Le Ven, entrevista citada.

32. SEDOC, março de 1969, 1252-1253.

33. APCS; documento sem referência.

34. SEDOC, junho de 1969, 1619-1625.

35. Boletim *Ação Urgente*, 9/01/1969. Padre Sérgio Palombo (entrevista em 23/01/1996) afirmou não ter "dúvida nenhuma" disso.

36. Síntese do plenário do dia 27/02/1969. ACM, cx. 244, pasta 1969.

37. Eliseu Lopes, entrevista em 25/04/1996.

38. Padre Carlos Fragoso, entrevista em 21/03/1995.

39. ACM, Livro de Atas das Reuniões do Conselho Presbiteral (1969-1977).
40. A expressão "Igreja do Silêncio" consta de um folheto excludente apócrifo de princípios de 1969. Cf. MATA, Sérgio da. *A fortaleza do catolicismo*: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, 1996. p. 248.

41. Documento sem título, ACM (caixa 244, pasta 1969).

42. ACM, Ata da 36ª Reunião do Conselho Presbiteral.

43. BENZ, Ernst. *Descrição do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 125.

44. Cf. DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo.; MAINWARING, Scott. (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

45. Cf. FERREIRA, Amauri Carlos. *O imaginário religioso e modos de vida urbana*: a experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte – Minas Gerais, anos 80. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UNIMESP, São Bernardo do Campo, 2002. p. 106-108, 148.

46. O termo "neofundamentalismo" é empregado aqui na mesma acepção do renomado teólogo jesuíta LIBÂNIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984. p. 148-155.

Sérgio da Mata é doutor em História pela Universidade de Colônia, Alemanha, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, autor do livro *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e protourbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, Berlim: WVB, 2002, e de diversos artigos sobre história da religião e da protourbanização em Minas Gerais, teoria da história e historiografia alemã. No momento, prepara um livro sobre o tema *História & Religião*.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Memória, história e representações literárias

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Análise dos textos de Carlos Drummond de Andrade e Fernando Brant, que tematizam a cidade de Belo Horizonte na poesia e na crônica, permite estabelecer os vínculos entre literatura e história enquanto espaços comuns de construção da memória.

> ***O tempo, a cidade e o urbano, em inter-relação, tecem uma teia frágil e complexa, em que se misturam imagem e imaginário, razão e sentimento.***
> Susana Gastal

Literatura, história e cidades

As cidades, sempre complexas e heterogêneas, são traduzidas por diversas formas de representação. O cenário urbano e sua ambientação ora são representados em telas e esculturas produzidas pelas mãos de artistas plásticos, ora em textos de cronistas, poetas e memorialistas, ou ainda em versos de canções, que buscam retratar a alma citadina.

É usual nos textos literários o desenvolvimento de enredos afetivos sobre a ambiência urbana. São escritos que podemos identificar como vozes literárias da urbe e de seus habitantes. Nesses escritos o tempo e a memória das cidades, em inter-relação, tecem uma trama complexa em que se fundem essas diversas representações e nas quais se evidenciam as fontes para a produção do conhecimento histórico sobre as próprias cidades.

A cidade é também campo fértil para abordagens sobre o imaginário coletivo. É o lugar, por excelência, de inserção do homem como ser social e, portanto, o espaço que incorpora e possibilita uma multiplicidade de olhares e de percepções, traduzidos pelas ricas potencialidades da literatura. Essas traduções de olhares, registradas em textos sempre datados e, portanto, de valor histórico intrínseco, possibilitam um rico diálogo das representações literárias com as histórias das cidades.

A literatura memorialista se transubstancia, dessa forma, em fonte primorosa para a pesquisa do historiador, que quer dialogar com criações imaginárias de diferentes tempos sobre a vida urbana. Dessa maneira, como destaca Bolle, em sua análise sobre Walter Benjamin:

> O trabalho retrospectivo da memória e o da imaginação se confundem – lembrando o estudo clássico de Aristóteles, segundo o qual “a parte da alma à qual pertence a memória (*mnéme*) é a mesma da qual nasce também a imaginação (*fantasia*)” e por decorrência, a representação de uma época.[1]

Desse modo, a literatura constrói diferentes representações que, com certeza, apresentam estreita interseção com realidades concretas da urbe, tais como: vida cotidiana; topografia; traçados de ruas, avenidas e praças; ambientes urbanos; mapas afetivos; planta social; monumentos; atividades econômicas; e locais de vivência de diferentes sociabilidades, como bares, cafés, escolas, igrejas, livrarias e clubes.

A literatura revela a cidade de uma forma específica, diferente de como o faz o texto histórico. Mas o diálogo entre história e literatura fornece ao historiador, além de expressivas representações sobre épocas específicas, uma variedade de registros sobre as relações das pessoas entre si e sobre as relações das pessoas com o espaço urbano no qual estão inseridas.

O diálogo entre história e literatura não é novo. Todavia, a adoção da literatura como fonte de pesquisa pelos historiadores é uma inovação que ganhou legitimidade ao longo do século XX. Essa abordagem também abriu perspectivas para a incorporação de novos temas, problemas, metodologias e fontes ao vasto universo que é a produção do conhecimento histórico.

Inúmeros estudiosos da literatura, assim como os próprios historiadores, têm demonstrado as potencialidades de diálogo da história com variadas fontes, destacando-se entre elas a literária. Entre os autores brasileiros que têm se dedicado à produção de

conhecimento no campo da história cultural (urbana/literária) e da análise literária em sua relação com a história, destacamos Nicolau Sevcenko,[2] Sandra Jatahy Pesavento,[3] Júlio Pinto Pimentel[4], Sidney Chalhoub[5] e Luiz Costa Lima.[6] Já na produção historiográfica internacional, cabe atentar, em especial, para as obras de Hyden White,[7] François Hartog[8] e Roger Chartier.[9]

Todos eles têm contribuído para a produção de interpretações e análises sobre uma área de conhecimento que ousamos denominar como história cultural urbana. Inspirado pela produção desses autores, o presente ensaio, em suas curtas dimensões, analisa a interlocução entre representações literárias sobre Belo Horizonte e experiências vividas nessa cidade, por meio de escritos de Carlos Drummond de Andrade e Fernando Brant.

O entendimento que orienta o presente texto é o de que a literatura detém um poder metafórico capaz de conferir símbolos e significados aos lugares das cidades. Além disso, fornece relevantes subsídios para o tratamento histórico, em sintonia fina, da complexa relação entre tempos específicos, imaginários e modos de vida de uma cidade.

Como os relatos literários de Drummond e de Brant sobre Belo Horizonte são também relevantes registros da memória social urbana, buscaremos destacar alguns conteúdos das narrativas literárias dos dois escritores, que fazem da memória sobre essa cidade o seu principal conteúdo.

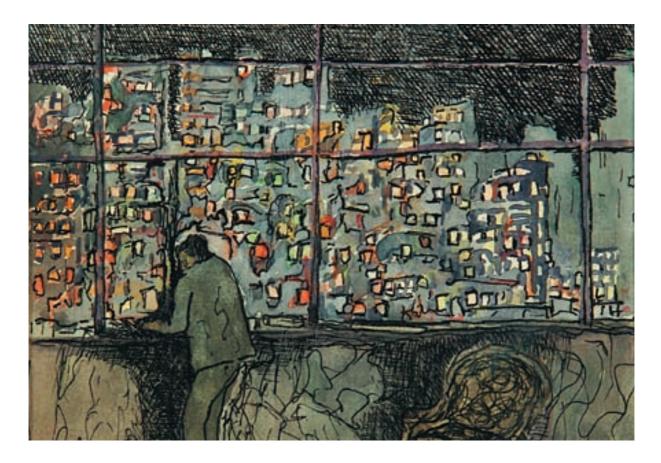
Os textos de Carlos Drummond consultados para elaboração deste ensaio foram buscados no livro *Poesia e prosa* (obras completas do autor).[10] Os de Fernando Brant, no livro *Clube dos gambás,*[11] que reúne muitas de suas crônicas, publicadas semanalmente no jornal *O Estado de Minas*.

Cidade, nostalgia, memória

As cidades como *habitat* natural dos vanguardistas – escritores, artistas plásticos, intelectuais, jornalistas – constituem-se, inúmeras vezes, como cenário de lembranças pessoais e coletivas. Nesse sentido, relatos sobre as transformações da urbe e o sentimento de nostalgia enredam-se em uma rica tessitura que projeta o universo urbano no seu porvir e que, paradoxalmente, enaltece e/ou lamenta o um passado perdido.

As cidades da modernidade são caracterizadas por contínua movimentação, mudanças espaciais, transformações econômicas, intervenções no espaço público, substituição de antigas edificações por novas construções, deslocamento intenso de pessoas, ampliação espacial, construção de novos bairros, crescente agilização dos meios de transporte, abertura de ruas e avenidas, dissolução, renovação e transformação das paisagens urbanas.

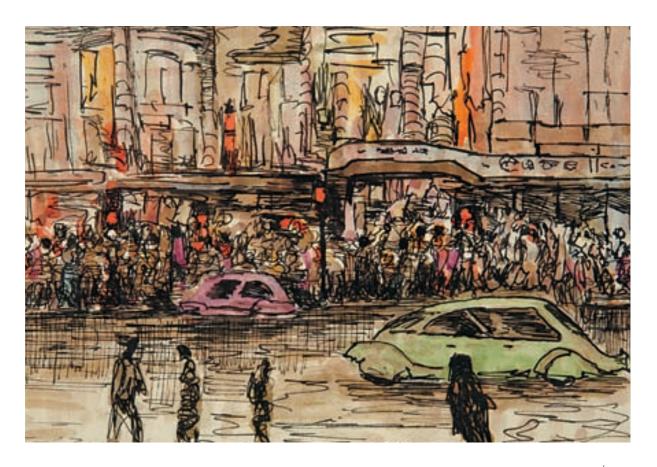
De acordo com Beatriz Sarlo,[12] a cidade da modernidade passa a ser pensada, simultaneamente, como condensação simbólica e material da mudança e como *locus* de pertencimentos, de identidades e de referências das lembranças e das tradições[13]. Muitos escritores, ao se referirem à cidade desejada e à cidade transformada, conjugam em uma só realidade sonhos de transformação cosmopolita e de retenção saudosista. Nessa linha de abordagem incluem-se alguns dos grandes expoentes da literatura nacional e internacional como, por exemplo, Pedro Nava, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Luís Borges, Umberto Eco, Orhan Pamuk e Albert Camus.

Drummond e Brant são escritores/poetas nascidos em Minas Gerais, mas integrados a gerações diferentes. Cada um deles retrata uma Belo Horizonte em tempos diversos da modernidade. Lamentam o espaço transformado e as convivências perdidas na

Renato de Lima (Ouro Preto, 1893 – Belo Horizonte, 1978). *O velho e a cidade.*
Nanquim e aquarela sobre papel, 8,5 x 11 cm. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

dinâmica das transformações espaciais e temporais que caracterizam a história dessa cidade.

A escrita de Drummond sobre a cidade de Belo Horizonte refere-se, principalmente, à década de 1920. Já Brant, representante da geração que viveu sua juventude nas décadas de 1960 e 1970, revela uma cidade mais contemporânea, mais frenética e caracterizada por perdas e transformações peculiares a um ritmo temporal cuja marca é uma incontrolável rapidez.

Nesse sentido, a inserção em temporalidades diversas e a relação afetiva com espaços diferentes da urbe distinguem as representações/construções literárias de ambos sobre a capital de Minas Gerais. Drummond dialoga com espaços mais centrais no mapa da cidade, com destaque para a rua da Bahia. Já Brant tem seu eixo de inserção urbana localizado na região da Savassi e nos bairros dos Funcionários e da Serra, que estão um pouco mais afastados do centro nevrálgico de Belo Horizonte.

Todavia, existem características similares que os aproximam. Ambos retratam, em tom de lamento, uma Belo Horizonte marcada por transformações que a fizeram mais moderna, mas que também modificaram lugares significativos do passado de cada um deles e de

Renato de Lima (Ouro Preto, 1893 – Belo Horizonte, 1978). *Final de domingo à porta do cinema.* Nanquim e aquarela sobre papel, 10x 15 cm. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

suas identidades juvenis. Espaços perdidos, idealizados e enaltecidos em poemas, crônicas e contos. Todos integrados ao tempo que se foi e que os consome em nostalgia. Tempos idos nos quais, segundo suas representações literárias, a cidade era mais bucólica, mais amena, mais apta ao lazer e à convivência entre amigos.

Triste horizonte

As contingências da dinâmica de modernização das cidades, seus movimentos e fluxos estão integrados a um conflito temporal, a um paradoxo, no qual se enredam, em única trama, os movimentos da transformação e os apelos da conservação. Assim, de acordo com Gastal, "a deterioração, obrigando à reconstrução, deixa seqüelas na memória social e coletiva".[14] Nesse processo, fundem-se a saudade dos lugares, com as lembranças dos amigos e das convivências do ontem. A cidade, paisagem edificada, encontra-se com a cidade, paisagem humana e sentimental.[15] Carlos Drummond, em seu poema *O Poeta*, retrata com fina sensibilidade essa relação:

> CINQUENTA ANOS: espelho d'água ou névoa? Tudo límpido,
>
> Ou o tempo corrói o incalculável tesouro?

> Vem do abismo de cinquenta anos, gravura em talho doce,
>
> a revelação de Emílio Moura.
>
> Era tempo de escolha. Escolha em silêncio. Definitiva.
>
> Na rua, no bar, nossos companheiros esperam ser decifrados.
>
> Mas o sinal os distingue. Descubro, e para sempre,
>
> a amizade de Emílio Moura.
>
> Agora a noite caminha no passo dos estudantes versíferos.
>
> Bem conhecemos as magnólias, as mansões *art nouveau*,
>
> os guardas civis
>
> Imóveis em cada esquina. Vou consultando um outro eu:
>
> a presença de Emílio Moura [...]
>
> Mineiros que saem. E mineiros ficam.
>
> Este ficou, de braços longos para o adeus,
>
> Em Belo Horizonte, rumor sem verdes, é água pura
>
> A permanência de Emílio Moura [...]
>
> Agora não vem mais. Agora é procurá-lo
>
> em cinquenta anos vividos, em papéis, retratos,
>
> é transferir a pessoa viva a um cofre de ouro:
>
> A poesia de Emílio Moura [...][16]

Mesmo que a cidade conserve inalterados monumentos, espaços de referências e signos dos lugares, inúmeras vezes as transformações interferem no que parece fixo. Esse movimento confere novos sentidos aos espaços urbanos e às suas destinações, transformam a arquitetura das edificações, interferem na estética e no visual de monumentos identitários e alimentam a nostalgia, que se manifesta como oposição ao novo. Nostalgia que sempre vem acompanhada por um sentimento de doída perda de referências.

A nostalgia, regada pela saudade, se faz presente em vários escritos do poeta Drummond. Luciana Teixeira de Andrade identifica duas fases nas suas representações sobre Belo Horizonte. Na primeira, o autor apresenta a cidade como homogênea e incaracterística. Na segunda, predominam as imagens da memória. Nessa fase, as recordações conferem nova substância aos seus sentimentos. Em nostalgia, o poeta reencontra o passado citadino, idealizando-o.

Assim, no poema *Triste Horizonte*, lamenta a cidade perdida de seus anos de juventude e a fantasia por meio de palavras como: beleza, amor, graça, perfume, leveza. São palavras, tecidas em versos, que idealizam os tempos idos e as cores claras dos anos passados.

> POR QUE não vais a Belo Horizonte? A saudade cicia
>
> contínua e branda: Volta lá
>
> Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes
>
> Das avenidas que levam ao amor,
>
> Nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam
>
> Os puros jogos do viver.
>
> Anda! Volta lá, volta já.
>
> E eu respondo carrancudo: Não
>
> Não voltarei para ver o que não merece ser visto.
>
> Não o passado de cores fantásticas,
>
> Belo Horizonte sorrindo púbere núbil sensual sem malícia,
>
> Lugar de ler os clássicos e amar as artes novas,
>
> lugar muito especial pela graça do clima
>
> E pelo gosto que não tem preço,
>
> de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.
>
> Cidade aberta aos estudantes do mundo inteiro,
>
> inclusive Alagoas,
>
> "maravilha de milhares de brilhos, vidrilhos"

mariodeandradecelebrada.

Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras.

Era uma província saudável, de carnes leves pesseguíneas [...]

Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte

Que empavona sobre o corpo crucificado da primeira.

Quero não saber da traição de seus santos.

Eles a protegiam. Agora protegem-se a si mesmos.

São José, no centro da cidade,

Explora estacionamento de automóveis [...]

Sossega minha saudade. Não cicies outra vez

o impróprio convite.

Não quero mais, não quero ver-te,

Meu Triste Horizonte e destroçado amor.[17]

Mas não foi exclusivamente através da poesia que Carlos Drummond de Andrade cantou a Belo Horizonte da sua memória viva. Crônicas e contos representam a cidade das suas lembranças, que se por um lado jaz consumida pelo sentimento do que se perdeu como vivência, por outro se conservou viva, através de vestígios, registros, experiências.

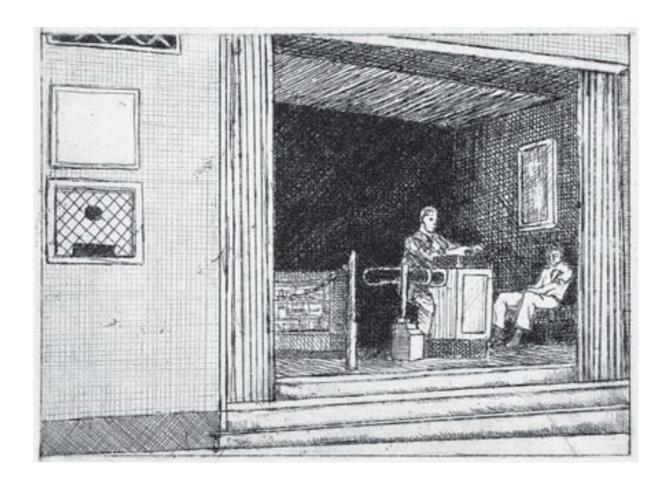
As crônicas de Drummond dialogam com o passado do jovem poeta e da outrora juvenil Belo Horizonte. O escritor, de forma recorrente, lamenta as espessas camadas de tempo depositadas sobre a cidade, alterando-lhe o visual. Dessa forma, contrapõe o passado ao presente. E ao fazer reviver o passado insurge-se contra o esmaecimento das lembranças, alimenta-se do outrora. E o faz com estilo sofisticado, como na crônica *Ascânio Lopes*, datada de 1931, ano paradoxalmente muito próximo da década de 1920.

> A passagem de Ascânio Lopes pela Rua da Bahia é o único capítulo de sua vida que eu conheço, e esse capítulo me enche de saudade [...].
>
> Apresentado a Ascânio, ele sorriu para mim com timidez, disse duas ou três palavras só. Fiquei gostando desse moço com quem seria incapaz de manter uma longa conversa (e daí, para que uma longa conversa), mas em quem enxergava uma alma finamente colorida, meiga, séria e encharcada de poesia. Não pretendo entender muito de almas; julgo, porém, ter encontrado desde o primeiro dia a chave desta, que por pudor nunca chegarei a abrir. Desse modo, distante, mas realmente bem perto de Ascânio, eu fui um de seus amigos mais certos.
>
> Tinha 23 anos e não se poderia dizer que viveu, se não fosse a poesia, que inundou o seu minuto apressado sobre a terra [...].
>
> Era ainda naquele tempo (bom tempo) em que se tomava cerveja e café com leite na Confeitaria Estrela. Entre dez e onze horas, o pessoal ia aparecendo e distribuindo-se pelas mesinhas de mármore. Discutia-se política e literatura, contavam-se histórias pornográficas e diziam-se besteiras, puras e simples besteiras, angelicamente, até se fechar a última porta (você se lembra, Emílio Moura? Almeida? Nava?) [...][18]

Trata-se de um texto que apresenta imagens cravadas no mais profundo sentimento do autor. Retrata um contexto histórico que se esvaiu na dinâmica inevitável de transformação da cidade. Nesse sentido, a crônica fala de uma fase da vida pessoal e social do escritor, também inscrita na memória e na história da cidade. Uma etapa de sua trajetória, na qual a paisagem urbana e as relações de amizade compõem um mesmo cenário.

De fato, os textos de Carlos Drummond de Andrade, que tem na memória a fonte inspiradora de sua escrita, também traduzem sua percepção espacial/ topográfica de Belo Horizonte e as transformações que ocorreram na cidade ao longo dos anos.

O escritor, ao relembrar sabores, odores, edificações, conversas infindáveis e semblantes dos amigos, transita do tempo do presente para o tempo do passado e vice-versa. Em sua viagem decodifica a memória e seus sentidos individual e coletivo. Recria o que viveu como lembrança plena de significados e de saudade. Faz da imagem urbana tessitura dos laços de amizade, assombro pelas descobertas, consciência coletiva do que passou, materialidade imagética. Traduz com maestria a quintessência de uma época, com seu cotidiano, modos de pensar, de conviver, de agir e de representar o mundo.

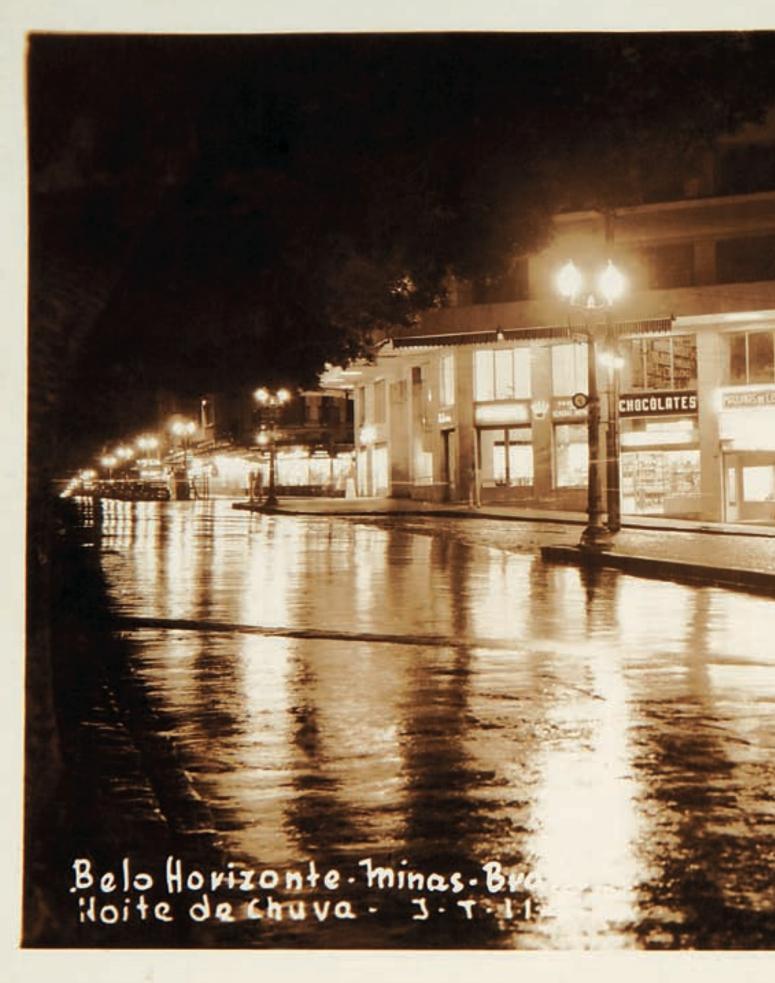
Tudo o que viveu, nas largas ruas da cidade de Belo Horizonte de seus anos de juventude, é evocado como valores, sentidos, sentimentos, experiências. Todas as sensações e emoções que experimentou nos dias de sua juventude encontram na cidade seu lugar de significado. O texto do poeta-maior enquanto memória viva recria tanto o passado pessoal do escritor como o passado coletivo de jovens mineiros, que nos idos anos de 1920 fizeram dos espaços públicos da moderna capital de Minas Gerais locais de convivência e de descobertas.

Paulo Pardini (Poços de Caldas, 1952). Gravuras em metal da série *Cine Pathé*, 1987. Coleção do artista.

A cidade é por ele representada como lugar de cultivar afetos, que sobreviveram ao tempo, e como registro de experiências pessoais, que muito dizem das experiências coletivas, dos modos de nela se viver e da própria história da urbe.

Nós, os montanheses

Fernando Brant, poeta de canções, é também cronista. Escritor memorialista, dedica-se, em várias de suas crônicas, a traduzir em palavras a saudade de sua meninice e de sua juventude. Sem pudor, derrama nostalgia ao lembrar o tempo por ele vivido na cidade de Belo Horizonte, em especial nos anos de 1960. Compara, com assumida saudade, a cidade acolhedora do ontem com a cidade frenética do hoje.

> Jogávamos bola em uma região hoje impensável, avenida Getúlio Vargas, entre as ruas Aimorés e Maranhão. Fazíamos, sem saber, uma certa poesia quando nos juntávamos para inventar malabarismo e gols, quando suávamos na busca honesta e bela da vitória. A pelada na

CHOCOLATES
Belo Horizonte - Minas - Bra
Noite de Chuva - J-T-11

rua era o espaço de construção das memórias que permanecem.[19]

Empenha-se também, em diferentes ocasiões, em exorcizar o fantasma das mudanças, que destrói vestígios, laços, referências espaciais das cidades e lugares da memória, conforme expressão cunhada por Pierre Nora.[20] Nos escritos de Brant o passado é glamorizado e a perda de seus referenciais, lamentada. Aproxima-se de Pedro Nava, que também criticou em seus livros de memórias a existência e a proliferação de ações de desrespeito ao patrimônio citadino. Assim, na crônica *Belo Horizonte Chorando*, Brant manifesta sua indignação frente às atitudes de desconsideração pelo patrimônio edificado da cidade.

> Ó Belo Horizonte da Boa Viagem, dos projetos e sonhos republicanos. Por onde andam os que te amam e não protestam diante da infâmia? Eles foram derrubando as casas, traiçoeiramente, ao longo dos anos quando todos dormiam [...]. Vizinhos perceberam e chamaram a polícia [...]. Eram duas casinhas em frente à Igreja da Boa Viagem. Uma do ano da inauguração, a outra um pouquinho mais nova. E os donos da Casa Arthur Haas, com autorização de algum insensível juiz, atiçado por um maldito bacharel, as destruíram. O que os donos das casas vizinhas à Boa Viagem fizeram foi crime. Crime contra o patrimônio público. Crime contra a cidade. Crime contra os que amam Belo Horizonte. Não sei quais os argumentos os causídicos da má causa utilizaram para atacar a cidade e defender a demolição de nossa memória [...].
>
> Belo Horizonte chora e eu também choro. Já que a justiça não se fez, não compro mais na Casa Arthur Haas.[21]

Em seus escritos, Brant constrói também um movimento de fusão da cidade de Belo Horizonte com o Estado de Minas Gerais, e vice-versa. Reproduz e constrói várias representações sobre o que é ser mineiro, amalgamando-as às características, valores e modo de ser do habitante de Belo Horizonte. Transforma suas crônicas em espaço de divulgação das tradições inventadas pelos habitantes das Minas e das Gerais.[22] Nesse sentido, a imagem do mineiro como um homem montanhês, acolhedor, reservado, criativo, generoso e defensor dos valores da liberdade é por ele reproduzida com a convicção de que a alma do mineiro, que reúne diversidades regionais, conflui em complexa trama para o núcleo centralizador do Estado, sua capital – Belo Horizonte.

> A cidade nasceu do ventre das montanhas [...]. Foi por descobrir que esse era um lugar bonito para se viver que o mineiro do século XIX quis fazer aqui a cidade capital. Não há como pensar em Belo Horizonte sem a serra do Curral. Não há como andar pelas ruas, avenidas e bairros sem vê-la, sem sentir sua presença protetora, o olhar de mãe que nos vigia e guarda.
>
> Serranos os que vivem em Belo Horizonte, mineiros dos sertões e dos gerais, montanheses de todos os cantos, somos filhos de pedra e água [...]. O mineiro é um *"fool on the Hill"* e Belo Horizonte é a síntese de tudo o que Minas é e de tudo em que em Minas há. Se Minas são várias, todas elas estão aqui representadas pela cultura e modo especial de ser do povo de todas as terras mineiras, norte, sul, leste e oeste e suas peculiaridades [...].
>
> Belo Horizonte tem o dom/ De juntar a emoção de quem sonha/ à liberdade de viver [...] Silenciosa sedução/ De montanhas e azuis/ E belezas juvenis. /A cidade de amizades eternas/ Abre o coração para quem vier. /Belo Horizonte é a canção de todos nós.[23]

Tarefa sobremodo delicada é a de penetrar nos significados e vivências do passado que são reconstruídos no presente, eis que de acordo com Lowenthal conhecer o passado é como contar estrelas.[24] Além disso, a memória é como um cristal de múltiplas faces. É vivência heterogênea de tempos que se acumulam como camadas.[25] Portanto, a memória, em sua tessitura, é diálogo da experiência coletiva com a vivência individual. Traz em si temporalidades, lembranças, esquecimentos, lugares e relações humanas. Dialoga com a história-conhecimento e busca na história-vivência seus elementos constitutivos.

Ao fazer do cristal da memória expressão de uma forte nostalgia, Fernando Brant resgata o cenário de uma cidade bucólica, clara, com ruas e movimento adequados ao lazer das crianças e à convivência dos jovens. Expressa, com recorrência, a idealização de uma urbe mais delicada e acolhedora. Uma Belo Horizonte perdida, mas sempre refletida como imagem ideal no espelho de sua memória. No movimento de diálogo entre o tempo do hoje e o tempo do ontem, exalta o que passou e identifica a cidade do antes como local de virtudes urbanas, contrapostas às inúmeras mazelas do tempo presente.

Sabemos que as idéias e sentimentos viajam no tempo e são reciclados ao longo da vida. Sabemos que essas reciclagens são instruídas pela realidade material e pelas condições de vida do tempo do hoje. A tradução desse diálogo por escritores, especialmente pelos cronistas que buscam inspiração no cotidiano, é, portanto, importante registro sobre a vida das cidades em épocas específicas. Com Fernando Brant estamos visitando a Belo Horizonte da década de 1960, com o olhar e a sensibilidade de quem vive no alvorecer do século XXI. Portanto, ao se reportar à cidade do tempo do antes, o cronista dialoga com pessoas, lugares e valores. Assim, em sua crônica *Minas é o meu lugar* afirma:

> Aqui, nesta cidade de montanhas e árvores, de amigos encontrados em cada esquina, fui aprendendo a lapidar conversas e estudos, a arte sublime da convivência, da compreensão, da democracia em seu grau mais amplo [...][26]

Em outra crônica, intitulada *Cada macaco em seu galho*, o autor também visita sua infância em Belo Horizonte e transforma em texto suas lembranças referentes aos espaços públicos e às ruas de uma cidade que acolhia os pés e a movimentação de meninos, que sentiam desbravar o mundo ao se deslocar pela urbe.

> O meu tempo, o tempo dos meninos daquela época e mundo, era passado tanto em terra, como no ar. Se não havia a bola a nos enfeitiçar para que corrêssemos com e atrás dela, nossa parada era sempre o alto das árvores, as grimpas. Árvores de frutas ou o fícus que ensombreavam nossa Beagá. Ali se conversava, se planejavam brincadeiras e astúcias, ali o universo era particular, só nosso, os capazes de ficar horas sentados ou deitados nos galhos de nossa casa vegetal. Ali se estudava e se matava aula, dali se podia ver a namorada desejada sem que ela nos visse. Ali todos os sonhos eram possíveis e nunca houve nenhum de nós que caísse ao acordar desses sonhos.

Com refinada sensibilidade, o cronista busca repassar para os jovens do século XXI imagens de uma cidade transformada em história, de uma cidade descaracterizada ou recaracterizada pelo ritmo incessante do mundo pós-moderno, que, com seu frenesi, transforma a paisagem urbana, reordena seus espaços e confere novo significado a seu repertório cultural.

> É difícil passar para as novas gerações o que era Belo Horizonte há trinta anos [...] por mais que eu descreva com detalhes a cidade arborizada

> daqueles tempos, a quase ausência de carros, as peladas no meio da rua, a segurança total que respirávamos nas noites e madrugadas, eles sempre me olham com olhar de quem não capta bem o que estou explicando [...].
>
> Muito mais provinciana, a cidade era pequena para os nossos olhos de hoje, menos cultural e mais bucólica [...]. Não olho para trás com saudade, olho com memória. Com muito prazer, naturalmente [...].[27]

Como Drummond, Brant também inscreve na paisagem da cidade suas redes de relações afetivas, de amizade, convívio e celebração da vida. Sua narrativa recupera espaços e semblantes; afeições e lugares de vivência da afetividade. Constrói uma imagem urbana que contém formas de cultivar, nos espaços da cidade, sentimentos de compartilhamento de experiências. Nessa perspectiva, seu relato literário é também uma descrição sobre os diferentes tipos de sociabilidades que qualificam o urbano e que, conforme sua configuração (no caso, parceiros do mundo musical), projetam o local no nacional.

> Música em Minas jorra como fonte, somos caixa d'água e caixa de música do país [...]. Nossas músicas são muitas, diversas [...]. Eu falo de minha experiência, há trinta anos colocando palavras nas melodias de diversos parceiros: Milton Nascimento tem seu universo, o de Tavinho Moura é outro, diferente é o do Toninho Horta, variadas são as trajetórias de Nelson Ângelo, Wagner Tiso, Lô Borges e Beto Guedes. O mais interessante é que eles têm uma identidade, uma essência que os une. São os mistérios de Minas.
>
> O fato é que a gente anda pelas ruas de Beagá e a todo momento se encontra com as vozes femininas mais belas, o ninho das cantoras parece ser aqui. E também o ninho dos violonistas, violeiros e guitarristas. Músicos e compositores de todos os gêneros enriquecem as pautas da cidade.[28]

Cidade, história e memória

As representações literárias sobre Belo Horizonte são diversificadas, são inúmeras. Neste ensaio elegemos analisá-las através dos escritos de dois autores que desenvolveram profundos laços de afeto com a cidade. Como seu viu, Carlos Drummond e Fernando Brant retratam em sua escrita imagens sobre o cotidiano dessa cidade em época diferentes. São representações construídas nos muitos relatos, alimentados pelas memórias individual e coletiva. São imagens que falam à história e que contribuem para a construção da trajetória social da cidade e de seus habitantes.

Dessa forma, suas experiências são recriadas e redimensionadas como memória literária (e por que não também histórica?), que articula lembranças, reafirma mitos e tradições, confere significado ao tempo e ao espaço, retrata impasses da modernidade, dialoga com o ritmo cambiante da urbe, fornece conteúdos para construção do conhecimento histórico e, finalmente, atribui significado aos lugares da cidade.

Nesse breve percurso, em que se analisam através dos olhares dos dois escritores os paradigmas constitutivos da cidade moderna, buscamos demonstrar como estão mesclados os registros de suas memórias individuais com a memória coletiva da urbe. Encontramos, na expressão literária, conteúdos de historicidade ancorados na dinâmica da temporalidade e na sensibilidade dos escritores. Os cenários da Belo Horizonte por eles traduzidos em versos e em crônicas, além de expressarem uma densa e complexa realidade, incorporam forte identidade utópica. E não são as utopias esteios da história?

Notas |

1. BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 329.

2. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3. PESAVENTO, Sandra Jathy. *O imaginário das cidades*: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

4. PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo*: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

5. De Sidney Chalhoub, destacamos os seguintes livros entre outros: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; e *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989 (em conjunto com Leonardo Affonso de M. Pereira).

6. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

7. WHITE, Hayden. *Meta-História*: a imaginação histórica no século XX. São Paulo: Edusp, 1992.

8. HARTOG, François. *L'art du récit historique*: passes recomposés. Paris: Gallimard, 1995.

9. De Roger Chartier destacamos: *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975; além de *El passado en el presente: literatura, historia e memoria*. In: *ArtCultura*. Uberlândia: Edufu, 2006, v. 8, n. 13, p. 7-20; e de *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura.* São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

10. ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia e prosa*. São Paulo: Nova Aguilar, 1983.

11. BRANT, Fernando. *Clube dos gambás*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

12. SARLO, Beatriz. *Tempo presente*: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

13. As interpretações, desenvolvidas no presente texto, sobre a tensão entre memória/retenção e transformação dialogam com o livro de Luciana Teixeira de Andrade. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna.* Belo Horizonte: PUC-Minas; C/Arte, 2004.

14. GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas*: o passado como subterfúgio. Campinas: Papirus, 2006. p. 129.

15. Os companheiros de juventude de Carlos Drummond de Andrade constituíram um grupo de amigos que Cury identifica como responsável pela chegada do movimento modernista em Minas Gerais. Era formado, além de Drummond, pelos seguintes escritores: Emílio Moura, João Alphonsos, Pedro Nava, Aníbal Machado, Ascânio Lopes, Alberto Campos, Abgar Renault, Aquiles Vivacqua, Milton Campos e Mário Casassanta. CURY, Maria Zilda. *Horizontes modernistas*: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

16. ANDRADE, Carlos Drummond. As impurezas do branco. In: _____. *Poesia e prosa*, p. 479-480.

17. ANDRADE, Carlos Drummond. Confissões de Minas. In: _____. *Poesia e prosa*, p. 923.

18. ANDRADE, Carlos Drummond. Ascânio Lopes. In: _____. *Poesia e prosa*, p. 920-922.

19. BRANT, Fernando. Sica e os poemas do Maia. In: _____. *Clube dos gambás*, p. 35.

20. NORA, Pierre. *Les lieux de memórie*: La Republique. Paris: Gallimard, 1994.

21. BRANT, Fernando. Belo Horizonte chorando. In: _____. *Clube dos gambás*, p. 258.

22. O termo *tradições inventadas*, conforme utilizado no presente ensaio, foi buscado no livro: *Invenções das tradições*, de Eric Hobsbawm e Terencer Ranger, em sua edição brasileira datada de 1984.

23. BRANT. *Clube dos gambás*, p. 228-230.

24. LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 73, 1998.

25. Sobre a complexidade da memória e suas múltiplas representações, as interpretações desenvolvidas neste ensaio, foram buscadas no seguinte livro de minha autoria: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral*: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

26. BRANT, Fernando. Minas é o meu lugar. In: _____. *Clube dos gambás*, p. 12.

27. BRANT, Fernando. Os jovens e a cidade. In: _____. *Clube dos gambás*, p. 252-254.

28. BRANT, Fernando. A música em Belo Horizonte. In: _____. *Clube dos gambás*, p. 272.

Lucilia de Almeida Neves Delgado foi professora da UFMG de 1978 a 1996. Atualmente é professora titular do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas. É autora, entre outros, do livro *História Oral: memória, tempo, identidades* (Autêntica) e organizadora da coleção *O Brasil Republicano* (Civilização Brasileira, 4 vol.), em conjunto com Jorge Ferreira.

P.R.I. 3 Rádio inconfidência

P.R.C. 7 Rádio Mineira

P.H.H. 6 Rádio Guarani

Imprens

Panair do Brasil

Aerovias Brasil

Navegação Aérea Brasileira

Job Ferr
Costa

Equitativa Cia. de Seguros

Aliança da Bahia Cia. de Seguros

Banco do Brasil

Banco de
Gera

Banco do Comér- cio e Indústria

Banco Crédito Real

Banco Mineiro da Produção

Banco Be
te e Créd

Cia. Força e Luz de Minas Gerais

Cia. Telefônica Brasileira

Cartorio Bolivar

Cidade

467
468
469
a Oficial
Estado de Minas e Diario da Tarde
Folha de Minas
O Diario
474
476
nandes da Eng. Civil
Dr. José Andrade da Costa Eng. Civil
Maqueta Parcial da cidade - Por Francelina e Helio Pires
Sul-América Cia. de Seguros
480
481
482
483
Minas ais
Banco Financial da Produção
Banco da Lavoura de Minas Gerais
Banco Hipotecario de Minas Gerais
487
488
489
490
elo Horizon- ito Comércio
Banco Industrial de M. G.
Banco Crédito Mutuo e Banco de Londres
Coop. Banco do Comércio e da Produção, Ltda
495
497
Ozanã
Cidade Industrial
Exposição de Animais - Gameleira
Mapa do traçado da Cidade
501

Maria do Carmo Andrade Gomes

Edilane Maria de Almeida Carneiro

Thaïs Velloso Cougo Pimentel

Uma experiência interinstitucional

O Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Histórico Abílio Barreto desenvolvem projeto de microfilmagem e digitalização do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital que disponibilizará ao pesquisador acesso, via Internet, ao legado documental dos primórdios de Belo Horizonte.

1. Um projeto partilhado

Este artigo apresenta os resultados alcançados e algumas considerações decorrentes da implementação do projeto Digitalização do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, iniciativa que reuniu as três instituições públicas detentoras do legado documental da Comissão: Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e Museu Histórico Abílio Barreto.

O projeto – financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) / *Programa Especial Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico Cultural de Minas Gerais, 2001* – teve como objetivo maior a construção de um banco de dados que reunisse os conjuntos documentais dispersos pelas três instituições, com um único instrumento de pesquisa, a ser disponibilizado em meio eletrônico. A universalização do acesso aos documentos, via Internet, provou-se indissociável da perspectiva da preservação, o que levou a equipe técnica a optar pela reformatação dos originais em base híbrida, ou seja, utilizando os recursos associados de microfilmagem e digitalização. A descrição dos documentos exigiu a construção de uma norma padronizada comum, de forma a garantir a recuperação uniforme das informações, sem prejuízo das metodologias específicas de tratamento de cada uma das instituições envolvidas.

Buscou-se ainda estabelecer novas bases metodológicas de trabalho com acervos documentais partilhados entre diferentes entidades, fundos ou coleções, instrumentalizando os recursos tecnológicos hoje disponíveis para superar barreiras institucionais, funcionais ou conceituais. Motivação maior do projeto foi alargar as condições de consulta pública a um acervo riquíssimo, essencial para os estudos sobre Minas Gerais e sua capital, e fonte privilegiada para a história da arquitetura, da engenharia e do urbanismo, entre outros temas.

A trajetória de cada uma das instituições detentoras do acervo da Comissão, assim como a origem e forma particular de recolhimento de cada conjunto documental, são informações que ajudam no entendimento do alcance do projeto e na apreensão do conteúdo reunido e disponibilizado em meio eletrônico.

Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro (APM), instituição subordinada à Secretaria de Estado de Cultura, foi criado em julho de 1895, ainda na antiga capital de Minas, Ouro Preto. O acervo sob a sua guarda, recolhido ao longo de uma trajetória de mais de 100 anos, remonta ao início do século XVIII e é composto de documentos oriundos da administração colonial, do Império e da República e também de arquivos privados de personalidades públicas e instituições ligadas à história do Estado. Entre os grandes conjuntos documentais oriundos da administração republicana, encontra-se o acervo da antiga Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que reúne, em uma de suas divisões, parte dos registros produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital, subordinada ao governo estadual.

Criada em 1891, essa Secretaria ficou encarregada inicialmente das questões relacionadas a agricultura, comércio, obras públicas, minas, terras, colonização, imigração, catequese dos índios, correios e telégrafos, e ainda estatística e recenseamento da população. Reunindo em sua maioria cópias e registros de correspondências, o conjunto de documentos textuais da Comissão Construtora que integra esse fundo recebeu o mesmo tratamento dispensado aos grandes conjuntos documentais do APM, de ordenação cronológica e descrição sumária. Além dos documentos textuais reunidos na Secretaria de Agricultura, o Arquivo Público Mineiro recolheu, provavelmente em situações distintas, registros fotográficos e cartográficos provenientes das atividades da Comissão Construtora.

Museu Histórico Abílio Barreto

Criado em 1941, como Museu Histórico de Belo Horizonte, o Museu Histórico Abílio Barreto reuniu um acervo de objetos ligados às origens da cidade. Parte desse núcleo original era constituído por documentos originários da Comissão Construtora. Os motivos da presença desse importante acervo nas coleções do MHAB serão objeto de maior atenção em outro momento deste texto. Por ora, importa frisar o fato de que, no Museu, esse conjunto de documentos sempre teve importância destacada, embora não constituísse uma coleção, mas estivesse organizado segundo a estrutura implantada pelo fundador, o historiador, jornalista e escritor Abílio Velho Barreto.

A partir de 1993, com a abertura do chamado "processo de revitalização", que reestruturou os processos técnicos e administrativos adotados pela instituição, os objetos da Comissão Construtora receberam cuidadosa atenção museológica, mas continuaram distribuídos entre os vários universos nos quais se encontrava dividido o acervo: Acervo de Objetos, Acervo Fotográfico, Acervo Textual e Iconográfico. No caso dos Acervos Fotográfico, Textual e Iconográfico, a documentação está reunida em coleções denominadas *Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital* e *Comissão Construtora da Nova Capital*.

Esta última reúne mais de mil documentos, distribuídos entre os acervos que, no Museu, conforme as regras adotadas internacionalmente, embora sejam considerados objetos museológicos, recebem tratamento técnico arquivístico: Acervo Textual e Acervo Iconográfico. No caso do Acervo de Objetos, entretanto, os objetos/documentos estão distribuídos entre as coleções formadas a partir de 1993, com base nas indicações de publicação especializada amplamente adotada pelas instituições museais brasileiras.[1]

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Criado em 1991, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi encarregado de promover a política de arquivo no âmbito da administração municipal, a preservação e a divulgação do patrimônio documental da cidade. Nesses poucos mais de 15 anos de existência, o APCBH identificou e recolheu os acervos documentais de valor permanente, acumulados nos diversos órgãos municipais, e tem promovido gradativamente seu arranjo, descrição, preservação e divulgação.

Nesse vasto e diversificado acervo, o conjunto dos registros produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital pode ser considerado como a documentação instituinte do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, por corresponder e revelar as atividades inaugurais de concepção, construção e organização da cidade e do município. O recolhimento da maior parte dessa documentação ocorreu entre 1992 e 1993, oriundo das Secretarias de Planejamento e Administração, e desde então diversos projetos e atividades do APCBH têm se voltado para a sua organização, conservação e difusão. Coerente com a importância do acervo para a instituição, a equipe técnica dedicou-se à descrição dos documentos e à produção de um inventário analítico, disponibilizado em 1999.

2. Os caminhos da documentação da Comissão Construtora da Nova Capital

O ambicioso programa de construção da ordem republicana e afirmação da identidade do novo Estado federado que se seguiu à proclamação da República teve, em Minas Gerais, sua realização mais grandiosa e bem-sucedida na mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Projeto das elites mineiras para o reordenamento político e espacial do Estado, a construção da nova capital foi propiciada pela

DOCUMENTO Nº 158

23-5-94

AI.01.02.04
1894.05.24
V.V. 88

PREMIADO
EXPOSIÇÕES
DE PHILADELPHIA 1876.
BELLAS ARTES 1879, 1883.
BRAZIL 1881.
BUENOS-AYRES 1882, AMSTERDAM 1883.
ANVERS 1885.

Unico Depositario
das Chapas Seccas ao Gelatino Bromure
WRATTEN WAINWRIGHT'S
E DAS OBJECTIVAS DO CELEBRE AUTOR
DALLEMEYER.

Encarrega-se
de reproducções de qualquer
DESENHO
AUTHOGRAPHICO ou INDUSTRIAL.

Marc Ferrez

PHOTOGRAPHO DA MARINHA NACIONAL

RUA DE S. JOSÉ Nº 88

O Illmo Snr Comᵐᵉ Constructora da Nova Capital de Minas Geraes Deve

Rio de Janeiro 24 de Maio de 1894

6	Duzias chapas 18x24	14$	84 000
6	" " 24x30	26$	156 000
6	Cuvettes ferro esmalt 30x40	12.500	75 000
12	frascos de 1,000 gr. Bolsas de [illegible]		25 000
6	K. Oxalato de potassa K.	4$	24 000
2	K. Sulfato de ferro K.	3.600	7 200
300	Gr. Nitrato de prata K.	150$	45 000
24	Fl. papel aristotypo sensibilizado	2.500	60 000
24	Fl. " albuminado	1.500	36 000
5	Cuvettes ferro esmalt 24x30	6.500	32 500
5	" 18x24	4.500	22 500
5	" 13x18	3.200	16 000
3	Chassis prensa 24x30	12$	36 000
2	" 18x24	9$	18 000
4	Calices calibrados y graduados de 50 g.	4.500	18 000
	A transportar		655 200

Faturas de compras de material e serviços fotográficos, Rio de Janeiro, 1894. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – AI.01.02.02-088.

emergência de um novo olhar, um olhar técnico e científico sobre a paisagem, o território e a população, materializado no trabalho empreendido pela chamada Comissão Construtora da Nova Capital de Minas.

Criada por decreto estadual em fevereiro de 1894[2] e liderada pelo engenheiro politécnico Aarão Reis, depois substituído por Francisco Bicalho, a Comissão reuniu uma elite técnica com forte autonomia administrativa para conduzir o projeto, que abarcou toda ordem de atividades, desde a concepção intelectual do plano urbano aos serviços e obras de sua implementação.

Documentação

A documentação produzida pela Comissão Construtora da Nova Capital é fonte fundamental e imprescindível para o conhecimento histórico sobre a capital de Minas Gerais e ainda hoje cumpre função probatória para alguns serviços municipais, notadamente de natureza fundiária e imobiliária. Em cinco anos de existência e febril atividade, a CCNC produziu, além de diversas publicações, um vasto material manuscrito e iconográfico (mapas, plantas, fotos), gerado a partir das atividades técnicas, das rotinas administrativas e dos investimentos em propaganda do empreendimento,[3] produto das relações de poder e saber tecidas entre os seus principais protagonistas, como políticos, engenheiros, médicos, sanitaristas, comerciantes, funcionários públicos e antigos moradores do arraial do Curral del Rei.

Em outubro de 1894, foram promulgadas as *Instruções Regulamentares*[4] para o funcionamento da Comissão, as quais revelavam especial cuidado nos procedimentos relativos à produção, trâmite e arquivamento de seus documentos, denotando forte vigilância processual e preocupação com a construção de uma memória técnica e administrativa de todo o empreendimento. Com um olhar atento às funções administrativas, contábeis e técnicas da Comissão Construtora e seus processos de arquivamento, podemos distinguir alguns conjuntos funcionais que, em sua futura trajetória, originaram acervos distintos e conduziram a sua dispersão (cf. tabela ao final do texto).

Além do arquivo geral subordinado à Secretaria, todas as demais divisões técnicas teriam um arquivo com a correspondência oficial, relatórios, registro de pessoal, folhas de pagamento e ponto e outros documentos administrativos. Na Terceira Divisão organizou-se um arquivo técnico, para o qual era recolhida toda a documentação técnica. Havia a instrução de se tirarem três cópias de cada documento, sendo que duas seriam remetidas à Secretaria e outra “imediatamente recolhida ao arquivo técnico”. Maior cuidado revestia os desenhos técnicos, que, antes de serem aquarelados, deveriam ser remetidos ao Gabinete Fotográfico para serem reproduzidos heliograficamente, em quantidade suficiente para elaboração de orçamentos e detalhes.

Como mostraram Parrela e Lopasso, havia uma clara preocupação com a preservação dos registros das atividades e de sua organização:

> A legislação que organizava a CCNC estabelecia que “o arquivo será organizado em coleções correspondentes às diversas divisões por que se acham distribuídos os serviços da Comissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada a guarda dos documentos” (MINAS GERAIS, 1895). Pretendia-se manter a ordem da produção dos documentos dentro do Arquivo e preservar a estrutura da Comissão como testemunho de seus trabalhos.[5]

Divisão de poderes e dispersão da documentação

A capital Belo Horizonte foi instalada em 12 de dezembro de 1897. Com a inauguração da cidade,

a Comissão Construtora foi extinta e suas funções, divididas e absorvidas pelas instâncias administrativas estadual e municipal, dando início ao processo de dispersão da documentação.

O começo da nova capital foi marcado pela subordinação administrativa e política ao Estado e por forte crise econômica, implicando cortes orçamentários e paralisação de obras, colocando em suspenso parte significativa dos trabalhos. É importante ressaltar ainda que a nova capital e sua Comissão Construtora surgiram de uma decisão política do governo mineiro no contexto de uma conjuntura especial. Assim, uma outra conjuntura política não permitiria que a CCNC se tornasse órgão técnico permanente. Nas palavras de Aguiar:

> Os quadros da CCNC foram paulatinamente reduzidos até a instalação dos poderes do Estado na Cidade de Minas, em 12 de dezembro de 1897, e a extinção da CCNC, em 3 de janeiro de 1898. Mesmo com a subseqüente incorporação de número significativo de técnicos e funcionários oriundos da CCNC no quadro da prefeitura da Cidade de Minas e nas repartições da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, vemos que o Estado mineiro, que dispunha de uma estrutura permanente de projetos e obras de engenharia muito incipiente, abriu mão da possibilidade de transformar a CCNC no núcleo de uma organização técnica mais sofisticada ou de, tornando-a perene, assegurar a implantação da nova cidade nos termos propostos no plano de Aarão Reis.[6]

Ao Estado couberam as funções deliberativas relativas à administração da nova capital, e as executivas passaram a ser incumbência do prefeito, de livre nomeação do presidente do Estado. As obras inacabadas da Comissão Construtora e do ramal férreo passaram para o âmbito da Secretaria de Agricultura, enquanto os chamados serviços de infra-estrutura urbana, como abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e iluminação, seriam encargo da Prefeitura. Exonerada em sua maior parte, a equipe da Comissão dispersou-se: alguns de seus funcionários se transferiram para a Secretaria de Agricultura, outros para a Prefeitura.

Uma divisão importante dos trabalhos entre as duas instâncias deu-se em relação ao controle sobre a venda de lotes urbanos (a cargo da Prefeitura) e suburbanos (a cargo da Secretaria de Agricultura). Fonte de receita e de controle do espaço urbano pelo poder público, os processos relativos às transações imobiliárias – assentadas de um lado sobre a desapropriação dos antigos proprietários do arraial do Curral del Rei e de outro na venda dos novos lotes urbanos e suburbanos a funcionários públicos e particulares – ensejavam toda uma ordem de interesses e conflitos.[7]

Essa atividade gerou uma documentação cartográfica de grande valor jurídico e probatório, preservada em uma série de mapas e plantas em diferentes escalas.

Embora a subordinação do poder municipal e o envolvimento direto do governo estadual com a construção da nova capital tenham se mantido por décadas, podemos afirmar que a maior parte das funções exercidas pela Comissão Construtora passaram para os órgãos municipais que, conseqüentemente, absorveram o legado documental então produzido e sobre ele construíram novos usos e significados.

Em 1900, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro informava sobre o recebimento da biblioteca da Sociedade Literária Belo Horizonte, fundada pela Comissão Construtora e mantida autonomamente entre 1895 e 1900, quando foi oferecida à Prefeitura.[8] Ao acervo original de 4.000 volumes doados pelos membros da Comissão seria reunido, ao longo de décadas, outros acervos bibliográficos, constituindo a Biblioteca Pública

Municipal, mantida até o ano de 1962, quando foi extinta. Na organização da Prefeitura, tanto a biblioteca como um *arquivo geral* – presumivelmente o depositório da maior parte dos documentos da CCNC – ficaram subordinados à Secretaria.

Descontinuidade administrativa

Ainda são poucos os dados reunidos pelas pesquisas que concorram para recompor a trajetória dos acervos legados pela Comissão, ao longo da história administrativa de Belo Horizonte. As fontes oficiais mencionam esparsamente seus remanejamentos e usos, como no ano de 1911, quando impôs-se uma organização do arquivo geral para atender a uma necessidade probatória dos antigos membros da Comissão Construtora, relativa à contagem de tempo de serviço estadual e municipal. As folhas de pagamento da CCNC foram então encadernadas "para facilitar a consulta" e para que "não se estragassem".[9]

Com a mudança, os documentos foram classificados por assuntos (objetos), e esses assuntos foram resumidos em um índice alfabético geral. Para Parrela, essa reorganização conformou um arranjo da documentação que não teria sido presidido pela mesma organicidade com que a Comissão Construtora o concebeu originalmente:

> É interessante notar que a proposta de organização da CCNC era arquivisticamente mais coerente: o setor mantinha a ordem dos documentos dada por seus produtores, e a própria organização do Arquivo deveria refletir a organização da Comissão, o que segue um princípio caro à arquivística, consolidado no século XX, ou seja, o respeito aos fundos ou às unidades de arquivamento. Por outro lado, essa nova proposta previu a organização por assunto, estabelecida pelo arquivista. [10]

Em relatório oficial, o prefeito Olinto Meirelles concluía que o arquivo recém-organizado, moldado pela ordem prática, achava-se pronto para "fornecer quaisquer informações que se lhe solicitem e [...] apto a preencher os seus fins".[11] No entanto, esse discurso de eficiência não poderia se estender a outros serviços municipais que dependiam da documentação produzida pela Comissão Construtora. No mesmo período, estudos e obras relativas à canalização de águas e esgotos esbarravam na inexistência de um plano geral e no desaparecimento dos planos produzidos pela CCNC. O mesmo relatório informava sobre as dificuldades decorrentes do desaparecimento de documentos importantes da CCNC, como a planta das redes de distribuição de água, tendo sido

> infrutífera toda a pesquisa feita no arquivo da Prefeitura para encontrar-se o plano que a Comissão Construtora devia ter organizado, não se sabendo o paradeiro desse trabalho básico para uma boa distribuição, sendo certo que ele foi executado.[12]

Em um outro campo importante das políticas urbanas, a descontinuidade e a fragmentação da documentação fundante da cidade se faziam sentir. Em 1924 o diretor de Obras da Prefeitura relatava a dificuldade de se empreender o cadastro urbano por ser a administração municipal "absolutamente desprovida de plantas rigorosas, a não ser relativa a uma sexta parte da área total da cidade, que constitui a zona urbana".[13]
É quase certo que o funcionário estivesse se referindo às plantas da Comissão Construtora. Mais de 20 anos depois de inaugurada a cidade, a referência de exatidão e excelência da documentação técnica sobre o seu plano urbano continuava sendo a CCNC. No mesmo documento, o diretor informava que a Seção de Cadastro não possuía plantas em grande escala, ou de colônias e áreas parciais, que eram tomadas de empréstimo e copiadas daquelas existentes na Seção de Tombamento,

que mesmo assim só possuía "cópias em papel tela e raras vezes os originais das plantas parciais".[14] Somente em 1936 surge nos relatórios oficiais outra menção significativa aos documentos da CCNC. À frente desse processo estava o jornalista e historiador Abílio Barreto, convidado pelo governo municipal para organizar o Arquivo Geral da Prefeitura. Comentando sobre a mudança do arquivo para um novo espaço e sua reorganização, dizia o prefeito:

> Na pesquisa dos livros e papéis acumulados, separou-se o precioso Arquivo da Comissão Construtora, parte do qual, entretanto, se encontra no Arquivo Público Mineiro, com prejuízo da integridade documental da história administrativa urbana.[15]

No ano seguinte, a mesma fonte oficial informava sobre a reunião do arquivo da Comissão Construtora, com a transferência de documentos que se encontravam em órgãos do Estado:

> Os documentos da Comissão Construtora da Nova Capital, por uma anomalia inexplicável, achavam-se divididos em 3 partes, das quais uma se achava na Prefeitura, uma na Secretaria de Interior e outra na da Agricultura. A que se achava nesta foi espontaneamente entregue ao nosso Arquivo pelo Sr. Raul Noronha Sá, então Secretário da Viação. Graças a intervenção de V. Ex., foi também devolvida a parte que se achava no Arquivo Público, ficando assim integrado de posse desta repartição todo o documentário referente à construção da Nova Capital de Minas Gerais.[16]

Pelo teor oficial dessa fonte, parece não restar dúvida de que essa transferência tenha ocorrido, embora também seja fato que no Arquivo Público Mineiro permaneceram os documentos oriundos das atividades da Secretaria de Agricultura. Presume-se que essa documentação, pelo fato de não ter se originado das atividades da Comissão, mas da Secretaria de Agricultura, seu natural recolhedor, seria mesmo o Arquivo Público Mineiro.

O museu e o arquivo: dois modos, dois momentos

No desenvolvimento desse trabalho, Abílio Barreto transitou entre o olhar de historiador/arquivista, com que se formara e realizara a monumental obra publicada em 1936, para o de museólogo, ao defrontar-se com uma série de objetos antigos, preservados pelas administrações municipais e "que despertaram, de imediato, seu aguçado espírito de colecionador".[17] Abandonando em parte sua postura inicial de defesa da integralidade do arquivo da CCNC, Abílio Barreto dedicou-se então à criação de um museu histórico para a cidade, cujo acervo nuclear reuniria, entre outros objetos relativos ao antigo arraial do Curral del Rei e à cidade, "os objetos procedentes da Comissão Construtora".[18]

Mas no recorte temporal e temático estabelecido por Barreto para a constituição desse acervo, os documentos da Comissão Construtora não constituíram uma coleção à parte, mas compunham a chamada primeira seção, dedicada a uma diversidade de registros relativos ao período do arraial do Curral del Rei até a inauguração da capital.[19] É certo que Barreto, tendo em mãos o acervo da Comissão recém-reunido no Arquivo Geral da Prefeitura, procedeu a uma seleção pessoal do que, a seu juízo, seria relevante para constituir o elenco de relíquias com os quais se fundaria o Museu Histórico de Belo Horizonte.[20]

Na busca por objetos da Comissão Construtora espalhados pelas repartições públicas municipais, Barreto serviu-se do mesmo crivo monumentalizante com que dividiu o acervo textual.[21] Em 1943 foram doadas ao Museu as telas dos pintores Honório Esteves e Émille Rouède, que produziram imagens do antigo arraial do Curral del Rei, representativas da paisagem

colonial em desaparecimento, segundo contrato firmado com a Comissão Construtora em 1894. As telas encontravam-se em órgãos da Prefeitura. Barreto reuniu essas obras de arte de inequívoco apelo simbólico a instrumentos de uso cotidiano, como máquina de escrever, ou técnico, como um barômetro e luneta.

O acervo fotográfico reunido no Museu Histórico de Belo Horizonte era composto da maior parte das fotos produzidas pelo Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora, emolduradas em cartão com título, para serem distribuídas ou vendidas, como peças de propaganda do empreendimento. Além de retratos de autoridade ou grupo de autoridades, suas residências e vistas do arraial e das obras da Comissão, também eram fotografadas as plantas e os projetos arquitetônicos. Parrela informa sobre os passos seguintes da administração municipal, que aprofundaram o processo de divisão dos acervos da CCNC:

> Na gestão de Juscelino Kubitschek, no período 1940-1945, a Prefeitura criou o Museu Histórico. Simultaneamente o Arquivo foi perdendo o reconhecimento de seu papel de "guardião da memória", realçado em outras gestões. [...] em 1943, parte do acervo do Arquivo foi transferida para o Museu, especialmente as belas pranchas dos arquitetos da CCNC. Aos poucos, o Arquivo passou a ser conhecido como o "Arquivo Geral da Prefeitura", aproximando-se cada vez mais das funções de protocolo e de expedição, embora continuasse a ser uma seção na estrutura organizacional. [22]

Acima de tudo, vale ressaltar que a divisão dos acervos e as escolhas feitas com a criação do Museu, em 1943, reintroduziram a dimensão simbólica e o caráter de representação do acervo documental da Comissão Construtora, ainda que sob uma nova ótica: enquanto ao tempo da Comissão a excelência, a ordem e a eficácia dos procedimentos técnicos ditavam a construção de uma memória para o futuro, tratava-se agora de salvaguardar os testemunhos de uma cidade cinqüentenária que se distanciava de seu passado.

A partir dos anos 1940, essa ordem de divisão dos documentos se manteria por muito tempo, dividida *grosso modo* entre os testemunhos de representação preservados no Museu Histórico, os documentos de valor de uso e probatórios espalhados por diferentes seções da Prefeitura e os registros das atividades da Secretaria de Agricultura e do governo do Estado, no Arquivo Público Mineiro. Tal ordem só seria novamente rompida nos anos 1990, com a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o estabelecimento de uma política municipal de arquivos, mais afinada com os preceitos técnicos e conceituais da arquivística. Feitos os primeiros recolhimentos das grandes massas documentais acumuladas na Prefeitura, ainda hoje o APCBH recolhe pontualmente documentos da CCNC dispersos pelas instituições municipais e mesmo em outras instituições públicas.

Isso porque, ao longo do tempo, uma outra rede de usos e apropriações, mais rarefeita, carreou tipologias documentais da CCNC para outras instâncias públicas, como é o caso dos projetos relativos ao abastecimento de água e esgotos, depositados na Copasa,[23] ou de projetos de estações ferroviárias, parte do patrimônio documental da antiga Rede Ferroviária Federal. Ainda mais dispersas foram as apropriações do vasto material impresso, como as revistas, as plantas, as fotografias e os álbuns, produzido pela CCNC em larga escala[24] para instrumentos de convencimento e propaganda do empreendimento, hoje existentes em diferentes bibliotecas e mapotecas do país.

Como vimos, a trajetória da documentação da Comissão Construtora foi produto de um longo processo de apropriação diferenciada das informações e das representações contidas nos seus registros. Na origem

do espectro de usos que, ao longo do tempo, promoveu o deslocamento físico e o deslizamento de usos e significados dos documentos da Comissão, está a sua própria excepcionalidade enquanto órgão público.

A Comissão Construtora, pela natureza dos compromissos políticos e operacionais que a sustentou e que ela enfrentou, foi um órgão com grande autonomia técnica e funcional. Sua organização e produção documental era complexa e sofisticada e seus objetivos, os mais ambiciosos possíveis, avançando sobre os limites burocráticos do recém-inaugurado Estado de Minas Gerais. A consciência do desafio e do caráter excepcional do empreendimento a cargo da CCNC, admitido desde o início dos trabalhos pelos próprios membros da Comissão, resultou na preocupação com a constituição de uma vasta e rica produção documental e de uma memória monumentalizante. Sua extinção levou à conformação dos trabalhos nos limites de uma administração pública sempre carente de recursos, na qual os registros documentais foram gradativamente absorvidos pelas rotinas dos serviços, preservados uns pelo valor probatório, outros pela evocação da memória.

3. Desafios conceituais, institucionais e técnicos

Não obstante os distintos processos de formação e tratamento dos acervos da Comissão Construtora, as três instituições envolvidas, em sua proposta de reunir toda a documentação em meio digital, tiveram como base para o desenvolvimento do projeto as mesmas premissas, quais sejam: preservação a longo prazo, conjugação das ações de preservação e acesso digital e possibilidade de reprodução e desenvolvimento de uma ferramenta capaz de aliar imagem, conteúdo e acesso local e remoto.

O objetivo de garantir uma preservação com qualidade arquivística foi determinante na escolha do sistema híbrido de preservação, associando microfilmagem e tecnologia digital. A adoção desse procedimento trouxe alterações substanciais no processo de microfilmagem desenvolvido até então pelo Arquivo Público Mineiro, incumbido de microfilmar e digitalizar o conjunto do acervo. As alterações, sobretudo no controle de qualidade do microfilme produzido (densidade, luminosidade, utilização de sinaléticas e outros), foram executadas com o objetivo de conseguir uma imagem digital de maior qualidade possível e facilitar o processo de digitalização.

Também a definição do padrão de digitalização dos microfilmes exigiu vários estudos e pesquisas, uma vez que a literatura técnica disponível ainda era insuficiente. A digitalização multitonal, gerando imagens digitais com gradações de cinza, foi o recurso utilizado no esforço de produzir uma imagem com o mínimo de perda de informação e de permitir a utilização de técnicas de melhoramento digital de imagens (acentuação de cor, brilho, contraste etc.).

Tecnologia digital

A utilização da tecnologia digital impôs também às instituições envolvidas o desafio de padronização das descrições dos documentos, posto que, no sistema de informação pretendido, a forma de pesquisa estaria, necessariamente, relacionando a qualidade da recuperação da informação à adoção de procedimentos padronizados para descrição e indexação. É importante reafirmar que o acervo, embora produzido e acumulado nas funções e atividades da Comissão Construtora da Nova Capital, uma vez disperso, teve contextos distintos de recolhimento e de tratamento técnico, o que significou a produção de diferentes padrões de descrição dos documentos.

Este talvez tenha sido o desafio que mais limites impôs aos resultados do projeto, considerando-se que os processos de indexação e elaboração de vocabulário controlado, recursos capazes de tornar a recuperação

da informação mais rápida e eficiente, não tinham lugar destacado entre os procedimentos técnicos das instituições e que as discussões sobre padronização da informação arquivística ainda começavam a ganhar lugar.

Um outro desafio operacional para cada uma das instituições diz respeito à preservação desse novo acervo gerado em base digital. A voracidade do desenvolvimento tecnológico e a fragilidade dos meios de armazenamento digital são hoje os grandes desafios da preservação. A partir dessa e de outras experiências de digitalização, todas as questões envolvendo a preservação digital – como as características das cópias de preservação digital, os metadados de preservação, a escolha da mídia para armazenamento, o local de guarda (controle de temperatura, umidade etc.), o manuseio, migração, entre outras – passaram a ser discutidas. A questão da sobrevivência dos registros digitais tende a ser um ponto central não só em cada projeto específico de digitalização, mas também no planejamento e nas estratégias de preservação das instituições.

4. Perspectivas do trabalho interinstitucional

Unidas pelo mesmo objetivo de criar uma base comum de preservação e acesso aos conjuntos documentais da Comissão Construtora, as instituições envolvidas tiveram pela frente o desafio de somar e ao mesmo tempo transpor suas particularidades técnicas, fazendo nascer uma forma diferenciada de disponibilizar esse acervo. Perdendo, em alguma medida, suas fronteiras institucionais e técnicas, o acervo em meio digital, reunindo imagem e informação, deverá, segundo os objetivos do projeto, propiciar ao pesquisador a recuperação da organicidade perdida, trazendo informações de um conjunto único composto de documentos textuais, fotográficos, cartográficos e de objetos.

Inovador em sua proposta de reunir e disponibilizar em meio eletrônico esses conjuntos documentais, o projeto teve também como marca de inovação a iniciativa de compartilhamento de experiência e de responsabilidade técnica, o que possibilitou a cada uma das instituições começar a experimentar os resultados advindos do uso da tecnologia digital, com a transformação de conceitos, processos, metodologias e comportamentos referentes a preservação, acesso e tratamento da informação.

Os caminhos da produção, dispersão, fragmentação e reunião dos registros documentais da CCNC delineiam um processo que guarda sua lógica histórica, na qual os usos funcionais e as dimensões simbólicas dos documentos, apropriadas em momentos diferentes e por atores diferentes, terminaram por configurar a herança documental como ela se oferece hoje. Perscrutar os caminhos da documentação pressupôs desconstruir e reconstruir os contextos de sua produção, uso, deslizamento de sentido e ressignificação.

A implementação do projeto do banco de dados marcou um momento de reunião dos registros da CCNC em um novo contexto, marcado de um lado pelas possibilidades abertas pelo uso da tecnologia digital e, de outro, pelo amadurecimento das relações interinstitucionais, seja entre esferas de poder diferentes – estadual e municipal –, seja entre instituições com perfis metodológicos distintos – arquivos e museus.

Disponibilizado na Internet, o acervo da Comissão Construtora ganhará em visibilidade e acessibilidade, permitindo aos pesquisadores o contato imediato e direto com os documentos, sem a mediação do espaço institucional e a consulta fragmentada pela sua dispersão. Avanço certo no campo da pesquisa, pelas potencialidades abertas no uso da documentação, um último desafio interinstitucional se coloca: manter e aprimorar o sistema *on-line*, o que significa adotar políticas próprias e comuns para preservação desse novo documento que já nasceu eletrônico, o banco de dados.

TABELA 1: Estrutura da CCNC e principais tipologias documentais	
Primeira Divisão **Administração Geral**	
1ª. Seção Secretaria	Protocolo, correspondência, expedição de instruções, folhas de pagamento e demais registros de pessoal, arquivo geral
2ª. Seção Almoxarifado	Comprovantes de entrega, estocagem, distribuição e revenda dos materiais
3ª. Seção Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico	Fotos, álbuns, cópias heliográficas, relatórios com dados meteorológicos
Segunda Divisão **Contabilidade**	
1ª. Seção Escrituração Geral	Escritura de receita e despesa, livros-caixa
2ª. Seção Tesouraria	Documentos de receita e despesa
3ª. Seção Tombamento	Documentos probatórios do direito de propriedade do Estado sobre bens imóveis, lotes urbanos e suburbanos, escrituras públicas, contratos de arrendamento, venda e outros
Terceira Divisão **Escritório Técnico**	
1ª. Seção Cálculos	Orçamentos, planilhas de medições
2ª. Seção Projetos	Redução de desenhos e polígonos, plantas geodésicas, planta geral, memórias
3ª. Seção Arquitetura	Projetos, desenhos, relatórios técnicos, cópia em papel-tela
Quarta Divisão **Estudos e Preparo do Solo**	
1ª. Seção Geodésia	Redes de triangulação, tabelas de altitude
2ª. Seção Topografia	Plantas cadastrais e topográficas
Quinta Divisão **Estudos e Preparo do Subsolo**	
1ª. Seção Abastecimento de Água	Projetos e plantas de redes de abastecimento de água
2ª. Seção Esgotos, Águas Pluviais	Projetos e plantas de redes de esgoto e canalização de águas pluviais
Sexta Divisão **Viação, Edificações e Eletricidade**	
1ª. Seção Viação, Eletricidade	Estudos, projetos de viação férrea e urbana
2ª. Seção Edificações	Execução de obras

Fonte: COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Instruções Regulamentares...* 1894.

Notas |

1. Ver FERREZ, Helena D.; BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Coordenadoria de Acervos Museológicos, 1987. 2 v.

2. Decreto Estadual n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, complemento à Lei n. 3.

3. A produção dos documentos que hoje identificamos como Comissão Construtora da Nova Capital foi iniciada ainda antes de sua existência, com a criação da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para Nova Capital (CELINC). Essa comissão, também liderada pelo engenheiro Aarão Reis, antecedeu a CCNC no tocante à definição do sítio para implantação do projeto da nova capital, tendo para isso produzido muitos estudos que geraram documentação técnica, textual e cartográfica. A CELINC pode ser considerada como uma primeira fase da Comissão Construtora.

4. COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Instruções Regula-mentares para a execução dos serviços e trabalhos a cargo das 3º, 4º, 5º e 6º Divisões Técnicas.* Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

5. PARRELA, Ivana D.; LOPASSO, Eise Ferraz. Os acervos sobre edificações da cidade de Belo Horizonte histórico do recolhimento e perspectivas de tratamento. *VI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. Campos do Jordão, 17 a 20 de outubro de 2005.

6. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. *Vastos subúrbios da nova capital*: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 90.

7. Esse acervo, composto de cerca de 270 plantas de desapropriações, encontra-se hoje no APCBH.

8. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Belo Horizonte, set. 1911. p. 21. A biblioteca era presidida pelo engenheiro-chefe Aarão Reis. O núcleo original dos livros foi reunido a partir das doações dos próprios funcionários. O projeto incluía um museu anexo à biblioteca.

9. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Belo Horizonte, 1911. p. 23-24.

10. PARRELA, Ivana. *Arquivo, gestão de documentos e memória da cidade*. In: ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2003. Belo Horizonte, 2004.

11. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Belo Horizonte, 1912. p. 7.

12. *Ibidem*, p. 7-8.

13. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos.* Belo Horizonte, 1924. p. 125.

14. *Ibidem*, p. 144.

15. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório de 1937 apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte Octacílio Negrão de Lima*. Belo Horizonte, [193-]. p. 33.

16. *Ibidem*, p. 13-14.

17. Catálogo da Exposição *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte, 2003. p. 9.

18. *Ibidem*, p. 9.

19. Tendo já publicado os dois volumes de sua monumental obra *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva* (1996), é certo que Barreto já conhecia a fundo a documentação e carregou para a atividade tanto no Arquivo Geral como na montagem do museu os recortes cronológicos e temáticos com que trabalhou na construção de seu livro.

20. Um gesto exemplar dessa escolha foi a cópia feita por um funcionário do Arquivo Geral em 1938 e entregue a Barreto como *documento preciosíssimo*: o registro de uma correspondência de Aarão Reis de 1894 a uma autoridade argentina solicitando documentos textuais e cartográficos relativos às cidades planejadas daquele país, carta essa que seria, muitas décadas depois, motivo de debate pela historiografia da cidade (AGUIAR. *Vastos subúrbios da nova capital*, p. 107).

21. Diz o regulamento do Museu Histórico de Belo Horizonte, que livros, objetos e outros documentos existentes em "qualquer dependência da Prefeitura da Capital" seriam transferidos quando "julgados convenientes ao Museu, a juízo do Diretor, com autorização do Prefeito" (*MHAB: 60 anos de história*, p. 15.)

22. PARRELA. *Arquivo, gestão de documentos e memória da cidade*.

23. Nos anos de 1960, os serviços no setor de saneamento – abastecimento de água e esgotamento sanitário – passam paulatinamente para o governo estadual, culminando em 1973 com a transferência dos serviços à Comag, órgão estadual que em 1974 passa a denominar-se Copasa, juntamente com "todos os bens direta ou indiretamente ligados ao setor". Não teriam sido então transferidos os documentos da CCNC hoje depositados no arquivo da Copasa? Cf. SANEAMENTO básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 213-214.

24. Alguns documentos, como a Planta Geral da Cidade de Minas, chegaram a ter tiragem de 10.000 exemplares.

Maria do Carmo Andrade Gomes é mestre em Ciência da Informação e doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte desde 2005.

Edilane Maria de Almeida Carneiro é graduada em História pela UFMG**.** Foi Superintendente do Arquivo Público Mineiro no período de 1999 a 2005. É diretora de Planejamento e Projetos Culturais da Fundação Municipal de Cultura.

Thaïs Velloso Cougo Pimentel é diretora do Museu Histórico Abílio Barreto desde 2001. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), é também professora-adjunta do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Estante

Amplitude e variedade de temas

Alysson Luiz Freitas de Jesus. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888).* **São Paulo: Annablume; UFMG, 2007**.

Por meio da análise de significativa documentação cartorial, o autor estabelece os padrões sociais comuns a homens livres, escravos e libertos no Norte de Minas Gerais. Nesse livro, que preenche um importante vazio da historiografia mineira relativa ao século XIX, o sertão ganha vida nas vozes de seus protagonistas.

Ângelo Alves Carrara. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807.* **Juiz de Fora: Ed. UFJF; Fapemig, 2007**.

Minas é plural. O objetivo desse livro é demonstrar a diversidade da economia mineira colonial e o quanto a agropecuária foi importante na criação dessa pluralidade. Fruto de vários anos de pesquisa, a obra em questão também apresenta um painel da história demográfica da capitania e pode ser utilizado como um roteiro da *Coleção Casa dos Contos*, mais rico fundo documental brasileiro, de natureza fiscal, do período colonial.

Célia Nonata da Silva. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. **Belo Horizonte: Crisálida, 2007.**

À época do Brasil Colônia, as relações entre banditismo e poder eram complexas. Ora perseguidos pela lei, ora utilizados em lutas políticas de facções da elite, os bandidos transitavam constantemente entre o mundo da ordem e o mundo da desordem. A partir de minucioso estudo documental, a autora contribui para a compreensão desse importante aspecto da formação histórica mineira.

Inúmeros títulos recém-publicados, referentes aos séculos XVIII-XX, comprovam a vitalidade da historiografia mineira contemporânea.

Fádua Maria de Sousa Gustin e Mário Cléber Martins Lanna Jr. (Org.). *Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena.* Estudo crítico de Vera Alice Cardoso Silva. **Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Fapemig, 2006.**

Nelson de Sena (1876-1952), natural do Serro, formou-se em direito, destacando-se também no jornalismo e em pesquisas históricas. Entre 1907 e 1929, atuou como deputado estadual e federal. O livro reproduz discursos desses dois períodos, procurando retratar os mais representativos de seu pensamento político. Com essa publicação, a Fundação João Pinheiro torna acessível mais um conjunto de textos fundamentais da história republicana de Minas Gerais.

Maria Marta Araújo. *Com quantos tolos se faz uma república? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. **Belo Horizonte: Editora UFMG; Fapemig, 2007.**

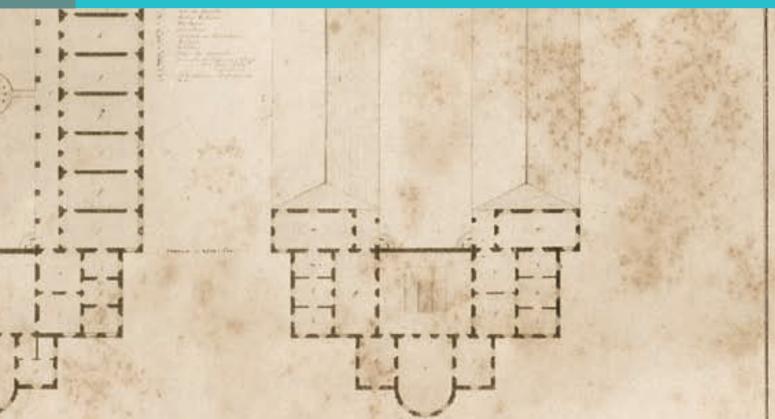
Esse livro analisa a trajetória intelectual e política do padre José Joaquim Correia de Almeida (1820-1905), autor de uma obra que pode ser lida como uma história do pensamento político, expresso por meio da literatura. Trata-se, portanto, de uma contribuição original e relevante, tanto para a história literária mineira como para melhor compreensão do pensamento social brasileiro no século XIX.

Silvia Maria Jardim Brügger. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX).* **São Paulo: Annablume, 2007**.

O livro em questão propõe uma história social da família, tendo como recorte de pesquisa a região de São João del Rei. Investigando o comportamento de três gerações, que viveram entre os séculos XVIII e XIX, a autora apresenta os padrões do casamento, do compadrio e das relações conjugais não sacramentadas. A sociedade escravista mineira é, dessa forma, descortinada em seu âmago, num período em que a economia deixava de ser aurífera, refugiando-se nas fazendas, *locus* por excelência da família patriarcal.

Um documento fundador

Marta Melgaço Neves
Alice Oliveira de Siqueira

Estruturado em cinco seções e repleto de minudências, o relatório apresentado ao governador do Estado pelo engenheiro Aarão Reis, em 1893, é documento indispensável para conhecimento do processo de mudança da capital de Minas Gerais.

> ***Este relatório é um documento da mais alta importância para a história da nova capital.***
> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - memória histórica e descritiva, p. 343.*

Aos 15 de junho de 1891 foi promulgada a Constituição Mineira, que, no seu art. 13, § 1° das disposições transitórias, decretou a mudança da capital do Estado para lugar mais adequado à construção de uma grande cidade. O dispositivo determinava, ainda, que o Congresso em sua primeira sessão ordinária deveria eleger os pontos a serem estudados e requerer ao presidente do Estado a nomeação de uma comissão para a realização de tais estudos. A conclusão desses estudos deveria ser entregue durante a segunda sessão ordinária do Congresso, que, a partir da análise dos estudos, deveria determinar a localidade.

Aos 28 de outubro foi então promulgada em terceira discussão a Lei Adicional n. 1, que definia os lugares a serem considerados:

> Art. 1º: O Presidente do Estado mandará com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares, para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.[1]

Mas foi somente no governo de Afonso Penna, eleito em 30 de maio de 1892, que se deu prosseguimento ao que determinava a referida lei. O presidente do Estado convidou o engenheiro paraense Aarão Reis para ser o engenheiro-chefe da Comissão de Estudos das localidades indicadas para a capital, incumbindo-o de elaborar um relatório que deveria ser apresentado ao Congresso em reunião a ser realizada em 1893.

Em 9 de dezembro, após ter Aarão Reis aceitado o convite, um ato do presidente do Estado aprovava as instruções que norteariam os trabalhos da Comissão.

As Instruções

O texto das Instruções determinava que o estudo deveria ser feito tendo em vista a construção de uma cidade para 150 a 200 mil habitantes. Deveria compreender estudos que contemplassem os seguintes aspectos:

- As condições de salubridade, inclusas as condições do subsolo, as condições atmosféricas, as moléstias mais freqüentes e os melhoramentos possíveis de serem implementados;
- O abastecimento abundante de água, os esgotos e o escoamento das águas pluviais;
- As facilidades oferecidas para a edificação e construção, como pedreiras, jazidas de barro, caieiras, depósitos de areia e matas;
- O abastecimento de produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário;
- A iluminação pública e particular;
- A topografia que possibilitasse a livre circulação dos veículos e o estabelecimento de carris urbanos;
- A ligação ao plano geral da viação estatal e federal de modo a facilitar a ação política e administrativa, o movimento comercial e industrial;
- A despesa mínima para as instalações iniciais indispensáveis ao funcionamento regular da capital;
- O levantamento topográfico, projeto e locação, arruamento, obras de abastecimento de água e esgotos, instalação de sistemas de iluminação e edificação de prédios para as repartições públicas.

A Instrução também continha orientações para os procedimentos necessários tanto à composição da Comissão quanto à forma de operacionalizar o desenvolvimento das atividades. Assim, foram descritos os modos de se fazer a distribuição dos serviços, a escrituração e a contabilidade, a organização do trabalho, inclusive a remuneração dos trabalhadores e o destino dos instrumentos adquiridos para o trabalho da Comissão. O formato de apresentação do relatório também foi especificado na Instrução.

Capa do *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Penna (Presidente do Estado) pelo engenheiro civil Aarão Reis.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Acervo Arquivo Público Mineiro – OB-0067.

ESTADO DE MINAS GERAES

COMMISSÃO D'ESTUDO

DAS

LOCALIDADES INDICADAS PARA A NOVA CAPITAL

RELATORIO

APRESENTADO A

S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna

(PRESIDENTE DO ESTADO)

PELO

Engenheiro Civil Aarão Reis

JANEIRO A MAIO DE 1893

PALACIO DA JUSTIÇA

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1893

1409-93

O Relatório

Seguindo as Instruções em seu processo de elaboração, o Relatório foi estruturado em cinco seções: anexos, mapas gráficos, plantas, esboços de projetos e coleções de amostras.

I - Anexos

Esta seção apresenta os relatórios dos seis membros indicados por Aarão Reis para integrar a Comissão. Cinco relatórios analisam separadamente cada um dos locais indicados para a construção da nova capital. Pela Várzea do Marçal ficou responsável F. de Carvalho; por Belo Horizonte Samuel Gomes Pereira; por Barbacena Manoel da Silva Couto; por Juiz de Fora Eugenio de Barros Raja Gabaglia; e por Paraúna Luiz Martinho de Moraes. Destaca-se que entre esses profissionais, à exceção de Eugênio de Barros Raja Gabaglia, que era bacharel em matemática, todos os outros eram engenheiros. O sexto relatório apresenta as análises do médico higienista Ricardo de Almeida, que analisou todas as localidades indicadas e organizou a apresentação do trabalho da seguinte forma:

> Por amor do methodo, e – conseguintemente – para a melhor comprehensão, dividi o meu trabalho nas seguintes secções: 1.ª Apreciação de cada localidade, considerada sob o ponto de vista hygienico. 2.ª Analyses physico-chimicas e bacteriológicas das águas. Analyses bacteriológicas das poeiras atmosphericas. 3.ª Moléstias mais freqüentes. 4.ª Estatísticas mortuárias. 5.ª Confronto entre as localidades. 6.ª Deducções e classificação.[2]

Esta seção traz ainda um parecer das análises das águas, elaborado pelo Laboratório Químico da Casa da Moeda, tabelas numéricas das observações meteorológicas do período de janeiro a abril de 1893, as indicações gerais que deveriam ser observadas, tanto quanto possível, nas observações meteorológicas.

II - Mapas gráficos

Nesta seção são encontrados os registros das curvas barométricas e termométricas, das curvas de tensão do vapor e da umidade e das curvas da chuva e evaporação das cinco localidades estudadas no período de janeiro a abril de 1893.

III - Esboços de projetos

Nesta parte são apresentadas as fachadas dos futuros edifícios públicos considerados indispensáveis para se dar início ao funcionamento regular da nova capital. Estão representados Palácio Presidencial, Fórum Administrativo, Congresso Legislativo, Palácio da Justiça, Câmara Municipal, Escola Normal, Escola Primária e Repartição Policial.

IV - Plantas

Pela descrição apresentada no sumário do Relatório, esta parte deveria conter as plantas da Várzea do Marçal, de Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora e Paraúna, além de um trecho da carta geográfica do Estado, indicativo das ligações da Várzea, Belo Horizonte e Barbacena à viação férrea, federal e estadual, já construída ou em via de construção, e planta do ramal férreo necessário para ligar Belo Horizonte à Estrada de Ferro Central do Brasil.

V - Coleção de amostras

Por último, o sumário do Relatório menciona este item, que se ocuparia de apresentar uma coleção de

amostras de madeira, pedras, tijolos, argilas, ocres, cal, kaolin, existentes nas proximidades da Várzea do Marçal, Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora.

Por esta breve descrição da estrutura do Relatório, evidencia-se que o processo de sua produção, em linhas gerais, seguiu os protocolos científicos vigentes na época. Certamente, este é um dos aspectos que explicam o fato de este ter se transformado em uma fonte fundamental para todos os pesquisadores que buscam compreender o processo de construção e transferência da capital de Ouro Preto para a futura Belo Horizonte.

Abílio Barreto, ao escrever a história de Belo Horizonte, atribui ao Relatório o estatuto de fonte a partir da seguinte fundamentação:

> Era um grande, bem feito, minucioso volume nitidamente impresso, com 300 páginas, ilustrado contendo o plano de todas as cinco localidades estudadas simultaneamente, gráficos minudentes e observações meteorológicas tomadas com escrupulosa regularidade, cultura de microorganismos tecnicamente feita, delicada análise de águas, projetos dos principais edifícios públicos a construir e variadíssimas informações sobre as condições higiênicas etc., de cada localidade, e em que o Dr. Aarão Reis, declarando ser difícil a escolha entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal, terminava, todavia, opinando pela escolha desta última, por oferecer melhores condições econômicas.[3]

Entre os matizes de análise que o Relatório permite reconstituir, interessa aqui registrar a margem de interpretação que ele oferece para captar o diálogo que se travou entre os agentes que atuavam sob a perspectiva científica e os que atuavam no cenário político e detinham o poder de decisão final do local de construção da nova capital. Nesta perspectiva, vale reproduzir, como exemplo, o último parágrafo do ofício que o médico higienista encaminha anexo a seu relatório:

> Acredito de ter disposto de elementos capazes de me proporcionarem afirmações acertadas, entretanto, o que é bem possível, se errei em meu juízo, o Congresso Mineiro, que conta em seu seio com ilustrações em todos os ramos da atividade humana, suprirá com a sua capacidade aquilo que, por deficiência de tempo, e mais do que tudo – pela limitada competência, não me foi possível fazer na medida dos meus desejos. (Dr. José Ricardo Pires de Almeida).[4]

Esse registro é elucidativo para se avaliar as limitações a que esteve exposto o processo de produção do Relatório. Ainda nesse aspecto, é expressiva a análise das *Tabelas Numéricas das Observações Meteorológicas*, cujo período de tempo de observação nunca ultrapassam aos quatros primeiros meses do ano de 1893.

Pela fala do médico higienista também é possível inferir que havia a consciência de que a decisão caberia ao Congresso Mineiro, ressaltando inclusive que este também contava “em seu seio com ilustrações em todos os ramos da atividade humana”. Assim, o Congresso Mineiro contou com um instrumento, moldado sob a orientação geral dos preceitos científicos vigentes na época, para discutir o processo de transferência da capital.

No dia 7 de julho, o relatório foi encaminhado ao Congresso, que elegeu para analisá-lo uma comissão composta pelos senadores Carlos Ferreira Alves, Manuel Eustáquio Martins de Andrade, João Nepomuceno Kubitschek e pelos deputados Otávio Esteves Otoni,

Amostras de culturas de microorganismos encontrados na poeira atmosférica de Juiz de Fora, Várzea do Marçal, Barbacena, Belo Horizonte e Paraúna. In: MINAS GERAIS/Comissão de Estudos das localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Penna (Presidente do Estado) pelo engenheiro civil Aarão Reis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Acervo Arquivo Público Mineiro – OB-0067.

Eduardo Augusto Pimentel Barbosa, Camillo Filinto Prates e Francisco Antonio de Sales. No entanto, a discussão teve lugar somente em fins de novembro, em decorrência da efervescência política que a mudança da capital gerou, tendo sido necessária, até mesmo, a instalação do Congresso fora de Ouro Preto, em Barbacena, para se discutir a questão.

Embora a Câmara Municipal de Ouro Preto tenha pleiteado a caducidade do texto constitucional que determinava a mudança da capital, no dia 29 de novembro o Congresso rejeitou as representações dos habitantes de Ouro Preto e aprovou um projeto que mudava a capital para a Várzea do Marçal, conforme a recomendação de Aarão Reis. A este projeto, em 13 de dezembro de 1893, foram apresentadas duas emendas: a primeira indicava, no lugar da Várzea do Marçal, Barbacena; e a segunda, Belo Horizonte.

Após calorosos debates, as duas emendas foram rejeitadas pelo Congresso. Inconformado, José Pedro Drummond, autor da emenda que defendia a mudança para Belo Horizonte, criticou ferozmente a indicação de Aarão Reis pela Várzea do Marçal, pois, para ele, pela análise do Relatório, presumia-se que a escolha não tinha fundamento técnico, e sim político. Segundo Drummond eram claras as discordâncias entre o engenheiro-chefe e os membros da Comissão, especialmente entre ele e o médico higienista. Apresentou, então, novamente a emenda que somente em sua segunda apreciação foi aprovada, por 30 votos a 28.

O que se pode constatar da leitura dessa obra é que ela, juntamente com as duas edições da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*, constitui hoje fonte indispensável para a produção do conhecimento historiográfico sobre Belo Horizonte, como já havia vaticinado Abílio Barreto.

Notas |

1. Lei Mineira, 28 de outubro de 1891.

2. REIS, Aarão (Org.). *Relatório da comissão do estudo das localidades indicadas para a nova capital*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

3. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte – memória histórica e descritiva* (história antiga e história média). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 343.

4. REIS. *Relatório da comissão do estudo das localidades indicadas para a nova capital*.

Marta Melgaço Neves é professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diretora de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro.

Alice Oliveira de Siqueira é diretora de Acesso à Informação e Pesquisa do Arquivo Público Mineiro.

Capa
Cartão-postal do Parque Municipal, 1950. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Folha de rosto
Cartão-postal com vista aérea de Belo Horizonte, s/d. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Expediente
Cartão-postal da Praça Raul Soares, 1950. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Sumário
Chegando a Belo Horizonte: descendo na Pampulha (cartão-postal), s/d. Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Página 6
Cartão-postal da Avenida Afonso Pena com o antigo prédio da Receita Federal e torre da Prefeitura, 1947. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Páginas 8 e 9
Bilhete de passagem Viação Cometa, 1959. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Páginas 22 e 23
Vistas parciais de Belo Horizonte. *Álbum de figurinhas do Cinqüentenário de Belo Horizonte*, 1947. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

Páginas 38 e 39
Carlos Oswald (Rio de Janeiro, 1882 - Petrópolis, 1971). *Hora do brinde.* Óleo sobre tela, s/d, 78 x 98 cm. Coleção Pinacoteca do Estado de Minas Gerais, nº 000043, Palácio da Liberdade, Gabinete do Governador.

Cena do banquete oferecido nos jardins do Palácio da Liberdade pelo presidente Bias Fortes, em 1898, à Comissão Construtora da Nova Capital. Da esquerda para direita, aparecem: Pedro Sigaud (sentado); Adalberto Ferraz; Afonso Pena (sentado); Francisco Sales; Francisco Lobo; Francisco Bicalho, presidente da Comissão; Frederico Stckel; o presidente Bias Fortes erguendo o brinde. De costas, em primeiro plano, Olinto de Assis.

O artista Carlos Oswald, pintor e gravador, é o autor do desenho final do Cristo Redentor e era casado com Maria Gertrudes Menezes Bicalho, filha do dr. Francisco Bicalho.

Páginas 100 e 101
Templos de consumo na Savassi, década de 1980. Fotografia de Leonardo Barci Castriota. Coleção Celina Borges Lemos.

Páginas 122 e 123
Cartão-postal da Praça Raul Soares, 1951. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Páginas 136 e 137
Museu Mineiro. Exposição de longa duração *Colecionismo Mineiro*, módulo Coleção Arquivo Público Mineiro.

Páginas 168 e 169
Noite de chuva (cartão-postal) mostra trecho da avenida Afonso Pena. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Páginas 174 e 175
Diversas vistas de Belo Horizonte. *Álbum de figurinhas do Cinqüentenário de Belo Horizonte*, 1947. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

Páginas 176 e 177
Cópia *blue print* do desenho de elevação da fachada lateral do Palácio da Liberdade, 1896. 58 x 98 cm. Acervo Arquivo Público Mineiro – SA 024.006.

Páginas 192 e 193
Esboço de um projeto para o Palácio da Administração. Elevação de fachadas e plantas dos três pavimentos. In: MINAS GERAIS / Comissão de Estudos das localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Penna (Presidente do Estado) pelo engenheiro civil Aarão Reis.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Acervo Arquivo Público Mineiro – OB-0067.

Verso da contra-capa
Cartão-postal com vista aérea de Belo Horizonte, s/d. Falta nome editor/fotografo. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

Agradecimentos

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
Centro de Arte Contemporânea Inhotim
Museu de Arte da Pampulha
Museu de Artes e Ofícios
Museu do Brinquedo
Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG
Museu Histórico Abílio Barreto
Museu Mineiro
Cândida Andrade Carneiro de Mendonça
Otávio Dias Filho
Paulo Pardini

Passe de bonde. Cia. Força e Luz de Minas Gerias, 1949.
Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.